



## N.º 7 do Séc. XXI – março 2026

FUNDADA EM 1861 | 07 | SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL



EDIÇÃO UNIVERSITÁRIA  
**independência**

Director: José Ribeiro e Castro

Revista Semestral e Gratuita



# Índice

- \_003** - Editorial
- \_005** - Estatuto Editorial & Ficha Técnica
- \_007** - Dossiê temático - Investigações Históricas I, *Isabel Drumond Braga*
- \_008** - Um príncipe erudito ao tempo da Restauração: hábitos de leitura e de escrita de D. Teodósio de Bragança (1634-1653), *Francisco Pardal*
- \_024** - Produção intelectual, casa real e luto: vida e obra do 4.º conde da Ericeira (1673-1743), *Iuri Fernandes*
- \_044** - "He remedio muyto recomendado por authores gravissimos": remédios feitos com partes do corpo do lobo em Portugal nos Séculos XVII e XVIII, *Andreia Fontenete Louro*
- \_064** - D. Maria Isabel de Bragança: a infância entre Portugal e o Brasil, (1797-1818), *Marta Pereira*
- \_072** - Revolta dos cruzadores (1906): importância, motivações e protagonistas, *Catarina Azevedo Silva*
- \_085** - A I República Portuguesa e a Nova Europa: perceções e entendimentos (1919-1926), *Paulo Cracel*
- \_102** - Independência Nacional: as relações internacionais de Portugal, segundo Melo Antunes, *Ana Carolina Monteiro*



# Editorial

## De braço dado com a Universidade

---

por José Ribeiro e Castro

Este número da revista “Independência” estreia a edição universitária, uma linha especial de edições que publicaremos sempre que possível e oportuno. A revista continuará com a regularidade semestral que está definida e mantendo o conteúdo de tipo diversificado que a tem caracterizado: artigos de reportagem, artigos de reflexão, crónicas, discursos, apresentações, ensaios e outros. Mas decidimos passar a fazer também edições extra, fora da periodicidade, para publicação exclusiva de trabalhos universitários.

Por isso, se chama Edição Universitária, estreando-se com sete trabalhos de grande qualidade: sobre uma grande figura do período da Restauração, o malgrado príncipe D. Teodósio, prematuramente falecido aos 19 anos; um grande intelectual português do seu tempo e aristocrata, o 4.º conde da Ericeira; uma seiscentista inovação farmacêutica; e três olhares sobre factos e políticas do século XX (a revolta dos Cruzadores, no final da monarquia; a 1.ª República e a Nova Europa; e, depois de 1974, as nossas relações internacionais sob o escopo da Independência Nacional, no entendimento de Melo Antunes). Temos muito orgulho na publicação destes estudos, seleccionados pela Prof.ª Doutora Isabel Drumond Braga e elaborados no quadro da preparação de mestrados ou de doutoramentos, jovens investigadores de História da nossa Universidade, em concreto da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. São trabalhos cuidados na investigação que os suporta e na escrita em que se traduzem, enobrecendo esta revista e a nossa instituição.

A nossa missão, definida nos Estatutos, diz bem aquilo que nos cabe fazer: cultivar a afirmação de Portugal; atender em especial a esta afirmação pelos portugueses, luso-descendentes e luso-falantes; defender a independência e a identidade de Portugal, no país e no estrangeiro; conferir com especial relevo à Língua e a Cultura Portuguesas, também no país e no estrangeiro; celebrar ou colaborar na celebração das grandes datas e eventos de Portugal; combater a generalização de doutrinas susceptíveis de ferirem a dignidade de Portugal, como um dos Estados-Nação mais antigos e identitários da Europa; colaborar com os órgãos de soberania e outras instituições na definição e aprofundamento dos princípios e valores estratégicos da independência e da identidade de Portugal.

Assim, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, não temos por objecto ou propósito realizar investigação histórica, mas somos uma instituição de divulgação histórica. À investigação dedicam-se outras entidades, como sobretudo as universidades e as academias, além de estudiosos a título individual, incluindo associados da nossa Sociedade Histórica, que são também, em muitos casos, académicos, doutorados ou professores. Nós somos beneficiários desse trabalho permanente de investigação histórica e, por isso, entendemos que, entre os nossos deveres, está o de ir divulgando os avanços, aprofundamentos e novidades em que trabalha e alcança. A História, bem o sabemos, está sempre em movimento e é desse movimento que queremos ir dando conta.

A revista “Independência” definiu, a partir do n.º 2 desta série, um modelo de edição que nos viabilizou, já que a tradicional edição em papel era de custos incontroláveis. É um modelo directamente acessível online, na internet, e que os leitores, se o desejarem, podem imprimir para leitura em papel, seja artigo a artigo, seja na totalidade da respectiva edição da revista, quando concluída. Este modelo pode ajustar-se às necessidades actuais da produção académica e universitária.

Na verdade, sendo a conjuntura económica a mesma, cremos que os autores de trabalhos de investigação em academias ou universidades se depararão com uma situação especialmente adversa: por um lado, a produção de trabalhos de qualidade é cada vez maior, em razão da maior frequência do ensino superior; por outro lado, as publicações científicas em papel vão rareando dados os elevados custos envolvidos e as dificuldades do respectivo mercado.

Por isso, decidimos responder a esta necessidade com a Edição Universitária. Usando uma linguagem tecnocrática, que abomino, mas se ajusta bem, esta é uma solução win-win: ganham os autores e os seus mestres, porque podem dar a conhecer os bons trabalhos de investigação produzidos; e ganhamos nós, Sociedade Histórica e revista “Independência”, porque prestamos mais um serviço público e podemos ser conhecidos e reconhecidos por ele.

Fazemos confiança no sucesso deste caminho. E, por isso, vamos prosseguir com novos números da Edição Universitária, quer na Universidade de Lisboa, quer noutras Universidades nacionais ou estrangeiras com trabalhos relevantes na História de Portugal e dos portugueses.

O futuro dirá.



# Estatuto Editorial & Ficha Técnica

## Estatuto Editorial

---

- Publicação que visa fundamentalmente ser uma unidade de intervenção e veículo de comunicação da SHIP com os seus associados e com a sociedade civil;
- A exigência de rigor e credibilidade são imperativos e responsabilidades da direcção;
- Propõe-se publicar quaisquer trabalhos conducentes aos objectivos da SHIP, expressos estatutariamente;
- À redacção compete qualquer eventual informação, deixando à responsabilidade dos respectivos autores todos os trabalhos de análise, estudo, ensaio, comentário, artigo de opinião, etc., devidamente assinados com o nome próprio. Não são aceites pseudónimos ou iniciais;
- A reprodução total ou parcial do material publicado carece de autorização prévia do autor respectivo e da direcção da revista;
- A direcção reserva-se o direito de sugerir quaisquer alterações aos trabalhos, por razões de paginação ou outras, bem como de proceder à revisão literária e ortográfica dos mesmos;
- A auto-sustentabilidade não só na elaboração como no financiamento é um objectivo, pelo que a revista poderá inserir publicidade ou informação dirigida, desde que se enquadre nos objectivos da SHIP.

## Isenção de Responsabilidade

---

Os conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. As opiniões, posições e interpretações expressas em cada artigo, estudo ou ensaio vinculam apenas os respectivos autores e não traduzem necessariamente a opinião dos demais autores da revista INDEPENDÊNCIA, nem da sua proprietária e da Direcção.

## Ficha técnica

---

Nome: Independência  
Director: José Ribeiro e Castro  
Subdirector: Ana Maria Proserpio  
Editor e Proprietário: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA  
Conselho Editorial: Annabela Rita, Isabel Drumond Braga, José Pinho Neno, Michel Roncon Santos, Paulo Drumond Braga, Renato Epifânio.  
Membros da Direcção: José Ribeiro e Castro. Gustavo Mesquita Guimarães. Margarida Silva-Gonçalves Neto. Orlando Temes de Oliveira. Carlos Seixas da Fonseca.

José Eduardo Franco. Victor Borges. Jorge Paiva e Pona. António Mexia de Almeida.  
Sede da Redacção: Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA  
Design e Estrutura: PDF e Layout da Página Web, baseados respetivamente nos Plugins Nopea Media e no Tema Hive.  
N.º de registo na ERC: 127961  
N.º de Registo de Pessoa Colectiva: 500875294  
Correio electrónico: geral@revistaindependencia.pt  
Site: <https://revistaindependencia.pt>



# Dossiê temático - Investigações Históricas I

Isabel Drumond Braga \*

O presente dossiê temático, que intitulámos Investigações Históricas I, resulta da abertura que o Senhor Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Dr. José Ribeiro e Castro, desejou efetuar da revista *Independência: Revista de Cultura Lusíada*, à produção académica de doutorandos e mestrandos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Neste sentido, a ligação entre ambas as instituições, consubstanciada em várias vertentes ao longo de décadas, aumenta-se e consolida-se através de alunos de novas gerações, permitindo aos leitores da publicação tomar conhecimento da produção historiográfica em curso.

O dossiê compreende sete textos, quatro relativos à época moderna e três à contemporânea. Tem início com um artigo de Francisco Pardal, cuja defesa da sua tese de doutoramento ocorreu em 30 de junho de 2025, intitulado “Um príncipe erudito ao tempo da Restauração: hábitos de leitura e de escrita de D. Teodósio de Bragança (1634-1653)”; segue-se a contribuição de Iuri Fernandes, mestre desde 4 de novembro de 2024, com “Produção intelectual, casa real e luto: vida e obra do 4.º conde da Ericeira (1673-1743)”; continuou com a colaboração da doutoranda Andreia Fontenete Louro, cujo título “‘He remedio muyto recomendado por authores gravíssimos’: remédios feitos com partes do corpo do lobo em Portugal nos Séculos XVII e XVIII”, remete para o tema da sua tese de doutoramento em fase de redação; enquanto a mestranda Marta Pereira se dedicou à escrita do texto “D. Maria Isabel de Bragança uma infância entre Portugal e o Brasil, (1797-1818)”, tema da sua dissertação, presentemente a ser escrita. O século XX motivou os textos dos mestrandos Catarina Azevedo Silva, intitulado “Revolta dos cruzadores (1906): importância, motivações e protagonistas”, Paulo Carcel, autor de “A I República Portuguesa e a Nova Europa: perceções e entendimentos (1919-1926)” e terminou com a colaboração de Ana Carolina Gomes Monteiro, cujo artigo se intitula “Independência Nacional: as relações internacionais de Portugal, segundo Melo Antunes”.

Espera-se que, futuramente, novas colaborações sobre estas e outras cronologias, com a presença de temas diversos focados em Portugal, nos domínios coloniais e nas relações externas, possam dar continuidade a esta iniciativa com a publicação de novos dossiês temáticos de Investigações Históricas. Deseja-se, portanto, que a iniciativa tenha seguimento. Finalmente, resta-me agradecer a colaboração e disponibilidade de todos os envolvidos e desejar boa leitura a todos os que se interessam pela história.



---

\* Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, CIDEHUS-UÉ e CH-ULisboa



## **Um príncipe erudito ao tempo da Restauração: hábitos de leitura e de escrita de D. Teodósio de Bragança (1634-1653)**

**Francisco Pardal \***

## Apresentação do tema

---

D. Teodósio, príncipe do Brasil, foi o filho primogénito de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão. A sua morte prematura, aos 19 anos de idade, impediu que sucedesse ao progenitor e, como tal, se convertesse no segundo monarca da Casa de Bragança. No entanto, importa referir que, na qualidade de herdeiro do trono português, auferiu de uma esmerada educação, alicerçada na

aprendizagem de um vasto leque de matérias.

A preparação ao nível físico e intelectual foi bem sucedida, quer pela seleção dos mestres, quer pelo perfil erudito do príncipe. Desta forma, D. Teodósio foi uma figura a quem a leitura e a escrita suscitaram interesse, pelo que procuraremos explanar, no presente estudo, os aspetos que questão que lhe estiveram inerentes.

## Estado da questão

---

É possível considerar que a historiografia não votou considerável importância ao príncipe D. Teodósio, pelo que a apresentação de um estado da questão sobre o seu perfil cultural se encontra subordinada aos aspetos biográficos do mesmo. Em primeiro lugar, aluda-se às principais fontes impressas que mencionam o filho primogénito de D. João IV, ao longo do período moderno. Em 1679, D. Luís de Meneses, 3.º conde da Ericeira, deu à estampa o primeiro tomo de *História do Portugal Restaurado*. Tendo procurado narrar o que de mais relevante ocorreu no reino, entre o 1.º de dezembro de 1640 e a assinatura da paz com Castela, em 1668, o titular ericeirense contemplou na sua obra alguns aspetos da vida de D. Teodósio, nomeadamente teceu um largo elogio das suas qualidades.

O conde da Ericeira não se inibiu de mencionar o facto de ter sido testemunha ocular de alguns acontecimentos, uma vez que foi criado junto do príncipe. Essa proximidade foi igualmente observável quando descreveu a morte do filho do *Restaurador*, recordando a tristeza que o acontecimento lhe causou, encontrando-se este em Moura, ao serviço do exército[1]. Em 1680, foi publicado *Theodosius Lusitanus*, a primeira biografia do primogénito real, da autoria do padre Manuel Luís, redigida em latim[2]. A obra em questão permite conhecer pormenorizadamente diversos aspetos da vida do herdeiro do trono. Os capítulos dedicados à sua

educação e aspetos culturais reúnem informações relevantes, nomeadamente transcrições de excertos de obras escritas pelo príncipe, e aos quais o autor teve acesso[3].



Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Anónimo, Retrato do Príncipe D. Teodósio (século XVII).



Em 1747, João Batista Domingues deu à estampa *Vida do Príncipe D. Theodosio*. A par da obra do padre Manuel Luís, na qual se baseou, detalhou pormenorizadamente a vida do primogénito real, embora tenha dedicado algumas páginas a acontecimentos que reputavam ao biografado uma aura de santidade[4]. Em 1752, Diogo Barbosa Machado fez-lhe referência, no terceiro tomo de *Bibliotheca Lusitana*, extensa compilação de bibliografia portuguesa e respetivos autores[5]. O eclesiástico evidenciou, como seria expectável, os dotes intelectuais de D. Teodósio, nomeadamente a sua produção escrita[6].

Com o início do Liberalismo, no século XIX, a historiografia oitocentista demarcar-se-ia da anteriormente citada. Tome-se o exemplo de Oliveira Martins, que descreveu com parcialidade figuras do Antigo Regime. Em *História de Portugal*, editada entre 1879 e 1882, o autor referiu-se a D. Teodósio como príncipe malogrado, excessivamente dado à religião e ao misticismo, além de apodado de discípulo dos jesuítas, de modo particular do padre António Vieira[7]. Não obstante a forma depreciativa como o Antigo Regime foi encarado pela historiografia oitocentista, é possível apresentar alguns exemplos em que as referências a D. Teodósio não estiveram arreigadas a esse cunho, nomeadamente *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* (1869), de Luís Augusto Rebelo da Silva; e *História do Infante D. Duarte* (1889-1890), de José Ramos Coelho, onde é possível encontrar referências ao primogénito real[8].

Ao longo da primeira metade do século XX, a historiografia continuou a votar pouca atenção a D. Teodósio e, não raras vezes, fê-lo sob a ótica da análise liberal. Assim sucedeu com Damião Peres, que considerou o príncipe devoto e sonhador[9]. Eduardo Brasão, ao compilar documentação sobre o período restauracionista, conservada na Biblioteca da Ajuda, considerou que o filho primogénito de D. João IV foi

inteligente e instruído, tendo beneficiado de uma esmerada educação. Por outro lado, fundamentando a sua opinião na religiosidade e nos seus princípios, estabeleceu um paralelo entre o herdeiro e D. Sebastião[10]. A historiografia durante o Estado Novo refletiu a exaltação dos valores patrióticos, nomeadamente a propósito das comemorações centenárias de 1940, alusivas à fundação e restauração de Portugal. O heroísmo das figuras restauracionistas foi evidenciado, sendo possível inserir D. Teodósio neste campo[11].

Poucos anos volvidos, em 1947, Hipólito Raposo publicou *Dona Luísa de Gusmão, duquesa e rainha*, em que as referências ao seu filho primogénito correspondem a um subcapítulo da obra[12]. As últimas décadas novecentistas ditaram uma viragem na apreciação histórica, em geral, e da Restauração, em particular. Verificou-se o abandono de uma narrativa centrada nos grandes heróis, além de, entre outros aspetos, ter pontificado uma maior imparcialidade. Não obstante, continuaram a escassear nas histórias de Portugal grandes referências ao príncipe do Brasil, quiçá pelo seu caráter genérico. É possível encontrar menções pontuais em obras da autoria de Joaquim Veríssimo Serrão[13].

Para o novo milénio, destaque para os capítulos dedicados à figura em questão nas biografias de D. João IV e de D. Luísa de Gusmão. O monarca *Restaurador* foi estudado por Leonor Freire Costa e por Mafalda Soares da Cunha (2006), ao passo que a sua consorte foi biografada por Monique Vallance (2012) e por Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto (2012)[14]. Nos últimos anos, a ausência de estudos exclusivamente dedicados a D. Teodósio veio a ser colmatada com alguns trabalhos, nos quais são revelados resultados preliminares de investigações em curso, sobre a educação e parenética fúnebre alusivas ao príncipe do Brasil, por Ana Martins, João Gabriel Caia e Francisco Pardal[15].

## Esboço biográfico do príncipe D. Teodósio

Nascido em Vila Viçosa, em 8 de fevereiro de 1634, D. Teodósio foi o filho primogénito de D. João II, duque de Bragança, e de sua consorte, D. Luísa de Gusmão, filha dos duques de Medina Sidónia. Vindo ao mundo um ano após o enlace dos progenitores, recebeu o título de

duque de Barcelos, criado em 1562, durante a menoridade de D. Sebastião, destinado aos herdeiros dos titulares brigantinos. O seu batismo ocorreu em 27 de fevereiro de 1634, na capela do paço ducal, tendo o sacramento sido ministrado pelo deão, António de Brito de Sousa[16].



Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Thomas Dudley (atribuído), *Theodosius D. G. Portugalliae Princeps aetatis suae ann. 19* (c. 1653).

A infância de D. Teodósio decorreu em Vila Viçosa, com relativa tranquilidade. Reinava em Portugal D. Filipe III e, embora fosse um dos mais importantes aristocratas lusos e descendesse de uma pretendente ao trono em 1580, D. João não era politicamente ativo[17]. Em 1640, quando contava seis anos de idade, a vida do titular barcelense sofreu grandes alterações, quando um grupo de fidalgos descontentes procurou colocar no trono um monarca de sangue e tradições portuguesas. Foi planeado um golpe, através do qual o rei era deposto, entregando-se o trono ao duque de Bragança. A conjura, que surtira o efeito desejado, foi preparada com muita antecedência pelos fidalgos. Na manhã de 1 de dezembro, pelas nove horas, os conjurados reuniram-se no terreiro do paço, onde neutralizaram a ação da infantaria fiel ao monarca, conseguindo entrar no paço da Ribeira[18].

D. Teodósio converteu-se, assim, herdeiro do trono português, tendo sido jurado como tal em cortes, em 28 de janeiro de 1641[19]. Volvido um ano, em 1 de março de 1642, D. João IV concedeu-lhe o cargo honorífico de coronel da nobreza[20]. Em carta régia, de 27 de outubro

de 1645, foi feito príncipe do Brasil e duque de Bragança, títulos que, doravante, ficaram associados aos primogénitos reais. D. Manuel da Cunha, bispo de Elvas, transmitiu a informação ao filho do *Restaurador*, comentando que, por “o Brasil [ser] outro Mundo descoberto, que lhe dava o parabem de o ver Principe de outro Mundo”[21]. Embora este título fosse apenas nominal, o de duque de Bragança contemplava a administração da casa e o usufruto dos seus rendimentos. A governação foi transmitida a D. Teodósio em 14 de julho de 1652, dez meses antes do seu falecimento[22].

Por essa altura, o príncipe do Brasil já havia recebido casa própria, tendo em conta que transitou, em 6 de janeiro de 1649, para aposentos que se encontravam numa das alas do paço da Ribeira. O regimento que estipulava como se deveria servir D. Teodósio foi redigido por Pedro Vieira da Silva. De uma forma geral, é possível considerar que os camaristas serviam o rei e o herdeiro, semanalmente e em alternância[23]. Entre os gentis-homens da casa do filho do *Restaurador*, refira-se D. Henrique de Sousa Tavares, conde de Miranda do Corvo; D. Fernão Teles da Silva, futuro conde de Vilar Maior; D. Nuno de Mendonça, conde de Vale de Reis; D. Gregório de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão; D. Luís de Portugal, conde de Vimioso; D. João Nunes da Cunha, futuro conde de São Vicente; D. Tomás de Noronha, conde dos Arcos; e D. João Lobo da Silveira, conde de Oriola e barão de Alvito[24].

D. João IV referiu-se a D. Teodósio como “o meu Salomão”, equiparando-o à figura bíblica em questão, rei de Israel e detentor de invulgar sabedoria[25]. O *Restaurador* empenhou-se na educação do que, à partida, lhe sucederia no trono. Nomeou-lhe para aio D. Pedro de Pueros, de origem irlandesa, bispo eleito de Miranda, que supervisionou a sua instrução, além de se lhe ter confiado o ensino de astrologia, astronomia e latim. Juntem-se-lhe os mestres associados a várias matérias, a saber: António Galvão de Andrade, de cavalaria; Diogo Gomes de Figueiredo, de esgrima; e João Pascácio Cosmader, de matemática[26].

É possível conhecer aspetos da educação do príncipe, através de fontes manuscritas e impressas. Refira-se, a título de exemplo, *Os sinquo livros do compendio das s[c]iencias matemáticas*, redigido por D. Francisco de Melo, marquês de Sande, embora se aponte que, na realidade, saiu do punho do padre Simon Fallon, que lecionou no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, entre 1639 e 1640[27]. De acordo com um dos fólios, este serviu propositadamente para ensinar o herdeiro do trono[28]. Tenha-se igualmente em conta *Memória do que se usava no quarto do Príncipe D. Teodósio quando tomava lição de armas* permite conhecer diversos aspetos

relacionados a esta aprendizagem, por parte do herdeiro[29]. As aulas eram lecionadas em dois momentos, na chamada casa do dossel, sendo que a primeira principiava às oito horas e a segunda às quatro. O primogénito real recebia lições de montante, teóricas da espada e algumas batalhas, comumente disputadas com algum dos seus camaristas e sob o olhar atento do mestre[30].

A educação que D. Teodósio auferiu refletiu-se no seu interesse por assuntos de natureza política e militar[31]. D. João IV associou o filho primogénito ao conselho de Estado antes de este completar 13 anos, ou seja, em data anterior a 8 de fevereiro de 1647.

A participação do herdeiro do trono nas reuniões do referido órgão consultivo foi bastante empenhada, uma vez que preparava previamente os discursos que proferia, nos quais expunha as suas opiniões. Assim sucedeu em 1650, quando defendeu Roberto e Maurício do Palatinado, sobrinhos de Carlos I, recém decapitado monarca inglês. A frota que comandavam ancorou no estuário do Tejo, após tomar três navios da Comunidade de Inglaterra, reclamados pelo general Blake. O príncipe do Brasil não hesitou em defender a causa dos Stuarts, alicerçando o seu argumento na secular aliança anglo-lusa[32].

No que respeita ao papel militar desempenhado por D. Teodósio, não deixe de se referir a sua deslocação a Elvas, em 1 de novembro de 1651. A viagem ocorreu, inicialmente, de forma sigilosa e contou com a desaprovação de D. João IV. O príncipe do Brasil permaneceu junto da fronteira com Castela durante quase dois meses, procurando acompanhar o estado das fortificações, os exercícios militares e a regularização dos pagamentos aos soldados[33]. Durante a sua curta estadia, instalou-se no paço episcopal e não passou por privações, uma vez que o pai lhe fez chegar, através de António Cavide, cama, roupa e armadura dignas[34]. O regresso do príncipe a Lisboa ocorreu em finais de dezembro, após troca de correspondência com o progenitor, que continuava a preferir a sua presença na Corte[35].

Em 25 de janeiro de 1652, D. João IV nomeou D. Teodósio governador geral das armas do reino, confiando-lhe as funções que ele mesmo havia desempenhado, a saber: nomeação de cabos, atribuição de patentes e correspondência com governadores de armas e órgãos como o conselho de Guerra, a junta dos Três Estados ou a contadoria geral[36]. Conhece-se a troca epistolar entre o herdeiro do trono e D. Diogo de Lima e Brito Nogueira, visconde de Vila Nova da Cerveira, e D. Rodrigo de Meneses, governadores de armas do Minho e do Porto, respetivamente. A mesma pautou-se pela assiduidade e pela resolução de questões

administrativas e militares[37].

O príncipe do Brasil adoeceu em finais de setembro de 1652, com uma enfermidade de foro pulmonar, sendo a tosse um dos primeiros sintomas. No entanto, dada a sua juventude e a boa saúde de que gozara até então, a questão parece ter sido relativizada pelos médicos, que optaram por esperar que os sintomas desaparecessem por si[38]. Uma vez que tal não se verificou, o primogénito real retirou-se durante algum tempo para a quinta da Palhavã, nos arredores de Lisboa, onde convalesceu até dezembro do referido ano. As melhorias e recaídas foram constantes ao longo dos meses seguintes, permitindo ao filho de D. João IV, até inícios de fevereiro de 1653, desempenhar as suas funções de governador geral de armas[39].

A busca por ares mais salubres voltou a colocar-se em 21 de abril de 1653, quando os médicos aconselharam que D. Teodósio não permanecesse no paço da Ribeira. Elegeu-se, para o efeito, a quinta de Paulo de Carvalho, em Alcântara, por ser contígua à do rei. Foi no referido espaço que o herdeiro do trono permaneceu as últimas semanas de vida. Em 3 de maio, verificou-se mais um agravamento no seu estado de saúde, desta vez considerado irreversível, ao entrar em estado febril e expelir sangue pela boca, ao tossir. Os médicos esclareceram que a sua vida não duraria muito, tendo-se este preparado para morrer cristãmente, dado o desinteresse que demonstrava pelo que era terreno[40].



Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Desconhecido, Altar das exéquias celebradas pelo príncipe D. Teodósio, em Londres (c. 1653).



Apesar das preces públicas que se realizaram pelo restabelecimento da sua saúde, D. Teodósio acabou por falecer, em 15 de maio de 1653, com apenas 19 anos. Após monumentais exéquias e um longo cortejo fúnebre, foi sepultado na igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém[41]. As manifestações de dó pelo extinto ocorreram um pouco por todo o reino, desde celebrações eucarísticas à redação de poemas e textos laudatórios, que, ao mesmo tempo, tinham contornos políticos

vincados. Tendo em conta o grande sentimento de perda, pelo desaparecimento do herdeiro do trono, vários sermões foram pregados em sua memória, em várias vilas e cidades portuguesas. O sermonário do príncipe encontrava-se povoado de elogios, retratando-o como uma figura afável, discreta, esclarecida, liberal, poderosa, prudente, sábia, santa e valerosa, características, muitas vezes, extremadas e de teor laudatório[42].

## Leituras de D. Teodósio de Bragança: a aproximação possível

---

Em 1645, saiu dos prelos de Paulo Craesbeeck a obra *Preferência das letras às armas*, da autoria de João Pinto Ribeiro. O referido jurista, embora tenha reconhecido a importância de ambas temáticas, procurou defender a segunda, por aí residirem a ciência e a sabedoria, dependentes do entendimento e da memória, que não hesitou elencar entre os melhores atributos humanos. D. Teodósio, na qualidade de herdeiro do trono português, recebeu uma esmerada educação, tanto a nível militar como intelectual. Porém, mesmo tendo sido elogiado pelos seus contemporâneos, pelo papel desempenhado junto da fronteira, prevaleceu a imagem de um príncipe instruído e sábio[43]. Desta forma, refiram-se os hábitos de leitura do filho primogénito de D. João IV, reflexo da prevalência das letras.

De acordo com os biógrafos de D. Teodósio, vários momentos da sua rotina eram marcados pela leitura. Quando comia em mesa separada dos pais, nomeadamente em períodos de doença, pedia para que lhe lessem a vida de algum santo[44]. Não é improvável que *Flos Sanctorum* fosse frequentemente consultado para a atividade em questão, uma vez que se tratava de uma coletânea hagiográfica. Bastante popular entre a literatura peninsular da época moderna, conheceu diversas edições entre os séculos XVI e XVIII[45]. O príncipe do Brasil ter-se-ia familiarizado com outras obras de cariz religioso, pois era costume que, ao serão, António Rodrigues de Almeida lhe lesse algum livro histórico ou espiritual[46]. Refiram-se, a título de exemplo, a *Bíblia* ou a *Imitação de Cristo*, esta última atribuída a Thomas Kempis e profundamente difundida entre os leitores de confessionalização católica, granjeando 740 edições, em território europeu, entre

1474 e 1650[47].

Em 1645, foi publicada, a título póstumo, *Paradisus Animae Christianae*, de Jacob Merlo Horstius (1597-1644)[48]. Membro da Companhia de Jesus, licenciou-se em Teologia pela Universidade de Colónia, cidade onde residiu grande parte da sua vida. A obra do eclesiástico teve impacto no universo católico até ao século XIX, conhecendo diversas edições e traduções. No manual cristão acima mencionado constavam o ofício da Virgem Maria, salmos penitenciais, ladainhas e preces vocacionadas para períodos de guerra e calamidade pública[49]. Este parece ter sido apreciado pelo príncipe D. Teodósio, que, após conhecer o seu conteúdo, começou a colocá-lo em prática, levantando-se, desta forma, a possibilidade de o ter lido[50].

Fluente em línguas como o latim e o grego, o primogénito real foi igualmente apreciador de autores da antiguidade clássica. No que respeita a Aristóteles, presente nos acervos bibliográficos brigantinos desde o século XVI, é provável que tenha lido *De Generatione et Corruptione*[51], tendo em conta que um eclesiástico lhe entregou a referida obra em mãos, na biblioteca do paço[52]. Relativamente a Euclides, mencionado no presente estudo, a propósito do ensino da matemática a D. Teodósio, aluda-se ao facto de este ter explicado a sua obra a D. João Rodrigues de Sá e Meneses e a D. João Nunes da Cunha[53]. O exemplar manuseado foi, provavelmente, o que D. Vicente Nogueira lhe enviou, tendo em conta que o referiu em carta a D. Vasco Luís da Gama, datada de 28 de junho de 1649[54]. No caso de Virgílio, o príncipe do Brasil ordenava que lhe lessem o referido autor, provavelmente a *Eneida*, enquanto o vestiam[55].

# ARISTOTELIS DE, GENERATIONE ET CORRUPTIONE LIBRI DVO.

\*  
*Francisco Vatablo interprete,*



*SALMANTICAE,*  
Excudebat Andreas à portonariis.  
M. D. LV.

Digitized by Google

Frontispício da obra de Aristóteles, intitulada *De Generatione et Corruptione* (1555).

O padre António Vieira, procurando exaltar a espiritualidade e o recato de D. Teodósio, referiu que este não se dedicava à leitura de livros profanos, mas sim aos de conteúdo religioso ou filosófico[56]. O eclesiástico aludiu ainda à poesia de Homero, presumindo-se que *Iliada* e *Odisseia*, que constavam no acervo bibliográfico brigantino, tivessem sido lidas pelo príncipe do Brasil[57]. No que respeita à literatura greco-latina refira-se, por último, Quinto Cúrcio Rufo. Segundo João Batista Domingues, o conde de Penaguião lia um livro do autor em questão, tendo o herdeiro do trono pegado nele e o atirado ao chão, após uma breve leitura, mostrando assim o seu desagrado[58].

Não sendo exequível precisar quantos livros D. Teodósio leu, mencionem-se os que foram apontados pelos seus biógrafos. Além das obras espirituais e dos textos clássicos, refiram-se os que tinham a história e a política por tema, prática sugerida por António de Sousa de Macedo, Sebastião César de Meneses e outros autores de textos normativos para a educação de príncipes[59]. Os mencionados foram particularmente relevantes no caso

do filho de D. João IV, por lhe terem dedicado, respetivamente *Summa Política* (1649) e *Armonia Política* (1651). Compilando um vasto leque de conselhos para o primogénito real, desde a educação à forma mais acertada de governar, ambas as obras primaram pela defesa do domínio de matérias, como ciência, filosofia moral e história, enquanto *magestra vitae*. Junte-se-lhes a afeição à religião, fundamental para atrair qualidades, e uma correta aplicação da justiça[60].

Segundo François Lanier, em 1643, o primogénito real, então com nove anos, já se interessava por estudar história[61]. Sabe-se que, de um modo geral, entre 1650 e 1651, quando tinha entre 16 e 17 anos, se dedicou à leitura deste tipo de livros, permitindo-lhe escrever um compêndio dos principais acontecimentos do período suevo-visigótico[62]. Consta-se que leu diversas vezes um relato biográfico de D. João II, provavelmente o que saiu do punho de Garcia de Resende[63]. Um criado admirou-se pelo interesse do herdeiro do trono, tendo em conta que o monarca condenou à morte D. Fernando II, duque de Bragança, além de ter confiscado os seus bens e de ter extinguido a casa e o título nobiliárquico. Contudo, D. Teodósio referiu que se interessava pela leitura da obra por reconhecer no *Príncipe Perfeito* muitas qualidades, enquanto governante[64].

Em certa ocasião, o filho de D. João IV lia uma obra que versava sobre a história da Índia, indignando-se com o facto de um governador repleto de vícios não ter sido castigado[65]. Além de procurar ilustrar o apreço que o herdeiro do trono tinha pela implementação da justiça, este caso refere-se também ao interesse manifestado pela história do império português. Como tal, D. Teodósio pode ter lido as *Décadas da Ásia*, redigidas em vários volumes por João de Barros e concluídas por Diogo do Couto[66]. Outra hipótese diz respeito a *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, obra que apenas conheceu edição no século XIX, mas que se conservou manuscrita, pelo menos, nas bibliotecas dos condes da Vidigueira e dos marqueses de Abrantes[67].

Entre as obras seiscentistas que se acredita terem sido lidas por D. Teodósio, refira-se *Euclides Elementorum e Opera Mathematica*, de Cristóvão Clávio (1538-1612)[68]. O referido matemático e astrónomo, membro da Companhia de Jesus, constou entre os autores consultados pelo príncipe do Brasil, tendo em conta que os seus estudos contribuíram para que o primogénito real transmitisse os seus conhecimentos matemáticos a D. João Rodrigues de Sá e Meneses e D. João Nunes da Cunha[69]. Em 2 de fevereiro de 1647, D. Vicente Nogueira aludiu ao facto de tencionar presentear o herdeiro do trono com livros sobre as matérias em questão, nomeadamente da autoria de Abu Muça Jabir Ibne Haiane (c. 721 – c. 815), conhecido pelo nome latino

de Geber[70]. Erudito muçulmano, dedicou-se aos estudos de alquimia, astronomia, arquitetura e medicina, entre outros. O intelectual radicado em Roma havia encontrado, através dos seus intermediários, uma raríssima obra do autor, que procurara ao longo de 50 anos[71].



Frontispício da obra de Diego Saavedra Fajardo, intitulada *Idea de un Principe Politico Christiano representada en cien empresas* (1640).

• • •

Em 28 de junho de 1649, D. Vicente Nogueira revelou que

dois livros de matemática haviam sido enviados a D. Teodósio por Santini, lente de matemáticas, comprovando que também a rede de contactos criada pelo eclesiástico português manifestou interesse em fazer chegar bibliografia ao primogénito real[72]. Além do próprio, outras figuras procuraram fazer o mesmo, como se pode observar na referida carta para o marquês de Nisa[73]. No que respeita a exemplares remetidos ao filho de D. João IV, aluda-se a *Idea de un Principe Politico Christiano representada en cien empresas*, de Diego Saavedra Fajardo (1584-1648)[74]. D. Vasco Luís da Gama informou D. Vicente Nogueira, em 27 de setembro de 1647, de que o herdeiro já havia recebido o livro em questão[75].

De acordo com o exemplar de *De mathematicis disciplinis* existente na Biblioteca Nacional de Portugal, este havia pertencido ao herdeiro do trono português. No verso do frontispício foi redigida a seguinte nota: “Este Livro me deu o Principe Dom Theodosio q[ue] Deus tem em julho de 1648”[76]. O autor, Hugh Sempill, religioso jesuíta, lecionou no Real Colégio dos Escoceses de Madrid, tendo dedicado a referida obra a Filipe IV, relativamente difundida em meados do século XVII[77]. Não se sabe se o primogénito real leu o livro, mas é possível considerar que este realizava trocas bibliográficas com aqueles que lhe eram próximos. É possível estabelecer igualmente um paralelo entre o filho do *Restaurador* e a leitura de autores humanistas, a avaliar pela correspondência trocada entre D. Vicente Nogueira e D. Vasco Luís da Gama. Em 2 de fevereiro de 1647, o titular nisense tencionava oferecer-lhe as obras de Cataldo Parisio Sículo (1455-1517), poeta e humanista siciliano que, em 1485, foi nomeado preceptor de D. Jorge de Lencastre, filho bastardo de D. João II[78]. Tendo, a partir dessa data, residido em terras portuguesas, de onde se correspondeu com diversos expoentes do humanismo italiano e onde foi dada à estampa a sua produção escrita[79].

## O príncipe escritor: levantamento das obras redigidas por D. Teodósio

Além de se ter dedicado à leitura, D. Teodósio teve igualmente apreço pela escrita, atividade a que se dedicou distintamente. D. Luís de Meneses referiu, em *História do Portugal Restaurado*, possuir diversos “papeis elegantíssimos”, lavrados pelo próprio príncipe do Brasil[80]. Todos haviam sido redigidos em latim, considerando-se que evidenciava a elegância textual[8]. Tendo em conta que nenhuma obra do primogénito real foi integralmente impressa, é provável que se tenham

perdido durante o terramoto de 1755, tendo em conta que se encontravam maioritariamente nos arquivos da casa de Bragança e na biblioteca dos condes da Ericeira. Excertos de livros e cartas foram transcritas por D. Luís de Meneses, D. António Caetano de Sousa, João Batista Domingues e, de modo particular, pelo padre Manuel Luís[82]. Em 1752, Diogo Barbosa Machado procedeu ao levantamento das obras redigidas por D. Teodósio, abaixo identificadas.

Título	Observações
<i>Regia Occupatio</i>	Instrução política para os reis, revelando, através de sentenças e das Sagradas Escrituras e de outros autores, como se haver com Deus e com os vassalos.
<i>Dosithei Macariapolis</i>	Também conhecida como <i>Theodosii Civitas beata</i> . Posteriormente reunida a <i>Dosithei Aureum Saeculum</i> .
<i>Dosithei Aureum Saeculum</i>	Desenvolvimento de <i>Dosithei Macariapolis</i> , em que versava sobre a instituição de uma República semelhante à de Xenofante. Enviou uma cópia à rainha Cristina da Suécia.
<i>Commentariae Sueciae, &amp; Gothicae Historiae</i>	Obra dedicada e remetida à rainha Cristina da Suécia.
<i>De Emmendatione</i>	
<i>Cartas latinas escritas ao seu confessor</i>	Tratou-se do padre André Fernandes. Compiladas e transcritas pelo padre Manuel Luís.
<i>Duas cartas latinas escritas à rainha da Suécia</i>	Compiladas e transcritas pelo padre Manuel Luís.
<i>Três cartas, escritas a El Rei seu pai</i>	Compiladas e transcritas pelo padre Manuel Luís. Uma das cartas foi traduzida para português e publicada por João Batista Domingues.
<i>Exhortatio ad Serenissimum Portugalliae Regem, ejusque a secretis Consiliaris de non deserendis Principibus Ruperto, &amp; Mauritio pro causa Regis Magnae Britanniae, nec admittendo Parlamentariorum in eos hostili ingressu</i>	Discurso do príncipe D. Teodósio sobre dar abrigo a Roberto e Maurício do Palatinado, que se encontravam aportados no Tejo. Transcrito e publicado por D. Luís de Meneses, em português, e por D. António Caetano de Sousa, em latim.
<i>Summa Astronomica in duos divisa libros. Primum de Astronomia. Secundus de Astrologia</i>	
<i>Compendio de Grammatica, Rethorica, Rhetorica, Astrologia, e Astronomia para sua instrução e de seus Condiscipulos</i>	
<i>Emmendatio</i>	Referida por João Batista Domingues.

Título	Observações
<i>Breve e Elegante Resumo da História dos Godos e dos Suevos</i>	Redigido entre 1650 e 1651, quando D. Teodósio tinha entre 16 e 17 anos. Referido por João Batista Domingues.
<i>Christiana Philosophia</i>	Nesta obra, D. Teodósio mencionou <i>Septica</i> .
<i>Septica</i>	Mencionada em <i>Christiana Philosophia</i>
<i>Confutação dos erros dos hereges antigos, e modernos</i>	Para a redação desta obra, D. Teodósio pediu permissão ao Tribunal de Santo Ofício para ler livros heréticos, isto é, autores protestantes.
<i>Fabulas moralizadas semelhantes às de Esopo</i>	
<i>Oração</i>	Redigida em latim, foi publicada por João Batista Domingues.

Fonte: D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado*, t. I, Lisboa: Oficina de João Galvão, 1679, pp. 727-731; Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus*, Évora: Imprensa da Universidade de Évora, 1680, pp. 80-89; D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. IV, Lisboa: Oficina Silvana, 1740, pp. 799-818; João Batista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio, oferecida a Santa Joana, Princesa de Portugal*, Lisboa: Oficina de António Pedroso Galram, 1747, pp. 149-165; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. III, Lisboa: Oficina de Inácio Rodrigues, 1752, p. 731.



A primeira mencionada por Diogo Barbosa Machado foi *Regia Occupatio*, ou seja, *Ocupação Real*, que mais não era do que uma instrução política para monarcas. A mesma revelava, através de sentenças e das Sagradas Escrituras, a relação do soberano com Deus e com os seus vassallos<sup>[831]</sup>. Primeiro escrito em latim e depois passado para a língua vernacular, apenas se lhe conhece o prólogo, por o padre Manuel Luís o ter publicado em *Theodosius Lusitanus*<sup>[84]</sup>. O mesmo sucedeu com *Dosithei Macariopolis*, cujo título pode ser traduzido, de acordo com João Batista Domingues, para *Cidade de Teodósio bem-aventurada*<sup>[85]</sup>. Nesta obra, o príncipe do Brasil debruçou-se sobre a forma como se haveria de instituir uma república, semelhante às ideias de Xenofonte<sup>[86]</sup>.

O referido texto, produzido c. de 395 a.C., surgiu no contexto da vitória de Esparta, sob o comando de Agesilau, contra os Persas, em Sardes. Para o autor ateniense, o modelo espartano era bem sucedido, por se

observar na dita cidade-estado o cumprimento da legislação, na restrição da mulher a um papel reprodutor, a valorização da educação, capacitando os homens para o desempenho político e a preponderância da militarização<sup>[87]</sup>. É provável que o filho de D. João IV se tenha revisto em alguns destes ideais, defendendo-os na sua obra, cujo prólogo se conhece, uma vez que foi transcrito pelo padre Manuel Luís<sup>[88]</sup>. Provavelmente consultou a edição quinhentista, traduzida do grego para o castelhano, adquirida pelo seu trisavô, D. Teodósio I, duque de Bragança<sup>[89]</sup>.

O príncipe do Brasil deu continuidade à referida temática em *Dosithei aureum saeculum*, o mesmo é dizer *Século de ouro de Teodósio*, pois a primeira palavra correspondia a um anagrama<sup>[90]</sup>. Encontrando-se ambas concluídas em 1650<sup>[91]</sup>, refira-se que uma cópia deste aditamento foi oferecida à rainha Cristina da Suécia, que se correspondeu com o primogénito do rei

de Portugal. A soberana havia solicitado ao filho do *Restaurador* uma obra de sua autoria, para que a pudesse ler. O seu pedido teria sido atendido em 8 de fevereiro de 1651, conhecendo-se a missiva que refere o envio do manuscrito[92]. O escrito chegou à Corte de Estocolmo pela mão de João Frederico Frissendorf, residente da coroa sueca em Lisboa, tendo sido apreciado e estimado pela monarca, que ordenou que o mesmo fosse conservado junto dos seus “livros mais seletos”[93]. Uma cópia havia permanecido em Portugal, no arquivo da casa de Bragança, onde Diogo Barbosa Machado a identificou, em 1752[94].

Não é improvável que Cristina da Suécia tivesse recebido igualmente *Commentaria Sueciae, & Gothicae Historiae*, ou, quando muito, esta obra foi redigida com o propósito de regalar a soberana nórdica[95]. É possível encontrar uma cópia do referido manuscrito na Biblioteca Nacional de Portugal, presumindo-se que uma versão tenha permanecido em Lisboa[96]. O exemplar encontra-se incompleto, constando essa informação no inventário de manuscritos, publicado em 1896, por José António Moniz[97]. Algumas anotações sobre o título da obra permitem verificar que, em data próxima à da edição em questão, se estabeleceu contacto com o diretor da Biblioteca Real de Estocolmo, que permitiu esclarecer algumas dúvidas relativamente ao livro[98].



Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, José Joaquim Lopes, Cristina, Rainha da Suécia (c. 1850).



Tratava-se, nomeadamente, de uma cópia incompleta de *Gothorum Sueonumque Historia*, de Johannes Magnus (1488-1544)[99]. O autor foi o último arcebispo católico

de Uppsala, tendo-se exilado em Roma a partir de 1526, data em que o reino sueco abraçou a confessionalização luterana[100]. A obra em questão foi publicada a título póstumo, em 1554, por iniciativa de Olaus Magnus (1590-1557), irmão do autor, versando a mesma sobre a história da Suécia, ainda que obedecendo a narrativas fantasiosas[101]. Não se tratando de um trabalho original de D. Teodósio, pode, ao menos, vislumbrar-se nesta redação uma tentativa de conhecer melhor o tema em questão. Junte-se-lhe ainda a hipótese de o príncipe do Brasil ter procurado agradar à rainha Cristina, caso lhe tenha remetido uma cópia manuscrita de *Commentaria Sueciae, & Gothicae Historiae*.

Alguns excertos da produção de D. Teodósio sobreviveram graças ao padre Manuel Luís, que os transcreveu, em *Theodosius Lusitanus*, como sucedeu com o primeiro capítulo de *De Emmendatione*[102]. Relativamente a *Summa Astronomica in duos divisa libros. Primum de Astronomia, Secundus de Astrologia anno aetatis 12 labente 1646; Compendia de Grammatica, Rethorica, Rhetorica, Astrologia, e Astronomia para sua instrução e de seus Condiscipulos; e Christiana Philosophia e Fabulas moralizadas semelhantes às de Esopo*, apenas se lhe conhece o título[103]. Refiram-se igualmente uma oração, as cartas remetidas a D. João IV, D. Luísa de Gusmão e ao padre André Fernandes, assim como o discurso apresentado ao conselho de Estado, no qual defendeu os príncipes Roberto e Maurício do Palatinado, como atrás ficou dito[104].

Não deixa de ser notável o facto de D. Teodósio ter deixado uma produção de assinalável dimensão, tendo em conta que viveu apenas 19 anos. No caso de *Summa Astronomica*, foi escrita quando o herdeiro do trono tinha 12 anos, em 1646. O seu desaparecimento precoce provavelmente impediu outras redações e, mais concretamente, levou a que algumas que se encontravam em curso não tivessem sido concluídas. Assim sucedeu com *Confutação dos erros dos hereges antigos, e modernos*, trabalho que deixou inacabado, em 1653[105]. Piedoso e defensor convicto da confessionalização católica, o príncipe do Brasil havia encomendado livros heréticos, ou seja, redigidos por autores protestantes, nas Províncias Unidas[106].

Para preparar o referido texto, D. Teodósio solicitou autorização ao Tribunal do Santo Ofício para a leitura dos textos adquiridos em terras neerlandesas, uma vez que estes se encontravam interditos em Portugal[107]. A sua posse apenas era permitida aos estrangeiros não católicos, fruto da liberdade de consciência oficialmente aceite com a Restauração, nomeadamente após a assinatura do tratado luso-sueco de 1641, salvaguardando-se o exercício da religião dentro de casas e de embarcações[108]. Refira-se igualmente *Macaritides*,

ou seja *Reymo bem-aventurado*, que narrava a viagem de um homem que aportou, após perigosa navegação, e dirigiu-se a uma afortunada Corte[109]. Se desta obra

apenas se conhecia a introdução, nos casos de *Breve e Elegante Resumo da História dos Godos e dos Suevos*, *Emmendatio*, *Septica* restaram apenas os títulos[110].

## Conclusão

D. Teodósio de Bragança foi o herdeiro do trono português entre 1640 e 1653, datas, respetivamente, da entronização de D. João IV e do falecimento do próprio príncipe, antes do progenitor. O *Restaurador* investiu de forma particularmente notável na instrução do seu filho primogénito, com vista a suceder-lhe, na qualidade de rei de Portugal. Prova-o a aprendizagem de um vasto leque de matérias, designadamente astrologia, astronomia, cavalaria, esgrima, latim e matemática. Estas foram lecionadas por figuras de vulto de meados do século XVII, entre os quais António Galvão de Andrade, Duarte Gomes de Figueiredo, João Pascácio Cosmader e D. Pedro Pueros.

No que à instrução do príncipe do Brasil diz respeito, não deixem de se ter igualmente em conta diversos hábitos culturais, advindos, em nosso entender, da educação auferida. Em primeiro lugar, figura a leitura, que marcou diversos momentos do quotidiano e que, em parte, foram enumerados pelos biógrafos teodosianos. Através das fontes impressas, é possível apurar que D.

Teodósio leu autores clássicos, medievais e modernos, nomeadamente Abu Muça Jabir Ibne Haiane, Cataldo Parisio Sículo, Cristóvão Clávio, Diego Saavedra Fajardo, Euclides, Garcia de Resende, Homero, Hugh Sempill, Jacob Merlo Horstius, Quinto Cúrcio Rufo, Thomas Kempis e Virgílio. Entre as hipóteses levantadas constam igualmente Diogo do Couto, Garcia de Resende, Gaspar Correia e João de Barros.

Relativamente à escrita, sobretudo em latim, sabe-se que o filho do Restaurador foi afeto a temáticas como astronomia, história e religião. A maior parte destes trabalhos desapareceu, tendo sobrevivido os excertos que o padre Manuel Luís incluiu em *Theodosius Lusitanus*, em 1680. Ressalve-se ainda *Commentaria Sueciae, & Gothicae Historiae*, remetido à rainha Cristina da Suécia, conservando-se uma cópia na Biblioteca Nacional de Portugal. Este exemplar, a par dos demais excertos sobreviventes, permitem verificar a erudição do primogénito real, fruto da sua apetência e, concomitantemente, da instrução que se lhe destinou.



\* Doutor em História, pela Faculdade de Letras da ULisboa, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Drumond Braga. Email: [francisco.pardal@letras.ulisboa.pt](mailto:francisco.pardal@letras.ulisboa.pt). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3535-571X>

[1] D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História do Portugal Restaurado*, t. I, Lisboa: Oficina de João Galvão, 1679, pp. 42-802.

[2] Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus, sive Principis perfecti vera effigies: rerum sub id tempus in Lusitania praeclaré gestarum nativis coloribus illuminata*, Évora: Oficina da Universidade de Évora, 1680.

[3] Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus...*, pp. 89-90.

[4] João Batista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio, offerecida a Santa Joana, Princesa de Portugal*, Lisboa: Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galram, 1747.

[5] Sobre Diogo Barbosa Machado cf., sem prejuízo de outros, Ana Paula Sampaio Caldeira, *Colecionar e escrever a história: a memória do império português legada por Diogo Barbosa Machado*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2017, pp. 27-72.

[6] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana, Histórica, Crítica, e Chronológica, na qual se compreende a notícia dos*

- Autores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*, t. III, Lisboa, Oficina de Inácio Rodrigues, 1752, pp. 729-731.
- [7] Joaquim Pedro Oliveira Martins, *História de Portugal*, t. II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1882, pp. 118-126.
- [8] Luís Augusto Rebelo da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, t. IV, Lisboa: Imprensa Régia, 1869, pp. 193-246; José Ramos Coelho, *História do Infante D. Duarte, Irmão de El-Rei D. João IV*, t. I-II, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1889-1890.
- [9] Damião Peres, *História de Portugal*, vol. 6, Barcelos: Portucalense Editora, 1934, pp. 70-75.
- [10] Eduardo Brasão, “Alguns documentos da Biblioteca da Ajuda sobre a Restauração”, *Revista Ocidente*, n.º 108, Lisboa, 1940, p. 35.
- [11] Luís Reis Torgal, “Restauração: breves reflexões sobre a sua historiografia”, *Revista de História das Ideias*, n.º 1, Coimbra, 1977, pp. 23-27.
- [12] Hipólito Raposo, *Dona Luísa de Gusmão, duquesa e rainha, 1613-1666*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947, pp. 217-225.
- [13] Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa: Verbo Editora, 1991, p. 384; Pedro Cardim, “D. João IV (1640-1656). A luta por uma causa rebelde”, in José Mattoso (dir.), António Manuel Hespanha (coord.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 407.
- [14] Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa: Temas & Debates, 2006; Monique Vallance, *A rainha restauradora: Luísa de Gusmão*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, pp. 98-105; Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, *D. Luísa de Gusmão (1613-1666): restaurar, reinar e educar*, Lisboa: Gradiva Publicações, 2012, pp. 143-154.
- [15] Ana Martins e João Gabriel Caia, “O papel da educação nos séculos XVI e XVII: o príncipe D. Teodósio como estudo de caso”, *Callipole*, n.º 26, Vila Viçosa, 2019, pp. 83-96; Francisco Pardal, “Na morte de sábios Príncipes não perdem pouco os Reinos: a parenética fúnebre por ocasião da morte de D. Teodósio (1634-1653), Príncipe do Brasil”, *Erasmus. Historia Bajomedieval y Moderna*, n.º 9, Valladolid, 2022, pp. 93-122; Francisco Pardal, *A formação de um herdeiro em tempos de consolidação dinástica: o príncipe D. Teodósio (1634-1653)*, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2025.
- [16] D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. VII, Lisboa: Régia Oficina Silviana, 1740, p. 263.
- [17] António de Oliveira, *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 167.
- [18] Rafael Valladares, *La rebelión de Portugal, 1640-1680: guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica*, Valladolid: Junta de Castilla y León - Consejería de Educación y Cultura, 1998.
- [19] Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, “O juramento dos herdeiros do trono em Cortes (séculos XIV-XVII)”, in *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Assembleia da República, 2006, p. 251. [20] D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. IV, Lisboa: Régia Oficina Silviana, 1740, p. 791.
- [21] D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História... cit*, t. I, p. 697.
- [22] Lisboa, Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Gavetas, Gav. 20, mç. 16, n.º 15, fol. não num.
- [23] Lisboa, ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 170, fols. 93-101; Pedro Cardim, “A Casa Real e os órgãos centrais do governo no Portugal da segunda metade de seiscentos”, *Tempo*, n.º 13, Rio de Janeiro, 2002, pp. 21-23.
- [24] D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História...*, t. I, p. 697.
- [25] Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, p. 287.
- [26] Francisco Pardal, *A formação...*, pp. 236-259.
- [27] Bernardo M. Mota, *Sphaera mundi: a ciência na aula da esfera: manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, pp. 65-66.
- [28] Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, cód. 2260, fol. 1
- [29] Conservam-se dois manuscritos desta memória, na Biblioteca da Ajuda e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Cf. Lisboa, Biblioteca da Ajuda (BA), 51-IX-32, fols. 102-102v; Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), Manuscritos, ms. 504, fols. 120v-121.
- [30] Coimbra, BGUC, Manuscritos, ms. 504, fols. 120v-121.
- [31] Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV...*, pp. 287-288.
- [32] D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História...*, t. I, pp. 727-731.
- [33] João Batista Domingues, *Vida...*, pp. 136-137.
- [34] Lisboa, BA, 51-VI-15, fols. 35-71.
- [35] D. António Caetano de Sousa, *Provas...*, t. IV, p. 793.
- [36] Paris, Bibliothèque Nationale de France (BNF), *Fonds Portugais*, n.º 26, fol. 79.

- [37] Lisboa, BA, 51-VIII-39, fols. 17-176; 51-X-18, fols. 49-432v; 51-X-19, fols. 9-212; Lisboa, ANTT, Miscelâneas Manuscritas, vol. 3, fols. 222-236.
- [38] [D. João Rodrigues de Sá e Meneses] [Conde de Penaguião], *Elogio funeral do Príncipe D. Theodosio, N[osso] Senhor. Relação das exéquias e lutos com que sentio sua morte o Ex[celentíssi]mo João Ro[dri]g[ue]z de Sa Conde de Penaguião*, Londres: s.n., 1653, p. 13; Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus...*, p. 125.
- [39] João Batista Domingues, *Vida...*, pp. 169-172.
- [40] Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus...*, p. 131.
- [41] Lucas d' Andrade, *Breve relação do enterro que se fes em 17 de Mayo de 1653, ao Serenissimo Príncipe o S[enhor] D. Theodosio, desde os Paços de Alcântara, ao Real Convento de Belém, onde foi depositado*, Lisboa: António Álvares, 1653, pp. não num.
- [42] Francisco Pardal, “Na morte...”, pp. 99-112.
- [43] Fernando Castelo Branco, “Teodósio, Príncipe D. (1634-1653)”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Porto: Livraria Figueirinhas, 1971, p. 148.
- [44] João Batista Domingues, *Vida...*, pp. 36-37.
- [45] Cristina Sobral, “O *Flos Sanctorum* de 1513 e as suas adições portuguesas”, *Lusitania Sacra*, n.º 13-14, Lisboa, 2001-2002, pp. 531-533.
- [46] João Batista Domingues, *Vida...*, p. 37.
- [47] Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016, p. 103.
- [48] Jacob Merlo Horstius, *Paradisus animae christianae. Manuale pietatis, in quo officium B[eatae] Mariae Virginis, septem Psalmi poenitentiae, litaniae variae, accessus altaris, psalterium et orationes tempore velli et calamitatis publicae*, Colónia: J. Kinchii, 1670. Consultou-se esta edição, por não ter sido possível localizar a original.
- [49] Jacob Merlo Horstius, *Paradisus...*
- [50] Paul de Barry, *Livro intitulado cuydayo (sic) bem: ensina meyo breve, facil, e seguro para se salvar. Dedicado à mocidade christam & a todos, os que desejam lograr a ditoza Eternidade. Acrecentado com a Filosofia do verdadeyro Christam & de novo com hum exercicio cotidiano mui proveytoso para o mesmo fim; que praticava o Serenissimo Príncipe de Portugal D. Theodosio*, Évora: Imprensa da Universidade de Évora, 1674, pp. 281-282.
- [51] Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista...*, p. 205.
- [52] João Batista Domingues, *Vida...*, p. 97.
- [53] João Batista Domingues, *Vida...*, p. 58.
- [54] *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*, introdução e edição de João Carlos Gonçalves Serafim, Porto: Edições Afrontamento, 2011, pp. 85-86.
- [55] João Batista Domingues, *Vida...*, p. 37.
- [56] António Vieira, “Voz Seg[un]da Obsequiosa. Sermão das Exéquias do Sereníssimo Príncipe de Portugal D. Theodosio de Saudosa Memória, Prégado no Collegio da Companhia de Jesus de São Luís do Maranhão”, in *Sermões Varios e Tratados, ainda não impressos, do Grande Padre António Vieyra da Companhia de Jesus, Offerecidos à Magestade DelRey D. João V*, t. XV, Lisboa: Oficina de Manuel da Silva, 1748, p. 265.
- [57] António Vieira, “Voz Seg[un]da Obsequiosa...”, p. 265; Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista...*, p. 148.
- [58] João Batista Domingues, *Vida...*, pp. 109-110.
- [59] Sebastião César de Meneses, *Summa Política: Offerecida ao Príncipe de Portugal D. Theodosio*, reedição fac-similada da edição de 1650, Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia, 1921, p. 22; António de Sousa de Macedo, *Armonia Política...* cit., p. 243; António de Sousa de Macedo, *Armonia Política dos documentos divinos com as conveniencias d' Estado: exemplar de principes no governo dos gloriosíssimos reys de Portugal: ao sereníssimo príncipe Dom Theodosio*, Haga do Conde: Oficina de Samuel Broun, 1651, p. 243.
- [60] Sebastião César de Meneses, *Summa Política...*, pp. 12-174; António de Sousa de Macedo, *Armonia Política...*, pp. 10-246; Martim de Albuquerque, “Para uma teoria do barroco em Portugal: a *Summa Política* de Sebastião César de Meneses, 1649-1650”, *Revista de História*, vol. 2, Porto, 1979, pp. 63-101; Anna Dzialak-Szubinska, “*Armonia Política* (1651) de António de Sousa de Macedo – *speculum principum* ao serviço da dinastia de Bragança”, *Iberomania*, n.º 97, Berlim, 2023, pp. 21-37.
- [61] Paulette Demerson, “Correspondence diplomatique de François Lanier, residente de France à IIsbonne, 1642-1644”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXV, Lisboa, 1994-1996, p. 792.
- [62] João Batista Domingues, *Vida...*, p. 134.
- [63] Garcia de Resende, *Lyvro das obras de Garcia de Rese[n]de que trata da vida & gra[n]dissimas virtudes: & bo[n]dades magnanimo esforço: excele[n]tes costumes & manhas & muy craros feitos do christianissimo: muyto alto e poderoso principe el Rey do[m] João o segundo deste nome*, Lisboa: Luís Rodrigues, 1545.
- [64] João Batista Domingues, *Vida...*, p. 84.

- [65] João Batista Domingues, *Vida....*, pp. 106-107.
- [66] A publicação de *Décadas da Ásia* ocorreu durante um largo período, compreendido entre os séculos XVI e XVIII. Como tal, é provável que o príncipe D. Teodósio, caso tenha lido a referida obra, tenha recorrido, em parte, a versões manuscritas. Para uma edição completa da referida obra cf. João de Barros e Diogo do Couto, *Décadas da Ásia de João de Barros e de Diogo do Couto*, Décadas I-XII, Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1777-1788.
- [67] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana....*, t. II, pp. 345-346; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, t. I-III, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1858-1866.
- [68] Cristóvão Clávio, *Euclidis sex primi elementorum geometricorum libri cum parte undecimi*, Roma: Bartolomaei Zanneti, 1629; Idem, *Christophori Clavii Bambergensis e Societate Jesu Opera Mathematica*, t. I-V, Mainz: Antonii Hierat, 1611-1612.
- [69] João Batista Domingues, *Vida....*, p. 58.
- [70] *Um diálogo epistolar....*, p. 85.
- [71] *Um diálogo epistolar....*, p. 85.
- [72] *Um diálogo epistolar....*, p. 251.
- [73] *Um diálogo epistolar....*, p. 251.
- [74] *Um diálogo epistolar....*, p. 121.
- [75] *Um diálogo epistolar....*, p. 121.
- [76] Hugh Sempill, *De mathematicis disciplinis libri duodecim*, Antuérpia: Oficina Plantiniana Balthasaris Moreti, 1635.
- [77] Sobre a obra de Hugh Sempill cf., sem prejuízo de outros, Luís Campos Ribeiro, “Jesuits and Astrology: Print versus Manuscript”, *Journal of Jesuit Studies*, n.º 10, Boston, 2023, p. 451.
- [78] *Um diálogo epistolar....*, p. 85.
- [79] Sobre a vida e obra de Cataldo cf., sem prejuízo de outros, Américo da Costa Ramalho, “Cataldo no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”, in Roberta Amorim, Isabel Pinho e Carla Passos (coord.), *D. Manuel I e a sua época: actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 47-55.
- [80] D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História....*, t. I, p. 731.
- [81] D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História....*, t. I, p. 731.
- [82] D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História do Portugal....*, t. I, pp. 727-731; padre Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus....*, pp. 80-80v; D. António Caetano de Sousa, *Provas....*, t. IV, 1740, pp. 799-818; João Batista Domingues, *Vida....*, pp. 149-165.
- [83] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana....*, t. III, p. 731.
- [84] Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus....*, p. 80.
- [85] João Batista Domingues, *Vida....*, p. 116.
- [86] Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus....*, p. 80v; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana....*, t. III, p. 731.
- [87] Xenofonte, *La Republica de los Lacedemonios*, tradução de Maria Rico Gómez, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. Para as ideias defendidas por Xenofonte cf., sem prejuízo de outros, Cleyton Tavares da Silveira Silva, “Esparta como Vontade e como Representação: uma introdução à escrita de Xenofonte na construção da Lacedemônia”, *Alethéia*, vol. 2, Bagé, 2010, pp. 1-13.
- [88] Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus....*, p. 80v.
- [89] Xenofonte, *Las obras de Xenofonte trasladadas de griego en castellano por el secretario Diego Gracian en tres partes*, Salamanca: Juan de Junta, 1552, pp. 205v-211v; Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista....*, p. 127.
- [90] [Frei Luís de Sá], *Exéquias feitas à Memória do Serenissimo Príncipe e Senhor Dom Theodosio Primeiro deste nome. Celebradas na Capella Real do Hospital da Cidade de Coimbra*, Coimbra: Oficina de Manuel Dias, 1654, p. 27; João Batista Domingues, *Vida....*, p. 116.
- [91] [Frei Luís de Sá], *Exéquias....*, p. 7.
- [92] Estocolmo, Riksarkivet, Diplomática Portugallica, vol. 24, fol. não num.
- [93] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana....*, t. III, p. 731.
- [94] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana....*, t. III, p. 731.
- [95] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana....*, t. III, p. 731.
- [96] Lisboa, BNP, Reservados, cód. 292.
- [97] [José António Moniz], *Inventário – Secção XIII – Manuscriptos*, Lisboa: [Biblioteca Nacional de Lisboa], 1896, p. não num.
- [98] Lisboa, BNP, Reservados, cód. 292, fol. não num.
- [99] Apenas foi possível localizar a edição de 1558, ao invés da original, como se pretendia. Cf. Johannes Magnus, *Gothorum Sueonumque Historia*, Basileia: Oficina Isingriniana, 1558.
- [100] Sobre a vida e obra de Johannes Magnus cf., sem prejuízo de outros, Birgitta Ernby et. al., “Johannes Magnus”, in *Nortedts forsta svenka ordbok*, Estocolmo: Nortedts ordbok, 2001, p. 285.

- [101] Para esta questão cf. Kurt Johannesson, *The Renaissance of the Goths in Sixteenth-century Sweden: Johannes and Olaus Magnus as Politicians and Historians*, tradução de James Larson: University of California Press, 1991.
- [102] Manuel Luís, *Theodosius Lusitanus...*, pp. 88-89.
- [103] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana...*, t. III, p. 731.
- [104] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana...*, t. III, p. 731; D. Luís de Meneses [Conde da Ericeira], *História...*, t. I, pp. 727-730; João Batista Domingues, *Vida...*, p. 165.
- [105] João Batista Domingues, *Vida...*, pp. 79-80.
- [106] João Batista Domingues, *Vida...*, p. 59.
- [107] Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana...*, t. III, p. 731.
- [108] Sobre esta questão Cf. Isabel Drumond Braga, *Entre duas Maneiras de Adorar a Deus: os Reduzidos em Portugal no Século XVII*, Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 27.
- [109] João Batista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio...*, p. 117.
- [110] João Batista Domingues, *Vida do Príncipe D. Theodosio... cit.*, pp. 117-134; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana... cit.*, t. III, p. 731.

# CONDE DA ERICEIRA



## **Produção intelectual, casa real e luto: vida e obra do 4.º conde da Ericeira (1673-1743)\***

Iuri Fernandes \*\*

## Apresentação do tema e estado da questão

---

D. Francisco Xavier José de Meneses, 4.º conde da Ericeira (1673-1743) nasceu em 29 de janeiro de 1743. O aristocrata destacou-se pela sua intelectualidade. Através da participação ativa em academias, ao longo da sua vida, produziu mais de seis dezenas de textos. Já a sua biblioteca particular contou com mais de dezoito mil volumes. Na qualidade de diretor, censor e colaborador ativo nas sessões, a Academia Real da História logrou da sua presença entre 1721 e 1743.

Em primeiro lugar interessa conhecer a vida de D. Francisco bem como indagar o seu quotidiano familiar. De seguida, a análise das censuras realizadas às suas obras é de relevância no âmbito da explanação do seu legado e das suas relações com as instituições de poder, a saber: a Igreja, a Inquisição e a coroa. A categoria de obras laudatórias, nomeadamente os elogios fúnebres, destacaram-se entre a sua produção literária. Consequentemente, o quadro sentimental destes textos e a metodologia que o autor utilizava para destacar os seus objetos de estudo é aferido no decorrer desta investigação.

No estado da questão considerámos as obras que nos foram mais úteis em quatro domínios, a saber, as relativas à vida e obra do 4.º conde da Ericeira, as que se referem ao Santo Ofício da Inquisição e aos mecanismos censores, e, por fim, as que conceptualizaram as matérias relativas às emoções e aos sentimentos, na medida em que foram estes os principais temas que abordámos ao longo deste estudo.

A vida e a obra do 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier José de Meneses interessou a diversos autores<sup>[1]</sup>. D. Francisco foi um dos responsáveis pelo impacto cultural que se verificou entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Embora tenha sido muito interessado pela atividade académica em Lisboa, também foi perscrutada a sua atividade a nível internacional, nomeadamente na Royal Society, de Londres. O conde desempenhou diversas tarefas relacionadas com a erudição, tendo sido o responsável pela catalogação da

biblioteca particular dos condes do Vimioso. As temáticas relacionadas com Inquisição, censura e imprensa foram objeto de atenção por diversos autores.

Fernando Guedes<sup>[2]</sup> aferiu a temática relacionada com a intelectualidade, partindo do caso dos livros que circulavam em Portugal e do impacto social que o Tribunal do Santo Ofício era detentor no quotidiano seiscentista e setecentista. O autor também perscrutou o papel dos livreiros e a sua relação com a Inquisição, de modo a avaliar as regras aplicadas ao ofício e contextualizou a sua evolução na época moderna. Por

seu lado, Ángel Alcalá<sup>[3]</sup> averiguou a temática relacionada com a censura e a literatura em Portugal e em Espanha, de modo a refletir sobre o funcionamento e a eficácia das instituições. Também interessou a Rosemarie E. Horah<sup>[4]</sup> a censura de livros luso-espanhóis ao longo do século XVI. Através deste texto, a autora examinou os motivos que levavam a proibir a publicação de um livro. O estudo

de Maria Teresa Payan Martins<sup>[5]</sup> abordou o sistema de censura existente em Portugal nos séculos XVI a XVIII. A autora averiguou a forma como atuavam os censores da coroa, do Tribunal do Santo Ofício e da Igreja e quais eram os mecanismos utilizados pela Inquisição no que respeita ao controlo da circulação de impressos

proibidos em Portugal. J. M. de Bujanda<sup>[6]</sup> fez um estudo comparativo entre a Inquisição castelhana e a portuguesa, comparando os mecanismos de censura das duas instituições. Neste seguimento, Ana Cristina da Costa Gomes<sup>[7]</sup> refletiu sobre o impacto da censura preventiva sob os manuscritos.

A instauração do Tribunal do Santo Ofício bem como a regulamentação da censura foram temáticas indagadas por diversos autores ao longo das últimas décadas.

Refiram-se Francisco Bethencourt<sup>[8]</sup>, que analisou as semelhanças e as diferenças entre as inquisições portuguesa, espanhola e italiana; José Pedro Paiva, que discutiu a relação entre bispos e censura<sup>[9]</sup>, bem como a

obra de Giuseppe Marccocci e José Pedro Paiva<sup>[10]</sup>, na qual os autores refletiram sobre o Tribunal do Santo Ofício e o seu funcionamento entre o século XVI, e a sua extinção, no início do século XIX. Através do texto de Isabel Drumond Braga<sup>[11]</sup> é possível aferir as mudanças estruturais no Tribunal do Santo Ofício aquando da transição dinástica ocorrida no dia 1 de dezembro de 1640. Por último, Jorge Fonseca<sup>[12]</sup> abordou o caso dos livreiros em Lisboa entre os séculos XVI e XVII. A capital era o local onde mais livros eram impressos e era onde desembarcavam muitas embarcações vindas de diversos locais a nível internacional. Consequentemente, interessa saber a atuação da Inquisição em Lisboa, visto que era um local tão suscetível a circularem livros proibidos.

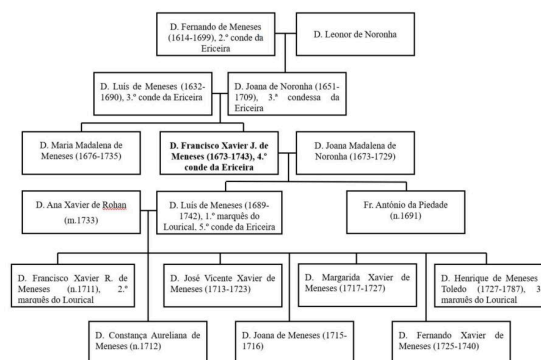
O estudo da história das emoções e dos sentimentos é uma prática recente, tal como será abordado no desenvolvimento deste artigo. A David Golman interessou o estudo da inteligência emocional. Grosso modo, o psicólogo perscrutou a influência dos sentimentos e das emoções no que respeita às relações interpessoais. Os mecanismos de manejo sentimental e diferentes abordagens emocionais foram temáticas que captaram a sua atenção<sup>[13]</sup>. María Sánchez interessou-se pela representação das emoções na correspondência particular. Através deste estudo de caso, a autora refletiu sobre o conceito de emoção na Espanha da época moderna<sup>[14]</sup>. A obra *Histoire des sensibilités* dirigida por

Alain Corbin e Hervé Mazurel reúne diversos textos cujo âmago é a história das sensibilidades, nomeadamente o desenvolvimento da história dos sentimentos. Através desta obra, é permitido ao leitor refletir sobre a relação das emoções e sentimentos com temáticas relacionadas com política, cultura, religião e sociedade<sup>[15]</sup>.

O sofrimento e o luto motivados por perdas familiares, expressos através de correspondência privada interessaram a Pedro Urbano. Através deste texto, o autor dissertou sobre a relação entre a expressão de emoções perante uma perda significativa e os sentimentos expressos a longo prazo, no período de luto<sup>[16]</sup>. É igualmente de relevância para a história dos sentimentos o texto de Cristina Martínez García. Através do estudo de caso da infanta portuguesa D. Maria das Neves, a autora perscrutou os sentimentos que a aristocrata evidenciava na sua correspondência privada, e definiu quatro categorias de sentimentos, a saber: religiosos, políticos, sociais e familiares<sup>[17]</sup>. Em último lugar, Isabel Peixoto debruçou-se sobre temáticas relacionadas com a religião, vida e morte, sob a perspetiva dos sentimentos e das emoções, na idade média, e com mais ênfase, na época moderna. Através deste estudo de caso, a autora confrontou diversas teorias sobre a história dos sentimentos e das emoções. A abordagem foi enriquecida com a perscrutação da relação do feminino com as emoções<sup>[18]</sup>.

## 1. O 4.º conde da Ericeira (1673-1743): aristocrata e intelectual

Em 29 de janeiro de 1673, nasceu em Lisboa D. Francisco Xavier José de Meneses, filho de D. Joana de Noronha (1651-1709) e de D. Luís de Meneses (1632-1690). De modo a assinalar o júbilo da família Ericeira, foi celebrada uma missa, seguida de um sermão, na Igreja da Anunciada, por frei Luís Lamberto<sup>[19]</sup>. Claramente, pais e avós de D. Francisco Xavier José de Meneses eram pessoas cultas e dedicadas à produção intelectual. Consequentemente, a instrução familiar recebida foi um fator fundamental no seu crescimento e formação. Através da figura materna, o conde logrou da influência da cultura francesa<sup>[20]</sup>. Porém, a par com a rainha D. Maria Francisca de Saboia (1646-1683) também o titular contribuiu para a dinamização da cultura francesa em Portugal<sup>[21]</sup>.



Árvore genealógica dos condes da Ericeira.

Aos oito anos de idade, D. Francisco foi avaliado com distinção num exame perante eruditos e fidalgos da

corte: “possuía já tantos conhecimentos que pôde sustentar um exame perante eruditos e fidalgos da corte, durante o qual glosou motes e compôs sonetos [...], e já D. Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, o convidava para a sua Academia dos Instantâneos, onde se propunham motes, se faziam versos ou se debatiam

temas sem estudo precedente”<sup>[22]</sup>. A versatilidade intelectual evidenciada por D. Francisco Xavier, ainda tão jovem, surpreendeu cortesãos e académicos. Consequentemente, para júbilo da família Ericeira o pequeno intelectual passou a integrar a Academia dos Instantâneos<sup>[23]</sup>.

Visando formar D. Francisco para que este possuísse conhecimentos em diversos idiomas, os seus pais e os seus avós desempenharam funções de mestres. Assim, além da sua língua materna, o conde dominava quatro outros idiomas, a saber: latim, italiano, francês e castelhano<sup>[24]</sup>. Antes de completar os 12 anos de idade, desenvolveu ainda conhecimentos na área da matemática com o cosmógrafo-mor e fidalgo da casa real Manuel Pimentel<sup>[25]</sup>. De acordo com Ofélia Paiva Monteiro, os saberes referentes às áreas de teologia e da história foram de igual importância para o desenvolvimento intelectual de D. Francisco. Neste seguimento, foi de referência o conde de Schomberg (1615-1690)<sup>[26]</sup> e o 3.º conde da Ericeira na explanação das temáticas referentes à arte militar<sup>[27]</sup>.

O desembarque em Portugal da rainha D. Maria Sofia Isabel de Neuburg (1666-1699), em 11 de agosto de 1687, significou para o 3.º conde da Ericeira uma oportunidade de ostentar a destreza intelectual da sua família. Assim, D. Luís, na categoria de vedor da fazenda, embarcou em um bergantim com o objetivo de atender à cerimónia de beija-mão à rainha, que se encontrava na embarcação inglesa que a conduziu a Lisboa. Após ter cumprido o seu dever oficial, interpelou a rainha visando que fosse concedida autorização para que o seu filho pudesse obter a mesma honra. D. Maria Sofia Isabel de Neuburg acedeu positivamente ao pedido de D. Luís, e assim que D. Francisco Xavier de Meneses se encontrou na presença da rainha consorte, recitou poemas, compostos por versos em português, castelhano, italiano, latim e francês: “Ouviu, e admirou-se aquela majestade de tanta prontidão em idade tão tenra, pois ainda o conde não chegava a quinze anos, e para mostrar o quanto lhe agradara o seu obséquio, lhe respondeu com algumas palavras das mesmas línguas”<sup>[28]</sup>.

Na aristocracia, tal como na casa real, a sucessão era fundamental para assegurar a continuidade da família. Consequentemente, o casamento representava uma etapa basilar na vida de um aristocrata. No caso de D.

Francisco Xavier José de Meneses a opção considerada adequada para o consórcio, foi D. Joana Madalena de Noronha (1673-1729), filha de D. Luís Lobo da Silveira (1640-1706), 2.º conde de Sarzedas, e de D. Mariana da Silva e Lencastre (c. 1654-1699)<sup>[29]</sup>.

Em 24 de outubro de 1688, D. Francisco e D. Joana Madalena uniram-se em matrimónio. De acordo com José Barbosa, a cerimónia contou com menor aparato do que estava inicialmente previsto. A contenção na solenidade matrimonial deveu-se ao luto pelo falecimento de D. João, filho dos monarcas D. Pedro II e de D. Maria Sofia de Neuburg, em 17 de setembro de 1688, antes de completar um mês de vida:

“Celebrou-se este casamento com grande pompa, e muito maior era a que estava prevenida, se a não impedira a intempestiva morte do príncipe D. João primogénito dos nossos reis, sucedida em 17 de setembro do mesmo ano. Por este casamento se via a casa da Ericeira com três condes e três condessas vivos, a cuja felicidade não será fácil não achar semelhança, porque o senhor rei D. Pedro II no dia em que D. Francisco Xavier cingiu espada, lhe fez a mercê de o mandar cobrir”<sup>[30]</sup>.

Deste consórcio, resultaram dois filhos, a saber: D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses (1689-1742), futuro marquês do Lourçal, e D. Fernando António de Meneses (1691 – após 1745). Contudo, após assumir a vida eclesiástica, D. Fernando passou a designar-se frei António da Piedade<sup>[31]</sup>. A instrução dos seus filhos significou, para D. Francisco de Meneses, uma tarefa primordial.

D. João de Almeida Portugal foi o 2.º conde de Assumar (1663-1733), contemporâneo de D. Francisco Xavier José de Meneses. Através de diversas cartas que D. Francisco enviou a D. João entre 1706 e 1731 é possível averiguar diversas temáticas, tais como: aspetos relacionados com o quotidiano familiar dos condes da Ericeira, vivências de corte, situação política bem como questões relacionadas com doenças<sup>[32]</sup>.

De acordo com Isabel Drumond Braga “a carta, uma prática de escrita com enorme tradição, intrinsecamente ligada à alfabetização e à organização dos serviços de postais, pode ser entendida como uma forma de sociabilidade e como um meio de comunicar por escrito com o semelhante, visando pôr em comum informação. Para uns, apresenta um autorretrato do autor e um retrato do recetor, funcionando como um lenitivo para a saudade e um remédio para a ausência”<sup>[33]</sup>. D. Francisco iniciava as suas missivas com a fórmula “Meu Excelentíssimo Senhor”. Todavia, também era recorrente dirigir-se ao conde de Assumar por “Meu

primo, meu amigo e meu senhor” ou “Meu primo e meu senhor do meu coração”. Ao terminar a carta, seguia-se a expressão “Deus guarde a vossa excelência muitos anos”, bem como o local e a data em que a carta havia sido redigida<sup>[34]</sup>. A fórmula adotada pelo autor poderia evidenciar proximidade ou distância entre quem escrevia e quem recebia a missiva<sup>[35]</sup>. O modo de tratamento adotado por D. Francisco evidenciava afeto e proximidade entre os dois aristocratas.

Em Évora, no dia 10 de abril de 1706, o conde da Ericeira transmitia ao seu primo as boas novas da sua família: “Com saúde a minha casa também está boa e Luís com as assistências de noivo, muito fino e Fernando com os estudos de filosofo muito aplicado”<sup>[36]</sup>. A cultura era muito apreciada pela família Ericeira. Tal como os seus pais se envolveram diretamente na sua instrução, também respeitou ao 4.º conde da Ericeira supervisionar os desenvolvimentos que D. Luís Carlos e D. Fernando evidenciavam a nível intelectual.

No que respeita à educação do seu primogénito, foram privilegiados os saberes referentes à arte militar. Assim, D. Luís foi instruído sobre como montar a cavalo, manejar armas, bem como na área de geometria. De acordo com Diogo Barbosa, no que respeita às ciências e às artes, foi do interesse de D. Francisco transmitir os seus conhecimentos ao filho: “Com tal excesso se lhe adiantou o juízo à idade que não contando mais de quatro anos sabia ler perfeitamente, e formar com excelente primor os caracteres. Aprendeu os primeiros rudimentos das artes e ciências do seu grande pai consultando-o como doméstico oráculo em tudo que lhe era difícil ao conhecimento”<sup>[37]</sup>.

A Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714)<sup>[38]</sup> contou com a participação de D. Francisco Xavier José de Meneses e de D. Luís. Todavia, o 5.º conde da Ericeira destacou-se como vice-rei da Índia, em dois momentos, isto é, entre 1717 e 1720 e entre 1741 e 1742. Os seus labores militares e civis foram reconhecidos por D. João V quando o monarca lhe concedeu o título de marquês do Lourçal. Este, em 1736, integrou a Academia Real da História. De acordo com Diogo Barbosa Machado, o aristocrata foi autor de diversas obras, todas em língua portuguesa<sup>[39]</sup>.

D. Fernando de Meneses, o segundo filho do 4.º conde da Ericeira, dedicou-se ao estudo de filosofia, cânones e letras. Iniciou os seus estudos na Universidade de Évora e continuou-os no colégio de São Pedro, em Coimbra, onde se doutorou em Direito Pontifício, recebendo a beca em 1707. Posteriormente, ingressou no mosteiro de Santo António do Varatojo e assumiu o nome de frei António da Piedade, em 19 de julho de 1716. Em 1730, o

eclesiástico tornou-se visitador e examinador sinodal da comunidade de Santo António do Varatojo. Também exerceu o cargo de censor da Academia Real da História. De acordo com Diogo Barbosa Machado, frei António foi autor de diversos sermões, no entanto, apenas publicou dois deles, em língua portuguesa<sup>[40]</sup>. Frei António vivia em Madrid, em 1745<sup>[41]</sup>.

A contribuição do 4.º conde da Ericeira para a dinamização cultural foi notória, nomeadamente, através da sua participação ativa em diversas academias em Lisboa. Historiograficamente, é reconhecido a D. Francisco um grande labor no âmbito da pujança académica portuguesa. Segundo Ofélia Paiva Monteiro, o conde foi o responsável por uma geração de ilustrados em Portugal<sup>[42]</sup>. Entre 1696 e 1743 foram diversas as academias em que o 4.º conde da Ericeira participou. A Academia Portuguesa, fundada em 1717, foi uma das mais notórias do seu percurso académico. As sessões decorriam na biblioteca do Palácio da Anunciada e o seu nome foi inspirado na Academia Francesa. A primeira sessão decorreu no dia 26 de maio de 1717<sup>[43]</sup>.

De seguida, destacou-se a Academia Real da História. Fundada em 1720 por D. João V, contou com o auxílio de Manuel Caetano de Sousa, que realizou uma lista de intelectuais, visando a integração dos mesmos na instituição. Verificou-se que diversos membros da Academia Portuguesa transitaram para a nova instituição, inclusive, o 4.º conde da Ericeira. O aristocrata era detentor de um elevado prestígio nos círculos intelectuais de Lisboa, assim, este fator revelou-se preponderante para o seu recrutamento na qualidade de diretor e censor da Academia Real da História<sup>[44]</sup>. As sessões académicas ocorriam no Paço dos duques de Bragança e ocasionalmente no Paço Real, quando tinham lugar eventos em honra de membros da casa real<sup>[45]</sup>.

Em 1723, a Arcádia de Roma incluiu o conde da Ericeira. *Ormauro Paliseu* foi o nome eleito para o intelectual. Os conhecimentos de D. Francisco e a qualidade da sua obra foram amplamente reconhecidos e fatores

preponderantes para esta honraria<sup>[46]</sup>. Em 1738, foi a vez do conde da Ericeira se tornar membro da Royal Society, de Londres. Segundo Ofélia Paiva Monteiro, o intelectual seguia os labores desta academia regularmente<sup>[47]</sup>.

No dia 21 de dezembro de 1743, pelas dezoito horas, faleceu D. Francisco Xavier José de Meneses. Apesar de não ter sido mencionada a enfermidade, o conde sofria de cegueira desde 1733: “Qual seria a grandeza daquela dor, que chegou a perturbar uma tal constância? Mas

diminuindo-se aquele insulto, e repetindo-se segunda vez, disse que era a última. Pediu a vela, e renovado com maior eficácia os atos de fé, de esperança e de caridade”[48]. Como se pode observar, a fé e a caridade eram valores muito apreciados pela religião católica, principalmente quando se analisava as ações de um moribundo[49].

De acordo com José Barbosa, D. Francisco realizou um testamento. Todavia, apesar de não chegado aos nossos

dias, é possível indagar através do relato do autor as últimas vontades do conde, no que respeita às exéquias fúnebres[50]. O titular escolheu como mortalha um hábito franciscano e foi coberto com o manto da Ordem de Cristo, do qual era cavaleiro e comendador. Foi transportado na tumba[51] da Santa Casa da Misericórdia, até à sua sepultura, na capela-mor da Igreja da Anunciada, no dia 22 de dezembro: “o que tudo se executou observando-se uma grande diferença nas pessoas, que por três vezes pegaram na tumba porque tudo se devia à grandeza, e merecimento do conde”[52].

## 2. A produção intelectual do 4.º conde da Ericeira

Diogo Barbosa Machado atribuiu a D. Francisco Xavier de Meneses a autoria de mais de sessenta obras impressas. Destas, cerca de duas dezenas foram publicadas de forma autónoma pelo conde da Ericeira, sendo que três delas, encontram-se por localizar. No âmbito da Academia Real da História, a sua produção foi notória. Diogo Barbosa Machado, contabilizou quarenta e uma obras de autoria de D. Francisco, inseridas na *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real*[1]. A primeira publicação foi realizada no ano de 1694, enquanto a última saiu do prelo em 1742, um ano antes de falecer.

No que respeita a obras por publicar, contam-se quarenta e duas. Em último lugar, Diogo Barbosa Machado catalogou sete obras na categoria de “obras imperfeitas”, referindo-se aos manuscritos que não apresentavam os requisitos para que fossem impressos, mas tal nunca aconteceu. Neste grupo, encontra-se a obra *Memórias Eclesiásticas do Arcebispado de Évora para a Academia Real da História portuguesa*[2]. As temáticas relacionadas com terramotos, corrupção de cadáveres, questões bélicas e história foram as que mais interesse suscitaram ao conde da Ericeira.

### 2.1.1. Obras com uma censura

Para a publicação de uma obra, era necessário que a mesma fosse apresentada à censura. Este processo só era concluído após a existência dos pareceres dos qualificadores por parte da Inquisição, do Ordinário e do Desembargo do Paço. Não obstante, ao analisar as obras publicadas de D. Francisco revelaram-se inconstâncias na execução da legislação da época, o que se liga, certamente, ao facto de ele mesmo ser censor e pertencer à Academia Real da História, que detinha privilégio, nesse domínio.

O *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal* foi publicado

em 1736 pela oficina de António Isidoro da Fonseca. A obra foi escrita em memória da infanta D. Francisca (1699-1736), filha de D. Pedro II e de D. Maria Sofia Isabel de Neuburg. Este impressor e livreiro desenvolveu atividade entre 1728 e 1747 e localizava-se no Arco de São Roque[3]. A obra apresenta exclusivamente a censura do Desembargo do Paço, deste modo, representa uma exceção. Maria Teresa Payan Martins concluiu que a ausência da censura do Desembargo do Paço pode significar privilégio real, e não um caso de ilegalidade[4]. A lacuna suscitou a questão de se dever à ação humana e não a uma anomalia no processo censório. Ao confrontar a obra presente na Biblioteca Nacional de Portugal, com a cota F. 6881, e o texto que se encontra na Biblioteca da Ajuda, com a cota 55-II-11, n.º 53, descartou-se esta hipótese. As duas versões do texto de D. Francisco evidenciam que se deve mesmo a uma anomalia, uma vez que nenhuma das edições contempla as censuras do Santo Ofício e do Ordinário. O cariz laudatório, a censura positiva por parte do Desembargo do Paço e a oficina selecionada para a impressão da obra permitem a hipótese de que este exemplar não é fraudulento. Como era costume, anteriormente à sua impressão, estes textos eram recitados em audiência pública, no período de luto estabelecido. Não obstante, não deixa de representar uma anomalia em relação ao que era a norma estabelecida em Portugal.

D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, o 2.º marquês de Valença (1679-1749), foi o responsável pela censura do Desembargo do Paço. O aristocrata foi membro e censor da Academia Real da História, pertenceu ao conselho de D. João V e foi mordomo mor de D. Maria Ana de Áustria[5]. Em primeiro lugar, destacou a importância dos saberes da Antiguidade Clássica. Esta área do conhecimento foi amplamente dominada pelo autor, o que lhe forneceu maior credibilidade à realização do parecer, visto que foi

apresentada uma panóplia de referências à mitologia clássica no elogio fúnebre. Com o objetivo de destacar a tristeza sentida pela morte de D. Francisca, o censor afirmou: “Quem é tão ignorante, ou atrevido, que negue a nobreza, e veneração a Antiguidade? [...]. Não se transcreve, e comunica esta mesma nobreza, e veneração da Antiguidade a todas as coisas, ou pertençam ao fausto, ou aos costumes dos homens?”<sup>[6]</sup>. As qualidades de D. Francisco de Meneses como poeta foram igualmente admiradas: “Da poesia se servem os oráculos para declarar o mistério das suas respostas, e os mesmos versos serviram de oráculos a muitos homens para conhecerem a sua fortuna prospera, ou adversa. Foi costume de muitas nações premiar os poetas, como os vencedores com a mesma coroa de louro, com que se premiavam os famosos capitães depois das vitórias, final manifesto de que tanto merecem os poetas, como vencedores”<sup>[7]</sup>. O marquês de Valença terminou a sua exposição declarando o texto de D. Francisco digno de seguir para a imprensa, reforçando novamente as qualidades do autor do elogio fúnebre: “Nesta suavíssima Arte, senhor, é excelente, e incomparável o conde da Ericeira”<sup>[8]</sup>. A censura foi assinada em 28 de março de 1737.

### 2.1.2. Obras sem censuras

Em último lugar, vejamos a categoria de obras que não ostentam censuras. Isabel Ferreira da Mota refletiu sobre os privilégios que a Academia Real da História era detentora. Segundo a sua prospeção, o privilégio real que a instituição lograva, isentava-a da censura do Desembargo do Paço. Já as censuras relativamente ao Santo Ofício e ao Ordinário, mantinham-se obrigatórias. Dos documentos emitidos pela academia, nenhuma censura era incluída nos impressos, apesar de existirem as autorizações das respetivas instituições. Para o leitor, a autora refere que era como se não existissem as aprovações. Não obstante, é possível concluir que tanto a academia como os académicos eram possuidores de privilégio real<sup>[9]</sup>. O conde da Ericeira beneficiava deste estatuto e as suas publicações independentes de textos produzidos na Academia Real da História, beneficiavam destas prerrogativas.

A obra *Relação da vitória que os portugueses alcançaram no Rio de Janeiro contra os franceses em 19 de setembro de 1710* e a *Relação do sítio, e rendimento da praça de Miranda, que mandou o Mestre de Campo General D. João Manoel de Noronha*, publicada em 1711, não ostentam a autoria no frontispício. Todavia, é através de Diogo Barbosa Machado que é confirmado que os textos foram produzidos por D. Francisco<sup>[10]</sup>. Na nota de pé de página, encontram-se todas as censuras necessárias e o privilégio

real, em ambas as obras.

Verifica-se que as obras foram impressas na oficina de António Pedroso Galvão e vendiam-se na casa de Manuel Dinis “Livreiro às portas de Santa Catarina e na Rua Nova”<sup>[11]</sup>. De acordo com Diogo Ramada Curto, Manuel Dinis foi livreiro e mercador de livros e, entre 1715 e 1740, estabeleceu-se na Loja da Cordoaria Velha, na Rua Direita<sup>[12]</sup>. Maria Teresa Payan Martins destacou o recurso de *fausse-adresse*, quando o autor e o impressor pretendiam imprimir uma obra de forma ilícita. Esta técnica consistia em introduzir um local e um nome de editor falsos. António Pedroso Galvão e Miguel Rodrigues foram dois impressores que se dedicaram à produção de versões falsificadas de obras, no mercado da contrafação<sup>[13]</sup>. Todavia, através dos factos anteriormente enunciados, quer-nos parecer que estas obras não integram a categoria de edições ilícitas. No atual estado de conhecimentos, é possível equacionar a possibilidade de algum tipo de privilégio real, que isente a publicação das respetivas aprovações censórias. Os textos refletiam sobre temáticas relacionadas com a Guerra da Sucessão de Espanha e destacavam notícias sobre a atividade bélica em território nacional.

O *Elogio na morte de D. Miguel filho d`el-rei D. Pedro II* publicado em 1721, foi impresso pela Oficina da Música, propriedade de Teotónio Antunes de Lima. Com atividade entre 1720 e 1741, a Oficina da Música funcionou exclusivamente como tipografia e situava-se na Rua da Oliveira do Carmo, em Lisboa<sup>[14]</sup>. A obra aí impressa abordava a morte do infante D. Miguel (m.1724), filho de D. Pedro II. Através deste texto, é possível observar uma dualidade laudatória, em que se destacava a imagem da Igreja e a da casa real, através de um filho do monarca D. Pedro II. Esta categoria de obras era apreciada socialmente. Por outro lado, no período de luto, obras encomiásticas de cariz fúnebre eram recitadas em audiência pública de membros da casa real ou em sessões académicas solenes e algumas impressas posteriormente. A carência de censuras e de informações relativas à taxa aplicada à obra, são visíveis. Contudo, tendo em conta a conjuntura em que a obra foi publicada, bem como a tipografia selecionada, é possível acreditar que não estamos perante uma publicação clandestina<sup>[15]</sup>.

A *Oração panegírica, no felicíssimo casamento da sereníssima Senhora D. Maria Barbara, infante de Portugal, e do Sereníssimo Senhor D. Fernando príncipe das Astúrias*, publicada em 1728, foi impressa por José António da Silva. Produzida por ocasião do matrimónio de D. Maria Barbara de Bragança (1711-1758) com D. Fernando, príncipe das Astúrias (1713-1759). A obra consta na

*Coleção dos documentos da Academia Real da História* e insere-se na categoria de obras laudatórias dirigidas à casa real portuguesa. Esta obra enquadra-se na categoria de obras impressas com privilégio real, visto que foi produzida no âmbito da Academia Real da História. Não obstante, também foi impressa na mesma oficina da academia<sup>[16]</sup>.

A *Biblioteca Sousana* foi publicada em 1737, impressa por José António da Silva, filho do impressor Pascoal da Silva. A sua atividade desenvolveu-se entre 1723 e 1748. Destacou-se como impressor régio e impressor da Academia Real da História, títulos que ostentava no frontispício do texto de autoria de D. Francisco<sup>[17]</sup>. Este texto apresenta um catálogo de obras compostas pelo padre D. Manuel Caetano de Sousa. Através do frontispício da obra, é possível perceber que foi recitada em sessões da Academia Real da História. As observações dos académicos foram destacadas no âmbito da realização do catálogo. As temáticas abordadas, a apresentação da obra na academia e o prestígio do impressor são fatores que indiciam não estarmos perante uma publicação clandestina. Perante as características que a obra apresenta, enquadra-se na categoria de obras detentoras de algum género de privilégio real<sup>[18]</sup>.

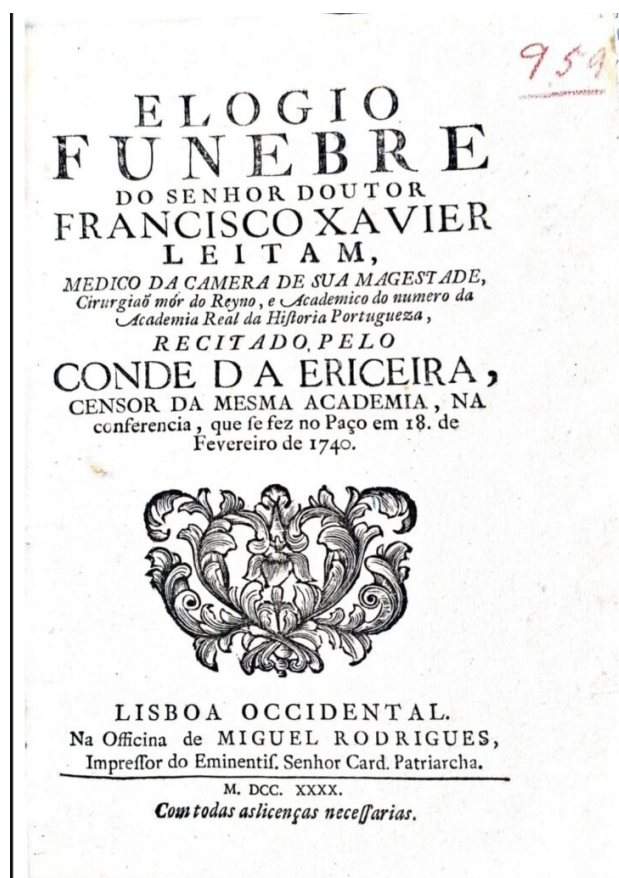
Em 1738, foi realizada a impressão do texto *Extratos académicos dos livros que a academia de Petersburgo mandou à de Lisboa*. O catálogo, embora realizado no âmbito das sessões da Academia Real da História, obteve uma edição independente das atas da academia, na oficina de António da Silva. A sua atividade caracterizou-se pelas funções de impressor e de livreiro, entre 1732 e 1768. A oficina localizava-se no Arco do Menino Jesus, junto a São Nicolau e António da Silva era impressor da Academia Real da História<sup>[19]</sup>.

Após o frontispício da obra, foi incluída uma carta da Academia de São Petersburgo dirigida à Academia Real da História. Por sua vez, também a academia portuguesa dirigiu uma carta à sua congénere russa, assinada por cinco censores, a saber: Márcio de Valença, António dos Reis, 3.º conde de Assumar, 4.º conde da Ericeira e D. Didacus (Professor) Fernandes. Ambas as cartas foram redigidas em latim<sup>[20]</sup>.

### 3. Os elogios fúnebres

Segundo D. Francisco Xavier José de Meneses, na categoria de obras laudatórias, era necessário distinguir os elogios fúnebres dedicados a académicos, pois estes

O *Elogio Fúnebre do Doutor Francisco Xavier Leitão* foi publicado em 1740, impresso por Miguel Rodrigues. Entre 1716 e 1719 e entre 1721 e 1775, Miguel Rodrigues desenvolveu atividade de livreiro, impressor e de mercador de livros. Até ao terramoto a sua oficina localizava-se na Rua Direita das Portas de Santa Catarina<sup>[21]</sup>. Este texto aborda a vida e obra do académico Francisco Xavier Leitão e foi recitado em sessão solene da Academia Real da História, com objetivo de honrar o seu legado. A par com outras produções de D. Francisco, este elogio fúnebre apresenta uma situação de privilégio real. Este texto surge no âmbito dos labores da Academia Real da História, e como membro, o conde usufruía de privilégio<sup>[22]</sup>.



Conde da Ericeira, Frontispício da obra *Elogio fúnebre do senhor Doutor Francisco Xavier Leitão* (1740), Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

textos primavam pela diferença dos que eram realizados a indivíduos que não tivessem dedicado a vida à cultura:

“Sempre entendi, que no elogio fúnebre de um académico era primeiro, que a obrigação de escrever as obras da sua vida, o procurar a vida das suas obras, onde por mais de cem anos, que os antigos diziam, que os espíritos gloriosos giravam no globo da lua, a quem por esta causa deram o nome de Hécate, vivem gloriosos os espíritos dos sábios na luminosa, e não mudável esfera das suas composições; e assim discorrerei pelas que existem do nosso académico, e pelas artes, e pelas ciências, em que mais se distinguiu”<sup>[1]</sup>.

Diversos pensadores teorizaram sobre emoções e sentimentos. Na Antiguidade Clássica, destacou-se Aristóteles e na época moderna, Descartes. Todavia, foi na segunda metade do século XX que se perscrutou com mais ênfase esta área do saber. Contudo, não existe unanimidade na destrição entre sentimentos e emoções<sup>[2]</sup>. Em Portugal, Rafael Bluteau abordou a temática, na sua tentativa de definir o sentido das palavras, na obra *Vocabulário Português e Latino*, em 1712. O lexicógrafo optou por não definir emoção ou sentimento, certamente porque não eram usadas, mas sim sensação e destacou a falta de consenso que existia entre os intelectuais de Setecentos<sup>[3]</sup>.

Nos séculos XVII e XVIII, uma emoção era entendida como uma paixão, afeto ou apetite. A interferência que estas emoções possuíam na influência do ânimo e no estado de espírito originavam debates, sobre o que se concebia ser um “acidente da alma”<sup>[4]</sup>. De acordo com Pedro Urbano, o descontentamento ou o desgosto, as saudades e o sentimento de perda poderiam gerar a sensação de dificuldade em ultrapassar este estado de espírito, muito associado ao luto<sup>[5]</sup>.

Na produção literária de D. Francisco Xavier José de Meneses, a categoria de obras laudatórias destacou-se e, entre 1722 e 1742, foram produzidos dez elogios fúnebres. Visando membros da casa real, temos os que se referiram ao infante D. Miguel (m. 1724), ao infante D. Carlos (1716-1736) e à infanta D. Francisca (1699-1736). Os restantes foram dedicados a membros da nobreza e do clero, alguns deles com obra escrita.

Na ocasião da morte de D. Francisco Dionísio de Almeida da Silva (1696-1722) foi realizado um elogio fúnebre. Este texto foi apresentado à Academia Real da História, em 19 de janeiro de 1722. O intelectual nasceu em Lisboa, em 9 de outubro de 1696, no dia de São Dionísio (ou Dinis), era filho de Luís Cid da Silva e Oliveira e D. Mariana Eugénia da Silva e Sousa. O seu tio, D. João da Silva e Sousa, foi o responsável pelo batismo, na paróquia de São José. O eclesiástico era prior da

Ordem de Santiago<sup>[6]</sup>.

D. Júlio de Melo de Castro (m. 1721), foi mestre na Academia Portuguesa, e dedicou-se à redação e recitação de obras laudatórias. Por sua vez, o seu elogio fúnebre foi apresentado à referida academia no dia 20 de fevereiro quando o aristocrata feneceu em 19 de fevereiro às vinte e três horas<sup>[7]</sup>.

D. Francisco de Sousa (m.1729), filho de D. Filipe de Sousa e de D. Catarina de Meneses, desempenhou funções de capitão da guarda alemã de Sua Majestade e foi alcaide mor da Sertã e de Pedrogão. A Academia Real da História logrou com os seus labores intelectuais entre 1726 e 1729. Na sequência do seu falecimento, em 14 de novembro, o conde da Ericeira recitou o elogio fúnebre, em 17 de novembro<sup>[8]</sup>.

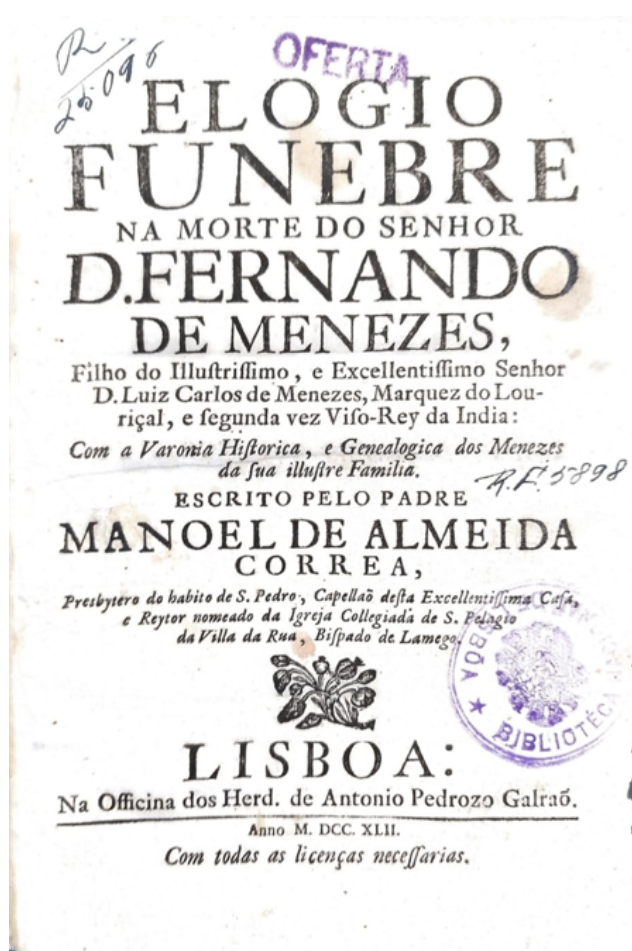
D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733), foi o 1.º marquês de Abrantes e o 3.º marquês de Fontes. Filho de D. Francisco de Sá e Meneses (1640-1677) e D. Joana de Lancastre, o aristocrata distinguiu-se com diversos serviços prestados à casa real e em prol da cultura portuguesa setecentista. Desempenhou funções de diretor e de censor na Academia Real da História. Pela ocasião da sua morte, em 30 de abril de 1733, foi recitado um elogio fúnebre em sua honra, em 7 de maio, na referida instituição<sup>[9]</sup>.

D. Rafael Bluteau (1638-1734), destacou-se como eclesiástico e intelectual. Com familiares franceses, acabou por nascer em Londres e viveu 56 anos em Portugal<sup>[10]</sup>. O seu contributo para a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII foi notório, designadamente como lexicógrafo. A Academia Real da História beneficiou da sua participação ativa como académico entre 1721 e 1734. Em honra do seu legado e dos seus labores, foi recitado, a 4 de março de 1734, um elogio fúnebre, pela ocasião da sua morte, em 13 de fevereiro<sup>[11]</sup>.

D. Francisco Xavier Leitão (1667-1739), filho de D. Gaspar Leitão da Fonseca e D. Maria Quaresma Glória, destacou-se como intelectual, médico e eclesiástico. Com a oposição dos seus pais, D. Francisco abandonou a pretensão de se tornar eclesiástico e casou com D. Maria Tomásia Coutinho, em 3 de maio de 1691<sup>[12]</sup>. Foi com o falecimento da sua esposa no dia 14 de setembro de 1719 que o médico ingressou na vida eclesiástica. Em 29 de maio de 1736, integrou na Academia Real da História<sup>[13]</sup>. Em 1738, foi distinguido com o cargo de cirurgião-mor do reino. Faleceu em 13 de dezembro de 1739. O 4.º conde da Ericeira publicou posteriormente o elogio fúnebre

que foi recitado na Academia Real da História<sup>[14]</sup>.

D. Fernando Xavier de Meneses (1725-1740) foi neto do 4.º conde da Ericeira. Na sua curta existência, o aristocrata dedicou-se ao desenvolvimento intelectual e evidenciou interesse na carreira militar. A sua saúde representou motivo de preocupação familiar. Faleceu no dia 17 de dezembro, aos 15 anos<sup>[15]</sup>. Este elogio, foi a última publicação realizada pelo 4.º conde da Ericeira.



Conde da Ericeira, Frontispício da obra *Elogio na morte de D. Fernando* (1742), Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

### 3.1. A expressão de sentimentos nos elogios

#### 3.1.1. Sentimentos de amizade

O falecimento de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses causou consternação ao 4.º conde da Ericeira. Através do texto que lhe dedicou na ocasião são visíveis sentimentos e emoções de tristeza e mágoa. O autor classificou-se como o seu amigo mais verdadeiro, e um dos mais antigos. O sentimento de saudade do autor por

D. Rodrigo foi reforçado. De acordo com D. Francisco, o defunto era de “saudosíssima memoria”<sup>[1]</sup>. Segundo o autor, a solenidade exigida para se redigir e recitar um elogio fúnebre era o que o impedia de chorar:

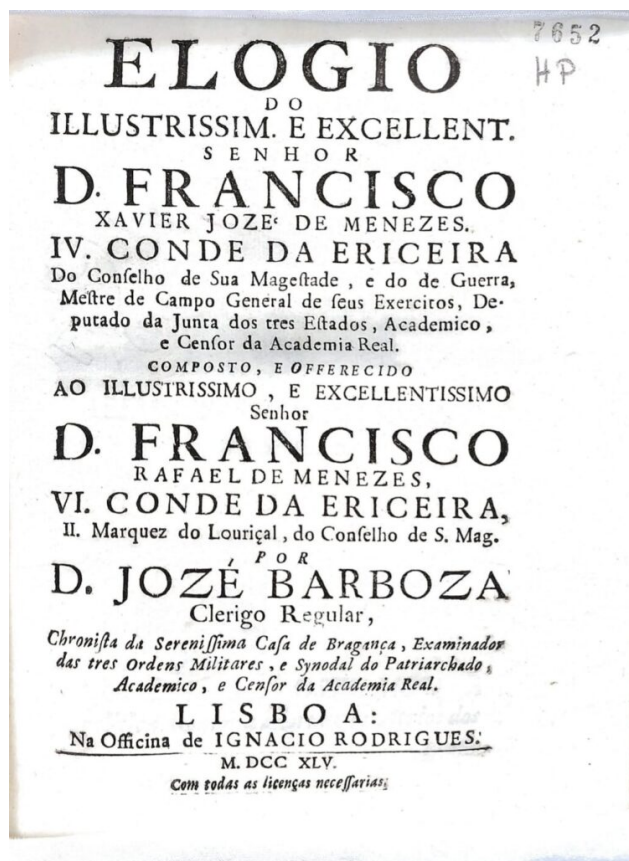
“Corram livremente as vossas lágrimas, porque só para mim a violência de prendê-las por alguns instantes; resolvendo a favor da minha amizade (ainda que em ofensa da sua memória) a difícil questão de fiar um panegírico de um Diretor, censor e académico de tão altos merecimentos, de quem o havia de recitar com todos os adornos da retórica, ou de quem o havia de escrever só com as expressões da sinceridade. Seja mais poderosa a amizade, que a eloquência, a obrigação que o artifício”<sup>[2]</sup>.

O elogio realizado a D. Rafael Bluteau foi outro exemplo em que se observaram sentimentos de amizade. O autor logrou da companhia do intelectual em diversas academias<sup>[3]</sup>. Esse sentimento a par com o carinho que o autor sentia, foram expressos no texto. A realização desta obra deveu-se a um objetivo, e não de uma obrigação, segundo o próprio:

“Se eu pudesse penetrar os elevados pensamentos, e ver os amantes corações que em tantos sábios e ilustres académicos estão agora formando interiormente o elogio, que eu me obriguei a escrever, só então se fizera digno de celebrar a memoria do reverendo padre D. Rafael Bluteau”<sup>[4]</sup>.

Os sentimentos e as emoções que o falecimento de um amigo provocaram foram alvo de destaque. O autor aludiu sentir mágoa e saudade. A companhia do clérigo foi classificada como amável e a sua ausência sentida por todos: “Não espero grosseiramente se introduza para alívio a vulgar consolação, de que foi hoje larga a vida do nosso doutíssimo académico, porque quanto mais tempo teve para multiplicar os seus acertos, tantos mais motivos nos deu para aumentar os sentimentos e fazendo-se a sua companhia cada dia mais amável, se durasse menos, não sentiríamos tanto a sua falta”<sup>[5]</sup>.

Os sentimentos e emoções relacionados com a amizade surgem nesta obra com o objetivo de sensibilizar o leitor. A bondade, amabilidade, saudade, mágoa e o sofrimento associados à perda de D. Rafael Bluteau, foram o mecanismo utilizado pelo autor para justificar o seu merecimento em um elogio fúnebre. Por outro lado, a propriedade intelectual de D. Francisco em escrever sobre D. Rafael Bluteau foi reforçada.



. José Barbosa, Frontispício da obra Elogio do ilustríssimo senhor D. Francisco Xavier José de Menezes (1744), Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.



### 3.1.2. Sentimentos familiares

O falecimento de uma figura de destaque configurava um período de luto. Interessa a este subcapítulo indagar o que significava, no âmbito sentimental e emocional, a perda de um familiar. A perscrutação da esfera privada de um defunto tinha como objetivo apresentá-lo ao público como um exemplo. Assim, a análise do domínio particular e do domínio público auxiliavam o autor a construir uma imagem de excelência do seu alvo de estudo. Por outro lado, atendendo a estas características, é possível observar o carácter educacional desta categoria de obras. O falecimento de D. Francisco Dionisio representou para os seus pais elevada dor e tristeza, visto que foi o filho primogénito:

“Participaram ao Senhor Francisco Dionisio sangue muito nobre, e puro, seus pais Luís Cid da Silva e Oliveira, e Dona Mariana Eugénia da Silva e Sousa, que hoje vivem, e mal logrando trinta vezes as esperanças de segurar a sucessão da sua casa neste filho, que foi o primogénito, e em todos os sentidos único, a perderam, sendo digna de conservar-se, porque descendia de

famílias qualificadas, e ainda linhas reais pelos Pereiras, Lacerdas, Castros, Vasconcelos, Oliveiras, e outras muitas”<sup>[1]</sup>.

O luto que a família de D. Francisco de Sousa viveu não foi olvidado pelo autor. Os sentimentos de desgosto pelo sucedido foram novamente reforçados: “Deixou o Senhor D. Francisco de Sousa três digníssimos irmãos [...]. Nos palácios e nos claustros se veneram em seis irmãs suas tantas perfeições, que nem cabem na distinção do mesmo respeito”<sup>[2]</sup>. A família do defunto foi destacada por se sentir inconsolável, triste e repleta de mágoa. A saudade era um sentimento generalizado a todos os que privaram com o aristocrata:

“aumentaram as águas das fontes, mais com as do pranto, que com as do tempo: os Sátiros se escondem nos bosques, e Pan, que faz com o seu nome universal o seu sentimento, lhe não deia tocar os instrumentos tristes e grosseiros, porque não interrompam as trágicas, mas suaves vozes, com que eternamente cantam, e choram os académicos nos seus epicédios a morte do Senhor D. Francisco de Sousa, de saudosíssima memória”<sup>[3]</sup>.

A morte de D. Isabel de Lorena, em 1698, representou para D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes sentimentos de saudade ao longo da sua vida. O amor que o esposo sentia pela esposa, que faleceu precocemente, foi alvo reflexão pelo 4.º conde da Ericeira:

“em quem as virtudes e as perfeições até na pouca duração acreditaram a singularidade, porque a perdeu em 1698 erigindo à sua memória um perene monumento, que em mármores, e bronzes perpetuou o seu amor, e a sua saudade, e só correu brevemente pelos diversos estados, a que se dedicou, o veremos na guerra, nas embaixadas, no palácio, no tribunal, e na academia, tão grande, que quase iguale a memória do seu merecimento à demonstração da nossa mágoa”<sup>[4]</sup>.

Pelas palavras de Isabel Peixoto “o amor e a paixão são sentimentos ligados às emoções mais desejadas pelo ser humano”<sup>[5]</sup>. Neste caso em particular, o amor foi destacado com o objetivo de evidenciar uma faceta do aristocrata menos conhecida pelo público, mas que causava boa impressão.

Na oração académica que lhe dedicou, D. Francisco referiu as saudades que D. Carlos sentia da princesa do Brasil, a afeição que sentia por outros membros da família real bem como a importância de D. José na sua vida, visto que foi evidenciado como um modelo de

virtudes<sup>[6]</sup>. Sobre o relacionamento entre D. Carlos e a princesa do Brasil sabe-se muito pouco, em parte pelas suas constantes ausências da corte, tal como anteriormente foi referido. Segundo Paulo Drumond Braga, o luto de um ano, em que metade era rigoroso e metade aliviado não agradou a D. Mariana Vitória, que foi privada de diversas atividades de lazer<sup>[7]</sup>. Assim, os sentimentos que o 4.º conde da Ericeira atribuiu à cunhada do infante constituíram uma hipérbole, com o objetivo de constituir uma imagem mais favorável para o público.

O amor que existia entre D. Francisco Xavier Leitão e D. Maria Tomásia Coutinho foi alvo de atenção. Os sentimentos e emoções que existiam entre o jovem casal foram o que levou o intelectual a desistir da vida eclesiástica. Já as dificuldades económicas, a preocupação, angústia e tristeza geradas mereceram relevo no texto:

“o amor sempre contrário da fortuna decidiu cegamente esta questão, mostrando-lhe a formosura, nobreza e virtudes de Dona Maria Tomásia Coutinho, e encobrindo-lhe que a falta de aprovação de seus pais, a do dote, e os muitos filhos que haviam de ter, deixam verdadeira a observação, que faz da sua vida, de que casando em 3 de maio de 1691, dia da invenção da cruz e ficando viúvo em 14 de setembro de 1719, dia da sua exaltação, veio a ser o seu matrimónio todo de cruzes”<sup>[8]</sup>.

A funesta situação familiar acarretou responsabilidades acrescidas a D. Francisco. Questões relacionadas com o futuro dos seus filhos foram destacadas pelo autor como uma prioridade e motivo de preocupação para o intelectual: “Consistiu esta infelicidade no número, não no merecimento dos três filhos e cinco filhas, que teve: a todos acomodou em nobres, e decentes estados, religiosos e seculares, cuidado preciso, que lhe causou considerável despesa”<sup>[9]</sup>.

Durante a sua participação na embaixada do casamento de D. João V aconteceram diversos acontecimentos funestos no âmbito familiar. Na sua ausência, adoeceram diversos familiares. Em contrapartida, as suas responsabilidades foram distribuídas pelo agregado familiar. A perda de influência no meio académico, tal como foi anteriormente referido, conduziu a perdas monetárias significativas, o que se traduziu em dificuldades, pois existiam vinte e duas pessoas ao seu encargo. A estabilização da sua reputação e o aumento das receitas não significou a resolução dos problemas, visto que D. Maria Tomásia Coutinho tinha problemas significativos de saúde. Em 19 de setembro de 1719, a agonizante faleceu e, em junho de 1720, o eclesiástico

tornou-se sacerdote e foi autorizado a continuar a exercer medicina<sup>[10]</sup>. Esta sucessão de acontecimentos pesados gerou sentimentos e emoções de condescendência, empatia e tristeza do 4.º conde da Ericeira para com o eclesiástico. Todavia, o quadro emocional do defunto foi descrito como um marido apaixonado, um pai preocupado e atencioso e um chefe de família responsável e resistente perante as distintas adversidades com que a família se deparou.

No elogio fúnebre dedicado a D. Fernando de Meneses, foi referida a dor de D. Luís de Meneses e de D. Ana de Rohan pelo falecimento de D. José de Meneses, em 22 de outubro 1723, aos dez anos de vida. O nascimento de D. Fernando, em 1725, significou um motivo de júbilo familiar, após a funesta perda<sup>[11]</sup>. Os sentimentos de amor e de preocupação do avô, D. Francisco de Meneses, face ao neto, D. Fernando, foram expressos em correspondência privada<sup>[12]</sup>. Todavia, o autor eternizou no seu texto a reciprocidade afetiva entre os dois e a dor que o falecimento da sua avó provocou:

“D. Francisco Xavier de Meneses, que nas virtudes e perfeições se distinguiu sempre, e a quem o Senhor D. Fernando devia particular carinho, a que ele correspondeu de forte, que não teve o vulgar alívio, de que se não sentem poucos anos os pesares: porque assim como se lhe antecipou o uso da razão, teve o do sentimento na morte de uma avó [D. Joana Madalena de Noronha], que o amava tanto”<sup>[13]</sup>.

Sobre a partida do 1.º marquês do Louriçal para a Índia em 1740, visando desempenhar o cargo de vice-rei pela segunda vez, o autor perscrutou os sentimentos e emoções entre pai e filho. Em primeiro lugar, o 4.º conde evidenciou o amor, as saudades, o carinho e a preocupação que os dois experimentaram. Em último lugar, expressou a sua tristeza pela perda de D. Fernando, apesar de todos os cuidados que existiram:

“Não tardou o Senhor D. Fernando em pretender, que seu pai o levasse consigo, fazendo o forte argumento de que se estava destinado para ir fazer a Malta guerra com os Turcos, era mais próprio ir à Índia com seu pai fazê-la ais gentios. Admirado e enternecido ouviu o Senhor marquês este projeto do seu adorado filho, e perplexo o carinho duvidou muito na resolução: mas prevaleceu contra as suas saudades o amor do filho e a reflexão de que não havia tido bexigas<sup>[14]</sup>. Tal é a incerteza do discurso humano, ainda quando parece mais bem fundado! Pois veio a morrer em Lisboa o Senhor D. Fernando do mesmo mal, que se lhe procurou evitar na viagem, ou na Índia”<sup>[15]</sup>.

Sem efeito, D. Fernando permaneceu com o objetivo de acompanhar o seu pai à Índia. Deste modo, no dia 2 de maio de 1740, dia de aniversário do 6.º conde da Ericeira, e na celebração do seu casamento com D. Maria José da Graça e Noronha, D. Fernando realizou a cerimónia de “pôr espada”<sup>[16]</sup>. Apesar do autor referenciar a tristeza, a mágoa e o desalento por parte de D. Francisco, foi destacado que, por fim, o jovem desistiu do intuito de embarcar com o seu pai para a Índia:

“e vendo que o dia da partida de seu pai para a Índia havia ser cinco dias depois, em sábado 7 de maio, buscou particularmente ao Senhor conde seu avô, que estava doente, e lhe disse com lágrimas: que ele sentia, que entendesse, que pretendia pôr a espada só por apetite e não para seguir seu pai, e que tinha prevenida roupa, e vestidos para se embarcar; porém que se lho não permitissem, como receava, lhe pedia segredo, porque o seu génio o fazia aborrecer tudo, o que podia julgar-se afetação. O Senhor conde seu avô com afeto, que pode julgar-se, louvou-lhe o intento, e o desenganou de conseguir-lho, pela resolução que seu pai tinha tomado de deixá-lo”<sup>[17]</sup>.

A mágoa e a tristeza pela ausência do pai acompanharam-no até ao fim da vida. Órfão de mãe, os sentimentos de D. Fernando por D. Luís intensificaram-se e tornaram a sua partida para a Índia ainda mais dolorosa. Em contrapartida, o jovem aristocrata lograva uma boa relação com o seu avô. O seu irmão D. Henrique de Meneses foi classificado como “seu inseparável irmão”. De acordo com D. Francisco, os seus sentimentos e emoções em relação à ausência paterna não perturbaram o seu bom carácter e a docilidade<sup>[18]</sup>. O amor que o autor nutria pelo seu neto foi novamente expresso no fim do seu texto. A beleza e a felicidade do defunto foram aspetos que marcaram profundamente o 4.º conde da Ericeira:

“Foi o Senhor D. Fernando de Meneses de gentil presença, que na puerícia podia chamar-se formosura, e na adolescência com alta e generosa estatura não desmentia a gargalhada varonil. O cabelo na cor claro, comprido e crespo. O talhe de resto ovado, e com boa proporção. A cor branca, e corada. A testa mediana. Os olhos azuis, grandes, e formosos, e com vista aguda. O nariz sem defeito de excesso, ou diminuição. A boca pequena, e graciosa; respirando ao mesmo tempo gentileza, e modéstia, que conciliavam unidas amor e respeito: e eram indícios mais certos do que promete a fisionomia dos dotes e virtudes do animo, que são só as que isentas da corrupção, conservam a imortal formosura”<sup>[19]</sup>.

### 3.1.3 Sentimentos religiosos

A religião era detentora de elevada importância no quotidiano da época moderna. Para um agonizante, os preceitos católicos eram cruciais para que a sua alma fosse salva. Os enlutados que choravam o defunto eram sujeitos a um período em que as abstinências e as orações imperavam. Nos elogios fúnebres aspetos como a devoção do defunto ou a sua entrega à vida religiosa ativa interessavam aos autores, para a construção de uma imagem socialmente aprazível, pois o sucesso do texto dependia diretamente da qualidade dos elogios que eram realizados.

Os sentimentos religiosos lograram de elevada importância nas obras da autoria do 4.º conde da Ericeira. Nas dez obras analisadas, foram visíveis sentimentos religiosos em todas. Grosso modo, os elogiados foram destacados pela devoção, entrega e sofrimento na hora da morte e pelas características apreciadas pela religião católica. Fernanda Alfieri refletiu sobre a consonância entre a religião, as emoções e a sensibilidade não só dos eclesiásticos para o público, mas também entre leigos, tornando-se em algo da esfera

íntima<sup>[1]</sup>. No caso dos membros da casa real era comum os momentos de sofrimento privado transformarem-se em momentos de exaltação pública da sua imagem. Ainda assim, a oração fervorosa foi detentora de elevado destaque nos momentos de agonia. A dor era um sentimento utilizado para evidenciar características devotas<sup>[2]</sup>.

Sentimentos de dor, tristeza e perplexidade em relação à morte de D. Júlio de Melo de Castro foram destacados pelo 4.º conde da Ericeira. Sem mencionar a causa de morte, o período de agonia ou as exéquias fúnebres, o autor abordou o padecimento do aristocrata sucintamente. Ainda assim, os astros e as divindades clássicas integraram parte da retórica do autor para expressar a sua piedade em relação a uma morte. A deusa romana Tácita, cujo dia de sua homenagem em 19 de fevereiro, ou seja, o dia de morte do aristocrata, desempenhou um papel fundamental, tal como era comum em textos laudatórios<sup>[3]</sup>. Por outro lado, nessa quarta-feira era celebrado Mercúrio. Já na quinta-feira dia 20 era a vez de Júpiter. No que respeitou à academia, o autor afirma existir proteção divina<sup>[4]</sup>.

D. Francisco Dionísio nasceu em 9 de outubro de 1696, dia de São Dionísio. Consequentemente, o seu segundo nome foi-lhe atribuído em honra do santo. Foi descrito pelo 4.º conde da Ericeira como piedoso e devoto à Virgem Maria. Já sobre a sua morte foram destacados a sua entrega, a resignação com o destino e a devoção

elevada:

“Nas virtudes cristãs apurou o uso das morais, e mereciam mais próprio orador, que soubesse ponderar a piedade, que teve com os pobres, a obediência com os seus pais, a prudência e a devoção a Nossa Senhora da Madre de Deus, de quem frequentava o templo, donde com seus avós teve a sepultura; com tantos indícios de predestinação, que nos primeiros sintomas do maligno acidente, comum aos primeiros anos, e mais fatal aos adultos, preveniu com o conhecimento a certeza da sua morte, que esperou constante, e resignado, pedindo os sacramentos, e repetindo fervorosamente os atos mais pios”<sup>[5]</sup>.

O sentimento de resignação é comum a quem se encontra de luto. De acordo com Pedro Urbano, a renúncia a vontades próprias ou a benefícios e a conformação são consequências deste sentimento<sup>[6]</sup>. Através de um discurso eloquente, comum à retórica setecentista, o 4.º conde da Ericeira lamentou a morte de D. Francisco de Sousa, que faleceu com 29 anos. O fim da vida do intelectual foi lamentado por ainda se encontrar na juventude e por gerar um grande desalento na Academia Real da História<sup>[7]</sup>. A nível religioso foi descrito como piedoso, devoto, dócil, fiel e prudente<sup>[8]</sup>. Enquanto agonizante, foi referido que não perdeu a sensibilidade nem a resignação. Visando elogiar o seu bom carácter, foi reforçado que tal postura perante a morte era inédita.

Faleceu em 14 de novembro de 1729<sup>[9]</sup>. Todavia, nos elogios fúnebres de autoria do conde da Ericeira, os agonizantes foram maioritariamente louvados pela resignação e devoção no agravamento da doença. No que respeita às exéquias fúnebres, sucederam-se no Convento de Xabregas e na capela da família de D. Francisco de Sousa. Abstendo-se de descrever mais o evento, o autor do elogio apenas referiu que o enterro aconteceu um dia após o falecimento e que participaram diversas figuras da nobreza portuguesa. A tristeza, as lágrimas e as saudades eram comuns a todos os participantes<sup>[10]</sup>.

D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses foi destacado pelas virtudes de que era detentor enquanto chefe de família, pai e cristão. Assim, foi reforçada a ideia de que o defunto vivia através dos seus descendentes. A eterna felicidade foi um sentimento alcançado por D. Rodrigo através das suas obras de caridade. Pelas suas virtudes cristãs de generosidade e piedade foi questionado se seria possível transformar-se a mágoa em consolação. Contudo, de acordo com o conde, não era possível, pois o defunto vivia “para a glória e para a posterioridade”, mas morreu para a academia. Assim, foi reafirmado o

início de uma nova vida, de acordo com os preceitos da religião católica, afastado de tudo o que é mundano<sup>[11]</sup>.

Os estudos teológicos de Rafael Bluteau foram categorizados como integrando as preocupações que o nortearam até ao fim da sua vida. Consciente da sua situação de moribundo, no dia 4 de fevereiro de 1734, requisitou os santíssimos sacramentos e, no dia 13, acabou por falecer. A fé, a esperança e a harmonia foram características que o autor atribuiu ao defunto. Perante as adversidades provocadas pela agonia da morte, o autor descreveu-o como detentor da mesma devoção que mostrava em momentos de felicidade. A tristeza sentida por todos os que privaram com Rafael Bluteau foi reafirmada<sup>[12]</sup>.

A perseverança do infante D. Carlos perante a doença de asma de que era vítima foi alvo de referência. A fé, a resignação, e a preocupação com a salvação da alma foram uma constante ao longo da sua enfermidade e, mesmo já debilitado. Assim, o autor louvou a força do infante em tolerar as terapêuticas e na realização das suas atividades quotidianas. Por outro lado, o infante foi destacado por ser virtuoso, estudioso, gentil e bondoso<sup>[13]</sup>.

A sumptuosidade do seu batismo, realizado no mosteiro de São Vicente de Fora, foi relacionada com a tristeza das suas exéquias, no mesmo local, de modo a gerar sentimentos de angústia com uma morte de um jovem:

“Dirá, enfim, o feliz auspício do seu nome, as festivas celebrações do seu nascimento, em 2 de maio de 1716, a magnífica pompa do seu batismo, e, o que seria melhor que não dissesse, a fúnebre, triste e luzida cerimónia do seu enterro no Real Convento de São Vicente dos cônegos regantes, donde está depositado, vivendo na imortalidade, nas memórias, e nos corações, que nem entre lágrimas afogaram os seus amantes afetos, livrando-os do naufrágio a pia fé, com que creem que melhorou de vida assegurando mais feliz império”<sup>[14]</sup>.

A religião católica pautou toda a vida de D. Francisco Xavier Leitão. Graças a complicações acrescidas no seu parto, D. Maria Quaresma da Glória requisitou a intercedência de São Francisco Xavier, prometendo atribuir o nome do santo assim que o filho nascesse, o que se verificou em 14 de julho. De acordo com o autor, estas complicações deveram-se à regência do signo de caranguejo: “e faz ele a observação de que parece já antevia o mal, que o recebia, e o com que o havia de tratar o mundo, temendo sair a ele, o que confirmava o influxo do signo de Câncer, em que estava o sol, pois sendo um animal retrogrado, mostrava que sempre lhe

havia de ir para trás toda a boa fortuna»<sup>[15]</sup>.

O 4.º conde da Ericeira classificou os últimos momentos da vida do intelectual como pautados pela profunda devoção e preocupação acerca da imortalidade da sua alma. As terapêuticas e as intervenções médicas foram classificadas como as “incertezas da medicina” em comparação à certeza de uma segunda vida espiritual. O padre Paulo Amaro acompanhou-o espiritualmente até ao dia da sua morte, na madrugada de 13 de dezembro de 1739. Foi reforçado que o intelectual faleceu a um domingo, dia de Santa Luzia. As exéquias fúnebres realizaram-se na noite do dia 13, com a presença de diversos membros da nobreza<sup>[16]</sup>.

O falecimento de D. Fernando de Meneses foi classificado como o resultado da divina providência. Por mais difícil de compreender, era forçoso respeitar o que era emanado de Deus. O dissabor que a família enlutada sentia equiparava-se à vontade de garantir o cumprimento das leis divinas. Por outro lado, através da ausência de sentimentos e emoções relacionadas com a incompreensão da morte de um jovem reforçam-se a devoção e religiosidade da família dos condes da Ericeira<sup>[17]</sup>.

Quando era elogiado pela sua cultura, ou quando os seus conhecimentos eram ostentados, D. Fernando solicitava aos seus familiares moderação nos comentários que eram tecidos. Assim, o desconforto que o jovem sentia por ser exaltado em público era, segundo o avô, causa da sua elevada modéstia. Docilidade, generosidade e compaixão eram outras características que eram atribuídos ao aristocrata. Após a descrição das suas qualidades, foi reforçado que a sua fraca condição de saúde não contribuiu para nenhuma alteração do quadro emocional e sentimental. Por outro lado, sentimentos relacionados com tristeza, revolta e ressentimento perante a doença foram excluídos, visto que foi reforçada a resistência do enfermo perante as adversidades<sup>[18]</sup>.

As febres altas e o receio de surgirem bexigas resultou no recolhimento do aristocrata, no dia 15 de dezembro de 1741. O agravamento da doença e a ineficácia das terapêuticas aplicadas levou à descredibilização da medicina e à valorização da salvação da alma, tal como era comum a esta categoria de obras. D. Francisco Xavier de Meneses insistiu na necessidade de todos os enfermos se confessarem perante o perigo de uma doença, tal

como era costume da época<sup>[19]</sup>. D. Fernando confessou-se ao padre Agostinho de São Boa Ventura. O 4.º conde da Ericeira prestou auxílio ao agonizante e recitou histórias da Santa Isabel da Hungria e de São Jacob. A oração, a confissão e o estudo da vida de figuras religiosas

pautaram os seus últimos instantes<sup>[20]</sup>.

No dia 31 de dezembro de 1740, após dezassete dias de agonia, veio a falecer abraçado a uma imagem da Virgem Maria e a olhar para um crucifixo: “quando parecia que tinha perdido os sentidos, abraçando-se com uma imagem de Nossa Senhora, e seguindo com os olhos um crucifixo, que com indulgencia plenária para o artigo da morte há na sua família [...], entregou a alma ao seu criador: parece que esperando, que principiasse o dia de sábado, dedicado à Virgem Maria, de quem era tão devoto”<sup>[21]</sup>.

Segundo o avô, D. Fernando não fez testamento, pois “não devia coisa alguma, nem lhe deviam”. Aspetos relacionados com o embalsamento, mortalha e transporte do corpo não foram mencionados, excetuando o local da sepultura, a capela-mor da Igreja da Anunciada, que o acolheu na tarde de sábado, dia 31 de dezembro<sup>[22]</sup>. Não obstante, é possível colocar a hipótese que as exéquias fúnebres de D. Fernando tivessem assumido os mesmos moldes adotados para o funeral de D. Francisco Xavier José de Meneses, que usou o hábito de São Francisco como mortalha e foi transportado em uma tumba.



Feliciano de Almeida (c.1673), Retrato do 3.º conde da Ericeira, Itália, Florença, Galeria Uffizi.

• • •

Em textos laudatórios, o recurso ao exagero por parte dos autores não era uma novidade. O 4.º conde da

Ericeira não foi uma exceção, e tal realidade verificou-se com mais regularidade na obra dedicada ao seu neto. O elogiado foi descrito como perfeito a todos os níveis abordados, nomeadamente no parâmetro religioso,

desde os momentos em que lograva saúde ao seu estado de moribundo, nas descrições de quadros sentimentais positivos aos negativos, o autor sempre primou pela descrição do seu alvo de estudo como um católico primoroso.



---

\* Este texto faz parte da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof. Doutora Isabel Drumond Braga.

\*\* Mestre em História pela Faculdade de Letras da ULisboa, sob a orientação da Prof. Doutora Isabel Drumond Braga. Email [iurifernandes@gmail.com](mailto:iurifernandes@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7971-3145>

---

[1] Sobre esta temática, vejam-se Arthur Asking, Cristina Sobral, Isabel Almeida, *Examinar os Manuscritos das Livrarias Particulares, Obra do Conde de Ericeira*, Lisboa: Centro Linguístico da Universidade de Lisboa, 2012 e Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

[2] Veja-se Fernando Guedes, *O livro e a leitura em Portugal. Subsídios para a sua história séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987 e Fernando Guedes, *Os Livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias*, Lisboa, Verbo, 1993.

[3] Ángel Alcalá, “La censura inquisitorial de la literatura del siglo de oro em espanã y en Portugal: comparacion de sus ‘índices’ y sus resultados”, *Inquisição: Ensaios sobre mentalidade, heresias e Arte, I Congresso Internacional – Inquisição*, org. de Anita Novinsky e Maria Luísa Tucci Carneiro, São Paulo: Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992, pp. 421-456.

[4] Rosemarie E. Horah, “Motivos que levaram os livros luso-espanhoais a serem censurados no século XVI”, *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte, I Congresso Internacional – Inquisição*, org. de Anita Novinsky e Maria Luísa Tucci Carneiro, São Paulo: Universidade de São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992, pp. 470-488.

[5] Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A censura literária nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

[6] J. M. De Bujanda, “Censura portuguesa y censura epañola”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto et. al., Lisboa, Prefácio, 2007, pp. 447-483.

[7] Ana Cristina da Costa Gomes, “Um caso de censura literária preventiva: o manuscrito quinhentista. Inquisição e segredos da Fé”, *Inquisição Portuguesa. Tempo, Razão e Circunstância*, coordenação de Luís Filipe Barreto et. al., Lisboa, Prefácio, 2007, pp. 513-526.

[8] Francisco Bethencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália.*, 1ª ed., [s.l.], Círculo de Leitores, 1994.

[9] José Pedro Paiva, “Bispos, Imprensa, Livros e censura no Portugal de quinhentos”, *Revista da História das Ideias*, n.º 28, 2007, pp. 687-737.

[10] Giuseppe Marcocci, José Pedro Paiva, *História da Inquisição portuguesa 1536-1821*, 2ª ed., Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016.

[11] Isabel Drumond Braga, “A Inquisição Portuguesa no rescaldo da implantação da Dinastia de Bragança: continuidades, mudanças e adaptações”, *¿Decadencia o reconfiguración? Las monarquías de España y Portugal en el cambio de siglo (1640-1724)*, Madrid: Ediciones Polifemo, 2017, pp. 209-236.

[12] Jorge Fonseca, *Os Livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII. Estratégias Económicas Sociais e Familiares*, Lisboa: Edições Colibri, 2019.

[13] David Goleman, *Inteligência Emocional*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

[14] María José de la Pascua Sánchez, “La escritura privada y la representación de las emociones”, *Educar los*

*sentimientos y las costumbres. Una mirada desde la historia*, coord. Mónica Bolufer, Carolina Blutrach, Juan Gomis, Zaragoza: Historia Global, 2014.

[15] Alain Corbin, Hervé Mazurel, *Histoire des sensibilités*, Paris: La vie des idées, 2022.

[16] Pedro Urbano, “A morte de um filho: Dor e luto na correspondência familiar durante a primeira metade do século XIX”, *Reis, Aristocratas e Burgueses: O mundo das cartas privadas (Portugal, séculos XVII-XX)*, coordenação de Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, Lisboa: Colibri, 2024, pp. 103-142.

[17] Cristina Bienvenida Martínez García, “Emoções e sentimentos de Maria das Neves Bragança e Bourbon através da sua correspondência”, *Reis, Aristocratas e Burgueses: o mundo das cartas privadas (Portugal, séculos XVII-XX)*, coord. por Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, Lisboa: Edições Colibri, 2024, pp. 175-207.

[18] Isabel Peixoto, “Sociedade e emoções na Época Moderna – um estudo explanatório”, *Sociedade, Emoções e Sentimentos*, coord. por Maria Marta Lobo de Araújo, Paula Sofia Costa Fernandes e Vera Lúcia Barroso, Braga: Lab2PT, 2024, pp. 26-43.

[19] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, pp. 19-21.

[20] Segundo Isabel Drumond Braga, no último quartel do século XVII, em Portugal observou-se o aumento da cultura francesa. Todavia, apesar da cultura castelhana se encontrar em declínio, não deixava de ocupar uma posição privilegiada no quotidiano intelectual português. Sobre esta temática, veja-se Isabel Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, pp. 465-565.

[21] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, p. 12.

[22] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, p. 12.

[23] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre faustos Barrocos*, p. 12.

[24] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo II, p. 289.

[25] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo senhor D. Francisco Xavier de Meneses*, pp. 28 e 29.

[26] Friedrich Hermann von Schomberg, foi o 1.º duque de Shomberg. O militar, apesar de ter nascido na Alemanha, naturalizou-se francês. Ao longo da sua carreira militar, o duque serviu diversos países, inclusive Portugal, entre 1662 e 1668, no contexto da Guerra da Restauração (1640-1668). Sobre esta figura, veja-se Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre faustos Barrocos*, p. 12.

[27] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre faustos Barrocos*, p. 12.

[28] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, pp. 29 e 30.

[29] Afonso Zúquete, (dir., coord. e comp.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961, pp. 362-363.

[30] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, pp. 73 e 74.

[31] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo II, p. 290.

[32] Lisboa, ANTT, *Casa Fronteira e Alorna*, n.º 93.

[33] Isabel Drumond Braga, “A infanta Maria Josefa Carmela de Bourbon (1744-1801) e Portugal”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 33, 2023, p. 73.

[34] Lisboa, ANTT, *Casa Fronteira e Alorna*, n.º 93.

[35] Ana Cristina Araújo, “A correspondência: regras epistolares e práticas da escrita”, in Margarida Sobral Neto (coord.), *As comunicações na Idade Moderna*, Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, p. 132.

[36] Lisboa, ANTT, *Casa Fronteira e Alorna*, n.º 93, carta n.º 31.

[37] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo III, p. 78.

[38] Sobre esta temática, vejam-se Ana Leal de Faria, *Arquitectos da paz: a diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa: Tribuna da História, 2008, pp. 134-138; Susana M. Miranda, Tiago C. P. dos Reis Miranda, *A rainha arquiduquesa: Maria Ana de Áustria*, coordenação de Ana Maria S. A. Rodrigues et. al., Porto: Círculo de Leitores, 2013, pp. 73-103; Isabel Drumond Braga, “D. João de Almeida Portugal, 2.º conde de Assumar: cerimonial de mesa, política e diplomacia”, no prelo.

[39] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo III, pp. 78-80.

[40] Sobre esta temática, veja-se Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Tomo I, p. 351 e tomo II, p. 290; José Barbosa, *Elogio do Ilustríssimo*, pp. 53 e 54.

[41] José Barbosa, *Elogio do Ilustríssimo*, p. 77.

[42] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, pp. 10-15.

[43] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das*

“Luzes” entre fastos Barrocos, pp. 28 e 29.

[44] Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História*, p. 33.

[45] Isabel Ferreira da Mota, “Os académicos nas Cortes de D. João e dos Bourbon”, *Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (Siglos XV-XIX)*. *Actas del Congreso Internacional*, Madrid, 2007, vol. 3, coordenado José Martínez Millán, Maria Paula Marçal Lourenço, Madrid: Polifemo, 2008, p. 1926.

[46] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, p. 48.

[47] Ofélia Paiva Monteiro, Carlota Miranda Urbano, *Francisco Xavier de Meneses IV Conde da Ericeira, O Raiar das “Luzes” entre fastos Barrocos*, pp. 48-66.

[48] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, p. 66.

[49] Sobre esta temática, veja-se: João Franco, *Mestre da vida que ensina a viver e a morrer santamente*, Lisboa Ocidental: Oficina de Maurício Vicente de Almeida, 1736, pp. 465 e 490-510. [50] Apesar de o testamento do conde não ter chegado aos nossos dias, é possível indagar que após a morte do seu filho D. Luís, em 1742, em Goa, o seu principal herdeiro passou a ser D. Francisco Rafael Xavier de Meneses (n.1711).

[51] Segundo Rafael Bluteau: “Entre nós tumba é um ataúde descoberto, ou com arcos por cima, cobertos de um pano negro, como o que os galhudos ou irmãos da Misericórdia levam às costas, quando vão buscar ou enterrar defuntos”. Veja-se Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, vol. VIII, Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, p. 324.

[52] José Barbosa, *Elogio do ilustríssimo*, p. 67.

[53] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.º vol., pp. 291-294.

[54] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.º vol., pp. 294-296.

[55] Diogo Ramada Curto, *et. al.*, *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 69.

[56] Maria Teresa Payan Martins, *A censura literária nos séculos XVII e XVIII*, p.42.

[57] Sobre esta temática, vejam-se Afonso Zúquete, (dir., coord. e comp.), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3.º vol., p. 468; Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, Lisboa Ocidental: Oficina de António Isidoro da Fonseca, 1737, p. [4].

[58] Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, p. [5].

[59] Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, p. [6].

[60] Conde da Ericeira, *Epicédio D. Francisca Infanta de Portugal*, p. [7].

[61] Isabel Ferreira da Mota, *Academia Real da História*, pp. 47-49.

[62] Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, 2.º vol., pp. 291-294.

[63] [Conde da Ericeira], *Relação da vitória que os portugueses alcançaram no Rio de Janeiro contra os franceses em 19 de setembro de 1710*, Lisboa: Oficina de António Pedroso Galvão, 1711. [Conde da Ericeira], *Relação do sítio, e rendimento da praça de Miranda, que mandou o Mestre de Campo General D. João Manoel de Noronha*, Lisboa: Oficina de António Pedroso Galvão, 1711.

[64] Diogo Ramada Curto, *et. al.*, *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 149.

[65] Maria Teresa Payan Martins, *Livros clandestinos e contrafação em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Edições Colibri, 2012, pp. 14-28.

[66] Diogo Ramada Curto, *et. al.*, *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 160.

[67] Conde da Ericeira, *Elogio na morte do Senhor Dom Miguel filho de El Rei D. Pedro II que em 13 de Janeiro de 1726 naufragou no Tejo*, Lisboa Ocidental: Oficina da Música, 1721.

[68] Conde da Ericeira, *Oração panegírica, no felicíssimo casamento da sereníssima Senhora D. Maria Barbara, infante de Portugal, e do Sereníssimo Senhor D. Fernando príncipe das Astúrias*, Lisboa Ocidental: Oficina de José António da Silva, 1728.

[69] Sobre esta temática, vejam-se Conde da Ericeira, *Biblioteca Sousana, ou Catálogo das Obras que compôs o Reverendíssimo Padre D. Manuel Caetano de Sousa*, Lisboa Ocidental: Oficina de José António da Silva, 1737; Diogo Ramada Curto, *et. al.*, *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 129.

[70] Conde da Ericeira, *Biblioteca Sousana*.

[71] Diogo Ramada Curto, *et. al.*, *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 64.

[72] Conde da Ericeira, *Extratos académicos dos livros que a academia de Petersburgo mandou à de Lisboa*, Lisboa Ocidental: António da Silva, 1738.

[73] Diogo Ramada Curto, *et. al.*, *As Gentes do livro, Lisboa século XVIII*, p. 158.

[74] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre Do Senhor Doutor Francisco Xavier Leitão, Medico da Câmara de Sua Majestade, Cirurgião Mor do Reino, e Académico do número da Academia Real da História de Portuguesa*, Lisboa Ocidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1740.

[75] Conde da Ericeira, *Elogio fúnebre do Senhor Doutor Francisco Xavier Leitão ...*, pp. 20 e 21.

[76] Sobre esta temática, veja-se Anouchka Vasak, “ ‘Les baromètres de l’âme’: météores et sensibilités des lumières

au romantisme”, *Histoire des sensibilités*, dir. Alain Corbin e Hervé Mazurel, Paris: La vie des idées, 2022, p. 59; Thomas Dodman, Quetin Deluermoz, Hervé Mazurel, “Controverses sur l’émotion. Neurosciences affectives et histoire des émotions”, *Histoire des sensibilités*, dir. Alain Corbin e Hervé Mazurel, Paris: La vie des idées, 2022, pp. 95-108 e Leidy Paola Bolaños Florido, “El estudio sociohistórico de las emociones y los sentimientos en las Ciencias Sociales del siglo XX”, p. 181 e Diogo Ramada Curto, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, p. 31.

[77] Rafael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*, vol. VII, p. 584.

[78] María José de la Pascua Sánchez, “La escritura privada y la representación de las emociones”, p. 82.

[79] Pedro Urbano, “A morte de um filho: Dor e luto na correspondência familiar durante a primeira metade do século XIX”, p. 127.

[80] Conde da Ericeira, “Elogio de Francisco Dionisio de Almeida da Silva e Oliveira, Fidalgo de Sua Majestade e Académico da Academia Real da História Portuguesa”, *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real da História*, Lisboa Ocidental: Oficina de Pascoal da Silva, 1722, pp. [3 e 4].

[81] Conde da Ericeira, “Elogio de Júlio de Melo e Castro”, *História Panegírica da vida de Dinis Melo de Castro, 1.º conde das Galveias*, Júlio de Melo de Castro, Lisboa ocidental: Oficina de José Menescal, 1721.

[82] Sobre esta temática, vejam-se Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 1-7 e Isabel Ferreira da Mota, “Erudição e vida privada nos inícios do século XVIII. Um estudo de caso”. *Revista Portuguesa de História*, n.º 47, Coimbra, 2018, pp. 257-267.

[83] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, pp. 1-6.

[84] Veja-se o 2.º capítulo desta dissertação.

[85] Conde da Ericeira, “Elogio do reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau clérigo regular e académico da Academia Real da História Portuguesa”, *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real da História*, Lisboa Ocidental: Oficina de José António da Silva, 1736, pp. 3-5.

[86] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, pp. 4 e 5.

[87] Nuno Teles da Silva, “Declaração que fez Nuno da Silva Teles de estar eleito Académico com a aprovação de Sua Majestade o Doutor Francisco Xavier Leitão, sendo Diretor da conferência de 29 de maio de 1736”, *Coleção dos documentos estatutos e memórias da Academia Real da História*, Lisboa Ocidental: Oficina José António da Silva, 1736, pp. 1-3.

[88] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, pp 12-20.

[89] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 20-23.

[90] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, p. 2.

[91] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, p. 2.

[92] Veja-se o 2.º capítulo desta dissertação.

[93] Conde da Ericeira, “Elogio do Reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau Clérigo Regular e Académico da Academia Real”, p. 1.

[94] Conde da Ericeira, “Elogio do Reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau Clérigo Regular e Académico da Academia Real”, p. 2.

[95] Conde da Ericeira, “Elogio de Francisco Dionisio de Almeida da Silva e Oliveira, Fidalgo de Sua Majestade e Académico da Academia Real da História Portuguesa”, pp. [3 e 4].

[96] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, p. 10.

[97] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 10 e 11.

[98] Conde da Ericeira, “Elogio fúnebre na morte do Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Diretor e censor da Academia Real da História Portuguesa”, p. 5.

[99] Isabel Peixoto, “Sociedade e emoções na Época Moderna – um estudo explanatório”, p. 33. [100] Conde da Ericeira, “Oração que recitou o conde da Ericeira sendo diretor na Academia Real, que se fez no paço, com a ocasião da morte do sereníssimo Senhor infante D. Carlos”, p. 4.

[101] Paulo Drumond Braga, *D. Mariana Vitória: a rainha discreta*, pp. 80 e 267.

[102] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, pp. 7 e 8.

[103] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 8.

[104] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 13.

[105] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 2.

[106] Veja-se o capítulo 1 da dissertação.

[107] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 4.

[108] De acordo com Artur do Céu Coutinho, a doença de bexigas representa uma designação popular de varíola e de

varicela. Nestes casos, surgem na pele pequenas vesículas cheias de líquido. Sobre esta temática, veja-se Artur do Céu Coutinho, *Dicionário enciclopédico de medicina*, p. 305.

[109] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 13 e 14.

[110] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 14.

[111] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 15.

[112] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 16.

[113] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 24.

[114] Fernanda Alfieri, “Nel cuore della passioni, standone fuori. L` Universo affettivo del confessore”, *Sensibilità moderne. Storia di affetti, passioni e sensi (sécoli XV-XVIII)*, coord. Alessandro Arcongeli e Tiziana Pleban, Roma: Carocci Editore, 2023, pp. 107-113.

[115] Maria Paula Lourenço Marçal, “Viver e Morrer na Corte dos Bragança: Entre as Cerimónias e as Elegias Fúnebres de D. Luísa de Gusmão”, *Reinas, virreinas y aristócratas en las monarquías ibéricas. Estudios sobre mujer, cultura y diplomacia en la Edad moderna, Ezequiel Borgognoni*, Madrid, Espanha: Dykinson, 2022, pp. 162, 177-182.

[116] Ezequiel Borgognoni, “Las exequias segovianas por la reina María Luisa de Orleans, 1689: Organización, ceremonial y sermón fúnebre”, *Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea*, n.º 43, 2023, pp. 478 e 480.

[117] Conde da Ericeira, “Elogio de Júlio de Melo e Castro”, pp. [1-4].

[118] Conde da Ericeira, “Elogio de Francisco Dionisio de Almeida da Silva e Oliveira, Fidalgo de Sua Majestade e Académico da Academia Real da História Portuguesa”, pp. [3-5].

[119] Pedro Urbano, “A morte de um filho: Dor e luto na correspondência familiar durante a primeira metade do século XIX”, p. 126.

[120] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 1-4.

[121] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, p. 8.

[122] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, p. 9.

[123] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 10 e 11.

[124] Conde da Ericeira, “Elogio de D. Francisco de Sousa”, pp. 10 e 11.

[125] Conde da Ericeira, “Elogio do reverendíssimo Padre D. Rafael Bluteau clérigo regular e académico da Academia Real da História Portuguesa”, pp. 16 e 17.

[126] Conde da Ericeira, *Oração que recitou o conde da Ericeira ...*, pp. 3 e 4.

[127] Conde da Ericeira, *Oração que recitou o conde da Ericeira ...*, p. 4.

[128] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 6.

[129] Conde da Ericeira, *Elogio Fúnebre ...*, p. 20.

[130] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 2 e 3.

[131] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, p. 12.

[123] Sobre esta temática, veja-se Paulo Drumond Braga, *D. Pedro II: Uma Biografia*, Lisboa: Tribuna da História, pp. 153-162.

[133] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 18 e 19.

[134] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 21 e 22.

[135] [Conde da Ericeira], *Elogio fúnebre na morte do senhor D. Fernando de Meneses*, pp. 22 e 23.

*TOURZ de la Bête feroce que les Normans l'hyena qui a devore plus que 80 personnes dans le Gervandem.*



*Representation of the Wild Beast of the Gervandem who is said to have devoured upwards of 80 Persons. From a drawing sent in April 1765 to the Superintendent of Normandy in Normandy.*

## He remedio muyto recomendado por authores gravissimos”: remédios feitos com partes do corpo do lobo em Portugal nos Séculos XVII e XVIII

Andreia Fontenete Louro \*

## 1. O lobo e a cultura médico-farmacêutica no Antigo Regime português

---

Durante milénios, o lobo ocupou todo o hemisfério norte do planeta[1], coexistindo e formando com o ser humano relações das mais variadas tipologias. Por conseguinte, podemos dizer que a relação Homem-Lobo é tão antiga quanto a própria Humanidade. Nos espaços que hoje correspondem ao território português, a presença do lobo está atestada, pelo menos, desde o Paleolítico Superior (50.000-10.000 a.C.), algo comprovado por alguns restos arqueozoológicos como, por exemplo, aqueles que já foram recuperados e estudados na Casa da Moura, em Óbidos, na Gruta do Caldeirão, em Tomar, ou ainda na Gruta da Furninha, em Peniche[2]. Desde então, o lobo sempre foi usufruindo de condições de sobrevivência muito favoráveis em todo o espaço ibérico, relacionadas com a baixa densidade humana, a abundância de alimento e a existência de uma orografia e coberto vegetal que ofereciam um bom refúgio. No decorrer de Oitocentos, várias fontes escritas demonstram que o lobo ainda ocupava todo o país, e só no início do século XX é que se começaram a notar os primeiros sinais de mudança na sua distribuição[3]. Assim, nos séculos XVII e XVIII, a probabilidade de encontros entre humanos e lobos era bastante elevada.

Nos séculos XVII e XVIII, a farmácia conventual era essencial na sociedade portuguesa, uma vez que as boticas conventuais não se limitavam a atender os religiosos. Além de contribuírem para a formação de boticários, eram concorrentes diretas das boticas leigas e fontes de financiamento fulcrais para as ordens religiosas, fornecendo medicamentos para a generalidade da população e igualmente para os hospitais[4]. Várias receitas de remédios e mezinhas podiam ser encontradas nos livros de botica, pois era muito comum que estes, além de apontamentos dietéticos, incluíssem indicações de fórmulas agrícolas, cosméticas, espirituais, mas também farmacêuticas e medicinais, entre outras, uma vez que a cozinha tendia a ser um dos espaços centrais de uma casa e, portanto, tudo era preparado ali[5].

Nesta mesma altura, o aperfeiçoamento e a criação de

novos conceitos nos campos da Medicina e da Farmácia, paralelamente à descoberta de novas plantas e drogas medicinais providas de todas as partes do mundo, bem como o desenvolvimento do conhecimento das propriedades dessas novas espécies, alavancou a produção e a publicação de obras literárias de cunho farmacêutico e medicinal – as farmacopeias e os tratados de medicina –, que procuravam sistematizar diversos usos possíveis de certas substâncias e diversos preparados com finalidade curativa, organizar o conhecimento sobre estes temas e preparar os boticários para o exercício da sua profissão[6].

Ao longo do século XVIII, esta literatura farmacêutica, alinhada com a tendência existente no resto da Europa da proliferação desta tipologia de publicações, teve um desenvolvimento muito significativo. Efetivamente, entre 1704 e 1785 várias farmacopeias não-oficiais foram publicadas, desempenhando um papel crucial na normalização do conhecimento farmacêutico e da prática médica em Portugal e na difusão de fórmulas atualizadas, e refletindo a evolução da prática farmacêutica, bem como a necessidade da sistematização dos métodos de produção e conservação dos medicamentos.[7] A primeira farmacopeia oficial do reino, a *Pharmacopeia Geral*, só foi publicada em 1794, sendo a sua autoria atribuída a Francisco Tavares.[8] Estas são, portanto, as três categorias de fontes que iremos analisar: livros de botica, farmacopeias e tratados de medicina.

Desde a Antiguidade Clássica que a Medicina e a Farmácia prescreviam alimentos e remédios de origens predominantemente naturais, produzidos com elementos animais, minerais e vegetais, por norma ao alcance de todos. O espectro de substâncias usadas nos medicamentos, nesta época, era extremamente amplo, parecendo não ter limites no que à inventividade dos autores dizia respeito. De entre os ingredientes de origem animal, mineral ou vegetal, este artigo centrar-se-á naqueles que provinham do lobo, o protagonista da

tese de Doutoramento que estamos a desenvolver na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na qual analiso a relação entre o imaginário cultural do lobo e a conservação da espécie. A nossa premissa é de que a generalizada má reputação do lobo, que ainda se verifica nos dias de hoje, provém de um conjunto de camadas de ligações culturais estereotipadas, e não propriamente de motivos ambientais e ecológicos fundamentados.

O “lobo cultural” –, ou seja, o lobo que habita no imaginário cultural da população –, difere muito do “lobo real” –, isto é, o animal verdadeiro – e graças a várias investigações feitas nas últimas décadas sobre este mamífero, é possível basear essa diferenciação nas suas características biológicas e comportamentais, algo que tem sido conseguido sobretudo pela área da Biologia, na qual os estudos sobre o lobo estão bastante avançados. Contudo, a força da imagética do “lobo cultural” ainda supera a do “lobo real”, algo que acontece porque, enquanto agente cultural, o lobo modifica-se – ou, melhor dizendo, é modificado pelo ser humano – em função dos contextos específicos de cada época, contextos esses nos quais as suas características inerentes vão muito além daqueles que são verdadeiramente os seus instintos naturais, sendo por isso, sem dúvida, um animal no qual a cultura supera a

biologia.

Relativamente à dicotomia concetual lobo real/lobo cultural, do nosso ponto de vista, tudo o que se relaciona com a utilização de elementos do corpo do lobo em contexto de Farmácia ou Medicina encaixa-se na ideia de “lobo cultural”, uma vez que os poderes curativos destes elementos provinham mais de perceções culturais construídas pelo ser humano, do que de propriedades terapêuticas realmente comprovadas.

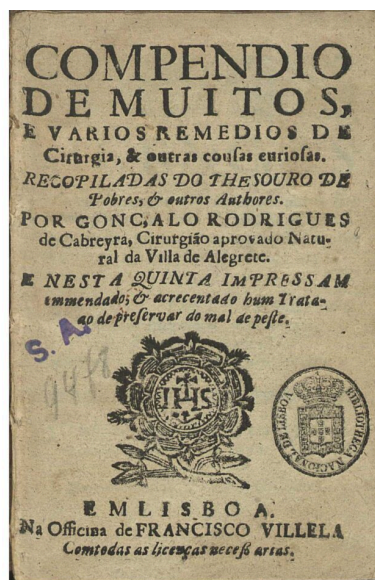
O nosso artigo dividir-se-á em três partes. Em primeiro lugar, apresentaremos as referências à utilização de partes do corpo do lobo pelos seres humanos com finalidades terapêuticas, atribuindo-lhes uma referência numérica o e localizando-as na respetiva fonte documental. Até agora, encontrámos 48 recomendações de remédios com este propósito, provenientes de dez documentos, que iremos identificar seguindo uma ordem mais ou menos cronológica. De seguida, abordaremos agora a questão da transformação desses elementos, no sentido da sua posterior utilização. E, por fim, tentaremos refletir um pouco acerca da(s) lógica(s) por detrás do uso de determinadas partes do corpo do lobo para o tratamento de determinados problemas da saúde humana.

## 2. 1. Identificação das partes do corpo do lobo

No caderno II do manuscrito 142 do Arquivo Distrital de Braga, intitulado *Remedios Varios, e Receitas*.

*Aprovadas*[9], de autor desconhecido[10], algures do século XVII[11], deparamo-nos com a utilização de 1) gordura de lobo como um dos ingredientes para preparar um unguento destinado ao tratamento de hemorroidas[12] e de 2) pele de lobo combinada com um emplastro para curar fraturas ósseas[13].

Na primeira edição do *Compendio de Muitos e Varios Remedios...*[14], datada de 1611, e da autoria de Gonçalo Rodrigues de Cabreira (??-??), um cirurgião do qual pouco que sabe, surgem 3) olhos de lobo para curar as cataratas[15] e 4) pele e 5) coração de lobo para tratar a “gota coral” (ou seja, a epilepsia)[16].



Capa da obra *Compendio de muitos, e varios remedios...*, de Gonçalo Rodrigues Cabreira, da edição que se crê de 1671. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

Em 1664, Francisco Morato Roma (1588-1670)[17] escreveu a obra *Luz da Medicina...*[18], na qual prescreve: 6) fígado de lobo para a fraqueza do fígado, conhecida como “fluxo hepático”[19]; a utilização de um 7) amuleto com olhos de lobo para curar as cataratas[20]; e o consumo e utilização, respetivamente, de 8) coração e 9) pele de lobo como remédios para a epilepsia[21].

Com exceção da receita 6), as restantes referências retiradas desta obra são em tudo iguais às recolhidas do *Compendio de Muitos e Varios remedios...*: a 7) corresponde à 3); a 8) à 5); e a 9) à 4). O título do livro de Cabreira indica que este compêndio foi compilado a partir das obras de outros autores, aludindo especificamente ao *Thesouro de Pobres*, uma obra escrita pelo médico português Pedro Hispano (1215-1277), que em 1276 se tornou no papa João XXI. Este foi um dos mais difundidos receituários médicos medievais, contendo mais de mil indicações sobre como curar doenças físicas e mentais[22].



Anónimo, Retrato do papa João XXI, século XVI. Braga, Museu Pio XII, Galeria dos Arcebispos de Braga.

• • •

Na obra *Polyanthea medicinal*[23], originalmente datada de 1697, o médico João Curvo Semedo (1635-1719)[24]

enumera como 10) um dos remédios para a “gotta coral”, um preparado contendo fígado de lobo[25]; recomenda 11) beber pela garganta ou traqueia de um lobo para prevenir ou curar “garrotinhos”[26]; sublinha, em quatro momentos distintos, o efeito das fezes ou do intestino reto de lobo contra as cólicas[27]; ensina a receita de umas 16) pílulas para tratar a hidropisia anasarca que, entre outros ingredientes, continham fígado de lobo[28]; aconselha o consumo de 17) carne do coração do lobo para prevenir e curar os “accidentes uterinos actuaes”[29]; e o 26) uso de pele de lobo para prevenir os mótivos[30], isto é, abortos espontâneos ou partos prematuros. Existem ainda duas alusões a pó de coração de lobo como sendo um bom remédio para os fétuos. Contudo, não atribuímos nenhuma referência numérica a estas passagens uma vez que a primeira surge no contexto de uma pergunta retórica[31] e a segunda está integrada no índice remissivo da obra[32], apesar de não deixarmos de verificar uma associação entre uma parte do corpo do lobo e um problema de saúde humano, que neste caso seria mental.

A *Polyanthea Medicinal...* foi precursora na introdução de um estilo moderno de escrita científica, no sentido em que vai indicando as fontes utilizadas e referencia a bibliografia consultada no final de cada capítulo, duas características que ainda não eram muito comuns em obras semelhantes coevas. Além disso, tornou-se num dos tratados terapêuticos mais populares entre médicos e boticários, tanto em Portugal continental como nos territórios ultramarinos até meados do século XVIII.[33]



Félix da Costa (16\_\_-1712) e Gérard Edelinck (1640-1707), Retrato de João Curvo Semedo na edição de 1707 da obra *Polyanthea medicinal*.... Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

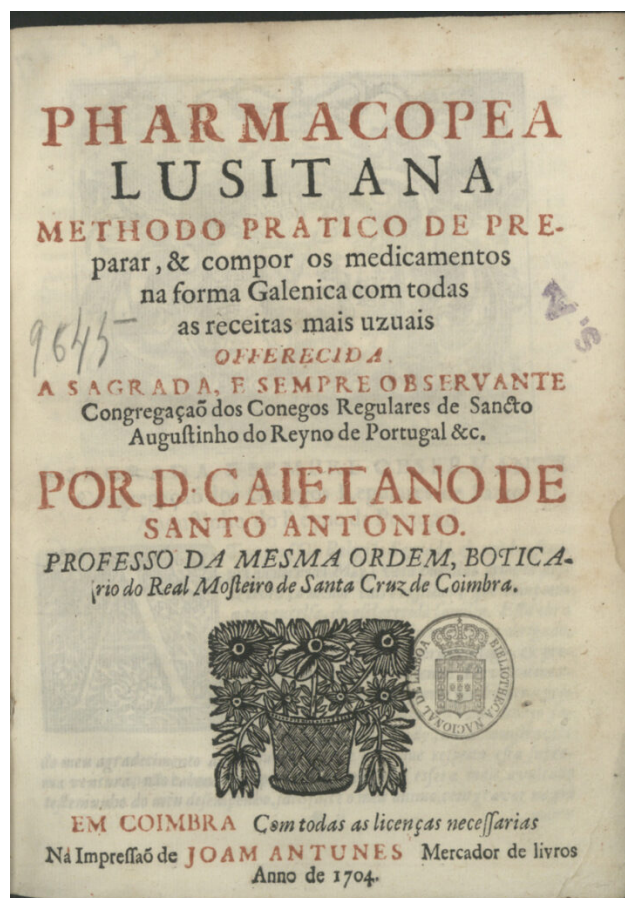
• • •

João Curvo Semedo é também autor das *Observações Médicas Doutrinaes de Cem Casos Gravísimos*[34], obra datada de 1707, tendo ele mesmo recorrido a 28) pó de intestino[35] e a 29) fezes de lobo[36] para tratar as dores de cólica nalguns dos seus doentes. Esta obra era uma compilação de vários casos de pacientes que o próprio médico atendera, abordando em cada “observação” prognósticos das patologias, remédios utilizados no tratamento e, por vezes, chega a identificar esses mesmos pacientes. O principal objetivo de Curvo Semedo com este livro era orientar médicos e leitores sobre como agir caso se deparassem com situações semelhantes às descritas.[37]

Uma terceira obra deste autor onde também existem referências à utilização de partes do corpo do lobo como ingredientes para fórmulas terapêuticas é a *Atalaya da Vida Contra as Hostilidades da Morte*[38], publicada postumamente em 1720 e editada seguindo a ordem alfabética e um estilo enciclopédico[39]. Nesta obra, que contém muitos dos remédios que já haviam sido publicados na *Polyanthea Medicinal...* e nas *Observações medicas...*[40], João Curvo Semedo assinalava: que beber água através de uma 30) garganta de lobo ajuda a combater a asma e as faltas de respiração[41]; que uma colher matinal de 31) fígado de lobo “he remedio excelente” para a diarreia[42]; que o 32) fígado de lobo infusado com vinagre, seco, é um remédio recomendado por vários autores para curar a disenteria[43]; que 33) o coração e, sobretudo, 34) o fígado de lobo “he maravilhoso remedio para curar a gotta coral”[44]; que as 35) fezes de lobo curam as cólicas[45]; que o 36) fígado de lobo em pó misturado com vinho ou água “he remedio muyto experimentado para a fraqueza, & intemperanças do fígado, & he muyto proveytozo para os hydropicos, para os que se vam emagrecendo muyto, & para as tosses”[46]; que 37) pó de fígado de lobo “he dos melhores remedios, que tem a Medicina para curar”[47] a gota coral; que usar uma 38) tira da pele do dorso do lobo desde a nuca até ao traseiro cura os vagados, ou seja, as vertigens[48]; que o 39) fígado de lobo cura os “accidentes uterinos”[49]; e, por fim, que colocar 40) uma cria de lobo com idade de quinze a vinte dias sobre o estômago ajuda a curar as fraquezas deste órgão[50].

Naquela que é considerada uma das primeiras farmacopeias portuguesas, por ter sido a primeira obra desta tipologia escrita por um boticário em língua portuguesa, a *Pharmacopea lusitana...*[51], publicada

originalmente em 1704, D. Caetano de Santo António (??-1730)[52], o seu autor e importantíssimo boticário conventual, menciona 41) fígado de lobo como um dos ingredientes para produzir pílulas “pro colico morbo”[53].



Capa da obra *Pharmacopea lusitana...*, de D. Caetano António de Sousa, edição de 1704. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

A literatura farmacêutica portuguesa começou a refletir alguma aceitação de medicamentos químicos a partir da segunda edição desta obra, em 1711, e da publicação de dois outros receituários – a *Pharmacopeia Ulyssiponense...*, de Jean Vigier, e a *Pharmacopea Tubalense...*, de Manuel Rodrigues Coelho – que, curiosamente, também contém alusões à utilização de partes do corpo do lobo para a produção de medicamentos.

A *Pharmacopeia Ulyssiponense...*[54], publicada em 1716 por Jean Vigier (1662-1723)[55] é uma obra na qual podem ser encontrados, de modo organizado e sistemático, fórmulas de preparação de remédios de origem química. Nela, há alusões ao 42) intestino e ao 43) fígado de lobo como remédios para cólicas flatulentas[56] e

possivelmente às secundinas da loba<sup>[57]</sup> para impedir as dores pós-parto.

Já Manuel Rodrigues Coelho (1687-ca. 1746-1751)<sup>[58]</sup>, na sua *Pharmacopea Tubalense...*<sup>[59]</sup>, publicada em 1735, ensina a preparar 44) fígado e 45) intestinos de lobo para tratar cólicas flatulentas<sup>[60]</sup>. Esta obra reunia conhecimento sobre medicamentos simples e compostos, descrevia operações farmacêuticas e regras para a conservação destes preparados e harmonizava saberes antigos e modernos, criando assim um modelo de prática farmacêutica que, equilibrando tradição e inovação, saberes antigos e modernos, refletia o hibridismo cultural da época<sup>[61]</sup>.

## 2. 2. A transformação das partes do corpo do lobo

Passemos agora à segunda parte do texto, relacionada com a questão da transformação das diferentes partes do corpo do lobo no sentido da sua utilização como ingredientes de medicamentos. Os documentos analisados responderam-nos apenas parcialmente acerca dos processos de transformação a que as partes do corpo do lobo eram sujeitas antes de serem utilizadas.

Algumas das referências identificadas mencionam, de facto, de que forma é que algumas partes do corpo do lobo deveriam ser usadas para fins terapêuticos. Boa parte delas é vaga, e não aprofunda esta questão, um fator que, ainda assim, não lhes retira qualquer importância. Considerando a natureza das próprias fontes, decidimos agrupar as partes do corpo do lobo em dois conjuntos. O primeiro é composto pelo focinho (47), garganta/traqueia (11 e 30), gordura (1), olhos (3 e 7) e pele (2, 4, 9, 15, 20, 22, 26, 27 e 38), pelo facto de não haver qualquer indicação no sentido da sua transformação. O segundo congrega a carne (17, 25 e 48), o coração (5, 8 e 33), as fezes (12, 13, 18, 23 e 35), o fígado (6, 10, 14, 16, 21, 31, 32, 34, 36, 37, 39, 41, 43 e 44) e os intestinos (13, 24, 28, 29, 42, 45 e 46), já que, apesar de algumas destas referências não se verificarem quaisquer dados relativos à transformação, no que diz respeito a estas partes do corpo do lobo, as receitas vão um pouco mais longe em termos de detalhe e descrição do que as do primeiro conjunto. Uma outra diferença importante entre este conjunto e o primeiro é o facto de, como veremos, este indicar, muitas vezes, quantidades concretas do ingrediente a ser empregado na receita médica ou diretamente consumido.

Antes de esmiuçarmos este tema, comecemos somente por fazer uma breve distinção entre as 47 referências nas

Para terminar, resta-nos aludir às referências localizadas no manuscrito n.º 394 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, intitulado *Remedios Varios e Alguns Experimentados Tirados de hum Livro de Manu Escrito que Tinha o Padre Francisco Mathias em Pombeiro no Anno de 1724*<sup>[62]</sup>. O autor, desconhecido, refere: que os 46) intestinos da loba devem ser usadas pelos homens, amarradas à cintura, para tratar hemorroidas e, havendo crise destas, deve cozer-se e beber-se uma pequena parte destas vísceras; 47) que o focinho do lobo serve para tratar a asma tanto de homens como de mulheres, sendo que no caso dos primeiros, deve usar-se pendurado ao pescoço;<sup>[63]</sup> e ainda um preparado contendo 48) carne de lobo tostada para acelerar o parto<sup>[64]</sup>.

quais, ao usar-se uma parte do corpo do lobo, pressupõe-se que o mesmo estaria morto, e a única exceção em que nos deparamos com o animal vivo: a referência 40) menciona que colocar uma cria de lobo com idade de 15 a 20 dias sobre o estômago curaria as fraquezas deste órgão<sup>[65]</sup>.

Os casos em que não há alusões a transformação deixam-nos com mais perguntas do que respostas. Em relação ao focinho: será que o amuleto da referência 47) – em que os homens, pelo menos, deveriam utilizá-lo pendurado ao pescoço para tratar a asma – consistiria literalmente nas mandíbulas do animal, como sugere a definição coeva desta palavra registada por Rafael Bluteau<sup>[66]</sup>, ou será que bastariam alguns pelos dessa mesma região? E será que era colocado dentro de alguma bolsa ou embrulho, ou utilizado sem qualquer tipo de proteção deste género?

E no que diz respeito à garganta ou traqueia do animal? Recolhemos duas referências que mencionam que beber por esta parte do corpo do lobo era um tratamento possível para garrotilhos (11) e para asma e faltas de respiração (30). Será que se recorria à garganta ou traqueia do lobo cruas? Ou será que era usada mumificada, como ainda se faz nalgumas regiões do norte de Portugal<sup>[67]</sup>?

A gordura e os olhos do lobo são outras partes do seu corpo sobre as quais não temos nenhuma informação no que respeita à sua transformação. A gordura era usada como ingrediente para a produção de um unguento (1), e as duas referências acerca dos olhos reportam apenas à sua utilizada ao pescoço (3) e 7). Mas será que eram usados crus? Ou numa versão como que seca ou

mumificada de alguma maneira? E, tal como indagámos acerca do focinho, será que os olhos eram colocados nalguma bolsa ou embrulho, ou usados diretamente sobre o corpo?

Por fim, as referências concernentes ao uso de pele de lobo para efeitos curativos são um pouco mais específicas, mas nenhuma delas menciona se esta era empregada crua ou seca, tendo sido submetida ao processo de curtimento ou semelhante. O tamanho da dita pele parece-nos ser bastante variável: a referência 2) indica que a pele teria de ser do tamanho da fratura óssea a ser curada; a 4) e a 9), escritas de forma igual, citam uma “correa [...] apertada ao longo de si”[68], quem sabe se de um modo semelhante à receita 38); na referência 15) encontramos a recomendação de um cinto de pele do dorso do lobo a ser “trazido junto da carne”[69]; as referências 20) e 22) e 26) e 27) indicam somente que a pele deste animal era eficaz, respetivamente, para tratar a epilepsia e impedir os móvitos, provavelmente tocando no ventre, neste último caso, tal como a esmeralda mencionada na mesma referência; e a referência 38) dá conta do uso de uma tira de pele do dorso do lobo que se deveria “trazer ao longo da carne desde a nuca até a rabadilha”[70] para curar as vertigens.

Abordemos agora o segundo conjunto de ingredientes originários do lobo, relativos à carne, ao coração, às fezes, ao fígado e aos intestinos que, como veremos, na maior parte dos casos, eram consumidos em pó. Na maioria dos medicamentos receitados nas farmacopeias deste período – e o conjunto documental analisado neste artigo não é exceção – eram-no sob a forma de pós[71].

Na referência 17), João Curvo Semedo recomenda carne de lobo seca no forno e pulverizada para curar e prevenir acidentes uterinos, declarando que “não falta Author grave que diz, que a carne ha de ser do coração”[72]. A referência 25) está contida no índice remissivo da *Polyanthea medicinal...* e alude ao pó de carne de lobo para o tratamento de acidentes uterinos. O professor Eugénio Francisco dos Santos, no seu artigo de 1984, no qual analisou o manuscrito intitulado *Remedios Varios e Alguns Experimentados...*, recuperou a referência que numerámos como sendo a 48) do nosso estudo, a qual especifica que a carne de lobo tostada numa panela bem tapada, e depois ser reduzida a pó e dissolvida em vinho ou água na quantidade de “hum didal”[73], ajudava a acelerar o parto.

Quanto ao coração do lobo, além de a carne deste órgão ajudar a curar e prevenir acidentes uterinos, como dissemos anteriormente, as referências 5) e 8) são exatamente iguais, ainda que provenientes de fontes distintas, e ambas se reportam a um remédio para a

epilepsia que consistia em dividir o coração do lobo ao meio, devendo o doente comer uma metade e beber a outra com vinho, possivelmente sob a forma de pó, uma vez que os documentos usam a palavra “moido”. A referência 33) reforça esta crença no poder do coração do lobo para tratar a epilepsia, mas não há menção sobre de que forma deveria ser consumido.

Passemos agora às fezes, também elas usadas em pó. A referência 12) declara que um bom remédio para as cólicas é “huma oytava de pòs de esterco de ratos, desfeyto em duas onças de agua de flor de laranja, ou de vinho”, acrescentando depois que “mayor effeyto fazem duas oytavas de esterco de lobo”[74]. Considerando a forma como o texto está construído, assumimos que as fezes de lobo eram utilizadas pulverizadas e misturadas com água de flor de laranjeira ou vinho. Aplicamos esta mesma lógica à referência 18), que alega que “huma colher de cinza de cotovia, queimada com sua penna, & dada em caldo, cura as dores de cólica [...] [tendo] igual virtude que o esterco de lobo”[75], e à 35), que assegura que “o [esterco] dos ratos feyto em pò, & dado em quantidade de huma oytava em tres onças de agua cosida com macella gallega, cura certissimamente as dores de colica. O esterco do lobo tem a mesma virtude”[76]. A referência 13) faz menção a uma oitava de fezes ou de intestino de lobo em pó para combater as cólicas, a 23) apenas ao facto de as fezes deste animal serem um bom remédio para este mesmo problema de saúde e a 29) à “maravilhosa virtude para curar as dores de cólica”[77] que têm as suas fezes.

As referências 13) e 29) também recomendam o uso de intestinos de lobo em pó para estas dores, já que eram considerados, na altura, um remédio eficaz para tal. João Curvo Semedo escreveu, na *Polyanthea Medicinal...*, que o “intestino recto feyto em pó he grande remedio para a cólica flatulenta”[78] (24) e, nas *Observações Medicas...*, que, para curar as cólicas ordinárias, dever-se-ia “tomar meya oitava de pò de raiz de bicha, ou de calumba, ou de esterco de ratos, & melhor que tudo, huma oitava de pò de intestino de lobo, de que Pedro Pacheco (3.) diz milagres” (28)[79]. Jean Vigier e Manuel Rodrigues Coelho ensinam a preparar intestino de lobo em pó para tratar deste mesmo problema, nas referências 42) e 45), respetivamente, que analisaremos daqui a alguns parágrafos. A última referência aos intestinos de lobo é a 46), recuperada por Eugénio Francisco dos Santos do manuscrito n.º 394 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, a qual afirma que os intestinos de loba – a única especificação respeitante ao sexo do animal – deveriam ser usados pelos homens, amarrados na cintura, sobre a carne, para curar as hemorroidas; e, no caso de se verificar um crise deste problema, dever-se-ia cozer uma pequena parte dos intestinos e beber, possivelmente a

água da sua cozedura.

Resta-nos o fígado de lobo, a parte do corpo do lobo à qual, aparentemente, mais se recorria, tendo em conta que é a mais frequentemente citada, surgindo num total de 14 receitas, ou seja, mais de 1/4 do total de referências recolhidas. Era maioritariamente utilizado para o tratamento da epilepsia.

Francisco Morato Roma refere que o fígado de lobo, lavado com vinho ou água ardente, seco, pulverizado e misturado com os alimentos era um bom tratamento para o chamado “fluxo hepático”, podendo ainda tomar-se misturado com açúcar rosado e/ou canela em pó (6). Tanto Jean Vigier como Manuel Rodrigues Coelho declaram, respetivamente, nas referências 43) e 44), que o fígado de lobo serve para tratar as cólicas, no segundo caso em pó.

A *Polyanthea Medicinal...* contém 4 referências ao fígado de lobo utilizado para o tratamento da epilepsia: a 10), na qual se recomenda a incorporação, entre outras substâncias, de duas onças de fígado de lobo seco num electuário de xarope de hissopo, do qual se deveria tomar uma oitava e meia todos os dias; a 14), que sublinha as virtudes do pó de fígado de lobo misturado em água de arruda-caprária ou de cardo-santo; e a 19) e 21), que aludem brevemente ao facto de ser um “remedio experimentado para a Gotta Coral” [80]. Esta mesma obra possui igualmente a receita de umas pílulas produzidas, entre outros ingredientes, com duas oitavas de fígado de lobo, pílulas essas que se deveriam tomar na quantidade de cinco por dia no sentido de combater a hidropisia anasarca (16).

Mas as recomendações respeitantes ao consumo de fígado de lobo por parte de Curvo Semedo não se limitam à *Polyanthea Medicinal...* A *Atalaya da vida...* inclui mais seis receitas em que este órgão surge como um dos ingredientes para o tratamento de uma série de problemas de saúde. Uma colher matinal de fígado de lobo “he remedio excelente”[81] para a diarreia (31). Este órgão, infusado em vinagre muito forte durante dois dias, e depois seco no forno sobre uma telha, “he remedio muyto recomendado por Authores gravíssimos”[82] para a disenteria (32). O médico português, na receita 34), apesar de não mencionar nenhuma forma transformada do fígado de lobo a ser utilizada, tece consideráveis elogios a esta substância, afirmando que “he maravilhoso remedio para curar a gotta coral [...] & só este remedio tem mais virtude, que todos os vegetaveis juntos”[83] (34). Uma oitava de pó de fígado misturado com duas onças de vinho ou de água “he remedio muyto experimentado para a fraqueza, & intemperanças do figado, & he muyto proveytozo para os hydropicos, para os que se vam emagrecendo muyto, &

para as tosses”[84] (36). Dois escrópulos de pó de fígado de lobo “he dos melhores remedios, que tem a Medicina para curar”[85] a epilepsia. E, por fim, que uma oitava e meia de pó de fígado de lobo misturado com três onças de água de cerejas negras ou de lírio-do-vale ajuda a curar os acidentes uterinos, também conhecidos como “Gotta coral da madre [isto é, útero] [...] & sendo isto assim, todos os remedios, que tiverem virtude especifica para curar a gotta coral da cabeça, pódem aproveytar para a gotta coral da madre”[86].

D. Caetano de Santo António ensina a receita de umas “pirolas pro colico morbo”[87] que, entre outros ingredientes, continham seis oitavas de fígado de lobo em pó (41). Esta receita distingue-se de todas as restantes pela configuração moderna com que está escrita, no sentido em que, por esta ordem, apresenta o título, a lista de ingredientes e o modo de preparação da mesma. Além deste dado interessantíssimo, as páginas que contêm esta receita, contêm também uma passagem que ensina a preparar e conservar o fígado de lobo, baseando-se para o primeiro processo nos ensinamentos do químico francês Nicolas Lémery (1645-1715):



Nicolas Pitau (1632–1671), Retrato de Nicolas Lémery, ca. 1660-1671. Copenhaga, Statens Museum for Kunst.

“O Fígado de Lobo se prepara lavando-o primeyro muyto  
Edição Universitária | 51

bem, & depois secando-o no forno em fogo brando feyto em talhadas para que melhor se seque o que se pôde fazer, pondo as talhadas do Fígado em h a frigideyra nova com o f do cuberto de Hyssopo, ou Marroyos, & nella se deyxão secar virando-os para que fiquem igualmente bem secos, & assim se guardaõ para o uso; nesta fórma os ensina a preparar *Lemery na sua Pharmacop. cap. 54. De præparat. simp.* He admiravel o Fígado de Lobo para as colicas ventozas: da-se de hum escropulo até huma oytava, conserva-se emburulado em folhas de ortelãa ou de ouregãos secos”<sup>[88]</sup>

A importância desta passagem é significativa, porque dá-nos a conhecer o processo de produção do pó de fígado de lobo, permitindo que o nosso conhecimento vá além de meramente sabermos que este produto era utilizado para finalidades curativas no contexto da saúde humana. Há outras passagens igualmente significativas neste conjunto documental. Na sua *Pharmacopeia Ulyssiponense...*, Jean Vigier dedica alguns parágrafos ao “Modo de preparar os bofes de rapoza, do fígado, & dos intestinos de lobo, das secundinas, & de outras materias semelhantes”:

“Esta preparação não consiste mais que em secar as entranhas destes animais para as guardar, & pizar quando se quer usar dellas. Os bofes de Rapoza são tirados no instante q a matão, lavão-se, & cortão-se em bocados, & secaõ-se em calor brando, depois de secos guardaõ-se cubertos com folhas de hyssopo, ou de marroyos. [...]

As secundinas se hão de secar em forno de sorte, que se não assem, nem queymem, & feytas em pó se guardem em vidro tapado. Serve para impedir as dores depois do parto.

O intestino de lobo, & fígado se prepara do mesmo modo, serve para colica ventosa”<sup>[89]</sup>

Um nível de detalhe ainda maior é-nos providenciado por Manuel Rodrigues Coelho na sua *Pharmacopea Tubalense...*, que aborda a questão da trituração dos intestinos de lobo:

“P. Como faremos a Trituração bem feita, e o que se deve observar para melhor se fazer?

R. Depois de tomar-mos aos simplicis, lhe reconheceremos as syuas naturezas, e substancias, para melhor lhe podermos eleger o grão da sua trituração: mas antes de os triturarmos, será preciso observarmos as regras seguintes. [...]

A quinta, as partes dos animaes, que em si contiverem

muitas partes humido-viscosas, se hão de antes seccar a hum fogo lento, para que privadas da humidade, se fação rigidas, e friaveis, assim como o vergalho de Touro, intestinos de Lobo, &c. ás demais parte lhes basta o calor do Sol, assim como os Bichos Contas, Vivoras, &c.”<sup>[90]</sup>;

a sua torrefacção:

“P. Que cousa he Torrefacção.

R. He uma assaçaõ diminuida, pois só se differença em que quando os simplex estão seccos, lhe chamamos torrefacçaõ, e quãdo humidos assaçaõ [...] quando a cousa, que se torra, está secca, e com huma nova aspereza exterior, entãõ diremos, que he torrefacçaõ. P. Como faremos esta operação?

R. Tomando aos simplicis, que estiverem seccos, e preparados como se disse na assaçaõ, os poremos em um caco, ou outro vaso appropriado, e cõ hum muy moderado lume, no qual continuamente se moverãõ, até que suas superficies estejaõ asperas, e livres das partes húmidas.

P. Por que causas se faz esta operação?

R. Por duas: [...] a segunda, para lhes consumirmos alguma humidade supérflua, assim como quando se torraõ os intestinos de Lobo, e mais partes membranosas dos animais, para melhor se poderem polverizar”<sup>[91]</sup>;

e a secagem e conservação não só dos intestinos como também do fígado de lobo:

“Tomar-se-hão os Bofes de Raposo, e depois de lavados em, bom vinho branco, se partirãõ em bocados para se seccarem depois de enxuto, ao Sol, ou em hum brando calor, até que estejaõ bem seccos, que assim se guardarãõ entre folhas de Hysopo, ou de Marroyos. [...].

Do mesmo modo, que fica dito se prepáraõ os Intestinos [referência 45], e Fígado de Lobo [referência 44], seccando-os ao calor do lume para se administrarem em pós nas Colicas ventosas. A sua dose he de hum escropulo, até huma oitava; e no entanto senãõ administraõ metidos entre Oregãos, ou Ortelã.

As Pareas se prepáraõ do mesmo modo, e se daõ reduzidas em pó para impedir as dores de tripas das mulheres recém paridas, na dose se hum escropulo, até huma oitava; tambem se guardaõ entre folhas de Salva, ou Mangerona”<sup>[92]</sup>.

O leitor atento terá com certeza reparado nas muitas semelhanças entre os processos de secagem descritos

pelos três autores. Essas semelhanças podem dever-se ao facto de tanto D. Caetano de Santo António como Jean Vigier e Manuel Rodrigues Coelho seguirem os ensinamentos de Nicolas Lémery. Ainda que, neste conjunto de passagens, só surja citado na da autoria do primeiro autor<sup>[93]</sup>, uma análise dessa mesma citação revela-nos como todos três beberam deste químico francês para escreverem as suas receitas:

“Chapitre XLIV. *De la préparation des poulmons de Renard, du foye & des intestins du Loup, de l’arriere-fais & des autres matieres semblables.*

Cette préparation ne consiste qu’à faire secher des visceres d’animaux, asin de pouvoir les garder & les mettre en poudre quando on voudra.

On prendra, par exemple, des poulmons de Renard bien sains tirez de l’animal recemment tué, on les lavera, on les coupera par tranches, on les fera secher au four par une douce chaleur, puis on les envelopera d’hysope ou de marrube pour les garder. [...]

Il ne faut pas que le Renard dont on veut tirer les poulmons soit mort de maladie, de peur que c eviscere ne fût imbu de quelque méchante impression, ni qu’il ait peri de vieillesse; ca ril seroit prive d’esprits, il faut qu’il soit mort de mort violente, asin que le poulmon soit dans sa viguer & abondant en esprits, on doit observer la même chose à l’égard du Loup dont on retirera le foye et les intestins. Pour l’arriere-fais, il faut qu’il vienne d’une femme saine, qu’il soit entier & bien conditionné.

On se sert ordinairement pour laver les poulmons du Renard, d’une décoction d’hysope & de scabieuse faite dans lev in blanc [...] j’aime donc mieux me servir de l’eau commune en cette occasion, elle n’emporte rien [nenhuma substância] avec soi quando elle s’évapore dans le four.

On peut réduire le poulmon de Renard en poudre dès qu’il a été seché, & garder la poudre dans une bouteille de verre bien bouchée, mais si on le garde en morceaux il faut l’enveloper avec des herbes apropiées à sa vertu, & qui puissent résister aux vers: l’hysope, le marrube secs sont assez convenables pour ce sujet.

On préparera de le même maniere le foye & les intestins du Loup par morceaux, asin qu’ils sechens plus facilement dans le four, ils sont propre por la olique venteuse, la dose en est depuis un scrupule jusqu’à une dragme, on peut les conserver envelopez dans les feuilles de mente ou d’origan seches.

L’arriere-fais prepare de même est dit propre pour empêcher les tranchées des femmes en couché; la dose en est depouis un scrupule jusqu’à une dragme; on peut l’enveloper pour le conserver dans les feuilles de sauge, de marjolaine, de souci<sup>[94]</sup>.

Nicolas Lémery foi uma figura de referência no domínio farmacêutico por toda a Europa de finais do século XVII e início do século XVIII. Natural de Rouen, estudou Química em Paris e Montpellier e fundou um curso de Química junto da sua botica que se difundiu rapidamente e alcançou grande prestígio.<sup>[95]</sup>

## 2. 3. Possíveis motivos para a utilização de partes do corpo do lobo como ingredientes de remédios

Problematizada a questão da transformação das partes do corpo do lobo a serem utilizadas como remédios para o tratamento e cura de problemas de saúde humana, gostaríamos de refletir um pouco, nesta terceira e última parte deste texto, acerca de alguma(s) lógica(s) por detrás do uso de determinadas partes do corpo do lobo para o tratamento de determinadas doenças. Salientemos, somente, que esta reflexão não incluirá qualquer interrogatório ou julgamento relativos à eficácia ou não destas receitas médico-farmacêuticas, porque não nos revemos nessa prática nem acreditamos que seja esse o nosso papel enquanto historiadores.

A maior dificuldade desta abordagem às nossas fontes históricas é o facto de nenhuma delas nos responder a esta pergunta, nem direta, nem sequer indiretamente.

Deste modo, os motivos da utilização das várias partes do corpo do lobo mencionadas não são claros, até porque há inúmeras menções a outros animais nos documentos e nas receitas aqui em estudo. Tendo em conta estas questões, e considerando que estaremos quase constantemente perante uma mistura de saberes e práticas com origens muito variadas, a nossa tentativa de descodificação torna-se ainda mais complexa pelo facto de a maioria das práticas ser detentora de um grande sincretismo.

Nenhum dos autores explica os motivos da utilização do corpo do lobo para o tratamento das doenças referidas, algo que faz com que pareça, do nosso ponto de vista, que esta utilização também não fosse clara para os próprios. Dois exemplos disso são as referências 34) – “O

coração, ou fígado do lobo he maravilhoso remedio para curar a gotta coral, por h a virtude particular, & innata que tem para isto”<sup>[1]</sup> – e 38) – uma tira de pele do dorso do lobo desde a nuca até ao traseiro “he remedio que cura [...] por virtude especifica, ou qualidade occulta”<sup>[2]</sup> as vertigens.

Mas que virtudes “particulares”, “inatas”, “específicas” e/ou “ocultas” seriam essas? A ideia que nos fica após a leitura e interpretação destas passagens é que o uso de certas partes do corpo do lobo – um raciocínio estendido a outros animais – era já tão antigo e estava já tão imbuído nas tradições terapêuticas, que não merecia, por isso, grande questionamento por partes destes especialistas. Assim, podemos apenas inferir e teorizar estas utilizações.

Na época aqui em estudo, a terapêutica em Portugal estava praticamente estagnada, comparativamente a outros locais europeus, sendo o galenismo a teoria predominante, como analisaremos de modo mais profundo adiante. Também conhecida como “humorismo”, “humoralismo”, “teoria humoral” ou “teoria dos quatro humores”, a versão mais famosa do galenismo foi descrita por Hipócrates (460 a.C.-377 a.C.) e, depois, largamente expandida por Galeno. Os estados de saúde e de doença eram concebidos como, respetivamente, o equilíbrio e desequilíbrio dos quatro humores corporais, podendo isto dever-se a influências naturais e/ou sobrenaturais. Cada um destes humores detinha qualidades específicas e estava associado a uma das quatro estações do ano: o sanguíneo, associado ao sangue, era quente e húmido, e correspondia à primavera; o colérico, associado à bÍlis amarela, era quente e seco, e correspondia ao verão; o melancólico, associado à bÍlis negra, era frio e seco, e correspondia ao outono; e o fleumático, associado à fleuma, era frio e húmido, e correspondia ao inverno.<sup>[3]</sup> Assim, os medicamentos utilizados deveriam ter um poder contrário à força do humor prevalecente no momento da doença<sup>[4]</sup>.

Há algumas analogias que, a nosso ver, são tão evidentes que são difíceis de ignorar. Por esta altura, o conhecimento tanto da anatomia e do funcionamento do corpo humano como da anatomia e do funcionamento do corpo do lobo já seriam bastante avançados, considerando que em mais de metade dos casos analisados – 25 dos 48 – há uma ligação direta entre a parte do corpo do lobo usada terapêuticamente e a parte do corpo humano que apresenta a doença: os olhos do lobo para tratar as cataratas (3 e 7); o coração do lobo para tratar a epilepsia (5, 8 e 33)<sup>[5]</sup>; a garganta ou traqueia do lobo para problemas na respiração humana, como asma, faltas de respiração e “garrotinhos” (11 e 30);

o fígado do lobo para o “fluxo hepático” e as fraquezas do fígado humano (6 e 36); e, por fim, o fígado, os intestinos e as fezes do lobo, dois órgãos e um subproduto proveniente do seu sistema digestivo destinados ao tratamento de problemas do sistema digestivo humano como cólicas, “colico morbo”, diarreia, disenteria e hemorroidas (12, 13, 18, 23, 24, 28, 29, 31, 32, 35, 41, 42, 43, 44, 45 e 46).

Neste conjunto de receitas médicas, os três problemas de saúde que mais faziam os seres humanos recorrerem ao lobo, consumindo as mais variadas partes do seu corpo, eram: a epilepsia, doença mencionada num total de quinze casos (4, 5, 8, 9, 10, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 33, 34 e 37); as cólicas, que surgem em treze casos (12, 13, 18, 23, 24, 28, 29, 35, 41, 42, 43, 44 e 45); e patologias associadas ao útero e à gravidez, existentes em seis casos (17, 25, 26, 27, 39 e 48).

A palavra “epilepsia” deriva do grego, *epilambanein*, que significa “atacar” ou “tomar posse”. Desde a Antiguidade Grega, e até desde alturas anteriores, que se acreditava que a epilepsia era um “ataque” ou uma “possessão” por parte dos deuses ou demónios. Era a doença mais associada a fenómenos paranormais devido às suas características peculiares.<sup>[6]</sup> Esta visão da epilepsia como sendo causada por possessão demoníaca prevaleceu ao longo da Idade Média e reapareceu, por vezes, nas sociedades ocidentais modernas, materializada na prática de exorcismos, uma questão que pode ser explicada através da compreensão demoníaca das convulsões existentes em fontes bíblicas e nos escritos de várias figuras religiosas acerca desta doença.<sup>[7]</sup>

O lobo, por sua vez, era considerado, na simbologia cristã, um animal demoníaco, sendo muitas vezes mencionado nas Sagradas Escrituras como uma alegoria do mal e uma metáfora do Diabo ou dos falsos profetas, um inimigo e predador das ovelhas, que representavam os “fiéis”. A Igreja Católica fez uso desta ideia durante séculos, recorrendo à imagem negativa do lobo, para criação a sensação da existência de demónios reais pairando no mundo real, e toda esta imagética acabou por se consolidar e refletir na literatura ocidental.

Ora, se a epilepsia era uma doença de natureza demoníaca, e se o lobo era encarado como um animal de natureza demoníaca, é possível que a lógica por trás da utilização de partes do corpo do lobo para tratar a epilepsia se devesse à crença de que o segundo poderia funcionar como uma espécie de antídoto para a primeira.

Relativamente às fezes, independentemente da espécie que as produzia, desde a época greco-romana que estas eram usadas na “medicina popular”, acreditando-se que,

de alguma maneira, certas propriedades do animal a que pertenciam as tais fezes poderiam ser transferidas para o ser humano que as consumia. Pessoalmente, no que diz respeito à época moderna, quando falamos de medicina em particular, e de cultura em geral, não defendemos a oposição concetual entre “popular” e “erudito”, uma vez que estes dois níveis culturais não existiam fechados sobre si mesmos, com homogeneidade e sem quaisquer contactos ou influências recíprocas, sendo sempre possível identificar elementos de fusão e interpenetração entre ambos. Tanto que, como afirma o próprio João Curvo Semedo na referência 13), o uso foi sendo recomendado por médicos como Galeno (ca. 129-ca. 217), Bernard de Gordon (1270-1330) ou Lazare Rivière (1589-1655) e, na referência 35), que “os esterco de vários animais tem grandes virtudes”[8].

Galeno, por exemplo, defendia que as fezes eram uma substância com um poder de dispersão bastante elevado, e distingue os excrementos produzidos por vários animais com base nas suas dietas, fazendo ainda alguns comentários sobre as propriedades particulares de cada uns e enfatizando a observação pessoal da sua eficácia para tratar uma série de problemas da saúde humana[9]. Este médico romano de origem grega escreveu que as fezes de um lobo alimentado com ossos, ou seja, fezes brancas, dadas a beber a alguém que sofresse de cólicas faria com que estas passassem. Também podiam prevenir as cólicas antes de estas ocorrerem, e se ocorressem, se a pessoa já estivesse a tomar este remédio, as dores não seriam tão fortes como de costume.[10] De acrescentar ainda que o lobo, do ponto de vista da teoria dos quatro humores, era considerado um animal melancólico, ou seja, de natureza fria e seca[11], pelo que se deveria recorrer ao mesmo para atuar em problemas de saúde provocados pelo humor sanguíneo, que era quente e húmido. Além disso, é possível que se acreditasse que as fezes do lobo, quando eram brancas, serviriam para limpar e purificar os intestinos, aliviando assim as dores de cólicas, uma vez que o branco está histórica e simbolicamente associado à limpeza e à pureza.

Por fim, no que diz respeito aos “acidentes uterinos”, aos abortos espontâneos, aos partos prematuros e à aceleração do parto, e partindo do princípio de que o consumo de um certo animal fazia com que determinadas propriedades deste fossem transferidas para o ser humano, a utilização de uma parte do corpo do lobo, neste contexto, poderia estar associada à ideia de que o lobo, de alguma maneira, protegeria a mulher contra estes males. Acreditamos que uma resposta possível para isto é o facto de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) ter escrito que as lobas pariam dentro de um determinado período de doze dias ao longo de ano. Mas Plínio (23-79) e Eliano (175-235) interpretaram mal esta

passagem e escreveram que as lobas pariam durante doze dias.[12] Deste modo, é possível que este equívoco tivesse circulado nas obras destes dois autores, levando à consolidação da respetiva crença. Considerando que o parto humano é tão complexo, é possível que as mulheres procurassem recorrer a partes do corpo do lobo para canalizarem para si mesmas a perseverança e resistência que se acreditava que as lobas exibiriam neste processo, de modo a protegê-las do mais variado tipo de complicações relacionadas com o seu sistema reprodutor.

Em finais do século XVII e na primeira metade do século XVIII, comparativamente a outros locais europeus, focados no desenvolvimento científico que se deu nesta época, com avanços importantes na Astronomia, nas Ciências Naturais, na Física e, conseqüentemente, na Medicina, em Portugal, a evolução da terapêutica apresentava alguma estagnação e alguma resistência à adoção de medicamentos químicos<sup>[13]</sup>. São vários os fatores que explicam esta questão, como o monopólio dos preceitos da Igreja existente em todas as esferas da sociedade, a formação inadequada e limitada dos boticários e droguistas e a predominância das práticas tradicionais no que diz respeito à Farmácia e à Medicina, a insuficiência das estruturas das boticas e o parco investimento em equipamentos[14].

Contudo, vários boticários, droguistas e médicos sublinharam o valor da Química na preparação de medicamentos, criando assim um campo farmacêutico no reino que era simultaneamente galénico e químico. Uma leitura mais extensiva destes dez documentos, revela tanto uma forte influência da tradição galénica como um surgimento irreversível de fórmulas químicas. Além da menção específica a Galeno nas referências 1) e 13), uma análise mais precisa dos títulos completos das obras *Polyanthea medicinal...*, *Pharmacopea lusitana...*, *Pharmacopea ulyssiponense...* e *Pharmacopea tubalense...* revela esta simultaneidade, ainda que, coincidentemente, nas passagens que decidimos estudar e apresentar não tenha surgido nenhuma menção aos quatro humores nem a substâncias químicas.

Tanto a Farmácia como a Medicina eram culturalmente híbridas, misturando saberes eruditos e populares, fé e superstição, crenças mágico-religiosas, uma profunda imbução do Cristianismo em todos os domínios da vida pública e privada, desde o nascimento até à morte, saberes nativos de várias regiões coloniais portuguesas e conhecimentos tanto da Antiguidade Clássica como das descobertas mais recentes no campo da Química<sup>[15]</sup>. Uma das manifestações das crenças mágico-religiosas era o uso de amuletos[16], como atestado nas referências 3), 4), 7), 9), 15), 26), 27), 38) e 47).

### 3. Notas Finais

---

A nossa pesquisa não foi exaustiva e esta investigação não esgota este tema. Estamos certos de que outras obras das mesmas tipologias, impressas ou manuscritas – livros de botica, farmacopeias e tratados de medicina –, que (ainda) nos são desconhecidos, certamente conterão receitas e indicações curativas semelhantes relevantes para o estudo deste tema, bem como alargar e aprofundar este campo de estudo. Além disso, seria pertinente realizar uma comparação sistemática com fontes estrangeiras coevas, a fim de determinar até que ponto estas práticas se enquadravam numa tradição europeia mais ampla ou possuíam características especificamente portuguesas.

Assim, as 48 referências a remédios analisadas, localizadas em dez documentos portugueses datados dos séculos XVII e XVIII, constituem apenas uma primeira amostra do interesse e significado do potencial do estudo da interligação entre o corpo do lobo e a saúde humana, sendo esta uma das várias interações possíveis entre as duas espécies em Portugal na época moderna. Creemos que o estudo apresentado permitiu compreender, de forma sistemática e fundamentada, como as partes do corpo do lobo foram utilizadas para preparar remédios em Portugal durante os séculos XVII e XVIII, evidenciando o modo como este animal, para além da sua dimensão biológica, assumia um destacado papel cultural, simbólico e terapêutico na sociedade portuguesa do Antigo Regime.

A inclusão do lobo como fonte de substâncias com propriedades curativas nos compêndios terapêuticos não foi um fenómeno isolado, mas antes parte integrante de uma tradição mais ampla de uso medicinal de produtos de origem animal, vegetal e mineral. Desde a Antiguidade Clássica, a medicina galénica e hipocrática estabeleceu uma relação entre o corpo humano e o mundo natural, concebendo a saúde como o resultado de equilíbrios e correspondências entre ambos. Dentro deste paradigma, era natural que os animais fossem incorporados nas práticas curativas.

A natureza das referências analisadas possibilita que afirmemos que a utilização das partes do corpo do lobo era variada, abrangendo órgãos internos, tecidos e secreções, com aplicações terapêuticas que iam desde o tratamento da epilepsia até às cólicas, passando por doenças do fígado, do aparelho respiratório e do sistema reprodutor. O fígado e o coração destacam-se como as partes mais frequentemente empregues.

Apesar de, na maioria dos casos, as fontes não fornecerem descrições pormenorizadas sobre os processos de transformação das partes do corpo do lobo, limitando-se a mencionar o seu uso ou a recomendar a forma sob a qual deveriam ser administradas, não deixámos de conseguir reunir informações relevantes sobre os métodos de preparação e conservação, sobretudo no caso do fígado e dos intestinos, graças às obras de D. Caetano de Santo António, Jean Vigier e Manuel Rodrigues Coelho, que indubitavelmente seguiram os preceitos de Nicolas Lémery.

A articulação entre o “lobo real” e o “lobo cultural” constitui, portanto, um dos eixos centrais para compreender a presença deste animal nas práticas médico-farmacêuticas portuguesas do período moderno. Enquanto o primeiro corresponde ao animal biológico, sujeito à observação e ao conhecimento empírico, o segundo representa uma construção simbólica, tendo sido o “lobo cultural” que dominou o imaginário e que determinou a sua incorporação na terapêutica.

A leitura cruzada dos documentos analisados revela a coexistência de múltiplas camadas de saber, uma interpenetração que reflete o carácter sincrético da cultura médica portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Embora enraizadas na tradição galénica, a Farmácia e a Medicina não só começaram a independentizar-se como a assimilar influências externas e a adotar métodos de preparação química, conforme demonstram as obras de João Curvo Semedo, D. Caetano de Santo António, Jean Vigier e Manuel Rodrigues Coelho. Contudo, esta evolução não significou uma rutura com o passado, mas antes um processo gradual de adaptação e de fusão, no qual coexistiam, lado a lado, preceitos baseados na teoria dos quatro humores e preceitos químicos. Este hibridismo cultural conferia à farmacologia portuguesa do período uma identidade muito própria.

Esperamos igualmente ter contribuído para a valorização das fontes farmacêuticas e médicas enquanto testemunhos privilegiados da cultura e das mentalidades existentes em Portugal, nos séculos XVII e XVIII. Através delas, é possível aceder não só às práticas de cura e aos conhecimentos técnicos da época, mas também a algumas das conceções que moldavam a relação entre o ser humano e o mundo natural.

Em síntese, o presente artigo demonstra que o uso de partes do corpo do lobo como ingrediente medicinal em Portugal durante a esta época refletia um pouco da

mentalidade médica vigente. A sua presença nas receitas e documentos estudados não só ilustra a complexidade das conceções médico-farmacêuticas portuguesas do Antigo Regime, como também oferece uma vista

desafogada para a compreensão do modo como o ser humano, perante o mistério da doença, procurou respostas no mundo natural, reinterpretando-o segundo a lógica do seu tempo.



---

\* Doutoranda em História, na Faculdade de Letras da ULisboa, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Drumond Braga. Email: [andreia.c.f.louro@hotmail.com](mailto:andreia.c.f.louro@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1884-8347>

---

[1] Maria João Cabral (coord.); Júlia Almeida et al. (eds.), *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal: Peixes Dulciaquícolas e Migradores, Anfíbios, Répteis, Aves e Mamíferos*, Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza, 2.<sup>a</sup> edição, 2005, pp. 517-518.

[2] João Luís Cardoso, *Contribuição para o Conhecimento dos Grandes Mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1993, pp. 293-311.

[3] Francisco Álvares et al., *Plano de Ação para a Conservação do Lobo Ibérico em Portugal. Situação de Referência*, Lisboa e Porto: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto e Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais da Universidade de Lisboa, 2015, p. 4.

[4] João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, “A Arte Farmacêutica no Século XVIII, a Farmácia Conventual e o Inventário da Botica do Convento de Nossa Senhora do Carmo (Aveiro)”, in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, Vol. 14, n.º 1, Aveiro, 2012, pp. 227-268 (pp. 229 e 244-245).

[5] Dulce Freire, *Receitas e Remédios de Francisco Borges Henriques, Inícios do Século XVIII*, Vila das Aves: Ficta Editora, 2020, p. 21.

[6] Leonardo Gonçalves Gomes, “Animais que Curam: Circulação de Saberes e Medicamentos de Origem Animal no Reino Português”, in Marieta de Moraes Ferreira (org.), *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Em linha:

[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548856589\\_obe6d1ofe6c958a5e2894e90879e5adb.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1548856589_obe6d1ofe6c958a5e2894e90879e5adb.pdf).

Consultado em 31 de outubro de 2025. Leonardo Gonçalves Gomes, *A Farmacopeia Tubalense de 1735 e a Construção de um Modelo para a Farmácia Portuguesa Setecentista*, dissertação de mestrado em História Social apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012, pp. 111-113.

[7] João Rui Pita, *Um Livro com 200 Anos: a Farmacopeia Portuguesa (Edição Oficial). A Publicação da Primeira Farmacopeia Oficial: Pharmacopeia Geral (1794)*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 49-51.

[8] Apesar de não nos alongarmos sobre esta obra neste nosso artigo, não podemos deixar de sublinhar a sua importância no que diz respeito à regulamentação da saúde pública em Portugal e à regulação da prática farmacêutica, estabelecendo padrões para esta prática profissional e para o seu ensino, além de ser vista como um passo importante na emancipação da Farmácia em relação à Medicina. As reformas pombalinas na Universidade de Coimbra foram fundamentais para impulsionar a criação de uma farmacopeia oficial, já que os novos Estatutos, datados de 1772, previam a elaboração de uma obra que promovesse a atualização, normalização e uniformização do ensino farmacêutico, espelhando a preocupação para com a qualidade dos medicamentos e a saúde pública próprias as correntes de pensamento do Iluminismo médico. João Rui Pita, *Um Livro com 200 Anos...*, pp. 61 e 65-66.

[9] Braga, Arquivo Distrital de Braga (ADB), Ms. n.º 142, caderno II *apud* Anabela Leal de Barros, *Remédios Vários e Receitas Aprovadas. Segredos Vários*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Série Diaita: Scripta & Realia. Estudos Monográficos, 2016.

[10] Anabela Leal de Barros, *Remédios...*, pp. 69-78: ainda que o autor seja desconhecido, a autora apresenta vários dados e indícios que permitem identificá-lo, pelo menos, como tendo sido frade ou prelado.

[11] Anabela Leal de Barros, *Remédios...*, p. 18.

[12] Texto original: “P<sup>a</sup> as **Almoreimas** q’ saie’ fora. *Elmasi*, que he hu’ mineral; e’ seu lugar tem suas veses a Caparosa misturada com trementina, a maneira de emprasto, auendo se primeiro lauado com agoa morna. Hua onsa de

Cardinillo, meia de pedra hume, ferua e hua canada de agoa atte minguar a metade. Cascas de Ouos queimados e lauados 1º, depois de torradas feitas em poo poluerisallas. Asso moido, e preparado misturado com **gordura de lobo**, e feito mechas de algodão, e aplicallas Antimonio hua onsa, olio rosado, e farinha de fauas, o q' bastar a formar vnguento, as cura, e sem dor. Hua berengella piccada, e frita e' oleo de alcaparras, atte ficcar mui secca, e logo misture'lhe hua onsa de cera virge', e hu' pouco de cardinillo. Galeno. *Hemorroidas sananti antiquas, si vna earu' seruetr', periculu' est, aquam inter cute', et tabem superuenire.* quando se der na arteria o remedio vnico, he tomar hua torcidinha de algodão, molhada, e embrulhada be' e' caparosa, e metella na arteria, e logo sara infalliuente, e não ha outro remedio. melhor". Braga, ADB, Ms. n.º 142, caderno II *apud* Anabela Leal de Barros, *Remédios...*, pp. 348-349.

[13] Texto original: "Emprasto Exc<e >lente e a uado p<sup>a</sup> **quebraduras frescas**. Tome' macans de acipreste, olhas de murta, cascas de caracois, e de briguigoin, hua onsa de cada cosa. de bolo armenio duas onsas, de sangue de dragão e [...] *mastico en carne <.i. hua maõ cheia >* de cada hu' 2 onsas, e meia. de resina e cera noua tres onsas de cada hum, de trementina a cantide que bastar p<sup>a</sup> faser emprasto feito elle se ponha sobre hua **pelle de lobo** do tamanho da quebradura, e se aperte bem com a funda, ou ligadura, e esteia 15 dias na cama com os pe's mais altos q' a cabessa, mudandolhe o emprasto de dous e' dous dias, se for a quebradura fresca, e o doente não mto velho sarara infalliuente". Braga, ADB, Ms. n.º 142, caderno II *apud* Anabela Leal de Barros, *Remédios...*, p. 367.

[14] Gonçalo Rodrigues Cabreira, *Compendio de Muitos e Varios Remedios de Cirurgia e Outras Cousas Curiosas. Recopilados do Thesouro de Pobres e Outros Autores... E nesta Quarta Impressão... Acrescentado hum Tratado de Perseverar o Mal de Peste*, Lisboa: António Alvarez, 4.<sup>a</sup> edição, 1635.

[15] Texto original: "Outro. Para bellidas dos olhos. [...] Tomem os olhos do lobo, e tragãonos ao pescoço, e sararão". Gonçalo Rodrigues Cabreira, *Compendio...*, fl. 5v.

[16] Texto original: "[Cap. II. Remedios pera **gotta coral**] Outro. Se trouxerem h a correa de **pele de Lobo**, apertada ao longo de si, nunca serão assombrados deste mal. Outro. Tom o **coração do Lobo**, e partido pelo meo d ao do te ametade a comer, e ametade a beber moido cõ vinho, e nunca mais lhe vira este mal". Gonçalo Rodrigues Cabreira, *Compendio...*, fl. 11v.

[17] Foi um médico português que nasceu em Castelo de Vide e estudou filosofia em Évora e medicina em Coimbra. Foi médico de D. Teodósio (1568-1630), II duque de Bragança e, em 1640, foi para Lisboa, onde se tornou médico dos reis D. João IV (1604-1656, filho do anterior e inaugurador, nesse ano, da quarta dinastia portuguesa) e de D. Afonso VI (1643-1683). Faleceu em Lisboa, deixando toda uma obra de teor médico e farmacologia que teve um grande impacto na sua época.

[18] Francisco Morato Roma, *Luz da Medicina, Pratica Racional, e Methodica, Guia de Infermeyros, Directorio d Principiantes e Summario de Remedios para Poder Acodir*, Coimbra: Oficina de Francisco de Oliveyra, 8.<sup>a</sup> edição, 1753.

[19] Texto original: "[Capitulo II. Da fraqueza do Fígado, a que os Authores chamaõ **fluxo Hepatico**.] O **figado de lobo** lavado com vinho, ou agoa ardente, e posto a seccar, depois de secco feito em pó, e misturado com o mantimento, he muito louvado para este achaque, podemse tomar estes pós com açúcar rozado, pulverizando, e misturando com pós de canella". Francisco Morato Roma, *Luz da Medicina...*, p. 226.

[20] Texto original: "Outro remedio para **bellidas dos olhos**. [...] Outro. Tomem os **olhos do lobo**, e tragaõ-nos ao pescoço, e sararão". Francisco Morato Roma, *Luz da medicina...*, p. 363.

[21] Texto original: "[Capitulo XI. Remedios para **gota coral**.] Outro. Se trouxerem huma correa de **pelle de lobo** apertada ao longo de si, nunca serão assombrados deste mal. Outro. Tomem o **coração do lobo**, e partido pelo meio, dem ao doente ametade a comer, e ametade a beber moido com vinho, e nunca mais lhe virà este mal." Francisco Morato Roma, *Luz da medicina...*, p. 370.

[22] José Francisco Meirinhos, "O *Tesouro dos Pobres* de Pedro Hispano, entre o Século XIII e a Edição de *Scribonius em 1576*", in Câmara Municipal do Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Universidade de Aveiro e Centro de Línguas e Culturas (org.), *Humanismo, Diáspora e Ciência (Séculos XVI e XVII): Estudos, Catálogo, Exposição*, Porto e Aveiro: Biblioteca Pública Municipal do Porto e Universidade de Aveiro, 2013, pp. 327-349.

[23] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal, Noticias Galenicis e Chymicas Repartidas en Tres Tratados*, Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 3.<sup>a</sup> edição, 1716.

[24] João Curvo Semedo foi médico, cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Nasceu em Monforte e mudou-se para Lisboa por volta de 1647. Cerca de vinte anos mais tarde, iniciou o curso de Medicina na Universidade de Coimbra. Muitos dos seus parentes mais próximos era personalidades religiosas e médico-farmacêuticas importantes da sociedade lisboeta daquela época. Curvo Semedo atendeu pacientes dos mais variados grupos sociais, tendo sido igualmente médico da Misericórdia e da Casa Real. Foi autor de onze obras de teor médico e farmacêutico, através das quais é possível perceber o seu percurso profissional e o seu papel no que diz respeito à modernização da Medicina em Portugal. Foi pioneiro na defesa e utilização de medicamentos químicos e grandemente influenciado pelo alquimista e físico suíço Paracelso (1493-1541) e pelo químico francês Nicolas Lémery (1645-1715). A sua

terapêutica também apresentava uma forte componente religiosa, uma vez que as enfermidades eram encaradas com um desejo ou punição divina, da mesma maneira que os processos de cura estavam imbuídos de uma forte componente espiritual. Os remédios de segredo criados por João Curvo Semedo também desempenharam um papel marcante na sua trajetória profissional e que prestígio que foi granjeando ao longo da sua carreira. Alguns deles eram tão bem reputados que não só obtiveram sucesso internacional, como foram alvo de falsificações, muitas vezes denunciadas pelo seu próprio criador. Vários destes remédios continuaram a ser produzidos, vendidos e consumidos até finais do século XVIII, apesar da contestação de vários boticários, que os consideravam inócuos e ultrapassados. O legado de João Curvo Semedo está intrinsecamente associado à divulgação de medicamentos químicos em Portugal, tendo influenciado muitas figuras do mundo da Medicina e da Farmacologia durante a primeira metade de Setecentos. Wellington Silva Filho, “Semedo, João Curvo”, *Dicionário Biográfico de Cientistas, Engenheiros e Médicos em Portugal*. Em linha: <https://doi.org/10.58277/GRLJ2435>. Consultado em 31 de outubro de 2025.

[25] Texto original: “[Capítulo IX. Para a **Gotta Coral...**] O quarto remedio he o seguinte. Tomem de flor de alecrim huma onça, de **figado de Lobo** secco duas onças, de semente de pónia macho (que he a negra) meya onça, de âmbar griz doze grãos, de castorco hum escropulo, de triaga magna meya onça, de tudo se faça electuario com xarope de hyssopo, do qual tomem todos os dias (depois de bem purgados) oytava & meya, & de oyto em oyto dias purgue com infusão de sene, & agarico, a que ajuntem huma oytava de cremores de Tartaro verdadeyramente preparados. Digo verdadeyramente preparados; porque diz Riverio 17. que os falsificaõ, & por isso encomenda muyto aos Boticarios que os preparem com suas mãos, ou feitos de outra maõ, se os comprarem, saybaõ primeyro se quem os preparou he pessoa verdadeyra, & temente a Deos. Eu faço tambem a mesma recomendação, por ser este negocio de tanta importancia, assim para a saude dos doentes, como para o credito dos Medicos, pois importará pouco que o Medico seja doutissimo, nem que o enfermo seja obidientissimo, se o remedio for adulterino, ou mal preparado”. João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 66. Nas pp. 67, 810 e 824 da mesma obra, Curvo Semedo menciona que o fígado e a pele de lobo são remédios igualmente eficazes para esta doença: referências 14 e 15 (texto original: “[Capítulo IX. Para a **Gotta Coral...**] A mesma virtude tem o pò do **figado do Lobo** dado em agua de Ruta Capraria, ou de Cardo Santo. Da **pele** do Lobo que fica sobre o espinhaço, se faz hum cinto, que trazido junto da carne, preserva da Gotta Coral, como afirma a experiencia”), 19 e 20 (Texto original: “**Figado de lobo**, & a sua **pele** he remedio experimentado para a **Gotta Coral**, ibid. cap. 9. n. 29, p. 67”) e 21 e 22 (texto original: “Lobo. O seu **figado**, & a **pele** he remedio experimentado para a Gotta Coral, Trat. 2. cap. 9. num. 29. pag. 67”).

[26] Texto original: “[Capítulo XXXIII. Para o **Garrotilho...**] Tambem consta de grandes observaçoens, que os que beberem pela **aspera Arteria**, ou **guèla** de hum lobo, não cahiráõ nunca em Garrotilhos, ou se os tiverem, se livrarão delles com facilidade”. João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 238. Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Vol. IV, Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 35: “Garrotilho. Certa enfermidade de sangue, que acode á garganta, & impede a respiração, como se dessem garrote ao doente”.

[27] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, pp. 316-317 (referência 12 – texto original: “[Capítulo LVI. Para a dor de **Colica intestinal...**] Tambem saõ muy proveytosas as seguintes. [...] Muytos dão por grande segredo huma oytava de pòs de esterco de ratos, desfeyto em duas onças de agua de flor de laranja, ou de vinho. Mayor effeyto fazem duas oytavas de **esterco de lobo**. [...]”), p. 322 (referência 13 – texto original: “[Capítulo LVI. Para a dor de **Colica intestinal...**] [...] O **esterco do Lobo**, ou o seu **intestino** recto feyto em pò, dando qualquer destas cousas ao doente em quantidade de huma oytava, tem efficaz virtude contra as ditas dores, como certificaõ Galeno, 13, Gordonio, 16. Riverio, & outros muytos.”), p. 325 (referência 18 – texto original: “Huma colher de cinza de cotovia, queimada com sua penna, & dada em caldo, cura as **dores de colica**, como diz Escrodero, 26, & Dioscorides; 27. & tem igual virtude que o **esterco de lobo** para esta doença.”) e p. 824 (referências 23 e 24 – texto original: “Lobo. [...] O seu **esterco**, ou **intestino recto** feyto em pó he grande remedio para a cólica flatulenta, ibid. cap. 56. num. 5. p. 316. & n. 24. p. 321”).

[28] Texto original: “[Capítulo LXXVI. Para a **Hydropesia Anasarca...**] A alguns Hydropicos (depois de bem preparados) aproveitou muyto o uso das seguintes pirolas. Tomem de espicanardo huma oytava, de **figado de lobo** duas oytavas, tudo se pize, & se misture com xarope de losna, ou de chicória, & fação vinte pirolas, de que daraõ cinco cada dia”. João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 415. A hidropisia é a acumulação anormal de fluido numa ou em várias partes do corpo humano. Quando a doença ocorre no corpo todo, dá-se-lhe o nome de anasarca.

[29] Texto original: “[Capítulo LXXX. Para os **Accidentes Uterinos...**] A **carne do lobo** secca no forno, feyta em pò, & dada por vinte dias, não sò tira os accidentes Uterinos actuaes; mas preserva delles toda a vida. Não falta Author grave que diz, que a **carne ha de ser do coração**”. João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 490. Apesar da nossa pesquisa, não encontrámos qualquer definição para o que seriam “acidentes uterinos”, pelo que assumimos que se tratasse de qualquer problema de saúde com origem no útero. Não sabemos se isto incluiria abortos espontâneos ou partos prematuros, já que o autor, na mesma obra, adiante, refere pele de lobo para “impedir os móvitos” (p. 490, referência 26). Na mesma obra, volta a sublinhar a importância da carne de lobo para os acidentes uterinos, na p. 824

– referência 25, texto original: “O **pò da carne do lobo** não só cura os **accidentes uterinos actuaes**, mas preserva delles por toda a vida, *ibid.* cap. 90. n. 14. p. 490.”.

[30] Texto original: “Uma esmeralda fina Oriental trazida ao pescoço, de sorte que toque no ventre, tem virtude de impedir os **movitos** [...] & não falta quem afirme que a **pelle do lobo** tem a mesma virtude”. João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 536. Na p. 824, há outra menção da ligação entre a pele de lobo e os móvitos (referência 27) – texto original: “Lobo. [...] A sua **pelle** tem virtude occulta para impedir os **movitos**, *ibid.* cap. 101. n. 20. p. 535”.

[31] Texto original: “Porque ninguém disse até agora, que o pò do coração de lobo era remedio efficaz para os fátuos, havemos de fazer escarneo dos que hoje o dizem?”. João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 717.

[32] Texto original: “O pò do coração do lobo he remedio, efficaz para os fátuos, *Trat.* 3. cap. 1. num. 84. p. 717”. João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 824.

[33] Wellington Silva Filho, “Semedo, João Curvo”. Em linha: <https://doi.org/10.58277/GRLJ2435>. Consultado em 31 de outubro de 2025.

[34] João Curvo Semedo, *Observações Medicas Doutrinaes de Cem Casos Gravissimos, que em Serviço da Patria, & das Nações Estranhas Escreve em Língua Portuguesa, & Latina*, Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1707.

[35] Texto original: “[Observação LXXVII.] 7. Porém se a dor de colica for intestinal, a que chamamos **colica ordinaria**, se a causa for fria, não há remedio mais excelente, que meter os pès em vinho fervido com alfazema quente, quanto se puder sofrer, & fomentar o ventre com óleo de alfazema, ou aplicar sobre o embigo huma cabeça de alhos assada bem quente, ou tomar meya oitava de pò de raiz de bicha, ou de calumba, ou de esterco de ratos, & melhor que tudo, huma oitava de pò de **intestino de lobo**, de que Pedro Pacheco (3.) diz milagres”. João Curvo Semedo, *Observações Medicas...*, p. 457.

[36] Texto original: “Lobo. O pó do **intestino**, ou tripa deste animal, & o seu **esterco** tem maravilhosa virtude para curar as dores de **colica**, *Obs.* 77. pag. 457.”. João Curvo Semedo, *Observações Medicas...*, p. 595.

[37] Wellington Silva Filho, “Semedo, João Curvo”. Em linha: <https://doi.org/10.58277/GRLJ2435>. Consultado em 31 de outubro de 2025.

[38] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida Contra as Hostilidades da Morte*, Lisboa: Oficina Ferreyrenciana, 1720.

[39] Wellington Silva Filho, “Semedo, João Curvo”. Em linha: <https://doi.org/10.58277/GRLJ2435>. Consultado em 31 de outubro de 2025.

[40] Wellington Silva Filho, “Semedo, João Curvo”. Em linha: <https://doi.org/10.58277/GRLJ2435>. Consultado em 31 de outubro de 2025.

[41] Texto original: “[**Asthma** se cura com os seguintes remedios.] Outro. [...] Beber agua por h a **gola de lobo** aproveytou a h a asthamatica, chamada Maria Gonçalves, moradora na rua dos Fieis de Deos. Serve tambem para as **faltas de respiração**”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 57.

[42] Texto original: “[**Diarrhea**, se cura com os seguintes remedios.] O figado de lobo tomando huma colher delle pela manhã he remedio excelente”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 206.

[43] Texto original: “[**Disenteria**, que sam camaras de sangue se curam com os remedios seguintes.] [...] O figado do lobo posto de infuzam em vinagre fortíssimo por dous dias, & depois de secco no forno sobre uma telha, he remedio muyto recomendado por Authores gravissimos”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 207.

[44] Texto original: “[**Epilepsia**, chamada gotta coral, se cura cõ os remedios seguintes.] O **coração**, ou **figado do lobo** he maravilhoso remedio para curar a gotta coral, por h a virtude particular, & innata que tem para isto, & só este remedio tem mais virtude, que todos os vegetaveis juntos”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 227.

[45] Texto original: “[Os esterco de vários animais tem grandes virtudes.] O dos ratos feyto em pò, & dado em quantidade de huma oytava em tres onças de agua cosida com macella gallega, cura certissimamente as **dores de colica**. O **esterco do lobo** tem a mesma virtude”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 240.

[46] Texto original: “[**Figado com dor, & inflammação**.] Huma oytava de **figado de lobo** subtilmente polvorizado, & misturado com duas onças de vinho muyto brando, ou em agua quente, quando nam queyra o vinho, he remedio muyto experimentado para a **fraqueza, & intemperanças do figado**, & he muyto proveytozo para os **hydropicos**, para os que se vam **emagrecendo muyto**, & para as **tosses**”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 278.

[47] Texto original: “[**Gotta coral, & vagados** [...] Dar aos que tem gotta coral, dous escropulos de **pó de figado de lobo**, he dos melhores remedios, que tem a Medicina para curar esta doença”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 333.

[48] Texto original: “[**Gotta coral, & vagados** [...] Trazer ao longo da carne desde a nuca até a rabadilha, huma tira da pelle, que cobre o lombo do lobo, he remedio, que cura os taes accidentes por virtude especifica, ou qualidade occulta”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 333.

[49] Texto original: “[*Madre de que procedem* **accidentes uterinos**, se curam bem com alguns dos remedios seguintes.] Aos accidentes uterinos chamão muytos Doutores Gotta coral da madre, Epylepsia ex útero [...] & sendo isto assim, todos

os remedios, que tiverem virtude especifica para curar a gotta coral da cabeça, pódem aproveitarse para a gotta coral da madre, & do bofé, dareis pois em esta gotta coral da madre, o pó do **figado do lobo** em quantidade de oytava & meya misturado com tres onças de agua de sereyjas negras, ou de lírio convalium, & no cazo, que nas boticas não haja o figado de lobo, póde servir a agua de porco espim [...]”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 403.

[50] Texto original: “*Ventriculo taõ fraco, que gera muytos humores crus, se fortalece com os seguintes remedios. [...]* Poreis sobre o **estâmago fraco**, & falto de cozimento hum menino de dous ou tres mezes, ou hum cam, ou hum **lobo** nascido de quinze, ou vinte dias”. João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 666.

[51] D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea lusitana reformada. Methodo pratico de preparar os medicamentos na fórma galenica, & chimica*, Lisboa: Mosteiro de São Vicente de Fora, 2.<sup>a</sup> edição, 1711.

[52] D. Caetano de Santo António nasceu em Buarcos, na Figueira da Foz, em data até hoje desconhecida. Faleceu em 1730, ao que tudo indica no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Era cónego regrante de Santo Agostinho e foi boticário conventual, primeiro no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e, depois, no Mosteiro de São Vicente de Fora. Foi D. Caetano de Santo António quem traduziu a versão portuguesa da *Farmacopeia Bateana* de 1713, da autoria de George Bate (1608-1668), protomédico de Carlos II de Inglaterra (1630-r. 1660-1685). Leonardo Gonçalves Gomes, *A Farmacopeia Tubalense...*, p. 51.

[53] Texto original: “*Pirolas pro colico morbo. Re Azebre bom impregnado cõ çumo de Rozas Persicas, & depois seco onças tres, Agarico bom onça h a, & meya, Extracto de Rubarbo onça h a. Figado de Lobo preparado oytavas seis. Simas de Losna onça meya, Diarrhodão Abbade, Sal de Losna, Nozes moscadas aná oytava h a, & meya: com Xarope de Chicorea com Ruibarbo se faça massa. Ita Fredericus Hoffmannus lib. 2. cap. 83. de pilul. pag. mihi 149.* Farse-há na fórma seguinte. O Azebre se pizará, & se lhe lançará em sima o que bastar de çumo de Rozas de Alexandria, & se porá a secar ao Sol, ou em cinzas quentes, & depois de seco se torne a pizar, & se lhe ajuntem mais çumo, & se faça o mesmo segunda, & terceyra vez, então se tomará delle a quâtidade, q na receyta se pede, & se pizará sutil, & lhe lançaraõ a Losna, & Noz moscada em pó sutil, o Agarico se ralará, & o **Figado de Lobo** se fará em pô depois de preparado, & tanto q tudo estiver misturado com o Diarrhodão, & Sal de Losna se fará massa com Xarope de Chicorea de Nicolao, & depois de bem malaxada se farã madaleons, que se guardarã para o uso”. D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana...*, pp. 248-249. Ao longo da nossa pesquisa, não conseguimos encontrar uma definição específica sobre o que seria o “colico morbo”. A nossa principal crença é que seria “cólera morbo”, uma doença infecciosa causada pela bactéria *Vibrio cholerae* e cujos sintomas eram cólicas abdominais, diarreia e vômitos que provocavam uma desidratação aguda (“Cólera morbo”, *Tesoro de los diccionarios históricos de la lengua española*. Em linha: <https://www.rae.es/tdhle/morbo>. Consultado a 31 de outubro de 2025). O próprio autor não aborda esta doença mais nenhuma vez na sua obra, mas afirma, na p. 250, que “*Servem as Pirolas pro colico morbo para purgar brandamente todos os humores, saõ muyto uteis em todas as colicas, principalmente nas que chamã Pictonicas*”. Acreditamos que as “colicas pictonicas” seriam as “*colica pictonum*”, uma doença mortal cujos surtos eram muito frequentes e generalizados, existente na Europa desde a época romana até ao século XVIII. Os primeiros sintomas costumavam ser agitação, diarreia, dores de cabeça, fadiga, febre, insónias, letargia e perda de apetite. Nos estágios seguintes, caracterizava-se por obstipação completa e severa, normalmente associada à contração interna da região umbilical e a dores de cólica (Josef Eisinger, “Lead and Wine. Eberhard Gockel and the *Colica Pictonum*”, in *Medical History*, n.º 26, Cambridge, 1982, pp. 279-302).

[54] Jean Vigier, *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica e Ghymica*, Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1716.

[55] Jean Vigier era natural de Espondeilhan, uma localidade francesa próxima de Béziers e Montpellier. Formou-se em França, em Boticária, e veio para Lisboa algures entre 1677 e 1682, onde começou por exercer o seu officio juntamente com o seu tio, Pedro Donadieu, boticário da rainha D. Maria Francisca de Sabóia (1646-r. 1666-1683) e com reputação já estabelecida na cidade. Casou-se duas vezes: primeiro, com Maria dos Santos, com quem teve sete filhos e, mais tarde, com D. Francisca Teresa de Jesus, com quem teve outros três. Ao longo da sua carreira, Jean Vigier atingiu uma hierarquia socioprofissional e uma projeção e reputação diretamente relacionadas com o facto de ter sido uma figura fundamental no que diz respeito à introdução e consolidação da produção e venda de medicamentos químicos em Portugal. A ausência da concorrência de boticários e droguistas com as mesmas habilidades e mentalidade relativamente a esta área do conhecimento garantiram-lhe sucesso profissional e económico. As suas principais obras refletem tanto o cruzamento entre o admirável mundo novo dos compostos químicos e a divulgação de conhecimentos e práticas destinados ao reconhecimento, classificação e utilização de espécies de origem vegetal, como a influência do químico francês Nicolas Lémery (1645-1715), nomeadamente das obras *Curso de Química* (1675) e *Farmacopeia Universal* (1679). Wellington Silva Filho, “Vigier, João”, *Dicionário Biográfico de Cientistas, Engenheiros e Médicos em Portugal*. Em linha: <https://doi.org/10.58277/DBDI3654>. Consultado em 31 de outubro de 2025.

[56] Texto original: “*O intestino de lobo, & figado [...] serve para cólica ventosa*”. Jean Vigier, *Pharmacopea*

*Ulyssiponense...*, p. 80.

[57] Jean Vigier, *Pharmacopea Ulyssiponense...*, p. 80. Não atribuímos nenhuma referência numérica a esta menção, porque o texto não é claro sobre as secundinas são ou não de loba. Este excerto está incluído num capítulo sobre a preparação dos pulmões da raposa e do fígado e dos intestinos do lobo, mas não se percebe ao certo sobre de que animal deveriam provir as secundinas. Poderiam ser da raposa, do lobo ou de ambos.

[58] Nasceu em Setúbal. Após ter estudado como aprendiz de boticário, recebeu a sua licença para exercer este ofício em 1707, em Lisboa, estabelecendo-se na Correaria, junto ao Convento dos Carmelitas Descalços. Leonardo Gonçalves Gomes, *A Farmacopeia Tubalense...*, p. 65.

[59] Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense Chimico-Galenica*, Lisboa: Oficina de Antonio de Sousa da Sylva, 1735.

[60] Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense...*, p. 331. Não vamos citar aqui o respetivo excerto de texto, como fizemos nas notas de rodapé anteriores, porque iremos citá-lo e analisá-lo na íntegra adiante, no corpo de texto.

[61] Leonardo Gonçalves Gomes, *A Farmacopeia Tubalense...*, p. 101.

[62] Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Ms. n.º 394 *apud* Eugénio Francisco dos Santos, “O Homem Português Perante a Doença no Século XVIII: Atitudes e Receituário”, in *Revista da Faculdade de Letras*, Vol. 1, n.º 1, Porto, 1984, pp. 187-201.

[63] Texto original: “Virtudes das **tripas do lobo** e do **focinho** delle [...] As tripas do lobo hao de ser femea; serve para os homens e se tras amarrada na cintura sobre a carne e serve para **Almorreymas** e quando ellas apertão se coze h a pequena da tripa e se dá a beber. Os **focinhos do lobo** servem para os homens que tem **asma**, dependurados ao pescoço, o focinho de lobo he para asma para as mulheres.”. Porto, BPMP, Ms. n.º 394 *apud* Eugénio Francisco dos Santos, “O Homem Português...” , p. 197.

[64] Texto original: “Para fazer **parir logo. Carne de lobo** tostada em h a panella bem tapada ao fogo e depouys pizada e dada a quantidade de hum didal depois bebida em agoa ou vinho”. Porto, BPMP, Ms. n.º 394 *apud* Eugénio Francisco dos Santos, “O Homem Português...” , p. 198.

[65] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 666.

[66] Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Vol. IV, 1713, p. 148: “Focinho, ou Fucinho. A parte da cabeça dos animaes, que consta do nariz, & da bocca”.

[67] Francisco Álvares, José Domingues, Pablo Sierra e Pedro Primavera, “Cultural Dimension of Wolves in the Iberian Peninsula: Implications of Ethnozoology in Conservation Biology”, in *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, Vol. 24, n.º 3, Londres, 2011, pp. 313-331. Este artigo tem um subcapítulo intitulado “The wolf as a creature with a healing power” (pp. 323-325), mas cuja cronologia se reporta quase maioritariamente ao século XX. No que concerne à “gola do lobo”, estes quatro investigadores registaram que, nos anos anteriores à publicação deste artigo, nalgumas regiões do norte de Portugal, ainda se utilizava uma parte de traqueia mumificada de um lobo morto para curar uma doença infecciosa conhecida nessa zona como “lobagueira”, e que afeta os porcos domésticos, deixando-os apáticos e anoréticos, esperando-os depois uma morte em agonia. Tradicionalmente, acredita-se que a origem desta doença é a “respiração nociva do lobo” que permanece no ar dos locais por onde os lobos passam, ou que deriva dos seus excrementos. A única maneira de curar esta doença, crê-se, é deitar água através da “gola do lobo” e dá-la de beber aos porcos doentes. Considerando a importância do porco na dieta e na economia rurais, a “gola de lobo” é considerada um bem muito precioso e guardada com muito cuidado, de modo a ficar protegida da luz solar e da humidade. Álvares, Domingues, Sierra e Primavera assinalaram o facto de as “golas de lobo” serem passadas de geração em geração, e algumas das que observaram nas suas pesquisas de campo eram usadas há mais de 100 anos.

[68] Gonçalo Rodrigues Cabreira, *Compendio...*, fl. 11v e Francisco Morato Roma, *Luz da Medicina...*, p. 370.

[69] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 67.

[70] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 333.

[71] Wellington Silva Filho, “Semedo, João Curvo”. Em linha: <https://doi.org/10.58277/GRLJ2435>. Consultado em 31 de outubro de 2025.

[72] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 490.

[73] Porto, BPMP, Ms. n.º 394 *apud* Eugénio Francisco dos Santos, “O Homem Português...” , p. 198.

[74] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, pp. 316-317.

[75] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 325.

[76] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 240.

[77] João Curvo Semedo, *Observaçoes Medicas...*, p. 595.

[78] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, p. 824.

[79] João Curvo Semedo, *Observaçoes Medicas...*, p. 457.

[80] João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal...*, pp. 810 e 824.

- [81] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 206.
- [82] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 207.
- [83] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 227.
- [84] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 278.
- [85] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 333.
- [86] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 403.
- [87] D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana...*, pp. 248-249.
- [88] D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana...*, p. 249.
- [89] Jean Vigier, *Pharmacopea Ulyssiponense...*, p. 80.
- [90] Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense...*, pp. 14-15. Não atribuímos uma referência numérica a esta menção pelo facto de não haver nenhuma menção ao potencial curativo de uma parte do corpo do lobo relativamente a um problema de saúde humana.
- [91] Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense...*, p. 35. Não atribuímos uma referência numérica a esta menção pelo mesmo motivo referido na nota anterior.
- [92] Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense...*, p. 331. Não atribuímos uma referência numérica a esta menção pelo mesmo motivo referido na nota anterior.
- [93] D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana...*, p. 249.
- [94] Nicolas Lémercy, *Pharmacopée universelle, contenant toutes les compositions de pharmacie qui sont en usage dans la médecine, tant en France que par toute l'Europe*, Haia: em casa de P. Gosse et J. Neaulme, 4.<sup>a</sup> edição, 1729, pp. 92-93.
- [95] João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, “A Arte Farmacêutica no Século XVIII...”, pp. 233-234.
- [96] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 227.
- [97] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 333.
- [98] Jacques Jouanna, *Greek Medicine from Hippocrates to Galen*, Leiden: Brill, Coleção Studies in Ancient Medicine, vol. 40, 2012, pp. 337-338.
- [99] Leonardo Gonçalves Gomes, “Animais que Curam...”, p. 11.
- [100] De acordo com a definição proposta por Rafael Bluteau, popularmente, acreditava-se que a epilepsia era uma doença com origem no coração: “Gota corál. Assim chama o vulgo, o q os Medicos chamaõ *Epilepsia*, por que imagina o vulgo, que a gota coral, he huma gota, que cahe sobre o coração. He uma convulsão de todo o corpo, e h recolhimento, ou attracção dos nervos, com lesão do entendimento, & dos sentidos, que faz com que o doente caha de repente. Procede este acidente da abundancia dos humores phlematicos corruptos, que enchendo subitamente os ventrículos anteriores do cérebro, & recolh dose o cerebro para expulsalos, attrahe para si os nervos, & os musculos, & ficando o doente sem movimento, parece morto”. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Vol. IV, 1713, p. 101.
- [101] Vítor Dias da Costa, *A Epilepsia. Contextualização Histórica*, dissertação de mestrado integrado em Medicina apresentada à Universidade do Porto, Porto: Faculdade de Medicina da Universidade de Porto, 2014, p. 9.
- [102] Rūta Mameniškienė, Kristijonas Puteikis e Jaime Carrizosa-Moog, “Saints, Demons, and Faith – A Review of the Historical Interaction Between Christianity and Epilepsy”, *Epilepsy & Behavior*, Vol. 135, Amesterdão, 2022. Em linha: <https://doi.org/10.1016/j.yebeh.2022.108870>. Consultado em 31 de outubro de 2025.
- [103] João Curvo Semedo, *Atalaya da Vida...*, p. 240.
- [104] P. N. Singer, Matteo Martelli, and Lucia Raggetti, “Pharmacology: Texts, Theories, and Practice” in P. N. Singer e Ralph M. Rosen (eds.), *The Oxford Handbook of Galen*, Oxford: Oxford University Press, 2024, pp. 296-322 (pp. 303-304).
- [105] Gerrit Bos, *The Medical Works of Moses Maimonides: New English Translations Based on the Critical Editions of the Arabic Manuscripts*, Leiden: Brill, 2021, p. 385.
- [106] Kathleen Walker-Meikle, “Animals: Their Use and Meaning in Medieval Medicine”, in I. McCleery (ed.), *A Cultural History of Medicine: Middle Ages (800-1450)*. Volume 2, Londres e Nova Iorque: Bloomsbury Academic, 2021. Em linha: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK576016/>. Consultado em 31 de outubro de 2025.
- [107] E. del Barrio Sanz, I. García Arribas, A. M. Moure Casas, L. A. Hernández Miguel, M. L. Arribas Hernández (tradução e notas), *Plínio, El Viejo. História Natural. Libros VII-XI. Volume 3*, A. M. Moure Casas (org), Madrid: Editorial Gredos, 2003, p. 154, nota 153.
- [108] Leonardo Gonçalves Gomes, “Animais que Curam...”, p. 2.
- [109] João Rui Pita e Ana Leonor Pereira, “A Arte Farmacêutica no Século XVIII...”, P. 236
- [110] Leonardo Gonçalves Gomes, *A Farmacopeia Tubalense...*, p. 110 e Eugénio Francisco dos Santos, “O Homem Português...”, p. 188.
- [111] Leonardo Gonçalves Gomes, *A Farmacopeia Tubalense...*, p. 92.



## D. Maria Isabel de Bragança: a infância entre Portugal e o Brasil, (1797-1818)\*

Marta Pereira \*\*

### Estado da questão e objetivos

A infanta portuguesa D. Maria Isabel Francisca de Bragança nasceu no Palácio de Queluz, a 19 de maio de 1797, e veio a falecer, de forma inesperada, a 26 de dezembro de 1818, no Palácio de Aranjuez, em Espanha. Os seus primeiros anos de vida foram passado em Queluz, mas aos 10 anos partiu para o Rio de Janeiro

com a sua família, que fugira das invasões napoleónicas, as quais colocavam em risco a soberania da monarquia portuguesa. Este será o pano de fundo do nosso texto: uma infância e juventude vivida entre Lisboa e o Rio de Janeiro, cidades distintas, mas inseridas no mesmo império.



Nicolas Antoine Taunay, *Retrato da infanta D. Maria Isabel de Bragança* (1816). Lisboa, Palácio de Queluz, n.º de inv. PNQ 255A/4.

• • • •

O nascimento de um novo membro da família real supunha um conjunto de cerimónias e festejos que tinham como objetivo associar e apresentar o recém-nascido à corte. A vinda ao mundo de um filho varão diferia do nascimento de uma infanta, dado que o filho, se fosse o primogénito, tinha como propósito assegurar, anos mais tarde, a sucessão dinástica. No caso de uma infanta, a mesma poderia casar com um rei de uma

monarquia estrangeira, na qual desempenharia as funções de consorte, podendo ser esposa e mãe as suas principais ocupações<sup>[1]</sup> e, em caso de morte ou ausência do monarca, assumir a regência.

Nascimento, casamento e morte foram os eventos sobre os quais se produziu mais documentação, conseqüentemente, permitiram a realização de mais trabalhos de investigação. Isso mesmo o demonstrou Joaquim Jaime B. Ferreira Alves<sup>[2]</sup> no seu estudo sobre os festejos por ocasião do nascimento da infanta, no qual contextualizou e analisou as várias notícias, cerimónias e festejos que decorreram no norte e centro do reino. Até ao momento, este é um dos estudos mais completos relativos a esta temática. De qualquer modo, para um estudo sobre as várias fases da vida de D. Maria Isabel enquanto infanta e mais tarde rainha consorte de Espanha, veja-se a obra de Jonatan Iglesias Sancho<sup>[3]</sup>.

As investigações sobre a educação das crianças régias é um ramo da história que ao longo dos anos tem vindo a ser mais trabalhado<sup>[4]</sup>. Ana Isabel Buescu analisou a evolução da educação e o próprio entendimento do conceito de ser criança nas épocas medieval e moderna, focando-se, de entre outros aspetos, nas amas de leite, e na educação formal<sup>[5]</sup>. A historiografia portuguesa não dispõe, até ao momento de nenhum estudo que abranja todas as áreas das aprendizagens que as infantas detinham. Porém, na obra de Alice Lázaro<sup>[6]</sup>, encontramos menções a alguns aspetos educacionais de D. Maria Isabel e das suas irmãs, tanto no período em que viveram em Portugal como quando estiveram no Brasil.

No que se refere às fontes disponíveis, e que se revelam úteis, para os nossos propósitos, salientem-se os vários periódicos da época, como a *Gazeta de Lisboa* e a *Gaceta de Madrid*, bem como a correspondência do bibliotecário Joaquim dos Santos Marrocos, enviada do Rio de Janeiro para Lisboa<sup>[7]</sup>.

## O nascimento e batismo de D. Maria Isabel Francisca de Bragança (1797)

D. Maria Isabel de Bragança nasceu no dia 19 de maio de 1797, foi a terceira filha de D. João (1767-1826) e D. Carlota Joaquina (1775-1830). Quatro anos antes, nascera a primogénita D. Maria Teresa (1793-1874), seguida do seu irmão, o infante D. Francisco António Pio, que veio a falecer ainda em criança, com apenas quatro anos. Posteriormente, vieram a nascer mais irmãos, dois rapazes e quatro raparigas: D. Pedro IV (1798-1834), D. Maria Francisca de Assis (1800-1834), D. Isabel Maria (1801-1876), D. Miguel (1802-1866), D. Maria de

Assunção (1805-1834) e D. Ana de Jesus (1806-1857).

O anúncio da gravidez da princesa D. Carlota Joaquina foi publicado na *Gazeta de Lisboa*, a 11 de fevereiro, nele se pode ler: “A 3 do corrente se principiarão a fazer em todas as igrejas desta capital preces por três dias por motivo da gravidação da princesa nossa senhora; e S.A.R. pelo mesmo motivo começou já a devoção dos 9 sábados”<sup>[8]</sup>. Seguiram-se várias cerimónias, na capital e fora da mesma, nas quais os súbditos se reuniam de

modo a rezar pelo sucesso da gravidez de D. Carlota, de forma a demonstrar afeto e dedicação pela família real[9].

O parto de rainha supunha todo um conjunto de preparativos, dado que o momento do nascimento era de incerteza e, muitas vezes, levava à morte quer da mãe quer do recém-nascido. Para além disto, era igualmente um evento propiciador de alguma ansiedade, pois só o parto revelaria se seria um rapaz ou uma rapariga, mesmo que se fizessem previsões por parte de médicos e parteiras que acompanhavam a mãe[10]. A 19 de maio de 1797, nasceu às seis horas e dez minutos D. Maria Isabel. A chegada ao mundo foi anunciada no dia seguinte, a 20 de maio. Na notícia pode ler-se que D. Carlota Joaquina estava “na melhor disposição em tais circunstâncias”. Seguiu-se a divulgação do “bom sucesso” ao povo através do repique dos sinos das igrejas, descargas de artilharias das fortalezas e a iluminação da cidade por dois dias[11].

Após o nascimento da infanta, foram enviadas cartas régias às várias autoridades civis e religiosas, de modo a informar sobre o nascimento de um novo membro da família real. Veja-se o exemplo da que foi escrita por D. Maria I, em 1797, ao cabido da sé do Funchal, na qual se pode ler “E me parece participar-vos logo esta desejada, e a alegre notícia [...] e para que me acompanheis, não só em festejar este fausto, e plausível sucesso, mas também em dar ao mesmo senhor as devidas graças [...] E tereis entendido que esta felicidade se deve celebrar com todas aquelas demonstrações de alegria, e ação de graças...”[12]. Consequentemente, nas diferentes cidades onde chegavam cartas régias deste teor deviam ser organizadas celebrações pelo nascimento de D. Maria Isabel de Bragança.

Após a receção das cartas régias, que comunicavam o nascimento dos infantes, seguiram-se os festejos. Sabe-se ainda que o Intendente Geral da Polícia, no dia 11 de junho, mandou celebrar uma missa, seguida de um *Te Deum*, na Igreja da Nossa Senhora da Atalaia[13]. No Porto, como indica Joaquim Jaime Ferreira Alves[14], chegou no dia 23 de maio a certa régia anunciando o nascimento de D. Maria Isabel, pelas mãos do corregedor e provedor da comarca Francisco de Almada e Mendonça (1757-1804). O senado reuniu-se para organizar a celebração com grande pompa incluindo música e luminárias durante três noites. Foi pedido que se enviassem cartas aos prelados para repicarem os sinos das suas torres. Na manhã do dia 11 de junho, na sé, decorada com todo o aparato e sumptuosidade, foi celebrada uma missa pontifical com um sermão no fim, pregado pelo padre mestre frei Bartolomeu Brandão da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Na tarde do mesmo dia, foi cantado um *Te Deum* e, de seguida, feita uma procissão em celebração do dia de Corpo de Deus.

Por fim, repicaram os sinos e, ao início da noite, acenderam as luminárias. Estes atos festivos tinham como função demonstrar lealdade e devoção à família real, num momento em que a mesma trazia ao mundo mais uma criança que assegurava e reforçava a descendência da monarquia portuguesa.

Após o nascimento, impunha-se que o recém-nascido recebesse o primeiro dos sete sacramentos, um momento de extrema importância. Assim, caso viesse a falecer, iria, de acordo com os preceitos católicos, ascender ao céu. A 5 de junho de 1797, na capela real do palácio de Queluz ocorreu o batismo de D. Maria Isabel, celebrado pelo cardeal-patriarca de Lisboa[15]. Os seus padrinhos foram o príncipe das Astúrias[16], isto é, o futuro Fernando VII (1784-1833), representado pelo infante D. Pedro Carlos (1786-1812)[17] e D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)[18]. Em modo de agradecimento aos pais de D. Carlota Joaquina, Carlos IV[19] e Maria Luisa de Parma enviaram cartas individuais ao genro, D. João, antes de saberem se seria uma infanta ou um infante, dizendo que estavam felizes pela escolha de Fernando para ser o padrinho: “Yo la he tenido muy particular en la eleccion que del príncipe de Asturias mi querido hijo ha hecho V. A. de acuerdo con nuestra Carlota para padrino del infante, o infanta que esta de a luz con le felicidad que confio en Dios se verifique”[20]. A escolha do príncipe das Astúrias era propositada dado que se estreitavam os laços com Espanha, o país de origem da princesa do Brasil, que nutria uma grande admiração e saudade da sua família. Para além disto, considerando o panorama europeu de convulsões associado à Revolução Francesa e ao período posterior, com a ascensão de Napoleão Bonaparte, o reforço do contacto com Espanha era muito importante dado a proximidade territorial.

Relativamente à cerimónia realizada de batismo de D. Maria Isabel poucos são os pormenores de que temos conhecimento. Porém, certamente terá tido todo o aparato comum da época. Note-se que, através da descrição do batizado do infante D. Francisco António Pio (1795-1801)[21] podemos ter uma noção do ambiente presente na capela real, que, possivelmente, terá sido replicado total ou parcialmente para a infanta D. Maria Isabel. Ora, em 1795, no batismo do infante D. Francisco António Pio, a cerimónia decorreu em duas salas do palácio que foram transformadas e decoradas, a celebração não ficou restrita ao espaço da capela real e ganhou uma monumentalidade maior[22]. Possivelmente, para a infanta D. Maria Isabel terá bastado o espaço da capela real para se realizar a cerimónia. O aparato e pompa, porém, certamente mantiveram-se, assim como a ordem do decorrer da missa, à qual terão assistido vários membros da casa real e da corte, além de membros do clero e até servidores.

O recém-nascido era então conduzido à pia batismal, acompanhado pelos seus padrinhos, na qual era realizada a “ação dos exorcismos na forma do ritual romano até o ingrediente”[23] e depois era colocado no seu leito. Após este primeiro momento, dar-se-ia continuidade à cerimónia com o entoar de harmonias sinfónicas, seguiam-se mais exorcismos, com a unção do peito e costas da criança, que depois era conduzida de novo ao leito. Posteriormente, era entoado um *Te Deum* e repicavam-se os sinos de todas as igrejas, castelos, torres e esquadras. A missa findava com a oração da ação de

graças e a bênção pontifical por parte do patriarca.

Nos primeiros tempos, a infanta ficou ao cuidado de uma ama de leite, que fora cuidadosamente escolhida. As mulheres que desempenhavam esta função deveriam ser saudáveis, de bons costumes e de sangue limpo, tendo, durante o período em que amamentavam, uma vida condicionada devido à sua função de transmitir saúde e força durante o desenvolvimento da criança[24]. Não obstante, D. Carlota Joaquina manteve-se junto da sua filha, embora se entendesse que o ato do aleitamento impedia uma nova gestação.

## A infância da infanta em Portugal e a sua mudança para o Brasil:

A educação de uma infanta diferia da de um infante. Neste sentido, enquanto os rapazes passavam a ter a presença de um mestre, as raparigas permaneciam na Casa da Rainha, na qual iriam aprender os vários saberes. Desde cedo, as pequenas infantas começavam a aprender regras de etiqueta e boas maneiras, ensinamentos de virtude e honestidade, dado que mais tarde poderiam a vir integrar uma corte estrangeira, na condição de rainha. Porém, mesmo que esse não fosse o caso, era indispensável reunir estas práticas e conhecimentos. É de notar que os objetivos principais associados à educação feminina eram o casamento e a procriação, visto que era fundamental ser uma boa esposa e boa mãe, pois estava no seu ventre a esperança de assegurar a sucessão.

As letras, incluindo o conhecimento de latim, eram muito importantes, uma vez que eram fundamentais para o estudo da doutrina religiosa, permitindo o uso de livros de horas e de devoção, bem como os tratados morais e os episódios da vida dos santos[25]. Consequentemente, faziam parte das leituras vários autores clássicos, como Tito Lívio, Catão, Virgílio, entre outros[26]. Não menos relevante eram as aulas de música e pintura, guiadas por mestres nomeados pelo rei.

Para a área da pintura e do desenho, D. Maria Isabel e as suas irmãs tiveram aulas com Domingos António de Siqueira (1768-1837), pintor conceituado da época que iniciou os seus estudos em Portugal e deu-lhes continuidade em Roma na Academia de São Lucas. Durante três anos, dedicou-se à vida monástica e após esse período, foi nomeado, em 1802, pelo rei como pintor da corte. De acordo com Alice Lázaro[27], para o ensino da língua francesa ficou encarregue o abade Renato Pedro Boiret. Para a matemática, o mestre José Monteiro Rocha (1734-1819), que fora vice-reitor da

Universidade de Coimbra e cónego na sé de Leiria.

As primeiras aulas de música da infanta provavelmente terão sido com o cantor Giuseppe Totti, este veio substituir João de Sousa Carvalho e fora nomeado em 1800 pelo príncipe regente como “Mestre de Muzica de seos filhos Nossos Senhores” e ainda adquiriu o título de “Mestre da Capella”[28].

A transferência da família real para o Brasil, a 29 de novembro de 1807, simbolizou uma grande mudança para a monarquia portuguesa que estava em perigo iminente devido as invasões napoleónicas. A travessia até ao Rio de Janeiro foi realizada durante cerca de 54 dias. Na nau *Príncipe Real* ia o príncipe regente, D. Maria I, os infantes D. Pedro e D. Miguel, bem como D. Pedro Carlos. A embarcação atracou primeiro em Salvador, a 22 de janeiro de 1808. Já na nau *Afonso de Albuquerque* iam D. Carlota Joaquina e as suas filhas, as infantas, incluindo D. Maria Isabel, que apenas aos 10 anos viu a sua vida ser transportada para o outro lado do oceano. A 8 de março do mesmo ano, deu-se a entrada oficial da família real no Rio de Janeiro. Note-se que, as condições deploráveis nas quais a viagem foi realizada e o excesso de pessoas a bordo, fez com que fossem surgindo doenças e pragas, como de piolhos[29].

O Rio de Janeiro, que seria a nova sede da família real, não estava preparado para as mudanças repentinas que ocorreram. De modo a conseguir-se acolher todas as pessoas vindas de Portugal, procedeu-se a despejos, consequentemente, várias pessoas ficaram desalojadas o que contribuiu para a criação de uma onda crescente de descontentamento. De facto, a cidade carioca era muito distinta, daquela Lisboa de que a corte tinha saído. Com um clima diferente e consequentemente um modo de vida diferente, foi necessária uma adaptação por parte daqueles que chegaram da Europa. O que nem sempre

foi fácil, como mencionou Joaquim dos Santos Marrocos, nas cartas que enviava ao seu pai Francisco dos Santos Marrocos. Nelas podem ler-se descrições da cidade e do clima vivido, tais como “As tórridas temperaturas dos trópicos, os cheiros nauseabundos da cidade, as ruas enlameadas e apinhadas de gente, a alimentação”[30]. Claro que a família real estava protegida e perante condições melhores. Todavia, foi necessário começar a estabelecer uma organização que permitisse a existência de uma estrutura sólida da máquina governamental, dado que o Rio de Janeiro passaria a ser a sede da monarquia portuguesa por pouco mais do que uma década.

Segundo alguns relatos, D. Carlota Joaquina estava muito descontente com a mudança, já o príncipe regente mantinha-se sereno[31]. A dinâmica de convivência da família real era marcada pela distância, ou seja, o príncipe regente vivia entre Mafra e Vila Viçosa, afastado de D. Carlota Joaquina e das suas filhas, que estavam maioritariamente no palácio de Queluz. No Rio de Janeiro, apesar do palácio da Boa Vista estar preparado para ser a residência oficial da família, D. Carlota e as filhas viviam no Paço da cidade. Todavia, havia um contacto cordial e afetuoso, à maneira da época, presente na relação dos pais com os filhos. É de notar que D. João e D. Carlota trocavam correspondência entre si sobre os mais variados aspetos, contudo estava presente uma distância física entre o casal já anteriormente estabelecida[32].

Embora as infantas vivessem nesta dinâmica familiar, a educação não poderia ser descurada. As informações que dispomos sobre os mestres contratados para educarem os infantes não são vastas, pelo que apresentamos apenas alguns nomes importantes. Nomeadamente o de Marcos António de Portugal (1762-1830), que iniciou os seus estudos musicais aos nove anos, no seminário do Patriarcado de Lisboa. De 1792 a 1800, residiu alguns anos em várias cidades italianas, nas quais foi produzindo várias obras. Foi um artista reconhecido em várias capitais europeias, como Paris, Londres, Viena e Madrid. Quando regressou a Lisboa, por volta de 1782, começou a ter algum reconhecimento por parte do príncipe regente. Contudo, devido à partida para o Brasil houve um interregno no contacto com a família real, que foi novamente estabelecido em 1811. Ao deslocou-se para o Rio de Janeiro com outros instrumentistas foi nomeado, “compositor e professor dos infantes”[33]. A formação que lhes deu, e nomeadamente à infanta D. Maria Isabel, foi notória. Sabemos que a mesma tinha um timbre *mezzo soprano*, logo as obras que Marcos de Portugal compôs para a infanta eram feitas de acordo com essa particularidade[34]. De acordo com Judith Ortega Rodríguez, provavelmente enquanto D. Maria Isabel cantava havia um acompanhamento de pianoforte,

algo habitual na música destinadas às mulheres[35]. Este gosto pelo canto e pela música foi de tal forma cultivado que, anos mais tarde, quando partiu para Espanha para casar com o seu padrinho e tio Fernando VII, D. Maria Isabel teve ao seu dispor Carlos Marinelli, nomeado pelo seu marido para lhe dar aulas de canto.

A dança, algo fundamental na educação de uma infanta, foi lecionada por Lourenço Lacombe[36] que se deslocou para o Rio de Janeiro, em 1811. Não existem muitos mais dados que indiquem aspetos educacionais da infanta D. Maria Isabel, porém D. Carlota Joaquina demonstrou interesse em dar às suas filhas uma boa instrução: encomendava várias caixas de livros da Europa tanto para seu usufruto como para introduzir as suas filhas em novas leituras[37].

Anos mais tarde, em 1816 quando D. Maria Isabel casou com o seu tio Fernando VII, aos 19 anos de idade, estava uma mulher formada, considerada pronta para integrar uma nova corte, ao lado do seu marido. Foi rainha consorte em Espanha durante apenas dois anos, dado que faleceu inesperadamente ao dar à luz a 26 de dezembro de 1818. Não obstante o curto período em que foi casada com o monarca, atendendo aos relatos existentes, terá sido uma figura admirada pelo povo espanhol, em função da sua forma de saber estar, da sua educação, e da sensibilizada pelas artes. O povo espanhol entendeu a chegada de D. Maria Isabel como um momento de esperança que viria assegurar a sucessão dinástica e dar estabilidade a Espanha, após um período conturbado de revoltas.



Vicente López Portaña, Retrato da rainha D. Maria Isabel de Bragança (c. 1816), Madrid, Museu do Prado, n.º inv. P000869.



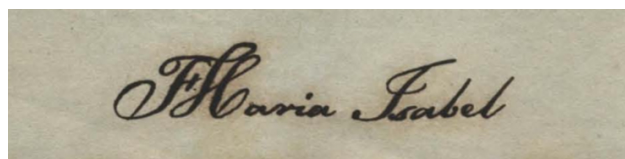
## Considerações finais

A infanta D. Maria Isabel de Bragança foi a terceira filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, apesar de ser uma figura pouco conhecida da família real, teve a sua relevância. Tal como para os seus irmãos, foram realizados festejos pelo seu nascimento e batismo com toda a pompa e circunstância, como ditava a tradição. Para além disso, a divulgação da notícia da sua vinda ao mundo foi noticiada nos vários periódicos, seguindo-se, como era habitual, o envio de cartas régias às várias instituições do reino e, inclusivamente a alguns soberanos estrangeiros.

Dado que esta análise se situa entre 1797-1816, compreende mais de metade da vida de D. Maria Isabel, que aos 10 anos de idade partiu para o Brasil, onde recebeu a sua restante formação. Desta forma, podemos considerar que há dois períodos da sua educação enquanto criança e depois enquanto jovem mulher, apoiada pelos melhores mestres da época, nas mais variadas áreas do conhecimento, destacando-se por exemplo, Domingos António Siqueira e Marcos António Portugal. Conhecer os moldes nos quais se processou a instrução da infanta permite-nos compreender também

outras vertentes do que se passava no ambiente da corte. Todavia, pela escassez de fontes, não dispomos de um testemunho que mencione o desempenho da infanta nas suas aprendizagens.

No ano de 1816, partiu do Rio de Janeiro para Cádiz a bordo da nau *São Sebastião* para casar com o seu tio Fernando VII. A estada em Espanha de D. Maria Isabel foi curta, de apenas dois anos, dado que a mesma veio a falecer inesperadamente na sequência do seu parto.



Assinatura de D. Maria Isabel de Bragança. Brasil, Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI). Carta de D. Maria Isabel para D. Carlota Joaquina, maço.43, n.º 1839.

\* Este texto faz parte da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Drumond Braga.

\*\* Mestranda em História Moderna, na Faculdade de Letras da Ulisboa, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Drumond Braga. Email: [martacorreiapereira@gmail.com](mailto:martacorreiapereira@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4717-7289>

[1] Antonio Juan Calvo Maturana, “María Antonia de Borbón e Isabel de Braganza: el valor simbólico de las dos primeras mujeres de Fernando VII”, *Feminismo/s*, n.º 16, Alicante, 2010, pp.13-38. Disponível em Doi: <http://hdl.handle.net/10045/19400>.

[2] Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, “Festejos pelo nascimento da infanta D. Maria Isabel Francisca de Bragança e Bourbon (1797)”, Separata de *Genealogia & Heráldica*, n.º 4, Universidade do Porto, 2000.

[3] Jonatan Iglesias Sancho, *Maria Isabel de Bragança: Princesa de Portugal, Rainha do Prado*, Lisboa: Minotauro, 2024.

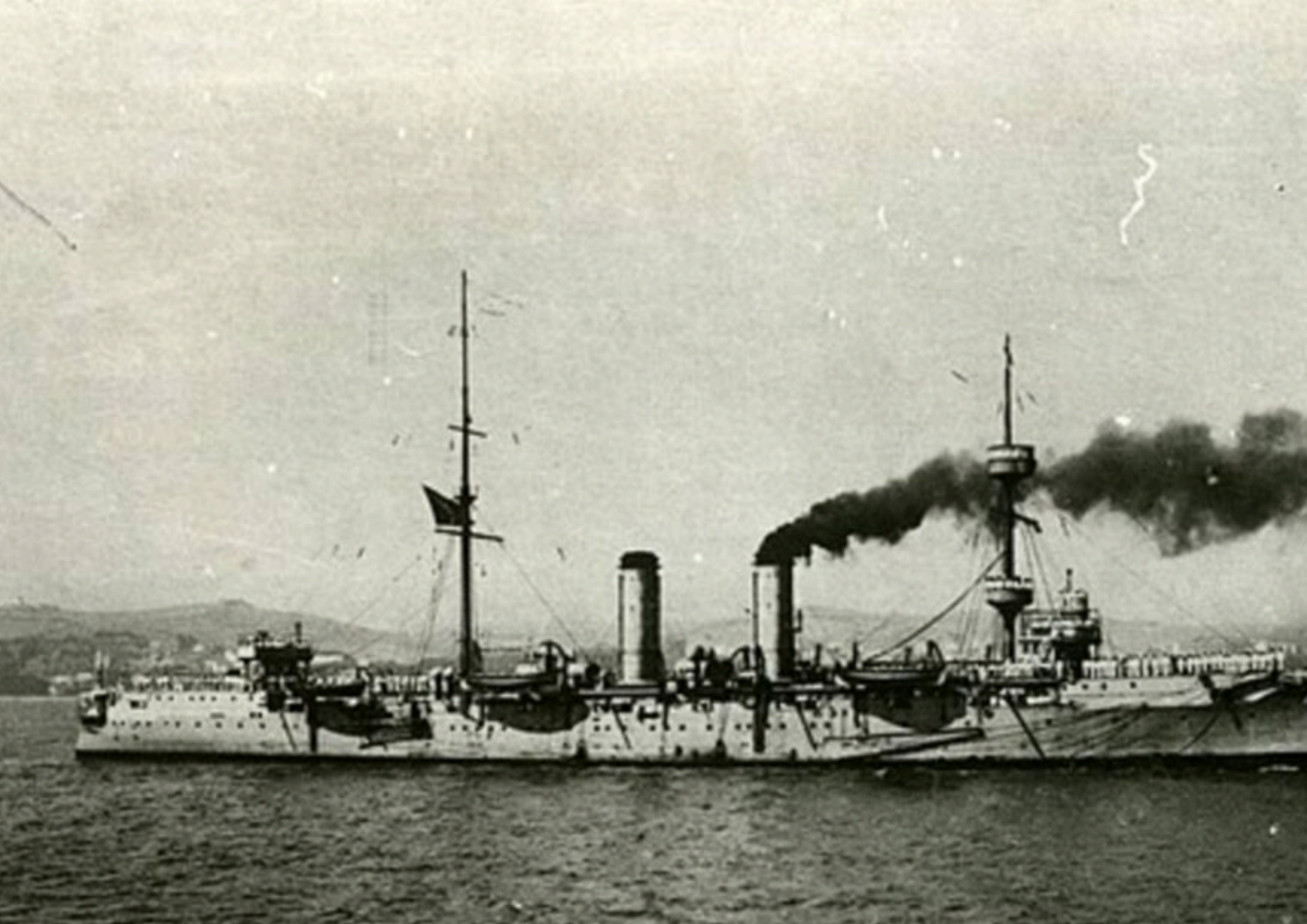
[4] Sobre este assunto, veja-se Isabel dos Guimarães Sá, “As crianças e as idades da vida”, in *História da vida privada*, dir. José Mattoso, vol. A Idade Moderna, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa: Temas e Debates, 2011, pp. 72-95.

[5] Ana Isabel Buescu, *Na Corte dos Reis de Portugal: saberes, ritos e memórias*, Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 15.

- [6] Alice Lázaro, *Andorinhas e Sábias: os casamentos em Espanha das filhas de D. João VI (1810-1823)*, Lisboa: Chiado Books, 2018.
- [7] Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821*, coord. Elisabet Carceller Guilament, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- [8] *Segundo Suplemento á Gazeta de Lisboa*, n.º 6, 11 de fevereiro de 1797.
- [9] Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *Festejos...*, p. 136.
- [10] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...* p. 15.
- [11] *Segundo Suplemento á Gazeta de Lisboa*, n.º 10, 20 de maio de 1797.
- [12] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Carta de D. Maria I, assinada pelo príncipe D. João comunicando o nascimento da infanta D. Maria Isabel, filha da princesa do Brasil*, Cabido da Sé do Funchal, m. 4, n.º 27.
- [13] *Segundo Suplemento á Gazeta de Lisboa*, n.º 24, 17 de junho de 1797.
- [14] Joaquim Jaime B. Alves-Ferreira, “Festejos pelo nascimento da infanta...”, p. 142.
- [15] *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 23, 9 de junho de 1797.
- [16] Mais tarde, D. Maria Isabel viria a casar com o mesmo e a ser rainha consorte em Espanha.
- [17] Sobre esta figura, veja-se Isabel Drumond Braga, *D. Pedro Carlos (1786-1812): um infante de Espanha em Portugal e no Brasil*, Lisboa; Temas e Debates, 2023. Sabe-se, inclusivamente o que vestiu o infante na cerimónia, trajes confeccionados em Espanha: “se hacen tan complidos porque tambien es moda que podran servir decentemente para galas del año venidero, me dice el sastre seria bueno veniese una vara de tela de cada uno de ellos con los mismos salpiques de bordado para completar outro par de calzones sobre unos pedazos que han quedado aca, y como podera acabar la referida tela por si aun la huviese” p. 220.
- [18] Sobre esta figura, veja-se Paulo Drumond Braga, *A Princesa na sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*, Lisboa: Colibri, Torres Vedras: Câmara Municipal, 2007.
- [19] Veja-se a carta enviado por Carlos IV ao príncipe regente: Lisboa, Biblioteca da Ajuda (BA), *Carta de Carlos [IV, Rei de Espanha] para [D. João], Príncipe do Brasil, agradecendo-lhe o convite que fez ao Príncipe das Astúrias [D. Fernando] para ser padrinho da criança [Infanta D. Maria Isabel] que D. Carlota [Joaquina] está para dar à luz, e avisando-o de que remeterá o correspondente poder*, Aranjuez, 28 de abril de 1797, 54-V-21, n.º 5bb (e envelope)
- [20] Lisboa, BA, *Carta de [D. Maria] Luísa [de Borbón Parma] para seu sobrinho e genro, o Príncipe do Brasil [D. João] agradecendo o convite que fez ao filho, o Príncipe das Astúrias [D. Fernando] para padrinho do filho ou filha [Infanta D. Maria Isabel de Bragança] que está para nascer*, Aranjuez, 28 de abril de 1797, 54-v-21, n.º 9v (e envelope).
- [21] Sobre este assunto veja-se: Brasil, Biblioteca Nacional do Brasil (BNB), *Narração do Solemne Baptismo do Serenissimo Senhor D. Antonio Principe da Beira, celebrado no Real Palácio de Quelus no dia 4 de abril do anno de 1795*. Disponível em Doi: [https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/431908?locale-attribute=pt\\_PT](https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/431908?locale-attribute=pt_PT)
- [22] Brasil, (BNB), *Narração do Solemne Baptismo...*, p.4.
- [23] Brasil, (BNB), *Narração do Solemne Baptismo...*, p.14.
- [24] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...*, p. 23.
- [25] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...*, p. 34.
- [26] Ana Isabel Buescu, *Na Corte...*, p. 34.
- [27] Alice Lázaro, *Andorinhas e Sábias: os casamentos em Espanha das filhas de D. João VI (1810-1823)*, Lisboa: Chiado Books, 2018, pp. 118-119.
- [28] Cristina Isabel Videira Fernandes, *O sistema produtivo da música sacra em Portugal no final do Antigo Regime: a Capela Real e a Patriarcal entre 1750 e 1807*, Évora: Tese de doutoramento em Música e Musicologia, apresentado na Universidade de Évora, 2010, p. 210.
- [29] Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João, príncipe e rei no Brasil*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp.11-12.
- [30] Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro...*, pp. 33-34.
- [31] Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil: 1808-1821*, Rio de Janeiro: ACD, Editores, 2008, p.66.
- [32] Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil...*, pp.181-184.
- [33] Cristina Isabel Videira Fernandes, *O sistema produtivo da Música Sacra em Portugal...*, p.209.
- [34] Veja-se algumas destas obras compostas por Marcos de Portugal para D. Maria Isabel de Bragança em: <https://www.europeana.eu/en/search?page=1&view=grid&query=Infanta%20D.%20Maria%20Isabel%20ode%20Bragan%C3%A7a>
- [35] Judith Ortega Rodríguez, “«Te haré el piano, y cantar, y esto me distraerá pues me han dicho que tienes una bonita voz»: La reina María Isabel de Braganza y la música (1816-1818)”, *Las mujeres y las artes: mecenas, artistas, emprendedoras, coleccionistas*, Madrid: Abada, pp.286-287.
- [36] Jurandir Malerba, *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.165. Atendendo a um registo datado de 1817, apenas neste ano é que o dançarino Lourenço Lacombe, a sua mulher e o seu irmão é que obtiveram os passaportes para se deslocarem à corte no Rio de

Janeiro. Veja-se: Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Atestado do intendente-geral da Polícia, João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães, declarando que os dançarinos Lourenço Lacomba, natural de Madrid, e sua mulher Julieta Lacombe, natural de Turim, e seu irmão Luís José Lacomba, natural de Barcelona, estão aptos para receberem seus passaportes pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para a Corte do Rio de Janeiro*, 3 de abril de 1817, Cx.277, n.º 19302.

[37] Francisca L. Nogueira de Azevedo, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.329-330.



# Revolta dos cruzadores (1906): importância, motivações e protagonistas \*

Catarina Azevedo Silva

## Introdução

---

A Revolta dos Cruzadores, protagonizada pelas guarnições dos cruzadores *D. Carlos I* e *Vasco da Gama*, em abril de 1906, constitui um dos acontecimentos mais relevantes da história da marinha portuguesa e um dos mais marcantes dos últimos anos da monarquia. Este episódio refletiu a crise interna vivida no seio das forças

armadas e evidenciou a crescente instabilidade política e social então sentida em Portugal.

Não obstante a importância histórica, este evento tem sido pouco estudado e continua a carecer de uma análise aprofundada. Neste contexto, surge o presente estudo,

enquadrável no domínio da micro-história, dado que as metodologias adotadas permitem examinar uma temática muito específica, exigindo uma análise rigorosa e minuciosa de fontes primárias. A escassez de trabalhos historiográficos a si endereçados, torna o recurso a periódicos de época, diários de bordo, processo judiciais, entre outras fontes documentais, fundamental para esta investigação.

Propõe-se realizar uma leitura pormenorizada da importância destas insurreições e compreender, na sua

plenitude, os impactos num período em que a crise nacional se fazia sentir a todos os níveis. Pretende-se ainda discernir as verdadeiras motivações destes marinheiros de baixa condição social, indo além das causas superficiais frequentemente associadas. Por fim, serão analisados cinco protagonistas da revolta ocorrida a bordo do cruzador *D. Carlos I*. Neste ponto residem algumas das maiores dificuldades desta investigação, a tentativa de traçar uma biografia coletiva dos insubordinados, sem descurar a individualidade de cada um, tarefa complexa devido à escassez de informação sobre marinheiros de escalões inferiores.

## Estado da questão

A realização do presente estado da questão tem como objetivo apresentar e analisar a produção científica e historiográfica relacionada com o tema em estudo. Embora a Revolta dos Cruzadores não tenha sido alvo de uma investigação profunda, o episódio foi abordado principalmente por autores coevos à ocorrência, destacando-se o caso de Francisco Rocha Martins, no livro *João Franco e o seu tempo*. Nesta obra, o autor descreveu os acontecimentos e associou-os à instabilidade política do governo, à difusão dos ideais republicanos e às intenções das redes carbonárias, culminando na ascensão de João Franco ao poder.[1]

A única investigação de carácter historiográfico identificada até ao momento surge no contexto de um colóquio dedicado à História Militar, realizado em 2008, centrado no reinado de D. Carlos I. Através das atas deste encontro académico, é possível consultar o artigo intitulado «A Revolta do Cruzador “D. Carlos I” (1906) Uma Marinha republicana?» de autoria do Primeiro Tenente-Mestre Carlos Manuel Batista Valentim. O autor centrou a sua investigação na importância deste navio para a Armada e na eventual ligação deste evento ao ideário republicano, salientando a relação histórica entre o republicanismo e a Marinha.[2] Apesar de representar um contributo científico importante, esta investigação deixou ainda várias lacunas, as quais se procuram colmatar através do presente estudo.

A pertinência da presente investigação assenta na compreensão plena da importância e dos impactos que estas insubordinações tiveram na época, bem como os seus efeitos retroativos. Pretende-se, além disso, dar voz aos seus protagonistas e refletir sobre as respetivas intenções. Até hoje, permanece desconhecida a totalidade das repercussões deste episódio.

### 1. Panorama político-social nacional e internacional

Os anos de 1905 e 1906 ficaram marcados por uma vaga de revoluções a nível europeu, inaugurando um período de transformações políticas que, ao longo do século XX, se difundiram à escala global e acabaram por se refletir no território português. Entre estas convulsões, a mais significativa, segundo a historiografia, foi impulsionada pelo episódio do “Domingo Sangrento”,[3] uma consequência do desastre militar na guerra russo-japonesa. Este acontecimento é normalmente considerado como o primeiro notável abalo do czarismo,[4] e é aludido como prenúncio da Revolução de Outubro de 1917.[5] De certo modo, pode relacionar-se este acontecimento com a Revolta dos Cruzadores, dado que a sua influência na Proclamação da Primeira República Portuguesa permanece, atualmente, motivo de debate.

Perante um panorama internacional marcado pelo espírito revolucionário, Portugal acabou por ser arrastado, sendo contaminado pelo “vírus endémico” em propagação pela Europa. Instalou-se no território nacional um ambiente de contestação no decurso dos anos de paz armada, evidente desde o início da década de 90 do século XIX. A insurreição da Armada, em abril de 1906, anunciou que Portugal, até então distante face à dinâmica europeia, passou a alinhar-se com a tendência revolucionária, o que veio a intensificar a crise da monarquia, num contexto de instabilidade política interna.

Desde o início da última década do século XIX, na esteira do fiasco do “Mapa cor-de-rosa”[6] na Conferência de Berlim,[7] Portugal encontrava-se mergulhado numa crise a nível económico, político e social, situação agudizada na década inicial do século XX. A insatisfação difusa face ao regime vigente, a monarquia constitucional, tornou-se palpável. A situação favoreceu a expansão das ideias republicanas, principalmente entre

a pequena e a média burguesia.[8]

No ano da Revolta dos Cruzadores, a política portuguesa atravessava uma fase de perturbação e transição política. Os dois partidos basilares do rotativismo – o Partido Progressista e o Partido Regenerador – enfrentavam sérios problemas internos, deixando de existir uma realidade bipartidária parlamentar. Surgiram cisões em ambos os partidos, a Dissidência Progressista e o partido Regenerador-Liberal. Em março de 1906, caiu o governo progressista liderado por José Luciano de Castro, e dois meses depois, o governo regenerador de Hintze Ribeiro era afastado.

A estratégia adotada pelo rei D. Carlos I para tentar solucionar esta questão foi a nomeação, a 19 de maio de 1906, de João Franco – o líder e fundador do Partido Regenerador-Liberal, resultante de uma cisão do Partido Regenerador – como novo chefe de governo, inicialmente em coligação com o Partido Progressista. Neste período, começaram a surgir alianças políticas “pela negativa”, ou seja, os partidos que aparentemente defendiam valores distintos, uniram-se contra um inimigo comum.[9]

Concluindo, no panorama internacional destacava-se a tendência revolucionária à qual Portugal parecia alheado devido ao atraso acumulado ao longo das décadas; acabou por aderir, de certa forma a esta tendência revolucionária, parcialmente sintomática da modernidade.[10] Esta insubordinação abalou a monarquia constitucional, já fragilizada devido aos problemas internos que atravessava, e que conferiram um certo alento aos republicanos.[11]

## **2. Revolta dos Cruzadores D. Carlos I e Vasco da Gama**

### **2.1 A revolta dos marinheiros de 1906**

No dia 8 de abril de 1906, um mês antes da nomeação de João Franco como chefe de governo, ocorreu uma insubordinação da guarnição do cruzador *D. Carlos I*,[12] enquanto este se encontrava ancorado no rio Tejo, caracterizada por uma revolta de marinheiros.[13] O episódio ficou registada no diário de bordo como um momento de exaltação entre a tripulação que, num primeiro momento, se recusou a acalmar naquele princípio de noite, chegando mesmo a expulsar o oficial de serviço, o Tenente Marinho, do navio.[14] No entanto, o mesmo registo refere que, perto da meia noite, grande parte dos revoltosos já se havia recolhido e a noite prosseguiu tranquilamente.[15]

A revolta dos marinheiros comprometeu os princípios fundamentais das forças militares, nomeadamente a disciplina e obediência minuciosa, o respeito pelos

superiores e pelas ordens; acima de tudo, a defesa permanente do governo vigente. Desde a segunda metade do século XIX – sobretudo no tempo de Fontes Pereira de Melo –, as instituições militares afastaram-se e foram excluídas dos processos decisivos, orientando a lealdade para a proteção da monarquia e do rei.[16]

No entanto, importa contextualizar este evento, situando-o num período em que a Marinha, tal como o Exército, enfrentavam diversas dificuldades, na maioria relacionadas com a dimensão do império marítimo português. No caso do Exército, verificava-se a incapacidade de controlar plenamente o território transcontinental, coexistindo um Exército metropolitano e um Exército Colonial, ambos independentes, com armamento próprio e formação distintas.[17] No contexto da Marinha, houve tentativas de ultrapassar estes obstáculos através de iniciativas da Liga Naval Portuguesa, contudo, num contexto político-social nacional marcado pela instabilidade, a Marinha enquanto instituição debatia-se com a crise.[18]

A revolta ocorrida num dos cruzadores de maior importância da Armada constituiu um exemplo claro da instabilidade e do descontentamento vividos, principalmente, entre as camadas mais baixas da Marinha. Atualmente, não se conhecem em toda a plenitude os impactos deste acontecimento no seio da instituição naval e na própria monarquia constitucional; contudo, representou uma das ocorrências mais significativas dos últimos anos do reinado de D. Carlos I.[19]

Na sequência dos acontecimentos ocorridos a bordo do cruzador, as altas patentes da Marinha reuniram-se no Arsenal, enquanto o contra-almirante Moraes e Sousa foi destacado para embarcar, com o objetivo de apurar os fatores determinantes da revolta. O relatório desse oficial registou as queixas apresentadas pelos revoltosos contra o comandante e o imediato, ambos ausentes aquando dos incidentes. A guarnição justificava a insurreição com a excessiva severidade na imposição das regras pelo comandante do navio, Vasco Carvalho, exigindo a substituição imediata do mesmo.[20] Contestava, ainda, a redução do tempo e da frequência das saídas e permanências em terra.[21]

Apesar da guarnição se mostrar mais pacífica, tal não impediu a eclosão de um novo motim no dia seguinte. Uma situação complicada agravou-se ainda com o discurso do comandante dirigido à tripulação. Esta ocorrência levou o Arsenal a decidir colocar o cruzador *D. Carlos I* em meio armamento, acompanhando essa medida com a ordem de recolha da guarnição ao quartel.[22]

O dia 10 de abril ficou marcado pelo avanço das três embarcações – *Lisbonense*, *Isaura* e *Operário* (este último um rebocador) – em direção ao cruzador *D. Carlos I*. O objetivo era transportar os insubordinados para o quartel localizado em Alcântara, porém, ao avistarem as embarcações, os marinheiros fecharam o cruzador, forçando-os a desviar a rota, enquanto mantinham a exigência de substituição do imediato e do comandante.[23] Neste cenário de indisciplina generalizada, o vice-almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, reconhecido pela competência militar, subiu a bordo e, através de um discurso firme, assumiu o controlo da situação. A guarnição acabou por se render e o vice-almirante retirou-se para terra,[24] de onde supervisionou o desembarque dos 326 praças, transportados para o quartel em Alcântara, onde foram reunidos e, após uma avaliação, 284 foram dispensados e puderam voltar para casa. No dia 11 de abril, o comandante Vasco Carvalho regressou ao navio, reassumiu a posição de chefia e a revolta foi considerada atenuada. [25]



Joshua Benoliel, *Momento da aproximação, dos marinheiros desembarcados do cruzador «D. Carlos I», ao quartel localizado em Alcântara (1906). Publicado em O ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, 10 de abril de 1906.*

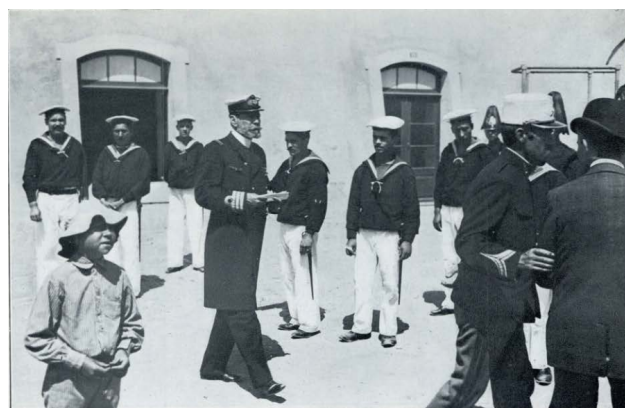
• • •

Num primeiro momento, este pareceu um evento isolado, sem apoio ou influência externa; todavia, cedo se percebeu que poderia inscrever-se numa dinâmica maior.[26] Apenas dois dias após a neutralização dos revoltosos do cruzador *D. Carlos I*, registou-se um movimento semelhante, a bordo do cruzador *Vasco da Gama* e da canhoneira *Tejo*. A insubordinação no *Vasco da Gama*[27] surgiu como consequência direta da primeira rebelião. Este motim, ocorrido entre os dias 13 e 14 de abril de 1906 – apenas cinco dias após a revolta de 8 de abril[28] – foi desencadeado pela guarnição do navio

como demonstração de solidariedade aos companheiros do maior cruzador da Armada, entretanto sujeitos a castigos.[29]

Segundo o relato do comandante da divisão aos superiores, presentes no Arsenal, o motim teve início por volta da meia-noite. A guarnição quebrou o recolher obrigatório e repetiu sem cessar “Não atraca! Não atraca! Queremos a liberdade dos nossos camaradas”,[30] exigindo o retorno dos colegas amotinados ao cruzador *D. Carlos I* e reivindicando o perdão. No entanto, não só não conseguiram evitar o julgamento dos companheiros, como também os líderes da insubordinação foram obrigados a recolher ao quartel e, posteriormente, sentenciados pelo Conselho de Guerra.[31]

Comparativamente à rebelião anterior, esta revelou-se consideravelmente menos expressiva, quer pelo número de praças participantes, quer pelo impacto e gravidade, tendo sido facilmente controlada. No entanto, a importância desta não residiu na ocorrência em si, antes na perceção de se tratar de um movimento organizado, e não de um incidente isolado. Tal circunstância alarmou tanto as altas patentes da Marinha como o próprio governo, chegando mesmo a pôr em causa a segurança da monarquia.



Joshua Benoliel, *Chegada do presidente do conselho de guerra, João Boto, ao julgamento dos revoltosos no forte de S. Julião da Barra (1906). Publicado em Arquivo Gráfico da vida portuguesa, 1903-1918.*

• • •

Segundo o jornal *O Commercio do Porto*, o dia 18 de abril de 1906 ficou marcado pela transferência dos insubordinados do *Vasco da Gama* e do *D. Carlos I*, do quartel para os fortes de Caxias e São Julião da Barra, onde aguardariam julgamento. Os prisioneiros chegavam algemados e alguns demonstravam uma tristeza visível. Os 164 praças do cruzador *Vasco da Gama* foram entregues a uma força de infantaria, que os escoltou até à

estação da Cruz Quebrada, seguindo depois para o forte de Caxias. Já a guarnição do *D. Carlos I* foi transportada em comboio, entre Alcântara e Oeiras, dirigindo-se em seguida para o forte de São Julião da Barra, onde permaneceu detida até ao julgamento.<sup>[32]</sup> Os líderes da revolta foram condenados a penas de prisão ou sujeitos a degredo, enquanto as famílias foram despojadas de bens, apenas recebendo perdão já durante o reinado de D. Manuel II, o qual procurou medidas de conciliação.<sup>[33]</sup>

## 2.2 A revolta dos marinheiros de 1906: importância e impactos

A importância deste evento ficou evidenciada pela ampla cobertura recebida na imprensa periódica, num contexto em que este era o principal veículo de informação, atestável pela importância e impacto. Durante os séculos XIX e XX, a imprensa constituiu a primordial fonte de informação, tanto a nível nacional como internacional. Todavia, só começou a atingir um público mais vasto com o surgimento da imprensa ilustrada. O analfabetismo era uma realidade europeia, mas em Portugal assumia proporções particularmente elevadas, em 1900, registou-se que 78,6% da população nacional era iletrada.<sup>[34]</sup> Isto é, a forma como a população de condição social mais baixa tomava conhecimento dos acontecimentos fazia-se essencialmente por duas vias: através das imagens que acompanhavam as notícias na imprensa periódica ou por meio da leitura em voz alta dos jornais nas tabernas.<sup>[35]</sup> Num período em que a imprensa se caracterizava pela parcialidade e, por vezes, orientação partidária – como era o caso do *Diário Ilustrado*, alinhado com o Partido Regenerador Liberal, ou do *Vanguarda*, associado ao Partido Republicano –, os jornais interpretaram esta ocorrência de formas distintas. As publicações de tendência monárquica, em particular, condenaram a insubordinação, considerando-a um episódio lamentável por partir de uma força armada cuja função era proteger e preservar o governo vigente. Ainda assim, todas demonstraram uma profunda apreensão, reconhecendo neste acontecimento um sintoma evidente de desequilíbrio, descontentamento e instabilidade no seio da monarquia.<sup>[36]</sup> Ou conforme as apreciações do *Diário Ilustrado*:

A insubordinação do *D. Carlos I*, os episódios a que ella deu lugar, o modo como se procedeu, e agora esta insubordinação a seguir, são symptomas de veras desoladores, e quem nos facto attente, quem n'elles refletir, não pode deixar de sentir uma dolorosa contracção de coração, pensando que esta bella raça de fortes, este bello paiz de heroes, é hoje um pai que se desfaz, uma sociedade que se dissolve, uma collectividade que perdeu a noção do que foi, e loucamente se desinteressa do que virá a ser.<sup>[37]</sup>

Esta sucessão de acontecimento suscitou entre os redatores dos periódicos uma reflexão crítica, levando-os a interpretar o motim como um sinal alarmante, tanto da fragilidade interna da Marinha como da própria monarquia constitucional.<sup>[38]</sup> A 17 de abril de 1906, grande parte dos jornais publicou uma nota da redação a esclarecer que, a pedido do executivo, os periódicos ficavam interditos de fornecer mais informações sobre as insubordinações. Este facto constituía um indício de que tais eventos afetaram a imagem e a parca estabilidade do governo, levando a monarquia, consciente de ter sofrido um grande abalo na Armada, a tentar conter o mediatismo em torno do episódio e a minimizar a projeção pública.<sup>[39]</sup> A tentativa de censura do governo presidido por Hintze Ribeiro resultou numa crítica generalizada da imprensa, que condenou severamente a decisão, entendida como um ataque pleno à liberdade de expressão. Em consequência, os periódicos foram impedidos de relatar os acontecimentos de forma fiel e completa, o que contribuiu para a difusão de boatos desproporcionais.<sup>[40]</sup>

Este evento teve um impacto significativo a nível político, pois ditou o afastamento de Hintze Ribeiro e a consequente queda do governo regenerador; por extensão, evidenciava a debilidade do rei D. Carlos I e da própria monarquia constitucional. A demissão de Hintze Ribeiro, considerado por muitos como um político «mais monárquico que o próprio rei», ocasionou o colapso de um dos maiores sustentáculos da monarquia. No mês seguinte, D. Carlos I nomeou João Franco como novo chefe de governo, que, como «ditador»<sup>[41]</sup>, procurou restabelecer a ordem de forma severa e repressiva. Contudo, esta postura exponenciou a violência das forças armadas e contribuiu para a disseminação das ideias republicanas.<sup>[42]</sup>

O Partido Republicano soube aproveitar o contexto de instabilidade política da monarquia constitucional para ampliar a popularidade respetiva e dilatar a base de apoiantes, principalmente entre as camadas mais desfavorecidas da população, marcadas pelo descontentamento e carência. Através de propaganda e de um discurso oportunamente ajustado à realidade nacional, os republicanos souberam explorar e utilizar como combustível o crescente mal-estar social, económico e político. Um dos temas recorrentes estava diretamente relacionado com os adiantamentos à Casa Real, embora não refletissem uma opulência expressiva por parte da família real, o luxo contrastava com a situação de pobreza de grande parte da população portuguesa, um retrato de um país profundamente desigual.

Se a situação política já se revelava complexa em 1906, piorou significativamente com a decisão de D. Carlos I

escolher João Franco para o cargo de chefe de governo. Franco, em maio de 1907, dissolveu a Câmara dos Deputados, um ato que contribuiu para o fim da monarquia portuguesa e acelerou a degradação dos alicerces do regime. As ações autoritárias do novel presidente do ministério agravaram o descontentamento geral da população que se sentia oprimida e cada vez mais empobrecida. Por seu turno, a decisão régia projetava D. Carlos I como promotor da ditadura, motivação subjacente ao Regicídio, ocorrido a 1 de fevereiro de 1908. O magnicídio apreciava-se como um prenúncio da mudança de regime,[43] o qual subsistia em torno do jovem infante D. Manuel, aclamado como D. Manuel II. Porém, a sua juventude e falta de experiência e preparação, aliada aos momentos turbulentos que o país atravessava, ditaram um reinado curto e conturbado.[44]

Em síntese, a insubordinação dos cruzadores teve uma ampla cobertura mediática, tanto por revistas ilustradas como por jornais diários. Na época, sentiu-se a necessidade de acompanhar este incidente, sendo possível observar, o receio das consequências destes acontecimentos através dos periódicos monárquicos, o que demonstra a sua importância. Este episódio obteve repercussões significativas no panorama político, o governo de Hintze de Ribeiro acabou por cair, os progressistas mostravam-se particularmente predispostos a contestar a figura do rei e as ideias republicanas tornaram-se mais populares entre a população portuguesa. A posterior chegada ao governo de João Franco protagonizou uma mudança da estrutura política nacional.

### 3 Os protagonistas e suas intenções

#### 3.1 Ideias republicanas na Marinha?

Será que podemos considerar que a Marinha, nesta época, era republicana e que este acontecimento refletia essa orientação política? Em primeiro lugar, importa compreender que, entre as forças militares, a Marinha foi a que mais rápida e efetivamente acolheu as ideias republicanas, difundidas entre os marinheiros embarcados e quantos se encontravam recolhidos no quartel. Este fenómeno poderá ser explicado pela vida de união presenciada pela guarnição embarcada, isto é, num ambiente fechado e isolado do exterior, os ideais tendem a propagar-se com maior facilidade.[45]

Outra explicação para esta particularidade reside no facto de, à época, a Marinha integrar oficiais que, na sua larga maioria, provinham de famílias de classe média urbana e sem tradição militar, ao contrário do que se observava no exército. Tal realidade resultava, por um lado, numa crescente incapacidade para cumprir

eficazmente as funções ligadas ao domínio marítimo, a esta instituição tradicionalmente atribuídas, e, por outro, na presença de oficiais com maior nível de instrução e uma consciência política tendencialmente liberal. [46] Por fim, a propaganda republicana foi particularmente bem acolhida na Marinha devido a fatores de ordem geográfica, já que a capital portuguesa, onde se localizava o quartel dos marinheiros, constituía um dos centros urbanos mais ativos de difusão das ideias republicanas.[47]

Atualmente, cogita-se sobre a possibilidade de a Revolta dos Cruzadores de 1906 assinalar o desabrochar de uma célula revolucionária no interior da armada, revelando que a essência republicana, facilmente propagada nos aglomerados urbanos e com particular incidência na capital, acabaria por apresentar repercussões nas forças armadas. Nesta insubordinação, destacou-se o papel crucial dos praças, contudo, estes não dispunham de um plano estruturado nem de objetivos previamente definidos, faltando um chefe competente para liderar a revolta, o que facilitou a neutralização do movimento. Apesar da rápida repressão, o descontentamento continuou a imperar dentro da Marinha.[48]

De acordo com as fontes analisadas, grande parte da guarnição revoltada do cruzador *D. Carlos I*, incluindo os líderes, estaria associada à carbonária.[49] A hipótese de uma ligação entre a Carbonária Portuguesa[50] e esta insubordinação ganhava consistência ao observar-se que muitos dos marinheiros insubordinados pertenciam a uma associação denominada União Naval. Esta organização, descrita por Rocha Martins como de natureza maçónica e simpatizante das ideias do Partido Republicano, poderia ser na realidade um grupo secreto que, possivelmente, alinhava-se com a luta republicana contra o regime monárquico. Embora esta agremiação não contasse com membros em comando superior ou de chefia, não significava que não ambicionasse promover uma revolução no seio da Marinha Portuguesa.[51]

A partir da revolta a bordo do cruzador *D. Carlos I* e, sobretudo, após 1907, instalou-se um claro ambiente de conspiração entre os membros da Armada, como se comprovava no relatório de Machado Santos sobre a Revolução de 5 de outubro de 1910. Em 1908, estimava-se que cerca de trinta oficiais pertenciam à Carbonária Portuguesa, número que viria a aumentar progressivamente até incluir a maioria dos praças e sargentos. Nas vésperas da instauração da República, verificou-se uma presença significativa desta organização secreta em todos os escalões da Marinha. O envolvimento desta força armada na instauração da República foi, assim, direto e determinante, destacando-se a figura do segundo-tenente Machado dos Santos[52]. Para além deste exemplo emblemático, os cruzadores

fundeados no rio Tejo e os marinheiros dos presentes no quartel da Marinha desempenharam igualmente um papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos.[53]

Não obstante o facto de muitos membros da Armada se identificarem com as ideias republicanas, tal não refletia o panorama na plenitude. Neste período, coexistiam oficiais profundamente comprometidos com o governo vigente e leais à figura do rei, monárquicos convictos que associavam o republicanismo ao incremento da desobediência dentro das fileiras. Entre estes, destacava-se o vice-almirante Ferreira do Amaral, figura de reconhecido prestígio na Marinha Portuguesa, que desempenhou um papel determinante na neutralização da revolta do cruzador *D. Carlos I*. O descontentamento manifestava-se sobretudo entre os escalões inferiores, composto por indivíduos que sentiam de forma mais direta as consequências da crise política, social e económica que o país atravessava.[54]

Em suma, não seria correto afirmar que a Marinha Portuguesa fosse inteiramente republicana durante a primeira década do século XX. Contudo, era evidente um crescente desejo de mudança a nível político e social de uma fração significativa dos integrantes. A insubordinação de 1906 poderia ser interpretada como o primeiro indício visível desse descontentamento, que, gradualmente, se intensificou e adquiriu uma dimensão mais profunda, culminando no fatídico dia 5 de outubro de 1910, data que colocou um ponto final a um longo ciclo monárquico em Portugal.[55]

### 3.2 Motivações dos insubordinados e protagonistas

De acordo com a imprensa da época, das centenas de marinheiros obrigados a recolher-se no quartel, apenas os líderes e insubordinados considerados mais devotos foram punidos. Contudo, dado que representavam um número largo de indivíduos, optei por centrar a presente análise em apenas cinco amotinados, cujas penas e percursos distintos apresentados adiante.

As penas aplicadas e a duração das sentenças variaram conforme a gravidade das ações praticadas. As punições mais comuns consistiam em pena de reclusão – a sanção mais severa prevista no sistema judicial militar, cumprida em prisão de alta segurança – e no presídio militar, com possibilidade de degredo. A pena mais pesada foi atribuída a Manuel Martins Ribeiro, condenado a vinte anos de reclusão.[56]

O facto de os marinheiros considerados pelo Conselho de Guerra como líderes da revolta terem sido sentenciados a uma das penas mais severas do sistema penal revelava a posição defensiva adotada pelo governo

face ao motim. Esta severidade punitiva sugeria a reconhecimento da importância destas revoltas e a preocupação significativa de que este motim fizesse parte de algo maior.[57]

As intenções destes homens pareciam limitar-se a uma insatisfação relacionada com as condições de trabalho, algo essencialmente corporativo. Todavia, existiam indícios de que este era sintoma de algo mais profundo. Como já referi anteriormente, ponderava-se a grande adesão da maioria dos réus à Carbonária Portuguesa, e por consequência indiciava a simpatia nutrida pelo republicanismo.[58] Todavia, esse sentimento poderia ter sido agravado pelas precárias condições de saneamento do cruzador e pelo facto do navio necessitar de grandes obras de manutenção devido ao estado de degradação. Por carta endereçada ao Comandante da Divisão Naval de Reserva, redigida pelo comandante do navio, Vasco de Carvalho, observavam-se as intervenções constantes realizadas pelo subscritor para assegurar condições adequadas à guarnição.[59] A 6 de abril de 1906, na véspera da revolta, a Secretaria da Inspeção do Arsenal da Marinha dava conta das inúmeras reparações urgentes necessárias ao cruzador *D. Carlos I* necessitava, entre as quais, a necessidade de pintura e a reparação das casas de banho, então fora de serviço.[60]

O processo judicial produzido no âmbito do julgamento dos insubordinados do cruzador *D. Carlos I* propicia informações sobre os cargos, o ano de ingresso na Armada, o número de licenças concedidas até 1906, e por fim, a sentença dos marinheiros. [61] Embora a concessão reduzida de licenças não constituísse o motivo principal do motim, também esse fundamento era alegado pelos amotinados – o livro de matrículas dos marinheiros em questão comprovava o número limitado e a curta duração das mesmas.[62]

#### 3.2.1 Albano de Oliveira

Adotando uma sequência alfabética e selecionando cinco insubordinados do cruzador *D. Carlos I* — a guarnição que preconizou a revolta de maior expressão, enquanto a do *Vasco da Gama* terá agido em solidariedade, e não por descontentamento próprio, inicia-se a análise pelo ex-aluno da Escola de Marinheiros de Bordo e, desde 1903, segundo-marinheiro, Albano de Oliveira, natural de Lagos, no Algarve, portador do número de matrícula 3665. Ingressou na Armada em 21 de julho de 1900 e contava vinte e quatro anos quando, na sequência da insubordinação do cruzador *D. Carlos I* em 8 de abril de 1906, foi julgado e declarado culpado pelo Conselho de Guerra.[63]

Durante o período em que integrou a Armada, usufruiu de oito dias de licença no princípio de 1906. Esteve

destacado duas vezes no espaço colonial, em Moçambique, onde permaneceu durante dois anos, e em Macau, durante um ano e meio. Integrou ainda a guarnição dos cruzadores *S. Gabriel*, *Adamastor* e *Vasco da Gama*. Desde 4 de setembro de 1905, encontrava-se a bordo do maior cruzador da Marinha Portuguesa, abandonando-o apenas após o recolher obrigatório ao quartel, em consequência da revolta ocorrida a bordo, em abril de 1906. Volvidos oito dias, foi transferido, com os restantes companheiros insubordinados, para a prisão de São Julião da Barra, onde aguardou o julgamento. No dia 5 de agosto do mesmo ano, foi novamente chamado ao Conselho de Guerra para responder pelo crime de “revolta”, sendo condenado a doze anos de pena de reclusão. Contudo, o desempenho respetivo não correspondia ao perfil de desobediência, à exceção de um castigo atribuído por desordem.[64]

No decurso do interrogatório, Albano relatou os acontecimentos do dia 8 de abril de 1906. Esclareceu ser o patrão do quarto escaler,[65] por essa razão, o dia fora atarefado a transportar indivíduos por entradas e saídas do navio. Finda a atividade, deslocava-se a terra com intuito de ir buscar o jantar para a guarnição e, aquando do regresso, a revolta já se encontrava em curso. Descreveu ter ouvido vozes altas e exaltadas, motivo de curiosidade. Ao chegar ao local do motim, foi-lhe solicitada a realização de mais uma viagem a terra, desta vez, para levar o tenente Marinho, o oficial de serviço nessa noite. Nesse facto residia a importância de mencionar este marinheiro, a saber, tratava-se de efetivar a expulsão do oficial do navio. Por fim, questionado sobre quem o responsável pela insubordinação, afirmou não ter resposta.[66]

### 3.2.2 Alexandre Simões dos Santos

O segundo protagonista a ser apresentado é o réu Alexandre Simões dos Santos. Mecânico, foi promovido a 2.º grumete em 1904. Nasceu na cidade do Porto e ingressou nas forças marítimas a 22 de junho de 1903, tendo-lhe sido atribuído o número de matrícula 7196. Durante os quase três anos de serviço não teve direito a nenhuma licença.[67] O tempo de serviço foi repartido entre o quartel, onde permaneceu até ingressar na escola de Torpedos, em 1904. No ano seguinte, integrou a guarnição do cruzador *D. Carlos I*, onde se manteve em missão até ser recolocado no quartel dos marinheiros, na sequência da revolta ocorrida a bordo, em 8 de abril de 1906.

Dotado de uma personalidade explosiva e rebelde, em 1905, foi alvo de castigos decorrentes de episódios de desordem, falta de respeito para com os companheiros e superiores, incumprimento de ordens e frequentes ataques de fúria. O temperamento adverso e hostil

parecia alinhar-se com o espírito insurrecional manifestado a bordo do cruzador. Tinha vinte e seis anos aquando da entrada na torre do forte de São Julião da Barra, a 25 de abril, alguns dias depois dos companheiros nesta investigação referidos. Posteriormente, a 5 de agosto, foi novamente chamado a julgamento pelo Conselho de Guerra da Marinha, tendo sido declarado culpado e sujeito a doze anos de pena de reclusão.[68]

A 27 de abril de 1906, Simões dos Santos foi interrogado acerca da insubordinação em causa. Segundo o relato respetivo, ceava quando ouviu gritos da guarnição, com referência à «escravidão» e «inquisição» a que, segundo diziam, estavam sujeitos a bordo. Chegado ao local, constatou a existência de um pequeno motim rapidamente transformado em insurreição geral. Questionado sobre quem teria ordenado o desembarque ao oficial de serviço, o tenente Marinho, declarou não saber ao certo, acrescentando apenas tratar-se de uma decisão da tripulação, por não existir uma liderança definida, mas sim um esforço coletivo. Por último, inquirido sobre as causas da revolta, deu conta das queixas quanto à severidade e aos abusos dos castigos impostos pelo comandante e pelos oficiais, concluindo o depoimento que nada tinha para acrescentar em sua defesa.[69]

### 3.2.3 Eduardo Ventura Alamilho

O marinheiro Eduardo Ventura Alamilho era conhecido entre os companheiros como “O espanhol”, uma alcunha alusiva à nacionalidade do pai, Ignacio Alamilho. Eduardo nasceu, cresceu e residiu em Lisboa. A 13 de junho de 1898, assentou praça, recebendo o número de matrícula 2922. Na véspera dos acontecimentos de 8 de abril de 1906, havia sido promovido a primeiro-marinheiro, pertencendo à 3.ª brigada.[70]

Desde o ingresso na Marinha, serviu no quartel, em diversos vapores e cruzadores, tendo estado em missão na Estação Naval de Angola, entre outubro de 1900 a junho de 1904, totalizando 1348 dias de serviço no espaço colonial. Passou a integrar a tripulação do cruzador *D. Carlos I* em setembro de 1904, onde permaneceu até receber ordem para regressar ao quartel dos marinheiros, no dia 10 de abril, dois dias após a revolta a bordo. A partir de 18 de abril de 1906, esteve detido no Forte de São Julião da Barra e, a 23 de abril, foi declarado culpado. Tinha vinte e seis anos quando, em 5 de agosto de 1906, foi julgado pelo Conselho de Guerra pelo crime de «revolta». Nesse dia, foi-lhe aplicada uma das penas mais severas do sistema militar: dezoito anos de reclusão.[71]

Durante o interrogatório, Ventura Alamilho afirmou não ter tido conhecimento prévio do motim; segundo

reportou, apercebeu-se do tumulto quando ouviu o barulho vindo da tripulação. Ao dirigir-se ao local, perguntou aos companheiros as motivações da revolta e esses replicaram com a exigência da substituição imediata do comandante. Segundo o testemunho, o tenente Teixeira Marinho, incapaz de conter os amotinados, ordenou-lhe o apaziguamento da tripulação e Alamilho recusou fazê-lo. Questionado sobre a causa da sublevação, afirmou desconhecer-la, mas acrescentou ter motivos de queixa pelos castigos aplicados; de resto, recentemente fora-lhe perdoada uma punição pelo próprio comandante. A última pergunta recaiu na autoria da rebelião, assunto no qual se declarou desconhecedor, acrescentando ainda elementos sobre a natureza do motim, a saber, coletiva, e não de um grupo restrito de marinheiros.[72]

Entre os cinco depoimentos analisados, este suscitava mais questões, pois, embora o réu tenha afirmado não ter conhecimento da insurreição nem estar descontente com a chefia do cruzador, recebeu uma pena particularmente pesada e foi identificado como um dos líderes da insubordinação. Tal discrepância poderá indicar ter faltado à verdade, sob juramento, durante o seu interrogatório, ou o tribunal ter considerado a desobediência direta a um superior e o historial subversivo como fatores agravantes da pena.

### 3.2.4 João Dias dos Santos

O cabo e segundo marinheiro João Dias dos Santos, natural do Funchal, na ilha da Madeira, iniciou atividade na Armada a 10 de dezembro de 1900. Ao serviço durante quase cinco anos e meio de serviço, nunca teve direito a licença. Estava matriculado com o número 4419 do Corpo de Marinheiros da Armada e, nos anos anteriores à insubordinação ocorrida a bordo do cruzador *D. Carlos I*, não recebeu castigos significativos.[73]

Serviu em diversas embarcações, entre as quais os cruzadores *Vasco da Gama* e o *D. Carlos I*, tendo estado destacado em Macau em 1904 e 1905. Regressou, em dezembro de 1905, ao maior cruzador da Armada, onde permaneceu até 10 de abril de 1906, data em que recolheu, por ordem superior, ao quartel de marinheiros em Alcântara. Dias depois, foi conduzido à prisão de São Julião da Barra, interrogado e declarado culpado em 23 de abril. A 5 de agosto de 1906, o Conselho de Guerra considerou-o responsável pelo crime de “revolta”. Com vinte e seis anos, recebeu uma pena de seis anos de presídio militar ou, em alternativa, de degredo, tendo o réu optado pela segunda punição.[74]

No depoimento, João Dias dos Santos afirmou ter-se recolhido, após ter jantado cedo. Perante o barulho oriundo do convés inferior, decidiu verificar as causas do

mesmo e foi informado pelos companheiros, de que o tenente e oficial de serviço, Teixeira Marinho, se retirara para terra. O réu nunca mencionou nomes específicos dos companheiros, referindo-se sempre ao coletivo. Questionado sobre quem comandava o motim, afirmou, à semelhança dos restantes culpados, não ter conhecimento, por fim, declarou que não tinha mais nada a dizer.[75]

### 3.2.5 Tancredo Jorge Barros e Vasconcellos

Por último, temos o réu mais jovem, Tancredo Jorge Barros e Vasconcellos, o aprendiz de serralheiro e primeiro artilheiro desde o início de 1906. Nascido em Lisboa, ingressou na Marinha, como voluntário, em 27 de março de 1901, ano em que completou dezasseis anos, tendo obtido o número de matrícula 4570. Durante os cinco anos de serviço, usufruiu três curtas licenças, nos anos de 1902, 1904 e 1906. Nesse período ficou sujeito a duas infrações, ambas ocorridas em 1903.[76]

Os anos de serviço foram caracterizados pela alternância entre o Quartel dos Marinheiros e o embarque em cruzadores e outras embarcações. Fez parte da guarnição do *D. Carlos I* entre 21 de julho de 1904 a 10 de abril de 1906, data em que recebeu a diretiz de regresso ao quartel, na sequência do motim ocorrido a bordo. Contava vinte e um anos quando foi enviado para a prisão de S. Julião da Barra, e, no princípio de agosto, foi declarado culpado do crime de “revolta”, recebendo uma pena de seis anos de presídio militar, com a alternativa de degredo pela mesma duração. À semelhança do companheiro, João Dias dos Santos, optou por cumprir os seis anos de degredo.[77]

A 27 de abril de 1906, o jovem marinheiro foi interrogado no Forte de São Julião da Barra. Segundo o depoimento, recolheu-se mais cedo, um facto do conhecimento do oficial de serviço, devido a uma forte dor de dentes. Acordou com as palavras de ordem proferidas pela guarnição e dirigiu-se ao local, onde se deparou com um número elevado de praças a obrigar o tenente Teixeira Marinho a desembarcar. Questionado sobre quem teria iniciado a insubordinação e ordenado o desembarque do tenente, respondeu, à semelhança dos camaradas, desconhecer, acreditando tratar-se de um esforço da guarnição enquanto grupo.[78]

Em conclusão, os depoimentos dos cinco réus apresentaram semelhanças notáveis, reveladoras da união e solidariedade entre a guarnição revoltada. Todos refutavam individualmente a responsabilidade, contudo evidenciavam um forte sentido de lealdade para com os companheiros, evitando nomear um responsável. Assim, elegiam a guarnição enquanto protagonista coletiva de uma revolta sintomática do profundo descontentamento

generalizado no seio da Marinha.

## Considerações Finais

---

A Revolta dos Cruzadores, mesmo escassamente conhecida, desempenhou um papel indireto, mas crucial na implantação da República, dadas as repercussões notavelmente prejudiciais para o governo vigente e para a Casa Real. Este acontecimento teve consequências para o executivo já fragilizado, num período de crise política, social e económica a nível nacional, inserido num panorama internacional de agitação insurrecional. A pobreza assolava parte significativa da população, um fator aproveitado pelo Partido Republicano para propagandear o republicanismo.

As motivações determinantes da insubordinação persistem não totalmente evidentes; contudo, conforme os testemunhos, as causas extravasavam o

descontentamento relacionado com a severidade da disciplina imposta a bordo. Existem indícios de que o episódio possa também estar associado às precárias condições de higiene e saneamento do navio.

Por fim, a importância da insubordinação ocorrida nos cruzadores *D. Carlos I* e *Vasco da Gama* manifesta-se através de uma ampla cobertura mediática, tanto em revistas ilustradas como nos jornais diários. À época, sentiu-se uma evidente necessidade de acompanhar de perto o desenrolar do incidente. Os periódicos monárquicos revelaram um claro receio quanto às possíveis consequências deste acontecimento e aos seus eventuais impactos políticos.



---

\* Este texto faz parte da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes.

\*\* Mestranda em História na especialidade de História Contemporânea, na Faculdade de Letras da ULisboa, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes. Email: [catarinasilva6@edu.ulisboa.pt](mailto:catarinasilva6@edu.ulisboa.pt) ORCID: 0009-0005-8913-7402

---

[1] Rocha Martins, *João Franco e o seu tempo*, Lisboa: F.J.R. Martins, 1925, pp. 35-39.

[2] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta do cruzador D. Carlos I (1906): uma marinha republicana?”, in *Política, diplomática, militar e social do reinado de D. Carlos no centenário da sua morte: actas*, XVIII Colóquio de História Militar, Lisboa, 3-6 de novembro de 2008, pp. 173-188.

[3] Luiz Enrique Vieira Souza, *A recepção alemã à Revolução Russa de 1905*, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012, p. 47.

[4] Stanley G. Payne, *Civil War in Europe, 1905-1949*, University of Wisconsin: Cambridge University Press, 2012, p. 17.

[5] António Louçã, “1905: ensaio geral para um século de revoluções”, *Revista Combate*, edição de outono, 2005. Em linha: <https://combate.info/1905-ensaio-geral-para-um-seculo-de-revolucoes/>. Consultado em 6 de outubro de 2025.

[6] O “Mapa Cor-de-rosa” consistiu num projeto português cujo objetivo era a aquisição do território situado entre as colónias de Angola e Moçambique. No entanto, a contestação por parte do Reino Unido, levou Portugal, em 1899, a desistir do projeto, de modo a evitar conflitos diplomáticos com o seu mais antigo aliado. Todavia, esta desistência moldou a perceção do recém aclamado D. Carlos I, que aos olhos do povo do português passou a ser considerado um monarca fraco. Este evento pode ser interpretado como início do declínio da monarquia constitucional. **[Museu Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Conferência de Berlim”, Portal Diplomático, em linha: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim> consultado em 20 de**

## setembro de 2025.]

[7] A Conferência de Berlim realizou-se entre 1884 e 1885, contando com a presença de catorze países. Esta conferência, convocada pela Alemanha, surgiu num contexto marcado pelo crescente interesse dos países europeias pelo continente africano. O seu principal objetivo era a divisão de África entre estas potências internacionais, estabelecendo fronteiras com o intuito de evitar conflitos. [Museu Diplomático..., consultado em 20 de setembro de 2025.]

[8] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 174-175.

[9] Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça, “Os últimos dias da monarquia em Portugal”, *Revista de História*, vol. 13, 1995, pp. 179-194.

[10] Stanley G. Payne, *Civil ...*, pp. 8-9.

[11] Manuel de Sampaio Pimentel Azevedo Graça, “Os últimos ...”, p. 182.

[12] O maior e um dos mais importantes cruzadores da história da Marinha Portuguesa chegou a Lisboa em meados de 1899. Proveniente do estaleiro britânico de Elswick, pertencente à firma *Armstrong de Newcastle-on-Tyne*, era considerado tecnologicamente desenvolvido no início do século XX. À sua chegada à capital portuguesa foi batizado com o nome do recém aclamado D. Carlos I, todavia, após a instauração da Primeira República Portuguesa em 1910 o navio foi rebatizado, passando a designar-se cruzador *Almirante Reis*. [“O Cruzador «D. Carlos I» e «Almirante Reis» – A propósito do seu Centenário”, *Revista da Armada*, 1999. Em linha:

[https://www.marinha.pt/conteudos\\_externos/Revista\\_Armada/1999/#p=1](https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/1999/#p=1). Consultado em 25 de setembro de 2025.]

[13] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI: A revolta do cruzador «D. Carlos»”, *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa*, fasc. 6, 1903-1918, p. 161.

[14] José Rodrigues da Cruz, “Grave insubordinação”, *Jornal de Notícias*, ano 19, n.º [desconhecido], 10 de abril de 1906, p. 2.

[15] Arquivo Histórico da Marinha, *Registo do Serviço Diário Fundeado, do cruzador «D. Carlos I» de 1905-1906*, livro 8, fl. 177.

[16] José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 29.

[17] José Medeiros Ferreira, *O comportamento...*, p. 29.

[18] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 173-175.

[19] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 173-175.

[20] José Rodrigues da Cruz, “Grave ...”, p. 2.

[21] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI ...”, p. 161.

[22] Carlos Malheiro Dias, “Insubordinação a bordo do cruzador «D. Carlos»”, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, n.º 8, 16 de abril de 1906, pp. 225 e 226.

[23] Carlos Malheiro Dias, “Insubordinação...”, pp. 225 e 226.

[24] José Rodrigues da Cruz, “Grave ...”, p. 2.

[25] José Rodrigues da Cruz, “Grave insubordinação”, *Jornal de Notícias*, ano 19, n.º [desconhecido], 12 de abril de 1906, p. 2.

[26] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI ...”, p. 161.

[27] O cruzador *Vasco da Gama*, tal como o *D. Carlos*, foi construído num estaleiro inglês e fez a sua estreia no rio Tejo, em Lisboa, no ano de 1875. O evento mais marcante da sua história ocorreu na madrugada do dia 14 de abril de 1906, quando se desencadeou a insubordinação a bordo. [“Navios da República: O Cruzador «Vasco da Gama»”, *Revista da Armada*, 2010, p. 35.]

[28] “Navios ...”, p. 35.

[29] Lima, Magalhães, “O caso do «Vasco da Gama»”, *Vanguarda: Diário republicano independente*, ano 11, v. 3, n.º 386, 1906, p. 2.

[30] Lisboa, Arquivo Histórico da Marinha (AHM), *Vasco da Gama 1906-1918: correspondência confidencial*, n.º 1, fl. 2.

[31] Lisboa, AHM, *Processo da Revolta do cruzador «Vasco da Gama»*, Processo n.º 475 do Conselho de Guerra da Marinha, 1906, p. 21.

[32] Carqueja, B., “A insubordinação”, *O Commercio do Porto*, n.º 92, 19 de abril de 1906, pp. 1-2.

[33] Joshua Benoliel e Rocha Martins, “Capítulo VI ...”, p. 162.

[34] Carmen Cavaco, “Analfabetismo em Portugal – os dados estatísticos, as políticas públicas e os analfabetos”, *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, n.º 2, Lisboa, 2018, p. 22.

[35] Rosângela de Jesus Silva, “Caricatura e imprensa ilustrada: registros em imagens”, in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011, p. 4. Em linha:

[https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300655718\\_ARQUIVO\\_textoanpuhCaricaturaeimprensailustrada1503.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300655718_ARQUIVO_textoanpuhCaricaturaeimprensailustrada1503.pdf), consultado em 28 de setembro de 2025.

- [36] Agostinho de Campos, “À última hora: uma insubordinação”, *Diário Ilustrado*, v. 11, nº 886, 1906, p. 1.
- [37] Agostinho de Campos, “Insubordinação da Armada”, *Diário Ilustrado*, v. 11, nº 887, 15 de abril de 1906, p. 1.
- [38] Agostinho de Campos, “Insubordinação...”, p. 1.
- [39] Agostinho de Campos, “Echos”, *Diário Ilustrado*, v. 11, nº 888, 17 de abril de 1906, p. 1.
- [40] Diogo Macedo Motta, “Insubordinações na armada”, *A Voz Publica*, nº 948, 17 de abril de 1906, p. 1.
- [41] Apesar de o seu período de governo ser frequentemente denominado de ditadura, João Franco não pode ser equiparado aos ditadores que surgiram na Europa durante a década de 1930. Era considerado ditador devido à concentração de poderes nas suas mãos, tendo como objetivo resgatar a monarquia da situação precária em que se encontrava.
- [42] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [43] Museu de Lisboa, “O regicídio de 1908 na Rua do Arsenal foi há 113 anos”, *Palácio da Pimenta*, 1 de fevereiro de 2021. Em linha:  
<https://www.museudelisboa.pt/pt/acontece/noticias/o-regicidio-de-1908-na-rua-do-arsenal-foi-ha-113-anos>.  
 Consultado em 2 de outubro de 2025.
- [44] Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça, “Os últimos ...”, 183-185.
- [45] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 184.
- [46] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 184.
- [47] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 184.
- [48] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 182.
- [49] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 182.
- [50] As Carbonárias eram organizações secretas de inspiração revolucionária, que no caso da Carbonária Portuguesa, tinha como objetivo central derrubar o sistema político em vigência, isto é, a monarquia constitucional.
- [51] Rocha Martins, *João ...*, p. 38.
- [52] António Maria Machado dos Santos foi um oficial da Marinha e, posteriormente, uma figura política de grande relevância após a instauração da República Portuguesa. Pertenceu à Carbonária Portuguesa, e iniciou-se na maçonaria em 1909. Antes da vitória republicana de 5 de outubro de 1910, Machado dos Santos já havia participado de diversos movimentos de oposição ao regime monárquico, entre os quais se destaca a tentativa de Golpe de Estado de 28 de janeiro de 1908. [“Sinopse Final Livro”, *Parlamento de Portugal – Documentos XII Legislatura*, novembro de 2013. Em linha: [https://www.parlamento.pt/Documents/XIIIEG/Novembro\\_2013/SinopseFinalLivro.pdf](https://www.parlamento.pt/Documents/XIIIEG/Novembro_2013/SinopseFinalLivro.pdf). Consultado em 9 de outubro de 2025]
- [53] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [54] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [55] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, p. 185.
- [56] Augusto Castilho, Jayme Victor e Lorjó Tavares, “A insubordinação do «D. Carlos»”, *Brasil-Portugal: Revista quinzenal ilustrada*, ano 8, nº 183, 1 de setembro de 1906. p. 234.
- [57] Lisboa, AHM, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, Processo n.º 472 do Conselho de Guerra da Marinha, 7 de setembro de 1906.
- [58] Carlos Manuel Batista Valentim, “A revolta ...”, pp. 183-184.
- [59] Lisboa, AHM, Documentação avulsa, Correspondência expedida, cx. 603, 1905-1907, Carta endereçada ao Comandante da Divisão Naval de Reserva, 15 de abril de 1906.
- [60] Lisboa, AHM, Documentação avulsa, Relatório, cx. 603, 1905-1907, Relatório da Secretaria da Inspeção do Arsenal da Marinha, 6 de abril de 1906.
- [61] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. n.º 472, fl. 140.
- [62] Lisboa, **AHM**, Livros de matrículas, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [63] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 3665, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [64] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 3665, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [65] Um praça responsável pela condução de uma embarcação de pequenas dimensões, designada como escalor, utilizada nas manobras de embarque e desembarque do navio.
- [66] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. n.º 472, fls. 66-67.
- [67] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 7196, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [68] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 7196.
- [69] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. n.º 472, fls. 76-78.
- [70] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 2922, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [71] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 2922.
- [72] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. 472, fls. 70-75.

- [73] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 4419, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [74] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 4419.
- [75] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. 472, fls. 67-68.
- [76] Lisboa, **AHM**, Livro de matrícula n.º 4570, Corpo de Marinheiros da Armada.
- [77] Lisboa, **AHM**, Liv. de matrícula n.º 4570.
- [78] Lisboa, **AHM**, *Processo da Revolta do cruzador «D. Carlos I»*, proc. 472, fls. 63-64.



# A I República Portuguesa e a Nova Europa: percepções e entendimentos (1919-1926) \*

Paulo Cracel \*\*

## Apresentação do tema

---

Com o advento do armistício, ainda antes do início da Conferência de Paz, em 18 de janeiro de 1919, o sentimento de autodeterminação animou os espíritos de vários dirigentes partidários e populações em geral num movimento que acabaria por redesenhar os mapas da velha Europa imperial. A cedência do Império Russo antes do término das hostilidades deu origem ao estímulo nacional no Báltico; já o desabamento dos Impérios Centrais proporcionou a emergência de novos estados e a redefinição dos estados herdeiros do império. Em sentido contrário, no sudoeste europeu, a federalização do território dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, agrupou uma irmandade de povos, embebida no tónico pan-eslávico.

A esta nova configuração continental assistiu uma lógica de reformatação das relações internacionais europeias,

sedeada num novel entendimento quanto às necessidades do pós-guerra e articulada numa complexa rede de interesses, cedências e percepções. A projeção do interesse nacional na política externa tenderá a assimilar esta realidade compósita, num período marcado pela carestia da vida e pela instabilidade política.

No quadro internacional, o caso português destacava-se pela especial importância que o novo momento das relações diplomáticas significava na condução da política externa. Na Europa de novas repúblicas, afigurar-se-á de magna importância a procura de um contexto de amizade republicana, procurando contrastar com a exigência vivida nos anos subsequentes à implantação da república.

Neste trabalho tentaremos perceber de que forma foi

percecionada a abertura desta nova Europa pela elite portuguesa, como se entabularam entendimentos com a nova ideia continental, quais as oportunidades aproveitadas e quais os falhanços apontados. Por via da consulta bibliográfica e da pesquisa no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, procuraremos recolher e interpretar informações que nos permitam trazer uma nova luz aos eixos programáticos da política portuguesa estudados e difundidos pela historiografia portuguesa.



Figura 1 - Palácio das Necessidades (c. 1910). Paulo Guedes, Lisboa de Antigamente.



## Contextualização

No final da década de 10, do século XX, Portugal encontrava-se numa posição delicada, pejada de problemas estruturais, endemicamente pobre, em busca de revigorar a indústria nascente e de um lugar relevante junto das potências europeias. Neste sentido abordaremos o estado da arte quanto ao contexto republicano até ao início da I Guerra Mundial em dois níveis fundamentais: o estado da política interna e a política externa.

No plano da política interna, observe-se, desde logo, a implantação da república em 5 de outubro de 1910 não foi o catalisador da mudança desejada. À estagnação económica dos primeiros anos do século XX somava-se, do ponto de vista financeiro, um “crónico défice das contas públicas, uma elevada dívida, cujo serviço pesava significativamente nos encargos do Estado português, uma reduzida elasticidade das receitas e a incapacidade de recurso ao endividamento externo para o financiamento do Estado”[1], a qual se manteve no Portugal republicano “subdesenvolvido”[2], com “5,5 milhões de habitantes, pobre, rural e esmagadoramente analfabeto (78% em 1900)”[3]. Perante este retrato, não causava surpresa que a política externa do regime republicano tenha sido, em grande parte, “marcada pelas necessidades financeiras do Estado português”[4].

Com a introdução do escudo, como unidade monetária, surgia a “mudança mais significativa”[5] no âmbito monetário, enquanto elemento de uma reforma do sistema, “baseado num câmbio fixo entre o escudo e o ouro, em que o escudo corresponderia a 1,626 gramas de ouro, lado a lado com um sistema monetário corrente, baseado numa desvalorização de 15 por cento face àquele

sistema monetário convencionado ou ideal”[6]. Nesse âmbito, “a dívida externa totalizava cerca de 44 milhões de libras”[7], com capitais alocados ao exterior no valor estimados entre “39 e 40 milhões de libras antes da Grande Guerra”[8]; tal constituía um entrave ao crescimento industrial – o qual podia caracterizado como “tradicional e pouco diversificado, dominado pelos sectores têxtil e alimentar – devendo salientar-se a importância e o significado da indústria química (essencialmente resinosos e adubos)”[9] e, de resto, subjugado à importância da agricultura que, segundo a mesma fonte, absorvia mais de 60% da força de trabalho. Os movimentos erráticos de capitais também influenciaram a balança de pagamentos, que “registava dificuldades”[10], consubstanciando um elemento estrutural do país, “que não conseguia gerar taxas de poupança interna suficientes para o desenvolvimento do país e para sustentar a actividade do Estado”[11]. Em 1913, Afonso Costa, então presidente do executivo, promoveu uma tentativa de equilíbrio do défice, “privilegiando o saneamento financeiro como pressuposto indispensável à conquista da confiança dos principais agentes económicos, travando a sangria de capitais e redireccionando-os no sentido do investimento nacional”[12]. No entanto, em vésperas de 1914, “Portugal continuava a ser um dos países menos industrializados da Europa, com um produto industrial ao nível de metade do agrícola e um quantitativo de mão-de-obra equivalente a um terço da população activa rural e um elevado grau de dependência externa. Entre outros factores, mantinha-se o quadro redutor de um mercado interno sem dimensão e sem expressão”[13].

Fundamentalmente, o regime republicano herdou uma

situação complexa a nível nacional, resumida por Hipólito de la Torre Gómez nos seguintes termos: “A ideia de que Portugal era ‘o doente do Ocidente’ exprime bem a associação que se estabelecia entre a crise interna e a «dissolução nacional». Não há dúvida de que a alteração de regime tinha acentuado a um nível muito elevado a vulnerabilidade do país.”[14]

A demografia portuguesa e os ritmos de variação constituíam-se como um reflexo da instabilidade política, sobretudo no que concerne aos movimentos migratórios. A vaga migratória de 1911-1913, constituía, em conjunto com o advento da Grande Guerra e do fenómeno epidémico subsequente, como as grandes causas do deficitário crescimento populacional de 0,1% dessa década[15]. A emigração atingiu nesse lapso temporal a marca de 3,7% da população nacional, num movimento de natureza transnacional, motivado pela prosperidade do continente americano e pela dificuldade em “trepar na escada difícil da sociedade liberal europeia, super-povoada, moldada ainda em formas quase feudais”[16]. Tal visão coincidia com a defendida por David Pereira, a propósito da comunidade agrícola, à qual correspondia “diferentes modos de produção, desde os exemplos de produção comunitária prevalentes em Trás-os-Montes, passando pelos resquícios do feudalismo, pela produção do pequeno proprietário subordinada através do mercado à economia capitalista, até à moderna produção capitalista”[17].

Todavia, para além das dificuldades apresentadas e da carestia da vida, o elemento predominante no estudo do período da I República consistia na particular instabilidade do sistema político. Essa foi a característica determinante do regime, o qual contou com “sete eleições gerais para o parlamento, oito para a presidência da República e quarenta e cinco ministérios”[18]. Revelou-se difícil aos sucessivos executivos manter uma linha governativa coesa e eficaz no combate aos problemas estruturais do país, fundamento para a agudização das tensões, para o clima de constante belicosidade e crise social, ressaltando que “a República não criou mecanismos para a melhor resolução de conflitos internos”[19]. Se, por um lado, as elites intelectuais se mostravam descontentes, procurando “modernização económica e social, libertação da tutela estrangeira, democratização política interna através da extensão do sistema escolar, da universalização do sufrágio, da descentralização administrativa e do combate à excessiva influência da Igreja na sociedade, defesa e valorização do património colonial africano”[20], por outro, persistia uma franja demográfica, urbana e rural, em estado de indigência “e que constituíam o alvo prioritário da assistência pública gizada oficialmente [...] e que pelos números do Censo de 1911 ascendiam a 122 404 portugueses

presumivelmente num estado de despojamento material bastante acentuado e sobrevivendo à custa de instituições como os asilos, os albergues noturnos, os balneários públicos, as cozinhas económicas e as sopas de caridade, entre outras”[21].

Ao nível da política externa, o panorama não se afigurava de melhores horizontes. A procura do reconhecimento internacional, a necessidade de manutenção das colónias, o sempre presente “perigo espanhol”, a experiência de uma aliança quase opressiva e a tentativa de quebrar o isolamento diplomático delimitaram as prioridades dos políticos e diplomatas portugueses nos primeiros anos do regime. Nem todas estas questões eram subsidiárias da proclamação do regime republicano, porém, foram exponenciadas na sequência da queda da monarquia portuguesa.

Um dos principais fatores de rutura com a política externa monárquica, servindo como um dos poucos exemplos de uma cisão com a linha de negócios estrangeiros do antigo regime, surgia com o corte de relações com o Vaticano. Alimentado pela fúria anticlerical de Afonso Costa, anunciava reiteradamente “que o catolicismo em Portugal tinha um fim à vista no médio prazo”[22]; as tensões entre os representantes católicos e o novo regime avolumaram-se ao ponto de rutura de relações ser assumida. Ainda assim, emergiam duas interpretações sobre a retirada do Núncio Tonti, no rescaldo do 5 de outubro. Soares Martínez admitia que a ausência do representante católico, a par com o clima de hostilidade, tornou “inevitável”[23] a rutura, Bruno Cardoso Reis adotou a tese que tal ação não indicou claramente essa vontade da Santa Sé, podendo ser considerada como uma atitude protestatária face “a várias medidas laicizadoras tomadas pelos republicanos mal assumiram o poder, e em particular pela forma violenta e humilhante como os revolucionários detiveram e forçaram ao exílio todos os padres e freiras das ordens religiosas”, sendo “revelador desta atitude expectante da diplomacia papal, até para além do que poderia parecer razoável, o facto de, entre 1910-1918, durante todo o período de ruptura de facto de relações diplomáticas, ter continuado a manter-se no Anuário Pontifício menção à embaixada portuguesa junto do Papado”[24]. As relações viriam a ser alvo de sucessivas tentativas de normalização anos mais tarde, no contexto da Grande Guerra, refletindo, aliás, “uma tendência geral na Europa para a valorização do papel das religiões na manutenção do moral das tropas e das populações no contexto de uma guerra total”[25].

Todavia, sublinhe-se, a ação diplomática do regime foi precedida pelas missões republicanistas, numa tentativa de recolha de apoios à causa, num movimento de propaganda contra a monarquia, no qual a ideia do

Partido Republicano para a política externa era ainda incipiente[26]. O resultado destas missões criou na elite republicana uma necessidade de temperamento das expectativas, uma vez que no espectro internacional dos começos do século, a Monarquia portuguesa beneficiava da “solidez aparente das suas instituições, da popularidade e capacidade do seu monarca, da tolerância dos seus governos e da aceitação fácil de capitais e influências estrangeiras”[27].

E se, *de facto* e *de jure*, o reconhecimento do novo regime surgiu, as relações entre os aliados não podiam ser descritas como calorosas. Como exemplos do afastamento luso-inglês, Rui Ramos demonstrava que “Inglaterra nunca tratou bem a pequena República Portuguesa”<sup>28</sup>. Em setembro de 1913, Manuel Teixeira Gomes, o representante de Portugal em Londres, “implorou o envio de um navio da marinha britânica a Lisboa, “por mais pequeno que fosse”. Havia três anos que os ingleses ostensivamente evitavam o Tejo. Até o festival equestre de Lisboa, em maio, tinha sido boicotado por Londres. No fim de junho, Afonso Costa, presidente do Ministério, tentou ser recebido em Londres, mas o Foreign Office desaconselhou a deslocação. O marquês de Soveral mantinha, nas recepções da Corte, o lugar devido a Teixeira Gomes”[28].

Também Soares Martínez apontava esta questão, notando que “não se encontram elementos consistentes que permitam sustentar um interesse britânico na implantação da República em Portugal”[29], aludindo à dupla face das intenções inglesas face a Portugal: “À política de Londres interessaria que Portugal fosse suficientemente débil para tolerar o poder britânico, mas não tão débil que as suas importantes parcelas repartidas pelo Mundo ficassem expostas a ambições hostis à Inglaterra”[30]. Do lado português, relevamos a existência de um sentimento de desconfiança face a Inglaterra; afinal, a “aliança luso-britânica esconderia a integração portuguesa na teia de relações de subordinação do imperialismo inglês. O somatório de humilhações para o orgulho pátrio não cessava de crescer. O *Ultimatum* de 1890 foi, deste ponto de vista, particularmente significativo”[31]. Assim, os primeiros momentos da relação luso-inglesa caracterizaram-se pela convivência forçada entre governos, mais por pragmatismo do que por afinidade. Esta estagnação nas relações luso-inglesas perdurou enquanto o clima bélico aumentava de tom na Europa e a lógica de atuação portuguesa baseou-se num entendimento que o “estabelecimento de compromissos internacionais era um dado imprescindível para a estabilização da República Portuguesa, que carecia dos meios diplomáticos e militares ideais para actuar num contexto geopolítico adverso.”[32]. Sidónio Pais, diplomata em

Berlim, reiterava a importância de “tirar à aliança (inglesa) o carácter de um protectorado, não somente indecoroso, mas incerto”[33].

A essa incerteza somavam-se os medos fronteiriços, no que haveria de ser denominado como “perigo espanhol”. A natureza diversa deste perigo acirrava o clima de tensão. Receava-se uma ingerência direta na soberania portuguesa, a qual Afonso XIII parecia favorecer – dependente do beneplácito do *Foreign Office* –; de resto, a assimilação portuguesa no reino espanhol configurava a fórmula de cessar a instabilidade portuguesa sempre presente e ameaçadora aos interesses britânicos e espanhóis. Por outro lado, os ideais federais permaneceram constantes na consciência política portuguesa, albergando esperanças de uma união iberista, “através do federalismo ibérico preconizado pelos republicanos, tanto espanhóis como portugueses”[34].

O território colonial, alvo de disputa reiterada, constituía um foco de tensão geopolítico, com base “numa pretensa anarquização da vida e da política portuguesas”[35]. A dimensão ultramarina foi incorporada pelos republicanos portugueses como salvaguarda da soberania e da existência do Estado português, numa tese transversal ao período ditatorial. O desvio da importância geoestratégica das metrópoles ibéricas e dos territórios ultramarinos respetivos no sentido dos interesses espanhóis “ameaçava seriamente os interesses nacionais portugueses nas vésperas da Primeira Guerra”[36]. Assim, a política externa portuguesa dos finais do século XIX e princípio do século XX evidenciou um vigor partilhado, assente no cruzamento dos “interesses e objetivos portugueses em duas áreas regionais: as colónias e a Europa”[37].

De um ponto de vista prático e de proximidade funcional, a atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) pontuou pelo refreamento observável no início da política externa da I República. Enfatize-se, porém, o processo de renovação do pessoal diplomático, fruto de “uma vaga de demissões, e continuou com uma espécie de purgas mitigadas e seletivas, acompanhadas da nomeação de novos diplomatas de confiança política”[38]. Ressalve-se que “proporcionalmente, em nenhuma outra carreira houve tão elevado número de pedidos de exoneração”[39]. No entanto, segundo Nuno Severiano Teixeira, “não há diferenças de género, uma vez que a carreira diplomática é reservada aos homens. Não há diferenças significativas de natureza geográfica, já que em ambos os regimes os agentes são maioritariamente de origem urbana. Não há diferenças significativas na formação académica superior (78 por cento na Monarquia, 82 por cento na República). Não há diferenças significativas na área de formação,

sempre com a predominância do Direito (38 por cento na Monarquia, 33,3 por cento na República), a que se seguem as Humanidades (24 por cento na Monarquia, 15,4 por cento na República)[40]. E, finalmente, em ambos os regimes, os diplomatas formaram-se maioritariamente na Universidade de Coimbra (46 por cento na Monarquia, 30,8 por cento na República). Significa isto que, sob o ruído de superfície que constituiu a ruptura política da elite ministerial e a ruptura social da elite diplomática, existiam, de facto, no silêncio da profundidade, elementos de continuidade entre as elites responsáveis pela política externa portuguesa”[41], dados confirmados pela ideia de que a “maior parte dos funcionários de nível inferior ao de ministro, que ingressaram no Ministério dos Negócios Estrangeiros logo a seguir à implantação da República, ficaram na Secretaria de Estado, ou foram destinados a postos consulares”[42].

O próprio José Relvas, figura grada do regime e do próprio ideário republicano, mencionava, a este propósito, que nos “Ministérios só os ministros eram novos; todo o pessoal das secretarias era o mesmo que a Monarquia ali deixara”, nomeadamente como “no Ministério dos Estrangeiros não chegou a fazer-se substituição dos funcionários superiores. Ainda hoje são os mesmos que serviam o antigo regime!”[43]. No entanto, apesar da colocação de distinguidos dirigentes republicanos nas capitais europeias e do continente americano, a relação entre os Ministros portugueses no estrangeiro e o governo de Lisboa era intrincada. Numa posição que não merece consenso, onde Miguel Nunes Ramalho surge como exemplo de uma posição contrária[44], Soares Martínez refere que “ninguém fazia caso dos nossos chefes de missão. Nem de Teixeira Gomes, em Londres; nem de Sidónio Pais, que se achava em Berlim desde Agosto de 1912, sem relações estreitas com os meios influentes na Alemanha, quase sem contactos valiosos, e que nem se terá apercebido amplamente do que se passava na chancelaria alemã, que tanto interessava a Portugal.” O autor concluía ainda que em Lisboa reinava a inação, motivo pelo qual não “os terá encarregado de quaisquer diligências sobre a questão. E possivelmente, dado o estado das coisas, nem valeria a pena fazê-lo”[45]. No cômputo geral, à prometida revolução de fora para dentro assistiu uma onda de substituições dos funcionários de nível superior no MNE, mantendo um fluxo de continuidade “de longa duração de um modelo de política externa que só a Democracia virá mudar”[46].

Por último, destaque-se a relação luso-brasileira no dealbar do regime republicano. Daqui resultou o primeiro reconhecimento internacional do regime português, facto tributário da vontade brasileira em manter com a Europa, por via do entendimento com

Portugal, uma via estreita de diálogo e de projeção. A moção aprovada no Senado brasileiro, no dia seguinte à revolução republicana não deixou, porém, de suscitar “uma compreensão imprecisa” dos dirigentes portugueses face à predisposição brasileira quanto ao compromisso despendido na relação bilateral[47]. Especialmente porque ser sobrevalorizada a importância dessa relação face ao real interesse brasileiro, uma vez que “a agenda diplomática brasileira não atribuía a Portugal a mesma importância que Lisboa atribuía ao Rio de Janeiro”[48]. No entanto, evidenciava-se um denominador comum a ambas as repúblicas, plasmado na necessidade de diversificação do perímetro diplomático. No caso português, a superação do isolamento e, do lado brasileiro, para o robustecimento da capacidade económica e de comércio no mundo, dotando-a de capacidade transatlântica, de forma a extravasar a dimensão regional. “Neste contexto [...] se deve compreender a importância atribuída por Lisboa às relações com o Rio de Janeiro”[49]. A entrada na Grande Guerra serviu como uma tentativa a ambos os regimes de encontrarem uma plataforma de apoio aos desígnios, pese embora os resultados se tenham situado aquém das expectativas. Em face do exposto, o destaque das relações entre Portugal e Brasil apreciava-se pelos paralelismos, mas também pelas ruturas, inerentes a esta ligação a qual concebida através do vínculo entre as nações, prestou-se a equívocos e obstáculos diplomáticos.

Nuno Severiano Teixeira resumia a situação internacional do regime português, no início da Grande Guerra, da seguinte forma: “Em suma, no início da Primeira Guerra Mundial, era esta a situação internacional da República: ameaçada no continente pela Espanha, ameaçada nas colónias pela Alemanha e vulnerabilizada nos dois cenários pela política de transigência inglesa em relação à Espanha na questão peninsular e em relação à Alemanha na questão colonial”[50]. Complemente-se com referência às ações portuguesas e propósitos, descritos por Hipólito de la Torres Gómez: “Numa palavra, a beligerância constituía a grande oportunidade histórica para derrotar de uma vez por todas a Espanha, tendo, portanto, um claro objectivo anti-espanhol. Era também a ocasião ideal para assegurar e dignificar a aliança inglesa, o que tinha, apesar disso, uma paradoxal marca anti-britânica, uma vez que a suspeita Inglaterra não se queria resignar a deixar-se comprometer pelo pretendido credor português”[51].

Na historiografia portuguesa avulta o estudo das grandes linhas de relacionamento diplomático, i.e., o estudo das relações luso-inglesas de forma isolada; aprecia-se ainda a investigação das relações luso-espanholas e entre Portugal e a Santa Sé; e, de forma complementar, a

análise das relações luso-brasileiras e do multilateralismo na Sociedade das Nações. Este grupo de eixos configuram o pilar central do estudo da diplomacia

portuguesa durante o período republicano e encerram o Estado da Arte sobre as relações internacionais portuguesas para esse espaço temporal.

## O pós-guerra na diplomacia portuguesa

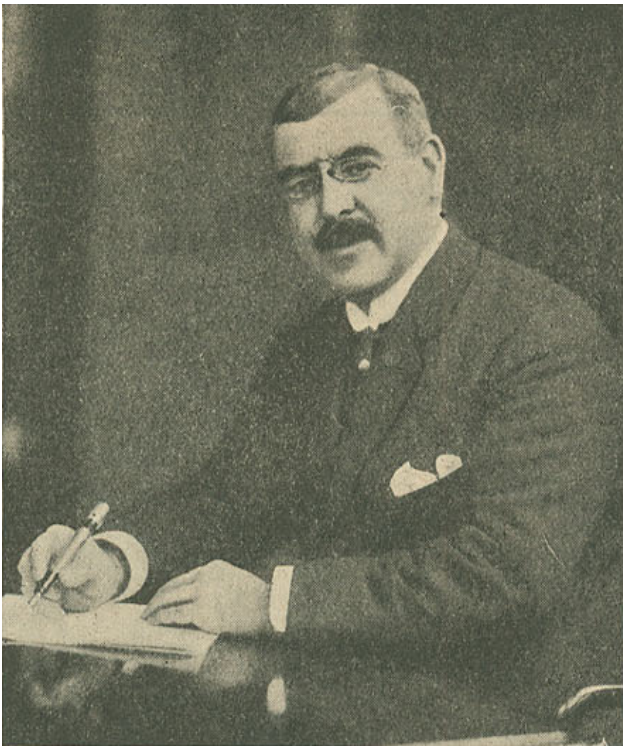
---

A constante direção da política externa “desde o século XV ao XX: a percepção contraditória entre o oceano e o continente europeu, concretamente entre o Atlântico e a Espanha”[52], encontrou, no regime republicano, novas fórmulas políticas de satisfação das necessidades. Como referido, uma parte relevante da dimensão da política externa portuguesa no pós-guerra traduzia-se na procura de meios para auxiliar à estabilização das carências internas, tanto no plano bilateral como no plano multilateral[53]. Neste sentido, tomando em conta o “cerco diplomático”[54], o regime procurou o aprofundamento de relações com potências de afinidade no espectro diplomático, como as já citadas, mas também as tentativas de criação de vasos comunicantes e de comércio com outros Estados para mitigar a subordinação aos interesses britânicos. José Relvas observava, durante a guerra que as “pequenas nações, porém, não podem permitir-se o luxo de fazer executar os planos da sua política externa por uma diplomacia abstracta”[55], ideia intrínseca à busca por laços diplomáticos de natureza distinta da usual.

Tendo em consideração a natureza das principais exportações portuguesas, os primeiros meses de 1919 registaram uma forte vontade portuguesa em acorrer aos mercados da Europa Central e Oriental, numa ação patrocinada pela *Food Section* do Supremo Conselho Económico, um processo mediado por Afonso Costa, em articulação com as legações e consulados de Paris, da Haia e de Roterdão (à data, o principal porto abastecedor para a Alemanha). Nesse sentido, foram movidos esforços para a inserção de Portugal no processo, com a colocação de conservas de peixe, de frutas, vegetais, figos secos, amêndoas, feijão, alfarroba e vinhos generosos – a serem providas pelo continente e ilhas adjacentes – e milho, feijão, carne de vaca e gorduras – enviadas pelas colónias. Desejavelmente, Portugal encontraria uma alternativa ao clima comercial subsequente à guerra, numa realidade em que “muitos mercados externos se fecharam às exportações nacionais e deixaram de exportar como antes”[56]. Este abastecimento seria efetuado recorrendo a depósitos de ouro como garantia de pagamentos, sendo “óbvias as vantagens que para Portugal resultarão de concorrer com a sua quota parte nesta grande operação comercial e financeira”[57]. Num encontro entre Norton de Matos e William Taft, representante do Presidente Hoover, ocorrido a 8 de

maio de 1919, o representante português aludia à existência de cerca de 35.000 toneladas de produtos passíveis de ser imediatamente disponibilizados, por se localizarem em portos e armazéns alfandegários em França e Inglaterra. Aos olhos de Taft, esses apreciavam-se especialmente úteis para a Polónia e a Checoslováquia, em virtude da exaustão de recursos. A localização externa dos bens assumia um especial relevo por Portugal dispor de uma marinha mercante com capacidade para “transportar apenas 1/10 dos fretes necessários ao abastecimento nacional, e de uma economia dependente do exterior para se alimentar e para ter energia e matérias-primas”[58]. Para além da limitada capacidade produtiva nacional, uma vez que a indústria conserveira, um setor subordinado a forte volume de mão de obra, “constatamos que a sua implantação era ditada pela contiguidade de comunidades familiares que se organizavam ainda substancialmente numa base pré-capitalista”[59].

A ajuda humanitária constituiu uma das grandes bandeiras norte americanas durante a Guerra e sobretudo no final do conflito, naquilo que Hoover determinou como sendo a fase da “segunda intervenção americana”[60]. A diplomacia humanitária “enquanto instrumento da política externa (em termos políticos e económicos ou para contribuir para uma boa imagem nacional) não só foi reconhecido, como também aproveitado de forma muito mais extensa do que havia acontecido até à data”[61]. No entendimento português, esta diplomacia de auxílio inscrevia-se num cariz estritamente económico-comercial, mas poderia servir de combate ao desalento provocado pela ideia generalizada de que “no fim da guerra, Portugal estava pior do que quando esta eclodira: economia arrasada, crispação social e instabilidade política”[62], especialmente agravados pelos problemas de escassez no território nacional, que redundaram na criação do «pão político», mecanismo “criado ainda durante a guerra, mas, dado o contínuo agravamento do preço do trigo em consequência da desvalorização do escudo, acabou por persistir até 1923”[63].



*Melo Barreto, Ministro dos Negócios Estrangeiros por três vezes, entre 1919 e 1921. Ilustração Portuguesa, 2.ª série, n.º 769, 15 de Novembro de 1920*



O discurso político partilhava os ideais de expansão das relações diplomáticas portuguesas com outros países, como demonstrava a intervenção no Senado de Melo Barreto, Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando questionado sobre a política externa portuguesa e sobre como se relacionaria com a aliança:

“Todavia, esta aliança, base essencial, fulcro da nossa política externa, não é, evidentemente, incompatível com outros entendimentos internacionais. E tudo quanto possa representar um estreitamento de relações com os outros povos amigos, a que nos prendem afinidades de raça ou afinidades de ideais, tem o apoio caloroso do governo a que me honro de pertencer. Com a França, mãe do nosso espírito e inspiradora eterna do nosso ideal do liberdade, de direito e de justiça, a doce e heroica França de Joana d’Arc e de Foch, a França invencível do Marne, do Yser e de Verdun; com o Brasil, nosso amado filho, a nação admirável em que fulguram todos os esplendores da velha raça portuguesa; com a Espanha, nossa irmã da península; com a Itália, criadora da suprema Beleza; com a Bélgica martirizada, símbolo de todas as virtudes e de todos os sacrifícios que podem dar a «empreite» da eterna gloria à alma dum povo; com os Estados-Unidos, cuja acção pesou tão decisivamente na balança da Vitória; com todos êsses países. Portugal

tem, hoje, relações cordialíssimas, que procurará estreitar, por intermédio do seu governo e, sem dúvida, também, pelo esforço patriótico dos seus órgãos legislativos, em que reside a soberania da nação. Para isso não carece de fazer o sacrifício de qualquer dos sentimentos ou das ideias que o orientam na acção da sua política externa”[64].

Todavia, o aprofundamento das relações internacionais portuguesas não encontrou, à semelhança do período anterior à Grande Guerra, fórmulas consensuais. Na cúpula republicana, Teófilo Braga tornou-se um conhecido desdenhador do ofício dos diplomatas. Para além de ter referido que os próprios diplomatas republicanos não lhe mereceriam confiança, diria que “a diplomacia tem de transformar-se. Os meios de publicidade, de comunicação, as relações financeiras e mercantis, as academias literárias e o jornalismo, as viagens fáceis, congressos científicos, fizeram uma profunda revolução no modo de ser da diplomacia. Hoje a diplomacia é apenas um aparato representativo, algo perigoso, pelas notas meticolosas, mais nada”[65]. Bernardino Machado, político de larga margem de atuação no regime republicano, assumia posições indutoras da densificação sobre o destino das representações diplomáticas portuguesas. Se, em 1912, considerava que as “legações são uma função do valor histórico de cada nação. Diminuir a representação diplomática portuguesa lá fora, seria o mesmo que Portugal querer diminuir ou cercear a sua importância internacional”[66], em 1914, como Presidente do Ministério, entendia que a República “não pode por enquanto reduzir em nada a sua representação diplomática, mas tam pouco a deve aumentar, nem sequer que seja duma unidade, sob pena de Portugal ser considerado um país perdulário, porque a nossa representação diplomática, em meu entender, é já excessiva”[67].

Convocamos este debate, tendo em conta a circunstância de ser transversal à I República, além das escolhas políticas de estreitamento de relações diplomáticas, a opção sobre como e quais recursos seriam aplicados na concretização da política externa portuguesa. Em 1913, o deputado João Gonçalves aludia à necessidade de “transformar os nossos serviços consulares, dando-lhes um carácter comercial; mas isto não quer dizer que se transformem os cônsules em caixeiros viajantes. Os cônsules não são para comprar e vender mercadorias, e a prova é que os melhores cônsules não são, em regra, os negociantes ou comerciantes. O que é preciso é que êles informem devidamente o seu país sobre os produtos susceptíveis de se exportarem e colocarem [...]. Em matéria de exportação, temos muito que fazer”[68]. Esta ideia

surgia como divergente do debate político na época, o qual, perante a crise financeira, visava a diminuição das legações e consulados. Em conformidade, o Ministro dos Negócios Estrangeiros António Macieira declarava “Portugal não pode prescindir da sua representação diplomática”[69], corroborando a tese de João Gonçalves, notando “uma das cousas que mais defende essas legações é a colocação dos nossos vinhos nesses mercados [...]. Eu não desejo cansar o Senado a respeito das informações que se contêm nestes relatórios que

aqui estão; mas não há dúvida de que êsses relatórios se queixam do comércio fazendo notar que, embora cada um dêstes países, isoladamente, não contenha um grande interesse, no ponto de vista económico, para Portugal, a verdade é que, em conjunto valem muito[70]. Em 1917, fora de funções ministeriais, Macieira atestava ainda o papel de elevada importância do MNE no desenvolvimento da vida económica de Portugal, por via da representação diplomática, colhendo exemplos dos alemães por “estreitarem as relações comerciais e invadir os mercados com os seus produtos”[71].

## Os primeiros passos na construção de uma diplomacia económica

Na dimensão executiva, a 10 de maio era publicado o Decreto n.º 5741, criando as Legações de Tóquio e dos Balcãs e modificando o número de consulados. Este configurava o primeiro momento da adaptação estrutural do MNE aos novos desafios e à forma operacionalização da política externa portuguesa no decurso da beligerância. Surgiu a Repartição de Expansão Económica junto da Direção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, reorganizou-se o Conselho de Comércio Exterior de Portugal e reafirmou-se a necessidade imprescindível dos cônsules e secretários de Legação do envio de relatórios e informações de natureza económica. Melo Barreto, então em funções na Direção Geral dos Negócios Estrangeiros, correspondia-se com Afonso Costa, aludindo às “penas severas”[72] aplicáveis aos diplomatas incumpridores das orientações emanadas do Ministério.

Em 17 de junho de 1919, o Diretor Geral dos Negócios Comerciais e Consulares aprovava a redação final do inquérito económico a ser enviado a todas as legações e consulados portugueses. Este inquérito tinha como objetivo a recolha de informação sobre as atividades diplomáticas e trocas comerciais entre Portugal e o Estado recetor, de modo a reunir-se como instrumento para as “necessidades especiaes da nossa expansão económica”, sendo informação a considerar “para a futura reforma dos serviços d’este Ministério”[73]. A premência deste inquérito foi de tal ordem que, na proposta final considerou-se “justo que o funcionário diplomático ou consular, que por qualquer circunstancia estivesse em Lisboa, fora das condições de ter sido chamado por motivo de serviço, fosse abonado de todos os seus vencimentos durante o período de instrução”, incorrendo num aumento de despesas dessa Secretaria de Estado, compensada pela utilidade da informação a recolher.

Num conjunto de 30 perguntas procurar-se-ia construir

um plano completo sobre o estado do comércio, oportunidades de implantação, legislação, informações sobre instituições de crédito, dados sobre as nacionalidades e tipos de importações desse país, agências económicas, esclarecimentos sobre feiras, inclusivamente informação sobre como se encontrava organizada a espionagem comercial. As respostas, consubstanciadas por extensos relatórios, chegaram em abundância, começando pela Legação de Berna, uma semana após o envio. Paralelamente, a Circular n.º 1, de 9 de julho de 1919, foi remetida às Legações de Berna, Bruxelas, Buenos Aires, Haia, Madrid, Pequim, Rio de Janeiro, Roma, Estocolmo e Washington para obtenção de informações “minuciosas” e o relato de quanto respeitasse às relações entre Portugal e esses países. A circular observava a conveniência do MNE conhecer “perfeitamente a situação política, económica e social”[74] dos países em questão.

A 11 de dezembro, ainda na senda de movimentações de cariz económico e de influência diplomática, o Centro de Informações da Direção Geral de Comércio Agrícola, remetia um ofício ao MNE, defendendo “que a industria vinícola é para Portugal a primeira e principal fonte de riqueza publica”, que a mesma terá de ser protegida e robustecida, “preparando-a para a lueta nos mercados estrangeiros, com a Itália, a Hespanha, a França e innumerous paizes americanos e africanos, novos productores e em breve nossos colossaes e terríveis concorrentes”. Essa missiva procurava exercer influência sobre os dirigentes do MNE, terminando de forma curiosa: “É este um esforço que a Economia manda e o Patriotismo impõe”[75]. Nessa conformidade, essa linha veio a ser adotada para a política externa, complementando os eixos tradicionais. Sublinhe-se, nesse contexto, o impacto da denúncia norueguesa do Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e a Noruega (31 de dezembro de 1895) e da Convenção Adicional (11 de abril de 1903), em 13 de dezembro de 1919.

## As primeiras tentativas de aprofundamento das relações internacionais

---

O ano de 1920 surgia sob os auspícios da negociação bem-sucedida de uma declaração, assinada em 22 de janeiro, efetivando a alteração à declaração sobre as relações comerciais entre Portugal e a Bélgica, de 11 de dezembro de 1897, sujeita a entendimento adicional, em novembro. Em junho, foi assinada a Convenção entre Portugal e França sobre a importação de determinados produtos e mercadorias proibidos, a qual procurou estabelecer normas, com o objetivo de combater o contrabando e a circulação ilegal desses bens como equilibrar as medidas alfandegárias e sanitárias de importação/exportação entre os dois países. A 14 de junho, era formalizada a adesão de Portugal à Convenção Internacional de Navegação Aérea (assinada em Paris, em 13 de outubro de 1919) e Protocolo Adicional (1 de maio de 1920).

Por outro lado, enfatize-se a participação na Conferência de Spa, que reuniu as forças aliadas e a Alemanha, entendida como um momento de relevo na condução da política externa portuguesa, em particular pelo simbolismo da ocasião. Convocada para tratar das reparações alemãs, esta Conferência procedeu à fixação da proporção destinada a cada potência vencedora. Apesar de ser uma potência secundária e de, a longo prazo, não obter benefício material direto, a Conferência propiciava o momento de reafirmação das relações portuguesas com as demais potências e de projeção internacional. Para Melo Barreto, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, constituía “um dos indicadores da situação internacional da República, que é excelente”<sup>[76]</sup>.

### O caso alemão

---

No âmbito da bilateralidade, a República Alemã desempenhou um lugar de relevo, numa relação assente em dinâmicas contraditórias. De Paris, Afonso Costa ajuizava, a 12 de abril de 1920, que, no seguimento do relatório apresentado ao Conselho Supremo pela Comissão encarregada de estudar o reatamento de relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de novembro do ano anterior, não dever ser nomeado “ministro para Berlim enquanto não houver acordo especial com aliados”<sup>[81]</sup>; tão só um encarregado de Negócios, na pessoa de Lambertini Pinto, por via de um intermediário (Estado) neutro. A 30 de abril, o ministro espanhol Alejandro Padilha, em representação do Ministro de Estado Espanhol, escrevia a Xavier da Silva,

Apesar da inserção na Sociedade das Nações configurar um “factor de maior liberdade de acção de Portugal face à Grã-Bretanha”<sup>[77]</sup>, essa entidade viria a ser relativizada pela política externa portuguesa nos primeiros anos de existência. As ações portuguesas pautaram-se por um início discreto, donde não “parece que os governantes de Lisboa se ocupassem demasiado dessa posição. Não teriam possibilidade de proceder de modo muito diverso”<sup>[78]</sup>. Essa parecia ser uma linha de pensamento comum às potências, atendendo ao número considerável de conferências realizadas à margem da Sociedade das Nações, “entre 1920 e 1923, realizaram-se 24 conferências internacionais. A Grã-Bretanha e a França participaram de todas. A Itália tomou assento em dezoito. A Bélgica em doze. O Japão em nove. A Alemanha em seis. A URSS em duas. E essas conferências nem sequer se reuniram em Genebra, sede da Sociedade das Nações, mas em Londres, em Paris, em Cannes, em Génova, noutras cidades ainda. E nessas conferências não se reuniram, como tais, os membros da Sociedade, ou sequer os representantes permanentemente no Conselho respectivo. Essas conferências mostraram que se tinha regressado à diplomacia bilateral, ou triangular, ou mais ampla ainda, nalguns casos, mas não abrangendo o universo de nações com assento em Genebra”<sup>[79]</sup>. Esta tentativa de explorar lógicas de internacionalização através de mecanismos alternativos induzia Melo Barreto a pugnar pela criação, em Paris, de um “centro oficial de propaganda, irradiando esta dali para Inglaterra, Itália, Bélgica e Suíça, com o concurso dos correspondentes dos jornais desses países, naquela cidade”<sup>[80]</sup>.

Ministro dos Negócios Estrangeiros português, reportava o interesse alemão no restabelecimento dos contactos diplomáticos com Portugal, solicitado por comunicação da embaixada alemã em Madrid. Nessa conformidade, avançava o nome de Alfred Horstmann para Encarregado de Negócios Interino<sup>[82]</sup>; tal motivou um despacho do Ministro português a solicitar o *agrément*, o qual aguardaria pela troca de impressões com Afonso Costa, a propósito da estratégia alemã – semelhante à enunciada por Costa para os interesses portugueses.

A 7 de junho, era comunicado o nome do novo Encarregado de Negócios Interino, o qual não mereceu reservas a Portugal, após nova ronda de diálogo com

Afonso Costa. Neste tópico, sublinhe-se a pressão do Ministério sobre o diplomata português no Quirinal, acerca das orientações políticas italianas quanto à Alemanha, principalmente em assuntos económicos e liquidações de bens inimigos. A 5 de julho, Alfred Haug entregou as credenciais ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, trocando os intervenientes votos de coordenação e interajuda. Em setembro, Augusto de Vasconcelos, notificou o MNE sobre os intentos do Encarregado de Negócios alemão em promover o diálogo, fruto da demora na nomeação do ministro plenipotenciário português para Berlim. Segundo o diplomata, a “má impressão” justificava a procura de uma “explicação de carácter político”, a qual viria a assentar em motivos puramente de ordem interna, enquanto se reiterava o desejo português de reatamento as “relações económicas com a Alemanha e até intensificá-las” [83]. A receção do telegrama suscitou a resposta pronta do MNE, a reafirmar a causalidade interna, sem significação desprimorosa. Estabilizadas as relações, em 4 de novembro de 1920, Mello Barreto comunicava a ratificação do Tratado de Versalhes ao diplomata português em Berlim. Esta missiva [84] versava sobre as relações e sentimentos luso-germânicos, mas plena de carácter político. Ciente dos “sentimentos hostis de um lado e doutro hão-de lentamente atenuar-se”, não se eximia a orientar o

diplomata no sentido da contenção, “mas sem exprimir, de qualquer forma, simpatia pelo povo ou pelo Governo Alemão”. Contextualizamos esta afirmação conforme ao espírito de “Guerra contra o império germânico, em cujo esmagamento acreditava, afigurava-se-lhe como um acto necessário, redentor da humanidade, um imperativo dos valores da liberdade e da democracia e da própria paz” [85], tema problematizado por E. H. Carr como uma “dificuldade está em que, enquanto para fins internacionais temos de pensar em abstrações, como a ‘Alemanha’, achando muito simples, sobretudo em tempo de guerra, acreditar na culpabilidade da ‘Alemanha’” [86]. Nessa comunicação tornar-se-á claro que a Legação foi definida, politicamente, como um posto de observação pois “Portugal [possuía] não interesses especiaes nas modalidades políticas do centro da Europa, senão aquellas que possam interessar a sua vida economica”. Esta afirmação baseava-se na posterior menção à qualidade do mercado alemão para as exportações portuguesas e, segundo uma visão pragmática, atendendo ao auxílio dirigido à Alemanha pelas potências interessadas na recuperação desse país. E Portugal dispunha de matérias-primas e artigos de alimentação essenciais para o efeito. Nesse sentido declarava: “É indispensável que não deixemos usurpar o nosso lugar. Todos os esforços devem convergir para esse fim”.

## O despertar para as regiões central e oriental da Europa

---

Em 1921, encetava-se a tentativa republicana de aprofundamento comercial com os países da Europa Central e Oriental, um procedimento criticado no parlamento, devido à “falta de firmeza absoluta” [87] da diplomacia portuguesa. Essa perceção poderá ter resultado do impacto do protecionismo inglês, aplicado à importação de vinhos nacionais, na primeira metade do ano. A 28 de abril de 1920, Teixeira Gomes dava conta da aprovação preliminar do aumento dos impostos sobre importações de produtos vinícolas pela Casa dos Comuns. Portugal mobilizava a diplomacia para demonstrar o desagrado e Londres replicavam, a 17 de maio, notando que a “actual situação financeira tornou indispensável o aumento dos impostos, puramente como medida de receita” [88]. Evocava a estabilidade dos direitos, desde 1899, e avançava a impossibilidade de garantir a ausência de alterações à proposta; porém, estimava não constituir tal subido dano considerável ao consumo de vinhos portugueses. Assim, os apelos e as pressões portuguesas não logravam além de mensagens da diplomacia britânica.

da República da Letónia, em 10 de março de 1921, era recebido um telegrama do Conselheiro Comercial Oscar Potier; segundo esse, o Comité Permanente do Supremo Conselho Económico comunicava o início de negociações com a delegação russa para restabelecimento de relações comerciais. Enfatizava-se o especial aproveitamento de matérias primas russas pelas diversas nações; logo, solicitava-se a indicação de um representante português. Esta tentativa não se consubstanciou, fruto da indisponibilidade portuguesa. Ao invés, as relações com Alemanha tenderam a uma reconstrução lenta, mas eficaz. A 6 de dezembro, celebrava-se um Acordo por troca de notas entre os dois países, no âmbito comercial, com inclusão do tratamento de nação mais favorecida.

Esse sucesso não iludia as críticas à atuação diplomática portuguesa na Europa. Ramos da Costa, por exemplo, interpelava o Ministro dos Negócios Estrangeiros: “ao passo que todos os outros países conservam nas praças mais importantes cónsules de carreira, que estudam as condições dos mercados e dão esclarecimentos aos comerciantes, Portugal tem esses interesses entregues a

Ratificado o reconhecimento da República da Estónia e

cônsules da nacionalidade dos países onde estão acreditados, e que mais se interessam pelos seus países do que pelo nosso. Acontece também que em países de recente formação, como a Polónia, etc., não temos ainda representação diplomática nem consular. Tudo se encontra entregue ao acaso. As nossas relações com os países da Europa Central estão completamente abandonadas, ao passo que os países que se interessam pelo seu desenvolvimento comercial nomeiam entidades competentes para lhes defenderem os interesses”[89].

Não obstante a justeza das reservas, nem sempre foi possível a Portugal alcançar o aprofundamento desejado. Parte das nações europeias, no pós-guerra, optaram pela proteção dos respetivos mercados, como o exemplo holandês. Convocado para o efeito, o Encarregado de

Negócios remeteu ao MNE um extenso relatório, a 24 de maio de 1921, a expor as orientações adotadas pela Holanda: “em resumo: relações com todos os países, ligações com nenhum – eis a fórmula precisa política internacional da Holanda. Não suponho que ella a substitua.”[90]. No entanto, enumerava as inúmeras falhas à operacionalização das relações luso-neerlandesas, consideradas amigáveis, porém comprometidas pela falta de condições para o aprofundamento, mormente, a ausência de verbas para a propaganda de produtos portugueses. Instava até Lisboa, à instalação portuguesa na Feira Internacional de Utrecht, tendo solicitado ajuda ao MNE para o efeito. Tal pedido, submetido no ano anterior, havia sido ignorado até então. Mais, a diplomacia portuguesa ressentia com a falta de pessoal.

## Os acordos de 1922

O ano de 1922 caracterizou-se pelo crescimento da rede de acordos comerciais na Europa – além dos reconhecimentos, como o Estado Independente da Albânia, em 25 de maio, e do Governo da República da Guatemala, em 16 de junho. Em janeiro, estabelecia-se o Acordo com a França, pelo qual os ambos os países beneficiavam da cláusula de nação mais favorecida. O *modus vivendi* era prorrogado, em 13 de julho, por um mês, e o MNE publicava um esclarecimento sobre a posição da República Portuguesa “se compromete, dentro dêsse prazo de um mês, a apresentar ao Parlamento, e afazer todos os esforços para que seja aprovada uma proposta de lei autorizando-o a melhorar a situação da marinha mercante das nações com as quais Portugal concluía tratados de comércio ou acordos provisórios da mesma natureza”[91]. A 16 de setembro, nova prorrogação era necessária, por três meses.

Em julho, o acordo com a Bélgica era objeto de revisão para inclusão do Luxemburgo nos entendimentos comerciais existentes. A 20 de dezembro, era alcançado o primeiro acordo comercial entre Portugal e uma das novas repúblicas nascidas do desmoronamento do Império Austro-húngaro, a Checoslováquia. Ainda nesse domínio, quanto à Áustria, Portugal acedeu aos pedidos britânicos de alívio das reparações. Assim, a 26 de agosto de 1922, na sequência da nota de Sir Lancelot Carnegie, de 20 de maio, a República anunciava “renunciar, por um período de vinte anos, aos privilégios que o tratado assinado em Saint-Germain-en-Laye, em 10 de setembro de 1919, entre as Potências aliadas e associadas e a Áustria, lhe confere com respeito às reparações”[92]. O interesse português na região encontrava-se em crescendo. Já em setembro, o MNE solicitava ao

Ministro de Portugal em Bucareste informações sobre a política romena, “principalmente no que diz respeito à Áustria, à Petite Entente e à Itália”[93].

O acentuado interesse português em obter informações nas regiões europeias redesenhadas pelo final da guerra prolongou-se pelo ano de 1923. Durante este ano, a Legação de Helsingfors, atualmente designada Helsínquia, chefiada por César de Sousa Mendes, elaborava uma série de relatórios sobre a situação política interna da Rússia e das relações com os vizinhos fronteiriços. Sublinhe-se, o Estado finlandês, depois de integrar a Suécia desde a Idade Média e de ter sido anexado pelo Império russo em 1809, enquanto Grão-Ducado da Finlândia, emergia dos escombros da revolução russa e proclamava a independência a 6 de dezembro de 1917. A catadupa de comunicações induzia ao interesse do MNE pelos assuntos russos. Em junho, o MNE solicitava à Legação do Quirinal atenção especial dado que a Itália “pretende representar importante papel na política mundial, sendo por isso de grande interesse conhecer o dia a dia das suas manifestações e estar ao corrente das tendências”[94]. Este pedido não era estranho a um discurso de Mussolini, publicado no *Times*, no qual se declarava a mundividência do político italiano, de uma Era em que países se elevavam e que deveriam suplantar outros em queda.

A assinatura de um novo acordo comercial com a Noruega, em março, revelava-se insuficiente. O discurso político prestava-se à crítica pelo afastamento português face aos outros Estados. Manuel José da Silva, a propósito da repartição da expansão económica entendia “fantasticamente ridículo que uma tal repartição tenha

apenas um chefe e um terceiro oficial. Verifica-se assim, que, por vezes, em matéria de orgânica dos serviços públicos, tocamos uma ou outra tecla acertada, mas adoptamos apenas procedimentos de circunstância, não encarando as dificuldades a solucionar”[95]. Este foi o mote para o extenso debate, ocorrido a 4 de março de 1923, na Câmara dos Deputados; em análise, as escolhas diplomáticas portuguesas e José Domingues dos Santos, antigo Presidente do Ministério, favorável ao reatamento das relações com a Rússia questionava “ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros qual o receio que temos dêsse estreitamento de relações. Porque não havemos nós de caminhar ao lado daqueles povos, mostrando que não temos medo do papão bolchevismo? Porque havemos nós de continuar assim, pois isso nem sequer se pode justificar por causa da aliança com a Inglaterra, pois a própria Inglaterra recebe os seus representantes? Nós continuamos a ter representantes em países com quem estivemos em guerra e não temos representantes na Rússia com quem nunca estivemos em conflito”[96].

Opinião secundada por Afonso de Melo, segundo o qual, não podendo “ter relações com povos que se esqueceram de todas as regras em uso nos povos civilizados, mas essa época vai passando e hoje ficamos surpreendidos ao vermos que a Rússia de hoje está promulgando leis sobre a propriedade, sobre a família, sobre a constituição das sociedades, sobre o usufruto e sobre a educação, dignas de serem estudadas. E quando nós nos lembramos de que na Rússia, ao tombar do seu império, existia um homem que possuía só êle 84:000 quilómetros de terras, isto é, uma superfície maior do que Portugal, podemos reflectir um pouco nisso e compreender quais as razões sociais do movimento que ali se deu”[97]. Para além da questão russa, também as relações com a Checoslováquia foram objeto de debate aceso. José Domingues dos Santos voltava ao ataque político: “E a Tcheco-Slováquia; é um grande país a que hoje preside o mais alto espírito da moderna democracia. O presidente daquela República é o chefe de Estado mais culto do mundo. Que relações temos nós com a Tcheco-Slováquia? Nenhunas, absolutamente. Não temos ali um representante, continuamos a permanecer isolados do convívio europeu. Qual a razão porque, após a guerra, o Governo não estabeleceu relações com a Tcheco-Slováquia? Qual a razão porque não demos à Tcheco-Slováquia o tratamento próprio de um país grande e admirável como é?”. E, em jeito de conclusão, aludia acutilante: Portugal e os políticos portugueses continuam “a desconhecer a Europa, apesar de termos entrado no conflito europeu. Fomos para a guerra, de onde devíamos retirar grandes ensinamentos, e, contudo, terminada a guerra continuamos isolados, ninguém conhece que existe aqui uma República que quer viver.”[98].

O tópico permaneceu na ordem do dia por longo tempo, no âmbito do qual Cunha Leal destacava-se: “Também creio que foi devido a desleixo, a falta de entendimentos diplomáticos e a fraqueza de acção da parte do Sr. Ministro dos Estrangeiros, que nós perdemos em absoluto o mercado de Itália, que era um dos nossos melhores mercados de conservas. Tem sido êste, sob o ponto de vista comercial, o efeito da política externa do Sr. António Maria da Silva. Eu não quero tomar tempo à Câmara, mas direi ainda que sobre êstes acórdos só o realizado com a Noruega é o que traz alguma vantagem, mas ainda assim nós damos muito mais do que recebemos. - O que se tem feito não me parece que seja de uma boa política, e o facto é que quando o Sr. Presidente do Ministério tomou conta do Governo nós tínhamos os mercados abertos em Franca e agora, com o Governo do Sr. António Maria da Silva, ao cabo de dezoito meses, nós vemos que êsses mercados estão fechados”[99]. Nesse aspeto, especificamente quanto ao Acordo com a Noruega, evoque-se a Memória sobre o Tratado do Comércio entre os dois países, o qual explicitava se “tomarmos os valores em contos com salto fixado de mercadorias devemos reduzir respectivamente a 8.888 – 35.893 – 45.042 – 49.039 contos, valores do nosso commercio com a Noruega indicados pelas estatísticas do commercio externo dos annos de 1923 – 1924 – 1925 para, com relação a 1922, para menos de 8.888 contos, o que nos mostra que o movimento commercial com aquelle paiz augmentou respectivamente de 270% – 330% e 295%, em termos desproporcionados. É pois de notar que, proporcionalmente, o nosso commercio para a Noruega augmentou muito mais que o nosso commercio em geral”[100].

Em 1924, apreciava-se uma relativa estabilização da diplomacia comercial. Porém, as estruturas de representação externa eram sujeitas a uma inspeção de larga escala, na esteira da descoberta de graves desvios financeiros, ocorridos no consulado de Marselha, anos antes. A 18 de setembro de 1924, os consulados de França e Inglaterra eram notificados da fiscalização, justificada pela “importância que assume nas receitas do Estado o rendimento dos emolumentos consulares, que impõe a conveniência de fiscalizar a execução desse serviço”[101]. As recomendações do inspetor, o 1.º Cônsul Alberto Feliz de Carvalho, em funções como Cônsul-Geral de Portugal em Madrid, deveriam ser adotadas, segundo a circular do MNE. A inspeção aos 14 consulados (Baiona, Bordéus, Havre, Cette, Paris, Marselha, Rouen, Cardiff, Glasgow, Liverpool, Londres, Newcastle, Newport e Swansea) obedeceria a 19 pontos, atendendo às finanças, instalações e livros de registo. No final do ano, a diplomacia portuguesa procedia à celebração da primeira versão do Acordo Comercial entre Portugal e Alemanha, assinado em 31 de dezembro 1924.

## O último ciclo republicano

Apesar dos constrangimentos, num esforço financeiro raramente posto em prática, a 19 de outubro de 1925, os Cônsules-Gerais de Londres, Liverpool, Antuérpia e Hamburgo recebiam a indicação do MNE, dada a “complexidade e abundância de serviço”<sup>[102]</sup> e pela exigível prestação de contas, seriam autorizados a proceder uma remodelação de pessoal, podendo contratar empregado, guarda-livros ou contabilista, de forma permanente para a continuação dos serviços de escrituração e contabilidade.

Nos anos de 1925 e 1926, o discurso político ficava associado ao debate de temáticas antes analisadas. Em janeiro, António Cabral entendia Portugal “absolutamente pôsto de parte, e as outras nações da Europa, se não nos desprezam, porque isso seria ferir a nossa dignidade, olham-nos, no entanto, com aquela má vontade com que se olha para um país, onde rebentam bombas, onde se fazem assassinatos, onde se cometem burlas, como a do Angola e Metrópole, que só foi devida à atmosfera, ao ambiente criado pela República, resultante da impunidade que crimes desta natureza têm gozado<sup>[103]</sup>. Júlio Dantas, por seu turno, evidenciava a fragilidade da estrutura ministerial necessária à expansão económica, referindo que “começa porque a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, órgão central dos nossos serviços diplomáticos e consulares, é hoje apenas um mero organismo transmissor. Faltam-lhe todos ou quasi todos os elementos para exercer a mais alta função que lhe incumbe. O seu estatuto orgânico é a expressão anacrónica dum velho conceito de diplomacia, que o sentimento mais vivo das realidades internacionais tem, por toda a parte, modificado. Hoje, que são especialmente os interesses económicos que aproximam os povos, e que a diplomacia se faz, não apenas com sorrisos, mas com pautas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros devia ser um instrumento preparador, orientador e propulsor do nosso comércio externo; é, infelizmente, não o é [...]. Faz-se por simples palpite toda a nossa política de expansão económica, porque nos faltam, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, os elementos estatísticos indispensáveis para uma orientação segura. Não temos publicadas em dia nem estatísticas de produção, nem estatísticas comerciais. As últimas estatísticas comerciais de detalhe, de que tenho conhecimento, são de 1922; atrasadas, portanto, de quatro anos”, complementando e fortalecendo que a Checoslováquia deverá assumir um lugar preponderante na política externa portuguesa: “Entendo. Sr. Presidente, que devia ser em Praga, e não em Viena, a residência do Ministro acreditado junto dos governos da Áustria, Hungria e Tcheco-Slováquia. Não só porque a Tcheco-Slováquia é hoje um País muito mais importante, cujos

recursos e cujas possibilidades excedem muito as dos dois outros Estados em que se desmembrou o velho império dos Habsburgos, mas ainda porque nós não devemos deixar de atender ao princípio de reciprocidade, e, ao passo que a Tcheco-Slováquia tem um Ministro acreditado em Portugal, a Áustria não tem aqui nenhum representante diplomático”<sup>[104]</sup>. Para um melhor entendimento desta questão, relevava-se que a nova nação “herda três quartos da indústria do Império Austro-Húngaro. Pela sua situação geográfica no coração da Europa, representa uma posição estratégica de primeira ordem”<sup>[105]</sup>, possuindo uma capacidade industrial largamente superior à portuguesa: “Bat’a, Skoda, Ringhoffer and Vitkovice were internationally famous companies. However, the strength of the Czechoslovak economy was based as much on medium-sized and small companies as on these large businesses”<sup>[106]</sup>. O Ministro Vasco Borges replicava ao Deputado, corroborando as posições expressas “quando diz que é um País que está afirmando a sua vitalidade e o seu progresso, e onde conviria que tivéssemos representação. Simplesmente sucede que os postos diplomáticos se limitam àqueles que a lei orgânica estabeleceu e autorizou”<sup>[107]</sup>.



Vasco Borges, último Ministro dos Negócios Estrangeiros da I República. J. M. Tavares Castilho, Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e Carreira Parlamentar.



A necessidade de atualizar o *modus vivendi* luso-alemão afigurava-se de importância estratégica; em janeiro de 1926, o MNE enviava às associações e ligas comerciais e industriais portuguesas um relatório sobre a situação económica da Alemanha, enunciando a “necessidade”<sup>[108]</sup> portuguesa de aceder ao mercado alemão, conquistando um “lugar preponderante para os produtos do seu solo e indústria”. Em réplica, a Associação Comercial do Porto explanava o impacto da inexistência de um tratado de comércio definitivo. Eximia-se de responsabilidades face ao acordo em vigor e enunciava pontos a rever num novo entendimento entre os dois países. Esses incidiam na equiparação de taxas entre os produtos vinícolas portugueses e os espanhóis e franceses, na dispensa de análise aos vinhos do Porto, os quais eram notados como “embaraços à exportação”<sup>[109]</sup> e, por último, considerações sobre as informações constantes nos rótulos das garrafas. A 1 de fevereiro, a Legação em Berlim notificava o MNE da recusa alemã em conceder qualquer redução nas tarifas; enfatizava ainda as práticas adotadas por esse executivo, “velhos métodos de especialização aduaneira” em negociações de tratados comerciais com outros Estados. Pese embora as táticas de negociação, o Acordo Comercial entre os dois países, assinado em Lisboa em

20 de março de 1926, traduziu-se, para Portugal, num reforço das oportunidades de exportação para o mercado alemão e de importação de produtos industriais, como vantagens tarifárias ou de tratamento preferencial. Do ponto de vista alemão, tratou-se de um mecanismo de acesso a um mercado europeu, potenciando a diversificação do comércio e, por extensão, da recuperação económica.

A «Revolução Nacional», em maio de 1926, encontrava um país periférico precariamente industrializado e deficientemente urbanizado, assolado por uma pobreza estrutural, com uma classe política incapaz de lidar com a crescente tensão política e social. Esse contexto predispunha a aceitação do movimento militar e dos desígnios ordeiros da Ditadura. A ideia wilsoniana de um mundo pós guerra aberto não se concretizou, designadamente – e de importância fulcral nesta investigação – quanto Ikenberry e Smith, apesar de discordarem das coordenadas programáticas do wilsonianismo, evidenciam: a abertura comércio internacional livre e as trocas socioeconómicas, como fator de desenvolvimento das nações, constituíam-se como um dos pilares absolutos do programa norte americano para a nova ordem mundial do pós-guerra<sup>[110]</sup>, baseando-se na convicção de que a política era inseparável da economia<sup>[111]</sup>.

## Conclusão

Entre 1919 e 1926, a política externa da Primeira República Portuguesa caracterizou-se por um esforço reiterado, mesmo se de escassa realização e adaptação ao contexto internacional do pós-guerra. A resposta portuguesa às novas dinâmicas europeias centrou-se na tentativa de diversificar relações diplomáticas e na expansão da representação diplomática, reposicionando-se economicamente em mercados vistos como estratégicos. Esta perspetiva visava ainda mitigar os efeitos da secundarização nacional ocorrida desde o final do séc. XIX.

As atividades diplomáticas portuguesas manifestaram-se através de um conjunto alargado de iniciativas: o reforço de acordos bilaterais com Estados consolidados como França, Bélgica e Alemanha; o reconhecimento de novos Estados, na Europa Central e Oriental; a adesão a convenções internacionais; e a criação de novos postos diplomáticos em áreas emergentes, como os Balcãs. Paralelamente, desenvolveu-se uma diplomacia, de foro económico, arreigada ao pragmatismo, construída em prol da exportação de produtos estratégicos. Neste quadro, destacavam-se a criação da Repartição de

Expansão Económica do MNE, os inquéritos económico-comerciais enviados às Legações e os esforços de recolha de informação sobre mercados estrangeiros e de política interna. Estas ações tinham como objetivo providenciar suporte técnico à aplicação da política externa e alinhar as prioridades diplomáticas com os interesses económicos nacionais. Apesar disso, as limitações materiais, a escassez de pessoal qualificado e a desorganização administrativa impediram a consolidação de uma estratégia diplomática sustentada, inerente à instabilidade política da I República Portuguesa. Ainda assim, a relativa continuidade dos diplomatas nas principais representações no exterior conferiu alguma coerência e estabilidade à ação internacional do país, atenuando as dificuldades causadas pela instabilidade interna.

O discurso oficial da época articulava-se em torno da defesa da soberania, da projeção económica e do prestígio internacional, pese embora a execução dessas intenções se tenha revelado frágil e irregular. Os dados mostram uma tensão permanente entre a ambição de expansão diplomática e as limitações estruturais de um Estado pobre, periférico e politicamente instável.



---

\* Este texto insere-se na investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Nunes.

\*\*Mestrando na Faculdade de Letras da ULisboa, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Nunes. Email: [ps14@edu.ulisboa.pt](mailto:ps14@edu.ulisboa.pt)

- 
- [1] Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A crise orçamental e monetária portuguesa no contexto internacional (1914-1931)” in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 51-78.
- [2] Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira, “Introdução” in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 09-22.
- [3] Maria Fernanda Rollo “Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 27-42.
- [4] José Medeiros Ferreira, “A globalização da Primeira República” in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 353-392.
- [5] Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A crise...”, p. 58.
- [6] Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A crise...”, p. 58.
- [7] José Medeiros Ferreira, “A globalização...”, pp. 353-354.
- [8] Maria Fernanda Rollo “Da insustentabilidade ...”, p. 40.
- [9] Maria Fernanda Rollo “Da insustentabilidade ...”, p. 40.
- [10] Maria Eugénia Mata “A política financeira”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 191-204.
- [11] José Medeiros Ferreira, “A globalização...”, p. 353.
- [12] Maria Fernanda Rollo “Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade do progresso”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 229-244.
- [13] Maria Fernanda Rollo “Paradigmas frustrados...”, pp. 229-244.
- [14] Hipólito de la Torre Gómez, “A I República e a Espanha” in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 111-140.
- [15] David Pereira, “Sociedade”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 79-92.
- [16] A. H. de Oliveira Marques, *A primeira república portuguesa*. Lisboa: Livraria Moraes, s.d., p. 16.
- [17] David Pereira, “Sociedade...”, p. 80.
- [18] A. H. de Oliveira Marques, *A primeira república portuguesa*. Lisboa: Livraria Moraes, s.d., p. 147.
- [19] Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira, “Introdução...”, p. 11.
- [20] João B. Serra, “O assalto ao poder”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 55-60.
- [21] David Pereira, “Sociedade...”, p. 87.
- [22] Bruno Cardoso Reis, “A Primeira República e o Vaticano (1910-1926): a sombra inglesa e o peso do império”, in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 141-178.
- [23] Soares Martínez, *A República Portuguesa e as relações internacionais [1910-1926]*, Lisboa: Verbo, 2001, p. 98.
- [24] Bruno Cardoso Reis, “A Primeira ...”, p. 142.
- [25] Bruno Cardoso Reis, “A Primeira ...”, p. 144.
- [26] Nuno Severiano Teixeira, “A República e a política externa”, in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 23-34.

- [27] Rui Ramos, “Aparências e realidades: os republicanos perante a Aliança Inglesa até à Primeira Guerra Mundial”, in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 81-110.
- [28] A. H. de Oliveira Marques (coord.), Portugal da monarquia para a república, de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova história de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 353.
- [29] Soares Martínez, *A República ...*, p. 23.
- [30] Soares Martínez, *A República ...*, p. 22.
- [31] João B. Serra, “O assalto...”, p. 44.
- [32] Thiago Carvalho e Fernando Martins, “As relações luso-brasileiras”, in Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (coord.) *A primeira república portuguesa: diplomacia, guerra e império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 179-206.
- [33] Rui Ramos, “Aparências...”, p. 100.
- [34] Soares Martínez, *A República ...*, pp. 100-101.
- [35] A. H. de Oliveira Marques (coord.), Portugal..., p. 78.
- [36] Hipólito de la Torre Gómez, “A I República...”, p. 123.
- [37] Nuno Severiano Teixeira, “Do império ameaçado à intervenção na grande guerra (1890-1930)”, in António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das relações internacionais contemporâneas: Portugal 1808-2000*, Lisboa: Objectiva, 2023, pp. 121-158.
- [38] Nuno Severiano Teixeira, “A República...”, p. 25.
- [39] Soares Martínez, *A República ...*, p. 58.
- [40] Por Humanidades, entenda-se ainda o Curso Superior de Letras.
- [41] Nuno Severiano Teixeira, “A República...”, p. 26.
- [42] Soares Martínez, *A República ...*, p. 86.
- [43] José Relvas, *Memórias Políticas*, Vol. I, Lisboa: Terra Livre, p. 170.
- [44] Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais – Diplomata e conspirador (1912-1917)*, Lisboa: Cosmos, 2001.
- [45] Soares Martínez, *A República ...*, pp. 131-132.
- [46] Nuno Severiano Teixeira, “A República...”, p. 32.
- [47] Thiago Carvalho e Fernando Martins, “As relações...”, p. 185.
- [48] Thiago Carvalho e Fernando Martins, “As relações...”, p. 185.
- [49] Thiago Carvalho e Fernando Martins, “As relações...”, p. 183.
- [50] Nuno Severiano Teixeira, “A República...”, p. 32.
- [51] Hipólito de la Torre Gómez, “A I República...”, p. 127.
- [52] Abílio Pires Lousada, *O exército e a ruptura da ordem política em Portugal: 1820-1974*, Lisboa: Prefácio, 2007, p. 83.
- [53] José Medeiros Ferreira, “A globalização...”, p. 353.
- [54] Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires Oliveira, “Introdução...”, p. 12.
- [55] José Relvas, *Memórias...*, p. 730.
- [56] Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A crise...”, p.54.
- [57] Lisboa, Arquivo Diplomático e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (ABMNE), PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/CECP/020/000001.
- [58] Ana Paula Pires, “A economia de guerra: a frente interna”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 319-348.
- [59] Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Lisboa: A regra do jogo, 1978, p. 105.
- [60] Daniel Maul, “‘Um exército de representantes silencioso’: as ONGs americanas e o surgimento de mecanismos internacionais de ajuda humanitária (1917-1939)”, traduzido por Teresa Toldy e Marian Toldy, in Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro (org.), *Os passados do presente: internacionalismo, imperialismo e a construção do mundo contemporâneo*, Coimbra: Almedina, 2015, pp. 211-231.
- [61] Daniel Maul, “«Um exército...”, p. 216.
- [62] Nuno Severiano Teixeira, “Do império...”, p. 154.
- [63] Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A crise...”, p.56.
- [64] VI Legislatura do Senado da República, Sessão Legislativa 1, Número 67, de 20/11/1919.
- [65] I Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 3, Número 67, de 08/04/1913.
- [66] I Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 2, Número 108, de 11/06/1912.
- [67] I Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 4, Número 104, de 22/05/1914.
- [68] I Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 3, Número 110, de 27/05/1913.
- [69] I Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 3, Número 110, de 27/05/1913.

- [70] I Legislatura do Senado da República, Sessão Legislativa 3, Número 131, de 17/06/1913.
- [71] I Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 2, Número 116, de 08/10/1917.
- [72] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/CECP/020/000001.
- [73] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNCC-RNC/032/000001.
- [74] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/036/000001.
- [75] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNCC-RNC/032/000001.
- [76] IV Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 2, Número 135, de 18/10/1920.
- [77] José Medeiros Ferreira, Portugal na Conferência da Paz: Paris, 1919. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 38.
- [78] Soares Martínez, *A República ...*, p. 308.
- [79] Soares Martínez, *A República ...*, pp. 304-305.
- [80] IV Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 3, Número 135, de 07/12/1920.
- [81] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/149/000001.
- [82] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/149/000001.
- [83] Lisboa, ABMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/149/000001.
- [84] Lisboa, ABMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/149/000001.
- [85] Noémia Malva Novais, *João Chagas: a diplomacia e a guerra (1914-1918)*, Coimbra: Minerva Coimbra, 2006, p. 70.
- [86] E. H. Carr, *Condições de paz*, Lisboa: Editorial Século, s.d., p. 225.
- [87] IV Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 3, Número 18, de 19/01/1921.
- [88] Lisboa, ABMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/CECP/020/000001.
- [89] V Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 28, de 07/09/1921.
- [90] Lisboa, ABMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/149/000001.
- [91] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 46, de 04/03/1923.
- [92] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/162/000001.
- [93] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/149/000001.
- [94] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/189/000001.
- [95] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 46, de 04/03/1923.
- [96] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 46, de 04/03/1923.
- [97] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 46, de 04/03/1923.
- [98] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 46, de 04/03/1923.
- [99] VI Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 2, Número 120, de 04/07/1923.
- [100] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/CECP/020/000001.
- [101] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-SC/DGNCC-RACPC/028/000003.
- [102] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-SC/DGNCC-RACPC/028/000003.
- [103] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 244, de 26/01/1926.
- [104] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 41, de 26/03/1926.
- [105] Robert-Jean Longuet, *No coração da Europa... "Primavera" ou "Outono" de Praga*, traduzido por José Saramago, Lisboa: Inprensa Orbis, 1979, p. 53.
- [106] Patrick Crowhurst, *A history of Czechoslovakia between the wars. From Versailles to Hitler's Invasion*, Londres: I.B. Tauris, 2015, p. 44.
- [107] VII Legislatura da Câmara dos Deputados, Sessão Legislativa 1, Número 46, de 04/03/1926.
- [108] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNC-RQE/047/000002.
- [109] Lisboa, ADBMNE, PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNC-RQE/047/000002.
- [110] G. John Ikenberry, "Woodrow Wilson, the Bush administration and the future of liberal internationalism" In *The crisis of american foreign policy: wilsonianism in the twenty-first century*, Princeton: Princeton University Press, 2011, pp. 01-24. e Tony Smith, "The end of liberal internationalism" In *The crisis of american foreign policy: wilsonianism in the twenty-first century*, Princeton: Princeton University Press, 2011, pp. 53-88
- [111] E. H. Carr, *Condições de paz*, Lisboa: Editorial Século, s.d., pp. 245-246.



# Independência Nacional: as relações internacionais de Portugal, segundo Melo Antunes \*

Ana Carolina Gomes Monteiro \*\*

## Apresentação do tema

O presente artigo procura abordar as linhas gerais do entendimento de Ernesto Melo Antunes (1933-1999) sobre a política externa de Portugal, no pós-25 de abril. A análise centra-se particularmente no conceito de *independência nacional*, objetivo estruturante, na perspetiva do autor, da ação internacional a adotar do novo regime português.

Ernesto Melo Antunes, um dos militares envolvidos no Movimento dos Capitães, salientou-se como figura de relevo na elaboração do Programa do Movimento das Forças Armadas e, posteriormente, de outros conteúdos programáticos de suma importância no decurso do Processo Revolucionário. Desde cedo, e pela participação respetiva nas guerras coloniais, preocupou-se com o

processo de descolonização que se realizaria, inevitavelmente, na sequência do derrube do Estado Novo e do fim dos conflitos. Nesta matéria, caracterizou-se pelo desempenho, primeiro como Ministro Sem Pasta, durante o II e III Governos Provisórios[1], e, mais tarde, como Ministro dos Negócios Estrangeiros dos IV e VI Governos Provisórios[2]. A memória de Ernesto Melo Antunes ficou marcada pelo pragmatismo subjacente ao ideário e à ação política. Fosse como militar, “ideólogo” ou ministro, esta figura ficou inevitavelmente associada à vitória da democracia de tipo ocidental em Portugal.

O tema em análise neste artigo corresponde a uma questão considerada fundamental para o desenvolvimento do processo político português no

período subsequente à Revolução de 25 de Abril de 1974. Para o novo regime, ideologicamente ainda pouco definido, todas as ações eram minuciosamente escrutinadas pelos pares, numa tentativa constante de acompanhar a evolução institucional do país. Assim, a política externa constituiu-se um domínio fundamental no debate sobre os projetos políticos para Portugal. No caso particular de Melo Antunes, a importância dos contributos respetivos prendia-se com o facto de ter defendido, no contexto de intensa bipolarização política, uma via alternativa de equidistância do país face a qualquer dos dois blocos divididos pela Cortina de Ferro.

Os próximos parágrafos procuram discorrer sobre o pensamento de Melo Antunes enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros do IV e VI Governos Provisórios. Para tal recorreu-se a dois textos fundamentais da autoria de Melo Antunes: *Pela Democratização Efetiva das Relações Internacionais*, intervenção proferida na Assembleia das Nações Unidas como Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em outubro de 1975; e *Discurso de despedida do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, de julho de 1976. Estes são, porventura, alguns dos registos mais enriquecedores em matéria do pensamento, não só sobre a posição de Portugal no mundo, mas também sobre a própria comunidade internacional do antigo titular dos Negócios Estrangeiros.



Ernesto Melo Antunes (1976)

## Estado da arte

A pesquisa efetuada para o artigo sustenta-se numa variada tessitura bibliográfica, na qual se destaca o trabalho de Maria Inácia Rezola. A vasta biografia *Melo Antunes – Uma Biografia Política*[3] da autora corresponde a um sem número de questões sobre a ação e pensamento deste ator histórico; nessa conformidade, revela-se essencial para qualquer pesquisa sobre Melo Antunes. Avultam, porém, outros contributos, uns de âmbito memorialista, outros políticos e outros historiográficos, constantes no livro *Liberdade e Coerência Cívica – O exemplo de Ernesto Melo Antunes*[4]. Destaca-se ainda, pela variedade das temáticas abordadas e pelo rigor da análise, o livro *Melo Antunes – tempo de ser livre*[5], de M. Manuela de S. Rama e Carlos Plantier, de 1976. Esse trabalho conjuga a análise do pensamento e ação de Melo Antunes com testemunhos de intervenientes do processo revolucionário.

Para além destas obras, focadas em Melo Antunes, outras

investigações sobre a matéria das relações internacional e Portugal do pós-25 de abril oferecem elementos essenciais na pesquisa sobre o pensamento da figura. Ainda assim, as contribuições centradas no diálogo entre Melo Antunes e outros pensadores da época revelavam-se ainda em número escasso.

Para concluir, aluda-se a dois livros de entrevistas a Melo Antunes. Essas, feitas com alguma distância temporal dos factos abordados, caracterizam-se pela disponibilidade manifestada pelo Militar de Abril em divagar e justificar os posicionamentos respetivos. O primeiro livro intitulado *Melo Antunes – O sonhador pragmático*[6], resulta do labor de Maria Manuela Cruzeiro. O outro contributo insere-se numa obra de entrevistas, realizadas por Maria João Avillez a um conjunto de figuras emblemáticas do processo revolucionário e dos anos de consolidação democrática, *Do Fundo da Revolução*[7].

A Revolução dos Cravos, ocorrida a 25 de abril de 1974, realizou-se numa fase de transição do período de bipolarização política e ideológica da Guerra Fria. Como António José Telo afirmou “os acontecimentos nacionais só se podem entender à luz desta mudança de fase do sistema internacional”<sup>[8]</sup>, num mundo no qual a política interna e a política externa constituem dimensões de planos de sociedade muito bem definidos. De um lado, posicionavam-se as democracias liberais que dominavam a Europa Ocidental e parte do continente americano e estabeleciam entre si acordos de defesa, nomeadamente, o Pacto do Atlântico Norte. Do outro lado, encontrávamos as experiências socialistas soviéticas, principalmente da Europa de Leste, que compunham o Pacto de Varsóvia. Estas duas alianças marcaram o decorrer das relações internacionais na maior parte da segunda metade do século XX. A derrota dos regimes das Potências do Eixo e a consequente onda de descolonização pós-II Guerra Mundial, refutada por Portugal, recusando reconhecer o direito de autodeterminação dos povos africanos, iniciava um ciclo de isolamento internacional.

A projeção nacional externa observava as seguintes linhas: a presença do país na ONU, a integração na NATO, a inserção na tendência de aproximação económica e comercial em alguns projetos esboçados à escala europeia, acompanhadas pela recusa de integração política e a rejeição da descolonização. Essa última orientação da política externa portuguesa adquiria uma dimensão especialmente relevante a partir de 1961, com o início da guerra no contexto angolano, e o Estado Novo deixou de contar com uma certa complacência de alguns países relativamente às colónias portuguesas, como foi o caso dos Estados Unidos da América.

Sublinhe-se, tal ostracização não era uma novidade para Portugal, o qual se debateu com resistências no decurso da inserção na Organização das Nações Unidas, em 1955. Posteriormente, na condição de membro de pleno direito da referida entidade, Portugal observava uma forte oposição ao regime colonial pelos novos Estados africanos e asiáticos, saídos da vaga de descolonização depois do último conflito mundial. O início das guerras com os movimentos de libertação, primeiro em Angola, seguindo-se a Guiné e Moçambique, foi o corolário desse processo, caracterizado pelo distanciamento e ou a objeção, expressos por alguns países ocidentais com a continuidade do projeto colonial português. Em 1965, Salazar proferia a célebre expressão “Orgulhosamente, sós”, a qual pretendia resumir a resposta do regime ao posicionamento dos Estados opositores.

Não obstante, entre o fim da II Grande Guerra e o fim do Estado Novo, Portugal esteve envolvido oficialmente em três iniciativas de âmbito económico europeu, em diferentes níveis. Em 1948, integrava a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), criada para coordenar as ajudas do Plano Marshall; em 1959 acedia à European Free Trade Association (EFTA), fruto da diligência inglesa para contrapor as aspirações de constituição da CEE; e finalmente, em 1972, a celebração do Acordo Comercial com a Comunidade Económica Europeia. No entanto, estas participações caracterizam-se pela indisponibilidade na transferência de soberania para instituições supranacionais. A preservação da soberania política era fundamental para a continuidade do regime do Estado Novo que, perante o coro de oposições no espectro internacional, persistiu na beligerância.

Este ciclo era encerrado com a Revolução de 1974. Inspirado pelo desejo de pôr termo aos conflitos e bem-sucedido nesse domínio, este acontecimento implicava o reposicionamento externo do país e, idealmente, o estabelecimento de relações cordiais com os novos Estados africanos, conforme no mote da revolução: “Democratizar, descolonizar e desenvolver”. Todavia, o Programa do Programa do MFA consagrava a lógica de continuidade do *status quo* no âmbito das relações externas, particularmente no domínio das alianças e predispunha-se ao respeito dos “compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor”<sup>[9]</sup>.

Nuno Severiano Teixeira enfatiza as três principais conceções emergentes sobre a fórmula de cessação da soberania portuguesa sobre o espaço colonial<sup>[10]</sup>: a do recém-nomeado Presidente da República, General Spínola, de uma federação; a de Melo Antunes, enquanto titular dos executivos provisórios, de aproximação do Terceiro Mundo e a estratégia de neutralismo; e a de Vasco Gonçalves, de favorecimento da aproximação dos novos estados ao bloco de leste.

Nos primeiros meses posteriores à queda do regime, as principais questões da política internacional portuguesa incidiram na problemática da descolonização e da definição da política externa. Tratavam-se de domínios estruturantes na conceção do novo regime português. Noutras palavras: o processo de descolonização e a nova orientação de Portugal nas relações na comunidade internacional eram, simultaneamente, produto e produtor do novo regime. Nas palavras de Nuno Severiano Teixeira, “o período pré-constitucional é caracterizado pela luta em torno das opções externas do

país, pelo exercício de diplomacias paralelas e, conseqüentemente, pela indefinição política externa.”<sup>[11]</sup>

Segundo o autor supramencionado, a tendência dos Governos Provisórios, especialmente os de maior influência militar, em matéria de política externa, consistia na via terceiro-mundista, através da aproximação aos novos estados africanos, saídos do fim do império colonial português. Esta parecia ser a via defendida por Melo Antunes ao referir-se ao Terceiro-Mundo e à possível posição portuguesa na mediação entre a Europa e os países africanos.



Ernesto Melo Antunes na tomada de posse do IV Governo Provisório (19 de setembro de 1975)



## Melo Antunes sobre as relações externas do novo regime português

No discurso de despedida do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 22 de julho de 1976, Melo Antunes procurava resumir as principais linhas determinantes da ação desenvolvida no mandato. Partindo de uma premissa estruturante, a construção de um regime socialista e democrático, esclarecia ter inscrito a atuação em observância de três princípios fundamentais e interligados: a independência nacional, os condicionalismos herdados e a diversificação das relações externas.

Nos próximos parágrafos procuraremos explicar como Melo Antunes concebia cada uma destas dimensões e quais esforços foram empenhados na prossecução respetiva. Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, a dualidade de “sonhador pragmático”<sup>[12]</sup>, atendendo ao exercício de equilíbrio entre os fatores intrínsecos ao devir histórico e o objetivo do novo regime, de uma independência nacional, através da diversificação das relações externas. Essa visava essencialmente os países do Terceiro-Mundo. Mais à frente, exploramos a opção pelo Terceiro Mundo e os meios através dos quais esta aproximação deveria ser encetada.

## Independência nacional

Para definir o objetivo em matéria de política externa do Ministro Melo Antunes, a independência nacional, devemos atender ao contexto ideológico no qual se inseria. Em vários discursos como titular de responsabilidades executivas, Melo Antunes enquadra a

ação desenvolvida no cenário de construção de um socialismo democrático, isto é, que respeitasse o sistema representativo, o sufrágio universal e o pluripartidarismo<sup>[13]</sup>. Esse desiderato correspondia a um movimento emergente da vaga de descolonização do

pós-II Guerra Mundial, o qual procurava uma alternativa à lógica bipolar. Consubstanciado num conjunto de países associados ao Terceiro Mundo, evidenciavam algumas características como a localização geográfica, salvo as devidas exceções, os continentes americano (do sul), africano e asiático e – no caso dos últimos dois, eram fruto de recentes processos de descolonização. Para além desse fator e do passado colonial, estes países partilhavam níveis de desenvolvimento substancialmente inferiores aos países europeus ocidentais, EUA e URSS. Finalmente, lutavam por uma refundação das relações norte-sul; em conformidade subtraíam-se a uma posição na disputa bipolar, a qual consideravam não se enquadrar na realidade dos novos estados soberanos. Antes, defendiam uma dinâmica internacional assente nos princípios de igualdade entre os povos, justiça e respeito pela soberania de todos os estados. O Terceiro Mundo surgia, então, como uma categoria que, por diferentes motivos se diferencia das realidades políticas, económicas e sociais dos dois blocos político-militares da época.

Do ponto de vista prático, a iniciativa de maior expressão de aliança destes países foi o Movimento dos Não-Alinhados, consolidada com a Conferência de Bandung, de 1955, encabeçada pelos presidentes da Jugoslávia (Josip Broz Tito), do Gana (Kwame Nkrumah), do Egipto (Gamal Abdel Nasser), da Indonésia (Sukarno) e pelo primeiro-ministro da Índia (Jawaharlal Nehru). O movimento procurava uma alternativa ao alinhamento a qualquer bloco político-militar da Guerra Fria, numa luta contra o imperialismo e o neocolonialismo.

Na generalidade, os países integrantes este movimento mostravam-se comprometidos com a prossecução de regimes arreigados ao socialismo democrático. Herdeiros de uma “nova esquerda” distante da experiência soviética e comprometida na organização das massas contra a exploração da sua mão-de-obra, estes países concebiam o caminho para uma sociedade socialista em articulação com instituições internacionais em vigor, inscritos numa via progressista.

Um aspeto importante nesta disputa política, atendendo à tenra idade destes estados, consistia na independência nacional. Esse ideal apresentava-se como um objetivo na política de Melo Antunes, como afirma Luís Castro Mendes<sup>[14]</sup>. Apesar de Portugal não constituir um país recém-independente, em 1974/1976 vivia-se um período de transição de regime. Assim justificava-se a proximidade entre o espírito de construção de um novo modelo de sociedade, no caso português, e a fundação de um Estado soberano, no caso dos países saídos dos processos de descolonização. Para esse sentimento, contribuiu a particularidade de não existir, aquando da revolução de abril, uma fórmula de sociedade consensual

entre os principais atores políticos do pós-25 de abril, tendo-se verificado uma longa disputa política e ideológica. Os paralelos entre a situação do povo português e dos povos africanos das antigas colónias apreciavam-se na dialética política desde o início do Processo Revolucionário. No artigo “O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o terceiro-mundismo na revolução portuguesa de 1974-1976”<sup>[15]</sup>, Rita Lucas Narra explora como o MFA constituiu o seu cunho ideológico à margem do configurado como terceiro-mundismo. A autora alicerçava as conclusões na esteira da teoria concebida por Cesar Oliveira<sup>[16]</sup> sobre o papel significativo atribuído ao Terceiro Mundo pelo MFA. Segundo de Oliveira, era essencial para o cumprimento dos desideratos da revolução ser o MFA um ator político autónomo e consistente. Como Rita Narra elabora do seu artigo, a ausência de uma estrutura político-ideológica definida que assegurasse ao MFA a solidariedade de parceiros estrangeiros bem como exemplos que orientasse a sua ação política, a aproximação ao Terceiro Mundo “surgirá [...] aos militares como a solução para todas essas lacunas”<sup>[17]</sup>. Esta opção ideológica era secundada por uma dialética intrínseca ao MFA, que o aproximava aos movimentos de libertação africanos, tendo em conta o papel do movimento no derrube do regime autoritário português.

Também Melo Antunes, não fosse ele um dos principais ideólogos do MFA instava ao paralelismo entre o destino português e a libertação dos povos africanos. Vejamos o discurso do Ministro Sem Pasta, de 7 de setembro de 1974, por ocasião da celebração dos Acordos de Lusaca: “Sabia-se que o fascismo e o colonialismo eram indissociáveis. [...] Por isso, a luta contra o fascismo em Portugal e a luta contra o colonialismo em África eram partes integrantes duma luta em muitos aspetos comuns.”<sup>[18]</sup>. Em 1978, findo o PREC, reafirmava essas premissas, tornadas mais explícitas na complementaridade entre as lutas contra o colonialismo português e o fascismo, no prefácio que escreve para a obra de Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein *Quem é o Inimigo?*: “lutar contra o fascismo e contra o colonialismo foi uma e a mesma luta para os mais lúcidos e consequentes dos opositores ao regime”<sup>[19]</sup>. Ainda assim, revelava-se divergente dos sectores mais radicais do MFA os quais plasmavam o papel dos movimentos de libertação africanos na imagem do Movimento.

A comparação dos dois tipos de luta não era surpreendente, se atendermos ao pensamento de André Gorz, filósofo francês e principal teorizador do reformismo revolucionário, com relevância no Terceiro Mundo. Gorz rejeitava a unidade nacional dos povos colonizados como única e principal forma de combate ao imperialismo, a qual considerava legítima, mas

insuficiente. Apelava antes, a uma solidariedade, na perspectiva de luta conjunta, das populações oprimidas do próprio estado imperialista e dos povos oprimidos.

Como podemos, então, conceber esta *independência nacional*? Apesar de nunca terem aprofundado com detalhe o ideal de independência nacional, outros autores, menos comprometidos com responsabilidades políticas, adeptos da aproximação ao Terceiro Mundo, foram esboçando alguns dos princípios em torno dessa opção. Em 1975, o historiador António Borges Coelho publicava uma obra denominada *O 25 de abril e o problema da independência nacional*, na qual abordava as dimensões deste ideal no caso português; para o autor o coronário da tão desejada independência nacional, apreciava-se no pós-Revolução de 1974. Borges Coelho comungava da visão de dominação do povo português, isto é, dos trabalhadores, por parte das forças capitalistas recorrendo à metáfora da “força colonizadora”. Assim, a política externa deveria ser concebida para servir os interesses dessa população – nesse contexto, entendia-se independência nacional na asserção assente no único fator determinante, o interesse dos trabalhadores portugueses. Esta perspectiva articulava-se com a compreensão da independência nacional como fórmula de reforço da soberania de um Estado ou de um novo

regime.

Borges Coelho procurava ainda refutar alguns argumentos contra esta ideia de independência nacional. Um deles problematizava o ideal de independência nacional sustentando-se segundo a lógica de que Portugal era um país economicamente dependente da Europa Ocidental e que quebrar esta relação de dependência criaria situações muito complicadas para o país. Neste caso, o autor consente e evoca, sem desenvolver, as experiências revolucionárias que lidaram com adversidades nos seus processos, nomeadamente, embargos e intervenções externas. Ao referir especificamente o Terceiro Mundo, mencionava as razões pelas quais se poderia conceber um alinhamento entre Portugal e o Terceiro Mundo e focava-se, particularmente, ideia de a localização geográfica portuguesa permitia-lhe o papel de ponte entre a Europa e os países do Terceiro Mundo, especialmente os africanos.

Mas como seria alcançada a independência nacional, tendo em conta a posição portuguesa no alinhamento ao mundo ocidental, em geral, e à NATO, em particular? Seria possível uma independência nacional para um país inscrito no espaço europeu, mas cuja dimensão não se esgotava nesse perímetro geográfico?

## Condições herdadas

Melo Antunes respondia a estas questões num discurso quase totalmente voltado para o Terceiro Mundo:

“Portugal integra a Europa Ocidental e tem consciência de que o seu papel histórico nunca poderá ser desligado do espaço europeu a que pertence. A plena independência de Portugal, (...), nunca poderá ser assumida contra a Europa, mas sim através de uma correta relação com a Europa, à qual nos ligam os laços de uma comunidade de cultura, bem como estreitas relações económicas e de emigração.”<sup>[20]</sup>

Definido o objetivo principal da política externa, importava compreender como um país consciente da respetiva História e identidade procurava conjugar as “condições herdadas” com um ideal de independência nacional. Começamos por analisar as principais dinâmicas externas que se impunham às novas autoridades portuguesas, nomeadamente a participação portuguesa na NATO e inserção nas dinâmicas europeias.

No quadro político-militar, aquando do fim do Estado

Novo, Portugal encontrava-se alinhados com o Pacto do Atlântico Norte. Apesar das especificidades das relações com alguns dos aliados desde 1961, Portugal persistia como membro-fundador da NATO e não reconhecia os países socialistas. Assim, apesar da posição fragilizada, os pilares ideológicos do regime não se alteraram.

Ao contrário das aspirações de muitos opositores do regime, o MFA não propôs a retirada da NATO ou de qualquer outro compromisso estabelecido. Ao invés, demonstrou, desde o primeiro momento, a pretensão de dar continuidade às obrigações assumidas no espectro internacional, conforme explicitado no Programa do MFA. Desta forma, o abandono da NATO nunca constituiu uma intenção efetiva do MFA, posição igualmente defendida por Melo Antunes. Mais, a preferência desse militar pela continuidade de Portugal na Pacto do Atlântico Norte, apesar das propostas ideológicas aparentemente incompatíveis com este bloco, explicava-se pela sua conceção sobre a construção da paz, na génese da NATO.

Na linha do reformismo revolucionário e dos processos

graduais de transformação, Melo Antunes não entendia a rutura abrupta como a melhor forma de alcançar o desanuviamento da tensão entre os dois blocos hegemónicos. Tal objetivo resultaria de graduais transformações nas dinâmicas internacionais e no interior de cada bloco. Através da alteração das condições de convivência internacional, seria possível mudar os propósitos, as prioridades e o padrão de atuação da NATO. Além disso, Melo Antunes definia a NATO como uma organização em desenvolvimento logo, passível de ganhar novos sentidos e novos objetivos[21]; consequentemente vislumbrava da superação da disputa entre os blocos político-militares. Melo Antunes encontrava na NATO potencial de evolução de uma organização de defesa, num contexto de disputa ideológica e possível conflito armado, para um promotor da paz e cooperação entre os povos, finda as hostilidades da Guerra Fria.

Se, no caso do pacto político-militar, a justificação para continuidade residia na transformação da realidade internacional, cessando as hostilidades e procurando a paz entre os povos, no domínio das relações com a Europa, enquanto projeto político e económico, observavam-se diferenças.

No discurso de despedida da pasta dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes caracterizava a pertença de Portugal ao continente europeu como incontestável. Portugal era, independentemente do critério utilizado – geográfico, cultural, económico, geopolítico – um país europeu. Tal constituía um facto com o qual o país deveria lidar. O que tornava esta pertença numa condicionante no âmbito da independência nacional era a dependência em relação a um conjunto de países europeus aos quais Portugal estava sujeito, principalmente no plano económico.

Apesar do Estado Novo ter demonstrado relutância com a Comunidade Económica Europeia, desde o pedido de adesão da Inglaterra de 1967, o regime agiu de uma forma mais cooperante, dado também as suas necessidades. Desde a assinatura do Tratado de Roma, fundador da CEE, em 1957, aumenta o debate sobre a possibilidade de Portugal poder integrar uma aliança económica mais profunda que do que a da EFTA. Dois projetos dominavam esta ideia e foram sendo analisadas pelo poder executivo: o aprofundamento da aliança da EFTA, através da criação e participação portuguesa numa Zona de Comercio Livre; e a adesão de Portugal à CEE. O debate revelou-se profícuo em argumentos de suporte a ambas as hipóteses; porém, amplamente influenciado pela decisão britânica de solicitar formalmente a adesão à CEE.

No fim da década de 60, na política portuguesa, a

necessidade de o país participar no processo de integração económica europeia parecia arraigada, em face das consequências inerente à dificuldade no acesso aos mercados europeus vir a ter um “impacto negativo considerável na economia”[22]. Com os níveis de desenvolvimento económico em recessão, muitos eram os argumentos de quem defendia a participação de Portugal no processo de integração económica europeia, por oposição à opção do desenvolvimento económico autónomo, assente no aprofundamento das ligações entre os espaços extraeuropeus então de soberania nacional. As razões para a via da integração económica europeia variavam de peso consoante cada análise, mas destacavam-se a satisfação das necessidades dos portugueses, o “financiamento das guerras coloniais” e “aumento da paz e segurança coletiva da nação”[23]. Assim, a decisão do regime deposto em 1974 de subscrever o Acordo de 1972 com a CEE, propiciou as orientações assumidas no pós-25 de abril, como se os poderes constituídos observassem um trilho previa e parcialmente definido.

Para Melo Antunes, e no espírito do Programa do MFA, os acordos deveriam ser respeitados e mantidos, sem prejuízo da nova orientação da política externa do país. Quanto à continuidade da aproximação ao projeto europeu – a CEE – o Ministro dos Negócios Estrangeiros do IV e VI Governos Provisórios nunca viu nessa tendência uma incongruência com o princípio de independência nacional:

“Considero que estas relaciones com el Mercado Común no afectan en nada a nuestra independencia, siempre que la política de diversificación de las relaciones com otros sectores geoeconómicos sea seguida de modo constante y seguro, intensificando cada vez más las relaciones y los contactos de todo tipo.”[24]

Nesse articulado, essa relação seria compensada pela aproximação, na mesma intensidade, aos países do Terceiro Mundo. Mais, Melo Antunes nunca escondeu as críticas sobre a evolução do projeto europeu, assente numa lógica de centralização e no peso desigual atribuído aos estados-membros. Segundo Luís Reis Torgal o antigo ministro assumia-se um “europeísta crítico”[25], em face das convicções próprias arraigadas à utopia social de Pierre-Joseph Proudhon. Na esteira desse autor, no *Princípio Federativo* uma *Federação* configuraria um contrato de ampla reciprocidade de vontades e disponibilidades, sem prejuízo da liberdade e soberania, com exceção das temáticas matriciais do entendimento, em torno das quais se estabeleciam garantias. Esta conceção assentava nas premissas da igualdade e justiça entre as partes; já o objetivo desse correspondia à preservação das respetivas soberanias. Segundo Proudhon, a autoridade central, ou seja, a

Federação, não poderia ter responsabilidades superiores às das autoridades dos membros dessa entidade. Logo, por “utopia de social (à maneira de Proudhon)”[26], Luís

Reis Torgal referia-se a um contrato entre estados europeus que resultasse numa federação cuja soberania extravasava a dos estados participantes, garantindo a prevalência de soberania e igualdade entre si.

## Diversificação das relações externas

---

Considerados o objetivo da política externa de Melo Antunes – independência nacional – e as condições da mesma em 25 de abril de 1974, observem-se as lógicas de articulação, nomeadamente através de uma diversificação das relações externas do país. Para tal, o foco incidirá principalmente no discurso proferido por Melo Antunes na Assembleia Geral das Nações Unidas, a 9 de outubro de 1975. Porventura, o registo do autor mais direcionado para o Terceiro Mundo, essa intervenção caracterizava-se pela apresentação das orientações diplomáticas nacionais nesse âmbito.

Devemos atender à perspectiva de Melo Antunes a natureza das relações entre os povos do mundo a qual evidencia uma conceção, não totalmente revolucionária, porém de distanciamento com o *status quo* – hegemonia de dois blocos político-militares e políticas de alinhamento. Melo Antunes resumia os pontos essenciais para a “convivência internacional”:

“a solução pacífica dos conflitos, igualdade soberana dos Estados e repúdio das ingerências externas nas opções e destinos dos povos, estabelecimento de relações com todos os países do Mundo, independentemente dos sistemas sociais e regimes políticos neles vigentes, e o apoio às tendências progressivas”[27].

Ou seja, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do IV e VI Governos Provisórios, era necessária uma “nova filosofia global das relações entre os homens”[28] indutora progressivamente da erradicação das desigualdades, num estádio inicial; posteriormente, propiciadora da redução confrontos armados efetivos entre os blocos político-militares da NATO e do Pacto de Varsóvia. Este quadro assentia em pressupostos de igualdade e soberania dos povos, vocacionados à democratização das relações internacionais. Segundo estes princípios, era imperioso o estabelecimento de ligações diplomáticas e de cooperação com o maior número de países. Estes eram essencialmente estados socialistas e países do Terceiro Mundo, os quais Portugal, até então, não reconhecia como independentes ou com os quais simplesmente não estabelecia relações.

Quanto aos países socialistas, o pensamento do autor subscrevia o espírito de Helsínquia. Num esforço

coletivo, de ambas as partes, para relações pacíficas entre o mundo ocidental e os países de leste no território europeu, a Europa oficializou uma nova etapa da Guerra Fria, através dos Acordos de Helsínquia, já em agosto de 1975. Este passo consistiu num acordo para reverter as hostilidades entre os blocos no espaço europeu. Contudo, o principal alvo para diversificação das relações externas de Portugal deveria ser o Terceiro Mundo, qual categoria aberta, conforme os critérios utilizados. Para Melo Antunes, o denominado Terceiro Mundo correspondia a um conjunto de países com baixos níveis de desenvolvimento, alta dependência em relação aos grandes centros económicos mundiais, coexistência de práticas capitalistas e pré-capitalistas e atraso tecnológico; porém, optavam por uma política de não-alinhamento. Alguns destes países eram africanos[29], resultantes dos processos de descolonização do pós-II Guerra Mundial e empenhados na prossecução de regimes inscritos no socialismo democrático. Nessa premissa identifica-se, à partida, uma das razões pelas quais Portugal deveria encetar uma aproximação ao Terceiro Mundo: uma certa similaridade na posição ocupada em relação aos centros económicos mundiais.

Utilizando como referência o mundo ocidental, em particular o âmbito da CEE, Portugal encontrava-se numa posição periférica e fortemente dependente. Melo Antunes, reconhecia algumas das características de subdesenvolvimento na realidade portuguesa, ainda que essa fosse substancialmente mais avançada face aos países do Terceiro Mundo. Assim, Portugal ocuparia um lugar intermédio, no que toca ao seu nível de desenvolvimento, entre a Europa e o Terceiro Mundo. Acrescia a categoria geográfica, na qual Portugal era (e continua a ser) igualmente intermédio entre os dois espaços. Aprecie-se especialmente o contexto nacional no sudoeste europeu e a costa marítima no Atlântico, os quais permitiram a ligação aos restantes continentes, principalmente o africano. Esta característica também pesava no papel a representar por Portugal na comunidade internacional.

Por fim, outro aspeto tornava óbvia a ligação ao Terceiro Mundo, a saber, as relações históricas com o continente africano, nomeadamente com as antigas colónias. Apesar

de dimensão traumática dos processos de descolonização evidenciava-se comum a todos os intervenientes políticos do pós 25 de abril a necessidade de estabelecer relações de amizade e cooperação com os novos estados africanos de língua portuguesa. Independentemente das disputas ideológicas, este grupo de novos estados representava uma porta aberta para as relações com o Terceiro Mundo. Já em setembro de 1974, no discurso a propósito da assinatura dos Acordos de Lusaca, Melo Antunes idealizava Moçambique independente como parte integrante do Terceiro Mundo, apelando a um “modelo original de sociedade” e sugerindo “abrir amplamente as vias que o aproximem do chamado ‘terceiro mundo’, cooperando ativamente com todos os que em África, [...] estejam sinceramente dispostos a participar no magnífico esforço de invenção de um homem novo numa sociedade nova”<sup>[30]</sup>.

Para Melo Antunes, a ideia de aproximação ao Terceiro Mundo não se confundia com a integração de Portugal neste grupo de países, correspondente à equiparação dos níveis de desenvolvimento e uma adoção de política de não-alinhamento. Segundo observava, estes países conferiam a Portugal uma oportunidade pois, tendo relações muito particulares com o continente europeu e africano, podia destacar-se no plano internacional. Esta missão enquadrar-se-ia num esforço conjunto da comunidade internacional de modificar o estado e os pressupostos das relações entre os principais atores internacionais da época. Ou, como afirma perante a Assembleia Geral da ONU, em 1975, Portugal possuía papel “a jogar na luta pelo estabelecimento das relações de maior justiça e equidade entre os centros económicos mundiais preponderantes e as nações do terceiro Mundo”<sup>[31]</sup>. Assim, esta conceção ia para além da posição singular e mais proveitosa para Portugal.

## Conclusão

Em modo de conclusão, nos primeiros meses depois da Revolução do 25 de Abril a política internacional constituía-se como um aspeto fundamental para a definição do novo regime português. Do ponto de vista nacional, as alianças (novas ou antigas) a encetar ou manter pelos novos poderes seriam inevitavelmente paradigmáticas do projeto político a desenvolver no país. Numa perspetiva internacional, viviam-se anos de grande bipolarização político-ideológica exercida pelos blocos político-militares. Assim, a defesa de uma política externa própria era particularmente relevante. Neste quadro, Melo Antunes destacou-se, primeiro, pelo seu papel exercido nos processos de descolonização; mais tarde, pelo desempenho das funções de Ministro dos

Consistia numa forma de projetar o país na construção de uma nova comunidade internacional.

Apesar de não ter exposto detalhadamente essa ideia, Melo Antunes, frisava a relevância da plataforma de diálogo a desenvolver peço país, a qual não se restringiria à intermediação de fluxos entre os centros e as periferias. Assim, o novo regime deveria apostar numa intensificação das relações económicas e de cooperação, mas também do contacto cultural com o Terceiro Mundo sem, no entanto, subjugar o país aos interesses deste parceiro.

Enfatiza-se, ainda que brevemente, a posição de Melo Antunes quanto ao binómio *opção atlântica* e *opção mediterrânica*, correspondente, respetivamente, a uma política focada nos seus parceiros e ativos do Oceano Atlântico (e alcançáveis através desse) e a uma política orientada para as relações entre os países mediterrânicos (tanto do sul da Europa quanto do norte de África). Se uma parte substancial dos atores políticos entendiam essas duas possibilidades como cenários antagónicos, Melo Antunes considerava-os complementares. À semelhança do ocorrido com as relações com a Europa (não vendo nenhum impedimento na prossecução de uma política de independência nacional), as relações com os parceiros atlânticos não impediam o desenvolvimento da vertente mediterrânica. Mais, afigurava-se essencial à independência nacional, na perspetiva de diversificação de relações, inserir nas dinâmicas do Mediterrâneo para obviar a dependência total do espectro atlântico. Neste caso, acrescentava-se o facto de o Mar Mediterrânico se revestir de importância acrescida, como espaço vital para a CEE, através dos países do sul europeu, e o Terceiro Mundo.

Negócios Estrangeiros em dois dos Governos Provisórios.

Ernesto Melo Antunes concebeu uma política externa baseada na reorganização das relações entre estados baseada em princípios de igualdade, justiça e soberania. Só assim era possível compreender as conceções respetivas e a projeção idealizada para Portugal na comunidade internacional. Como resumia, a aquando da despedida do MNE, para Melo Antunes o país devia seguir uma política de independência nacional, ou seja, evitar a subalternização impeditiva da satisfação das necessidades do povo português e o conseqüente desenvolvimento de Portugal. Para tal, considerava

necessário o equilíbrio entre as condições herdadas, isto é, a posição já ocupada por Portugal, e as novas orientações políticas. O caminho encontrado pelo Ministro em apreço consistia na diversificação de relações externa através da abertura a países com os quais, à época, Portugal não se relacionava.

Neste grupo inscreviam-se os países socialistas, mas Melo Antunes concedia uma importância especial aos países do Terceiro Mundo, caracterizados como estados com baixos níveis de desenvolvimento e comprometidos com a causa socialista, evitando o alinhamento com os blocos político-militares da Guerra Fria. A opção pelo Terceiro Mundo justificava-se por uma certa

similaridade entre estes países e Portugal, mas principalmente, pelo papel estratégico de intermediário das relações Europa-África e a vantagem de usufruir dos contactos com as antigas colónias portuguesas.

No que respeita à permanência na NATO e à continuidade de aprofundamento de relações com a CEE, Melo Antunes não considerava qualquer impedimento à prossecução de uma efetiva independência nacional. Em ambos os casos, apresenta argumentos segundos os quais a conjugação das diferentes esferas induziria o reforço da independência nacional e traduziria o acréscimo da relevância de Portugal nos contextos diversos de atuação.



---

\* Este texto faz parte da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Nunes.

\*\* Mestranda em História, especialidade em História Contemporânea, na Faculdade de Letras da ULisboa, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Nunes. Email: [ana.c.monteiro@edu.ulisboa.pt](mailto:ana.c.monteiro@edu.ulisboa.pt). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8368-9655>

---

[1] O II Governo Provisório esteve em funções de 18 de julho a 30 de setembro de 1974 e o III Governo Provisório de 30 de setembro de 1974 a 26 de março de 1975

[2] O IV Governo Provisório esteve em funções de 26 de março a 8 de agosto de 1975 e o VI Governo Provisório de 19 de setembro de 1975 a 23 de julho de 1976

[3] Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes – Uma Biografia Política*. Lisboa: Âncora Editora, 2012

[4] Maria Inácia Rezola (org.), *Liberdade e Coerência Cívica – O exemplo de Ernesto Melo Antunes*, Lisboa: Âncora Editora

[5] M. Manuela de S. Rama e Carlos Plantier, *Melo Antunes- tempo de ser livre*, Lisboa: LIBER, 1976

[6] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes – O sonhador pragmático*, Lisboa: EDITORIAL NOTÍCIAS, 2004

[7] Maria João Avillez, *Do Fundo da Revolução*, Lisboa: Público, Comunicação Social, SA, 1994

[8] António José Telo, “De Marcelo Caetano ao Portugal Democrático: as relações internacionais da transição”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, História Contemporânea*, t. 19, 2007, pp. 247-285

[9] Movimento das Forças Armadas, *Programa do Movimento das Forças Armadas*. Em linha: <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/769>. Consultado em 10 de outubro de 2025.

[10] Este número pode variar de acordo com a compreensão de cada autor, normalmente, particularizando também a visão de Mário Soares, como é o caso de António José Telo.

[11] Nuno Severiano Teixeira, “Democratização, do colonialismo tardio à integração europeia”, in António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *História das Relações Internacionais Contemporâneas Portugal: 1808-2000*, Lisboa: Penguin Random House Grupo Editorial, 2023, p. 215.

[12] Esta expressão é da autoria de Maria Manuela Cruzeiro.

[13] Luís Castro Mendes, “Ao que vimos”, in Maria Inácia Rezola (org.), *Liberdade e Coerência Cívica – O exemplo de Ernesto Melo Antunes*, Lisboa: Âncora Editora, pp.193-207

[14] Luís Castro Mendes, “Ao que vimos”, in Maria Inácia Rezola (org.), *Liberdade e Coerência Cívica – O exemplo de Ernesto Melo Antunes*, Lisboa: Âncora Editora, pp.193-207.

- [15] Rita Lucas Narra, “O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o terceiro-mundismo na revolução portuguesa de 1974-1976”, *Dictatorships & Democracies. Journal of History and Culture*, n.º 11, pp. 37-64.
- [16] Cesar Oliveira, *Revolução Socialista e Independência Nacional*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.
- [17] Rita Lucas Narra, “O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o terceiro-mundismo na revolução portuguesa de 1974-1976”, *Dictatorships & Democracies. Journal of History and Culture*, n.º 11, pp. 37-64.
- [18] Movimento das Forças Armadas, “O discurso de Lusaka”, *Movimento – Boletim Informativo das Forças Armadas*, n.º 5, p.4. Em lista: <https://a25abril.pt/boletim-informativo-mfa/>. Consultado em 15 de outubro de 2025.
- [19] Melo Antunes, “Prefácio”, in Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o Inimigo?*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p.15.
- [20] Ernesto Melo Antunes, *Pela Democratização Efetiva das Relações Internacionais*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, pp. 9-10.
- [21] Lisboa, DGARQ, Discurso na despedida do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PT-TT-EMA, n.º 34, pasta 2.
- [22] Nicolau Anderson Leitão, *Estado Novo, Democracia e Europa, 1947-1986*, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p.182
- [23] *Idem*, p.183
- [24] Lisboa, DGARQ, Discurso na despedida do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PT-TT-EMA, n.º 34, pasta 2.
- [25] Luís Reis Torgal, “Comentários”, in Maria Inácia Rezola (org.), *Liberdade e Coerência Cívica – O exemplo de Ernesto Melo Antunes*, Lisboa: Âncora Editora, pp. 219-227.
- [26] Luís Reis Torgal, “Comentários”, pp. 219-227.
- [27] Ernesto Melo Antunes, *Pela Democratização Efetiva das Relações Internacionais*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, pp. 25-26.
- [28] Lisboa, DGARQ, Discurso na despedida do Ministério dos Negócios Estrangeiros, PT-TT-EMA, n.º 34, pasta 2.
- [29] Numa fase inicial, na década de 50, os países que eram considerados de Terceiro-Mundo, fortemente pautados por um ideal de não-alinhamento, estendiam-se do continente americanos ao asiático. Enquanto na Ásia e em África esta posição derivava da recente independência dos Estados, no caso americano, em que os estados eram independentes há mais tempo, a ideia do não-alinhamento aparecia mais relacionada com uma refundação das relações com o exterior, contrariando uma tendência neocolonialista de ingerência norte-americana. No entanto, da década de 70, por via das alterações de regimes na América Latina, este espaço foi perdendo representatividade no movimento de não-alinhamento e no Terceiro Mundo, do qual, muitas vezes se “desfilhou”, dando mais espaço aos restantes países, principalmente africanos.
- [30] Movimento das Forças Armadas, “O discurso de Lusaka”, *Movimento – Boletim Informativo das Forças Armadas*, n.º 5, p.4. Em lista: <https://a25abril.pt/boletim-informativo-mfa/>. Consultado em 15 de outubro de 2025.
- [31] Ernesto Melo Antunes, *Pela Democratização Efetiva das Relações Internacionais*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, p. 10.



# Independência, o bem mais precioso das nações

## Independência, o bem mais precioso das nações

«Preservar o brilho e a dignidade dos símbolos da independência nacional – e mostrá-los – é um dever nacional de primeira grandeza. Um dever político. Um dever histórico.»

José Ribeiro e Castro, 1.dez.2025